

Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974



ORGANIZADORAS

Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire,
Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro

NOTA FINAL

Françoise Thébaud

ICS

Mulheres e Associativismo em Portugal (1914-1974)

Anne Cova
Vanda Gorjão
Ana Isabel Freire
Ana Costa Lopes
Natividade Monteiro
(organizadoras)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974 / org. Anne Cova,
Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro.

Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais,
2022. – 23 cm

CDU 305

978-972-671-712-6; PDF 978-972-671-714-0; EPUB 978-972-671-713-3

Associativismo feminino – Portugal

Mulheres

Associações femininas



© Instituto de Ciências Sociais, 2022

Capa: Rui Rasquinho

Projeto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.

Revisão: Clara Cuellár dos Santos

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 506142/22

1.ª edição: Dezembro de 2022

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/HAR-HIS/29376/2017

Índice

Índice de gráficos e quadros	11
Siglas.	13
Notas sobre os/as autores/as.	15
Agradecimentos	21
Introdução	25
<i>Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes e Natividade Monteiro</i>	

PARTE I

ASSOCIAÇÕES FUNDADAS ENTRE 1914-1919

Capítulo 1

Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	47
<i>Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 2

Análise exploratória de redes e perfis das dirigentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	83
<i>Raquel Rego, Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 3

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: uma organização feminista (1914-1947)	107
<i>Célia Costa</i>	

Capítulo 4

As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial. 127
Natividade Monteiro

Capítulo 5

A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas desde 1919. 175
Ana Costa Lopes

PARTE II

ASSOCIAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO
CRIADAS ENTRE 1935 E 1973

Capítulo 6

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz: da luta pela paz e da «dignificação da condição feminina» ao combate antifascista (1935-1952) 201
João Esteves

Capítulo 7

As organizações de mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo (1945-1973) 231
Vanda Gorjão

PARTE III

ASSOCIAÇÕES NASCIDAS NA DÉCADA DE 1960
E EM ATIVIDADE NO 25 DE ABRIL 1974

Capítulo 8

O Movimento Nacional Feminino: milhares de mulheres na retaguarda da guerra colonial (1961-1974). 269
Sílvia Espírito-Santo

Capítulo 9

A militância antifascista e a luta pelos direitos das mulheres na história do <i>Movimento Democrático de Mulheres</i>: retalhos de histórias de vida (1968-1974)	295
<i>Manuela Tavares</i>	
Nota final.	317
<i>Françoise Thébaud</i>	

Índice de gráficos e quadros

Gráficos

Gráfico 2.1 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1947)	92
Gráfico 2.2 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1928)	94
Gráfico 2.3 – Rede de dirigentes do CNMP (1929-1947)	95
Gráfico 2.4 – Configuração do espaço social e perfis de dirigentes do CNMP (1914-1947)	99

Quadros

Quadro 2.1 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1914-1928)	96
Quadro 2.2 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1929-1947)	97
Quadro 6.1 – Sócias da delegação de Lisboa da AFPP	211
Quadro 6.2 – Sócias da delegação de Coimbra/Figueira da Foz da AFPP	213
Quadro 6.3 – Sócias da delegação do Porto da AFPP	216
Quadro 6.4 – Sócios masculinos da delegação do Porto da AFPP	220
Quadro 6.5 – Ligações familiares entre sócias/os da delegação do Porto da AFPP	221
Quadro 6.6 – Ativistas da AFPP que estiveram presas por motivos políticos	226

Siglas

AAAIO	<i>Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odívelas</i>
AFPP	<i>Associação Feminina Portuguesa para a Paz</i>
AFFDU	<i>Association Française des Femmes Diplômées des Universités</i>
AMUP	<i>Associação das Mulheres Universitárias de Portugal</i>
APF	<i>Associação de Propaganda Feminista</i>
APVG	<i>Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra</i>
BM	<i>Bands of Mercy</i>
CAEPSF	<i>Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino</i>
CDE	<i>Comissão Democrática Eleitoral</i>
CDEU	<i>Comissão Eleitoral de Unidade Democrática</i>
CFPP	<i>Comissão Feminina «Pela Pátria»</i>
CFS	<i>Casa dos Filhos dos Soldados</i>
CGT	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>
CIF	<i>Conseil International des Femmes</i>
CMP	<i>Cruzada das Mulheres Portuguesas</i>
CNMP	<i>Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas</i>
COMAP	<i>Comissão Organizadora do Movimento Abolicionista Português</i>
FDIM	<i>Federação Democrática Internacional das Mulheres</i>
FNAT	<i>Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho</i>
GFP	<i>Ginásio Feminino de Portugal</i>
GPPO	<i>Grémio dos Professores Primários Oficiais</i>
IAF	<i>International Abolitionist Federation</i>
ICW	<i>International Council of Women</i>
IFET	<i>Instituto Feminino de Educação e Trabalho</i>
IFUW	<i>International Federation of University Women</i>
IIDA	<i>Instituto Infante Dom Afonso</i>
IM	<i>Instituto Maternal</i>
IO	<i>Instituto de Odívelas</i>

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

IPPE	<i>Instituto Profissional dos Pupilos do Exército</i>
IRMG	<i>Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra</i>
ITE	<i>Instituto Torre e Espada</i>
IWSA	<i>International Woman Suffrage Alliance</i>
JPN	<i>Junta Patriótica do Norte</i>
LCGG	<i>Liga dos Combatentes da Grande Guerra</i>
LPA	<i>Liga Portuguesa Abolicionista</i>
LRMP	<i>Liga Republicana das Mulheres Portuguesas</i>
MDM	<i>Movimento Democrático de Mulheres</i>
MNF	<i>Movimento Nacional Feminino</i>
MPF	<i>Mocidade Portuguesa Feminina</i>
MPLA	<i>Movimento Popular de Libertação de Angola</i>
MUD	<i>Movimento de Unidade Democrática</i>
MUNAF	<i>Movimento de Unidade Nacional Antifascista</i>
NFAI	<i>Núcleo Feminino de Assistência Infantil</i>
OMEN	<i>Obra das Mães pela Educação Nacional</i>
OPVDCA	<i>Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola</i>
PCP	<i>Partido Comunista Português</i>
RPE	<i>Recreatórios Post-Escolares</i>
SCB	<i>Sociedade da Cruz Branca</i>
SDN	<i>Sociedade das Nações</i>
SVI	<i>Socorro Vermelho Internacional</i>
TCL	<i>Tuna das Costureiras de Lisboa</i>
UPA	<i>União dos Povos de Angola</i>

Nota: Os nomes das associações surgem em itálico por uma questão de destaque, tendo em conta que estão no cerne deste livro.

Notas sobre os/as autores/as

Ana Costa Lopes é doutorada em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) e mestre em Estudos Luso-Asiáticos. Investigadora do Centro de Estudos de Educação e Cultura (CEEC) e do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da UCP. Colaboradora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conselheira científica (Portugal) da publicação *As Senhoras do Almanaque*. Autora de livros e artigos e de comunicações em congressos sobre a imprensa periódica feminina e a história das mulheres, a literatura tradicional e as associações femininas. Dentro das suas publicações: *Confluências e Divergências Culturais nas Tradições Contísticas Portuguesa e Chinesa* (CEPCEP, 2000); *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade* (Quimera, 2005); *Elisa Curado (1858-1933): uma Mulher de Causas* (Universidade Católica Portuguesa, a sair); com Marília Lopes, org., número de homenagem a Maria Laura Bettencourt Pires, *Gaudium Sciendi*, a sair em Dezembro de 2022.

Ana Isabel Freire é doutorada em sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Tem trabalhado sobre a história da sexualidade e a história das mulheres no século xx. Entre abril de 2019 e março de 2022 foi investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, integrando o projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Pertence à equipa de investigação *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher* do

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (CICS.NOVA) e ao conselho editorial da Imprensa de Ciências Sociais (desde 2021). Publicou *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* (Esfera dos Livros, 2010) e *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos* (Imprensa de Ciências Sociais, 2020).

Anne Cova é historiadora e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Foi investigadora responsável do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Dentro das suas publicações: *Org. Comparative Women's History: New Approaches* (Columbia University Press, 2006) com traduções atualizadas em português (Livros Horizonte, 2008); francês (École Normale Supérieure, 2009, com prefácio de Françoise Thébaud) e espanhol (Trabe, 2012). A sua área de investigação incide sobre a história comparada e transnacional das mulheres e do género no século xx, encontrando-se a realizar um estudo de várias associações de mulheres intituladas «conselhos nacionais das mulheres» na Europa do Sul e na América Latina, 1900-1945.

Célia Costa é licenciada em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta, tendo defendido, em 2007, a dissertação intitulada «O conselho nacional das mulheres portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista», sob a orientação de Anne Cova. Formadora nas áreas de história, história de Portugal, estudos sobre as mulheres e estudos de género, pelo Conselho Científico-Pedagógico da Universidade do Minho. Foi investigadora no projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Dentro das suas publicações: «O Conselho Nacional das Mulheres portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista», em AAVV, *Quem Tem Medo dos Feminismos?* (Nova Delphi, 2010) e *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Tinta-da-china, 2021).

Françoise Thébaud é professora emérita da Université de Avignon, membro do conselho de redação e antiga co-directora da revista *Clio. Femmes, Genre, Histoire*. Especialista em história das mulheres e do

género, tem trabalhos sobre os seguintes temas: guerras e sociedades, feminismos, maternidade, cidadania social e política, organizações internacionais, historiografia. Entre as suas publicações recentes contam-se: *Les femmes au temps de la guerre de 14* (Payot, 2013); *Une traversée du siècle. Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale* (Belin, 2017); *L'Europe, une chance pour les femmes ? Le genre de la construction européenne* (Éditions de la Sorbonne, 2019, co-diretora); *Femmes et République* (La Documentation française, 2021, co-autora); *La condition des femmes de 1789 à nos jours* (CNRS éditions, 2022, co-autora). Foi membro da comissão de investigação sobre os arquivos franceses relativos ao Ruanda e ao genocídio dos tutsis, cujo relatório foi enviado ao presidente da República em março de 2021.

João Esteves é licenciado em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1983) e mestre em história dos séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Investiga o associativismo político, republicano, maçónico, feminista e antifascista das mulheres portuguesas na primeira metade do século XX. Autor de livros (1992, 1998, 2008, 2013), capítulos de livros, artigos, biografias, entradas de dicionários (2003, 2005, 2013, 2014, 2021), comunicações e conferências. Co-dirigiu o *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)* (Livros Horizonte, 2005) e *Feminae – Dicionário Contemporâneo* (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013). Comissário científico de exposições, mantém colaboração em projetos nacionais e internacionais. Integra o conselho consultivo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

Manuela Tavares é doutorada pela Universidade Aberta, em 2009, com Louvor e Distinção, na área de estudos sobre as mulheres, com o tema feminismos na segunda metade do século XX em Portugal publicado sob o título: *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)* (Texto, 2011). Investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG-ISCSP-ULisboa). Foi membro da equipa de investigação do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Membro do conselho

consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da direção da União de Mulheres Alternativa e Resposta. Tem publicado diversos livros e artigos da especialidade.

Natividade Monteiro, licenciada em história e mestre em estudos sobre as mulheres com a dissertação «Maria Veleda (1871-1955): uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: caminhos trilhados pelo direito de cidadania», publicada sob o mesmo título (Gente Singular, 2012). Investigadora integrada em História, Territórios e Comunidades da Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (HTC-NOVA FCSH). Defendeu, em Novembro de 2022, a tese de doutoramento sobre «A mobilização das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)». Tem publicado livros e artigos sobre a história das mulheres, os estudos feministas e de género, com destaque para as associações femininas e feministas na Primeira República. Co-coordenou os livros *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas* (Colibri, 2011) e *Falar de Mulheres: Percursos e Desafios Latino-Americanos* (Húmus, 2020).

Raquel Rego é socióloga e investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) desde 2015. Doutorou-se, em 2007, pela Université Lille 1 e, simultaneamente, pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Usando quer metodologias qualitativas quer quantitativas, tem-se dedicado a estudar sobretudo associações: de trabalhadores, de profissionais, de mulheres, científicas, culturais, entre outras. É autora do capítulo «The role of civil society organisations in emancipating Portuguese Roma women», que integra o livro organizado por Christina Schwabenland, Chris Lange, Jenny Onyx e Sachiko Nakagawa intitulado *Women's Emancipation and Civil Society Organisations: Challenging or Maintaining the status quo?*, publicado em 2016 pela Policy Press, e primeira autora do artigo «The transformative role of Angels' cultural organisations under austerity», publicado em 2021 na *Cultural Trends*.

Sílvia Espírito-Santo é doutoranda em história contemporânea na Universidade do Minho, mestre em estudos sobre as mulheres na Universidade Aberta e licenciada em história na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do Laboratório

de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) na Universidade do Minho. Integrou a equipa do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Publicou livros, capítulos de livros, artigos em revistas nas áreas da história contemporânea e da história das mulheres no período do Estado Novo e participou em projectos internacionais no âmbito do estudo do *Movimento Nacional Feminino* (1961-1974).

Vanda Gorjão, socióloga, é desde 2006 professora no Departamento de Artes Visuais e Design (DAVD), Escola de Artes da Universidade de Évora. Integra o Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora. Concluiu o mestrado sobre a oposição feminina ao Estado Novo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Terminou o doutoramento sobre as primeiras deputadas na Assembleia da República (1975-1987). Pertence ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (CICS.NOVA). Foi investigadora no Observatório das Atividades Culturais – ICS-ULisboa/Ministério da Cultura e investigadora co-responsável do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Agradecimentos

Este livro reúne as comunicações apresentadas pelos membros da equipa do projeto na conferência final desse último intitulado «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e que teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), pela plataforma *zoom*, no dia 1 de outubro de 2021. O encontro intitulado «Intervenções e resistências: mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974» foi possível graças ao contributo de várias pessoas, às quais muito agradecemos bem como a quem nos acompanhou durante os quatro anos de duração do projeto (de 1 de setembro de 2018 até 31 de agosto de 2022).

À Karin Wall, diretora do ICS-ULisboa, que apoiou o projeto desde o início.

À Filipa Lowndes Vicente, subdiretora do ICS-ULisboa, que esteve presente na sessão de encerramento da conferência de lançamento do projeto (a 8 de março de 2019, no auditório Sedas Nunes do ICS-ULisboa), deu as boas-vindas na conferência final *online* (1 de outubro de 2021) e coordenou a publicação pelo caderno P2 do jornal *Público* de uma série de mais de cinquenta artigos, um dos quais dedicado ao projeto, intitulado «Cem anos de lutas femininas e feministas em Portugal: o exemplo das pioneiras» (27 de setembro de 2020).

Ao José Luís Cardoso (ICS-ULisboa), que nos convidou a apresentar o projeto no dia 1 de abril de 2019 no âmbito do grupo de investigação hoje intitulado «Memória, História e Sociedade».

Ao Vítor Sérgio Ferreira (ICS-ULisboa), que nos convidou a apresentar o projeto no dia 4 de junho de 2019 no âmbito do grupo de

investigação «LIFE, percursos de vida, desigualdade e solidariedade: práticas e políticas».

À Françoise Thébaud (Université d'Avignon), consultora do projeto, que proferiu no dia 1 de outubro de 2021 a conferência de abertura intitulada «Marguerite Thibert, une femme engagée à la pluriappartenance associative» e redigiu a nota final deste livro.

À Mónica García-Fernández (Universidad del País Vasco), investigadora visitante no ICS-ULisboa em 2021-2022, que proferiu no dia 1 de outubro de 2021 a conferência de encerramento intitulada «Asociacionismo y movilización femenina en la España franquista».

Às moderadoras das três sessões da conferência final: Zília Osório de Castro (CICS-NOVA FCSH), Virgínia Baptista (IHC-NOVA FCSH) e Anália Torres (CIEG-ISCSP).

À Léa Promaja (Radio Dragon, França) que apresentou uma comunicação intitulada «Mergulho numa correspondência amorosa: o *Movimento Nacional Feminino* através de um arquivo original», no dia 1 de outubro de 2021.

Ao João Esteves, que proferiu uma conferência intitulada «1914-1974 – 60 anos de intervenção associativa feminina e feminista: continuidades e rupturas», no dia 8 de março de 2019.

À Fátima Mariano que lançou o *website* do projeto (<https://womass.wordpress.com>) e incentivou a página *facebook* (m.facebook.com/mulheresassociativismoportugal/).

À Daniela Krtch, artista plástica, pela obra *Change* (2018) que constituiu a imagem identitária do projeto.

À Patrícia Guimarães, ilustradora, que concebeu, em 2021, a imagem de apresentação da conferência final, que é também a capa deste livro.

À Marinela Malveiro e ao Mario Lino, autores do vídeo de apresentação do projeto na conferência final.

À Sofia Costa Lopes (Núcleo de Gestão de Projetos de I&D no ICS-ULisboa), gestora do projeto, pelo seu profissionalismo.

Ao Pedro Sousa e Silva do Departamento de Programas e Projetos da FCT pela sua disponibilidade e eficiência.

À Margarida Bernardo (Responsável pelos eventos e comunicação no ICS-ULisboa) e à Luísa Rego (Gabinete de comunicação no ICS-ULisboa) pela divulgação de todas as iniciativas ao longo dos quatro anos de pesquisa.

Ao João Pedro Silva (ICS-ULisboa), arquiteto, e ao Fernando Araújo (ICS-ULisboa), técnico informático, pelo apoio à realização *online* da conferência final.

À Rita Almeida de Carvalho (ICS-ULisboa) que nos facilitou a consulta de vários fundos do Arquivo de História Social (AHS) do ICS-ULisboa.

À Ana Isabel Freire (ICS-ULisboa) e à Raquel Rego (ICS-ULisboa), que estiveram presentes no ICS-ULisboa no dia da conferência final para assegurar o seu bom andamento na plataforma *zoom* neste período complexo que vivemos à escala global, com a pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Ao José Luís Garcia (ICS-ULisboa), diretor da Imprensa de Ciências Sociais, pelo seu apoio essencial desde o lançamento do projeto até a publicação desse livro.

À Marta Castelo Branco (Imprensa de Ciências Sociais/ *Análise Social*, ICS-ULisboa) pela produção deste livro.

Last but not least, ao Filipe Cova da Costa Pinto (Università Bocconi) pela sua ajuda fundamental no que diz respeito à parte informática do projeto.

Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire,
Ana Costa Lopes e Natividade Monteiro

Introdução

Este livro tem como propósito mostrar a pluralidade do associativismo das mulheres em Portugal ao longo de seis décadas (1914-1974), efetuando uma análise do funcionamento das organizações bem como uma abordagem biográfica de várias dirigentes. O enfoque em estudar associações exclusivamente fundadas por mulheres prende-se com o objetivo de as inserir no associativismo em geral. Sem pretender ser um estudo exaustivo de todas as associações que existiram durante este período, destina-se a especialistas da temática, mas também a um público vasto que queira saber mais sobre as associações de mulheres e as suas dirigentes. A ênfase colocada nas mulheres que ficaram à frente dessas associações está ligada às fontes disponíveis. Trata-se de um contributo inovador tendo em conta que não existe uma visão global do associativismo das mulheres em Portugal no século xx que cruze duas disciplinas, História e Sociologia, ilustrando a riqueza de uma perspetiva interdisciplinar. Este duplo questionamento permite ter um olhar novo que mostra a importância do estudo das redes pessoais e de sociabilidade entre as mulheres que estão na origem da fundação destas associações, bem como de outras que com elas colaboraram.

As pesquisas aqui publicadas resultam da conferência final do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e que teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), pela plataforma *zoom*, no dia 1 de outubro de 2021. Esse encontro beneficiou da conferência

de abertura proferida por Françoise Thébaud (Université d'Avignon) e da de encerramento proferida por Mónica García-Fernández (Universidad del País Vasco). Françoise Thébaud, também consultora do projeto, intitulou a sua intervenção «Marguerite Thibert, une femme engagée à la pluriappartenance associative», incentivando-nos a prosseguir a análise da multipertença das mesmas mulheres em várias associações e os seus papéis no associativismo internacional. Remetemos para o seu excelente livro *Une traversée du siècle: Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale* (Paris: Belin, 2017), que norteou essa conferência, e para a nota final neste livro. Mónica García-Fernández, investigadora visitante no ICS-ULisboa em 2021-2022, abriu perspetivas sobre o associativismo das mulheres em Espanha com uma conferência intitulada «Asociacionismo y movilización femenina en la España franquista», mostrando quanto a comparação entre Espanha e Portugal é pertinente e merece ser desenvolvida. Graças a estes enfoques, as problemáticas dos textos aqui publicados foram enriquecidas. Da mesma forma, os contributos das moderadoras das três sessões, Zília Osório de Castro (CICS-NOVA FCSH), Virgínia Baptista (IHC- NOVA FCSH) e Anália Torres (CIEG-ISCSP) permitiram ótimos debates. Assinalamos também a comunicação «Mergulho numa correspondência amorosa: o *Movimento Nacional Feminino* através de um arquivo original», da documentarista Léa Promaja (Radio Dragon, França).

O projeto que está na origem desta conferência e deste livro teve uma duração de quatro anos (de 1 de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2022) e contou com a seguinte equipa de investigação: Anne Cova (Investigadora responsável), Vanda Gorjão (Investigadora responsável), Célia Costa, Sílvia Espírito-Santo, João Esteves, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, Fátima Mariano (até 13 de setembro de 2021), Natividade Monteiro, Raquel Rego e Manuela Tavares. As linhas orientadoras e trilhos percorridos ao longo do projeto podem ser consultados no *website* (<https://womass.wordpress.com>) e na página *facebook* (m.facebook.com/mulheresassociativismoportugal/).

O objetivo do projeto foi estudar várias associações de mulheres que desempenharam um papel significativo ao nível político e social desde o início da Primeira Guerra Mundial até ao 25 de Abril de 1974. A longa duração do período em estudo permite analisar as mudanças ocorridas nas estruturas e dinâmicas dessas associações,

que emergiram em contextos políticos radicalmente diferentes: república e salazarismo. No que diz respeito às associações fundadas durante o regime republicano foram contempladas: *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* – CNMP, 1914-1947; *Comissão Feminina «Pela Pátria»* – CFPP, 1914-1918; *Cruzada das Mulheres Portuguesas* – CMP, 1916-1935; *Núcleo Feminino de Assistência Infantil* – NFAI, 1916-1938 da *Junta Patriótica do Norte*; *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra* – APVG, 1916-1918; Associação das Antigas Alunas do *Instituto de Odivelas*). Em relação às associações criadas durante o Estado Novo foram objeto de análise: *Associação Feminina Portuguesa para a Paz* – AFPP, 1935-1952; Comissão Feminina do *Movimento de Unidade Democrática* – MUD, 1945-1947; Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos* – 1948-1949; Movimento Nacional Democrático Feminino do *Movimento Nacional Democrático* – MND, 1949-1957; Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Arlindo Vicente* – 1958; Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Humberto Delgado* – 1958; *Movimento Nacional Feminino* – MNF, 1961-1974; *Movimento Democrático de Mulheres* – MDM, 1968; Comissão de Mulheres da *Comissão Democrática Eleitoral* – CDE, 1969; Núcleo Feminino da *Comissão Eleitoral de Unidade Democrática* – CEUD, 1969; Comissão de Mulheres Democratas da *Comissão Democrática Eleitoral* – CDE, 1973.

As associações feministas, femininas e mistas em análise, na sua pluralidade e na diversidade dos contextos políticos e sociais em que atuaram, tiveram como fim último o reconhecimento da participação pública das mulheres na sociedade. A distinção entre associações feministas ou femininas prende-se com o facto de que nem todas – longe disso – as associações estudadas reivindicavam o rótulo de feminista. Além do mais, nem todas podem ser consideradas como tal, devendo ser analisadas no contexto de cada época. Enquanto entidades coletivas de interação social que se interpõem entre os indivíduos e o Estado na defesa de interesses e projetos comuns, as associações de mulheres foram também viveiros de ideias, espaços de debate, de partilha e de luta por ideais emancipadores e por causas e valores que julgavam justos. Cultivaram o espírito de união, de solidariedade e cooperação, mas também houve conflitos inerentes ao associativismo. Reivindicaram direitos civis, sociais e políticos, apresentaram soluções para os problemas do país e promoveram novas formas de

participação das mulheres no processo de democratização da sociedade, cooperando para o alargamento e desenvolvimento dos direitos de cidadania, tendo sido o direito de voto para todas as mulheres, sem restrições, concretizado em democracia, após o 25 de Abril de 1974.

A história das mulheres no século xx em Portugal tem experimentado um desenvolvimento notável desde os últimos vinte anos conforme vários balanços historiográficos já evidenciaram.¹ Não podendo aqui mencionar todos os trabalhos publicados (ver no fim desta introdução a extensa bibliografia), o projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», reflete este dinamismo com metade da equipa de investigação a ter acabado ou estar a terminar as teses de doutoramento em História ou Sociologia: Vanda Gorjão e Natividade Monteiro terminaram as suas pesquisas doutorais respetivamente intituladas «Deputadas portuguesas antes da ‘Democracia Paritária’ (1975-1987)» e «A mobilização das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)»; Sílvia Espírito-Santo está a finalizar a sua tese intitulada «As portuguesas e o ‘Portugal de Além-mar’ na primeira metade do século xx: representações, discursos e práticas». Fátima Mariano publicou, em 2022, na Imprensa de Ciências Sociais, a sua tese de doutoramento em História: «Às urnas: a reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)». Ana Isabel Freire editou, em 2020, igualmente na Imprensa de Ciências Sociais, a sua tese de doutoramento em Sociologia sob o título *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*. Em 2021, na editora Tinta-da-china, Célia Costa publicou o livro intitulado *História do Conselho Nacional das Mulheres*

¹ Dentro dos vários balanços historiográficos destacam-se: Gisela Bock e Anne Cova, dir., *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*. (Oeiras: Celta, 2003), ver nesse livro: Anne Cova, «L'histoire des femmes au Portugal: le xx^e siècle», 49-66 e mais especificamente 59-65 a parte intitulada «Les axes de recherche: pour une histoire de l'associativisme féminin au xx^e siècle»; João Esteves, «L'associativisme féminin au Portugal, 1906-1918», 155-59; Irene Flunser Pimentel, «Une organisation féminine de l'État Nouveau Portugais: l'œuvre des mères pour l'éducation nationale (1936-1974)», 161-164; Manuela Barbas, «Femmes et État Nouveau: La Jeunesse Portugaise Féminine (1937-1945)», 165-168; Manuela Tavares, «Feminisms in Portugal, 1970s-1980s», 177-179. Destaca-se, por outro lado, o artigo de Irene Vaquinhas, «História das mulheres e de género em Portugal: Horizontes temáticos e desafios atuais», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, número extra «Género na arte», outubro de 2019, 37-55 e mais especificamente a parte intitulada «2.1. Associativismo e mobilização feminina», 40-44.

Portuguesas (1914-1947), fruto da sua dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Assim, este volume beneficia dos resultados destas pesquisas bem como do conhecimento dos outros membros da equipa, especialistas do associativismo das mulheres em Portugal (João Esteves)² ou numa perspetiva comparada e/ou transnacional (Anne Cova),³ dos feminismos (Manuela Tavares),⁴ da imprensa periódica feminina e respetivas imagens das mulheres (Ana Costa Lopes)⁵ e da análise das redes (Raquel Rego).⁶ A presente obra está centrada nestas áreas de *expertise*, não significando que não existam outros trabalhos de investigação de referência tais, como por exemplo, acerca das numerosas agremiações de mulheres católicas que já foram objeto de estudo: *Juventude Escolar Católica Feminina*;⁷ *Juventude*

² João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991) e, do mesmo autor, *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998); «O movimento feminista em Portugal. Periódicos (1899-1928)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 1-2 (1999): 185-196.

³ Anne Cova, dir., *História Comparada das Mulheres, Novas Abordagens* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008) e da mesma autora: «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)», em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, organizadores, Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 583-602; «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)», em *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos dois Séculos: Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009), 333-348.

⁴ Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80* (Lisboa: Livros Horizonte, 2000) e da mesma autora: *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)* (Lisboa: Texto, 2011).

⁵ Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade* (Lisboa: Quimera, 2005).

⁶ Raquel Rego, «The role of civil society organisations in emancipating Portuguese Roma women», em *Women's Emancipation and Civil Society Organisations: Challenging or Maintaining the Status Quo?*, dir. Christina Schwabenland, Chris Lange, Jenny Onyx e Sachiko Nakagawa (Bristol: Policy Press, 2016), 235-254 e da mesma autora com Vera Borges, «The transformative role of Angels' cultural organisations under austerity», *Cultural Trends*, vol. 30, n.º 2 (2021): 156-173.

⁷ Paulo Fontes, «Juventude Escolar Católica/Feminina», em *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 8), 341-345.

Operária Católica Feminina;⁸ *Liga Agrícola Católica Feminina*;⁹ *Liga Operária Católica Feminina*;¹⁰ *Obra de Protecção às Raparigas*;¹¹ *União Noelista Portuguesa*¹² bem como mulheres católicas de renome tais como Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), para citar apenas um exemplo, e a sua ação na *Juventude Universitária Católica Feminina*.¹³

Os arquivos oficiais, institucionais e particulares foram as principais fontes para a realização destes estudos. No entanto, para as investigações da primeira metade do século XX, os arquivos apresentam limitações pela fraca representatividade de fontes sobre as mulheres.¹⁴ Estas ausências e estes apagamentos, esta invisibilidade, além de refletirem as desigualdades e a desvalorização da sua participação pública, têm levado ao questionamento dos processos de produção, seleção, validação e arquivamento de fontes e do papel a desempenhar pelas instituições na aquisição de acervos femininos e no tratamento e preservação de uma memória coletiva mais equitativa. A raridade e a

⁸ Paulo Fontes, «Juventude Operária Católica/Feminina», em *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, dir. António Barreto e Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 8), 345-347.

⁹ Carina Raquel Gomes Ferreira, «Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século XX)» (dissertação de mestrado em História, Universidade do Minho, 2018).

¹⁰ AA. VV., *A Igreja no Mundo Operário: Contributos para a História da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002). Ferreira, «Os movimentos...».

¹¹ António Ferreira de Sousa, «A Obra de Protecção às Raparigas: um exemplo do associativismo católico de mulheres (1914-1945)» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004) e do mesmo autor «A Obra de Protecção às Raparigas e a educação das criadas de servir, 1914-1945», *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, n.º 15 (2006): 59-82.

¹² Paulo Fontes e Maria Reynolds de Souza, «A União Noelista Portuguesa, um movimento católico de mulheres», *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, n.º 22 (2009): 105-123.

¹³ Paulo Fontes, «Juventude Universitária Católica/Feminina», em *Dicionário de História de Portugal: suplemento*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 8), 347-350. Ana Filomena Leite Amaral, *Maria de Lourdes Pintasilgo: Os Anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)* (Coimbra: Almedina, 2009).

¹⁴ Irene Vaquinhas, «Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões e metodologias (séculos XIX e XX)», em *O Feminino nos Arquivos: Abordagens e Problematizações*, org. Cristina Moscatel, Joana M. Couto e Sónia Sousa Freitas (Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2021), 437-445.

inconsistência das fontes sobre as mulheres têm dificultado o trabalho de investigação e impedido uma análise mais abrangente das múltiplas dimensões da vida humana na dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres. Os/as historiadores/as desta área científica têm procurado colmatar estas lacunas com o recurso a arquivos pessoais, espólios particulares, memórias e fontes orais, nem sempre acessíveis, mas que, muitas vezes, abrem a porta ao inesperado ao revelarem experiências singulares da realidade vivida, podendo contribuir para outros olhares e novas perspetivas de análise sobre as mulheres e o seu legado cultural e cívico. As fontes orais, testemunhos, memórias e entrevistas, ultrapassado o debate historiográfico sobre o seu valor de prova, validação e legitimação, revelam-se um recurso precioso para a história das mulheres e os estudos feministas e de género e o seu uso, como fonte preferencial, complementar ou de apoio às fontes escritas, foi-se generalizando a outras áreas científicas.¹⁵ De referir duas iniciativas que constituem um passo importante no processo de preservação da memória das mulheres em Portugal: o esforço desenvolvido pelo Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, inaugurado em Alcântara (Lisboa), em 2011, na recolha e divulgação de espólios pessoais e de testemunhos em áudio e vídeo dos projetos «Memórias e Feminismos» e a Biblioteca especializada Ana de Castro Osório, fundada em 2013 e sediada na Biblioteca de Belém (Lisboa).

A imprensa periódica feminina e feminista que está também no cerne das investigações aqui publicadas, em que a colaboração das mulheres foi ganhando uma série de «espaços» públicos e poderes nunca antes tidos e exercidos, como proprietárias, redatoras, colaboradoras, provem, de maneira diferente, logo desde o início do século XIX. Estas conquistas foram bem aproveitadas nesta imprensa pelas mulheres deste século e do seguinte que as utilizaram para a defesa das suas ideias educacionais, políticas e sociais, entre tantas outras. A imprensa proporcionou às Oitocentistas, pela primeira vez, e com grande visibilidade, um «espaço público» seu, embora os seus textos publicados estivessem sujeitos à contestação. Aqui se divulgaram e discutiram os primeiros testemunhos destas pré-feministas,

¹⁵ Françoise Thébaud e Geneviève Dermenjian, dir. *Quand les femmes témoignent. Histoire orale, histoire des femmes, mémoire des femmes* (Paris: Publisud, 2009).

raiz das feministas do século seguinte. Essa imprensa acompanhou os tempos e incluiu matérias muito diversas, algumas comuns às dos periódicos masculinos, mas insistindo, também, na temática da educação, da igualdade, da emancipação, dos direitos cívicos, políticos e sociais. É evidente a necessidade de continuar a apostar na digitalização de fontes – nomeadamente a imprensa, sobretudo a de épocas mais recuadas, visto haver coleções muito deterioradas, algumas das quais já vedadas ao público – e na sua disponibilização em *open access* (<http://www.ciencia-aberta.ics.ulisboa.pt>). Assim, são instrumentos essenciais de pesquisa a plataforma Casa Comum da Fundação Mário Soares e Maria Barroso (<http://casacomum.org/cc/arquivos>), a hemeroteca digital da hemeroteca municipal de Lisboa (<http://hemeroteca-digital.cm-lisboa.pt/Indice/IndiceGeneros/ImprensaFeminista.htm>) e o portal Revistas de Ideias e Cultura (RIC, <http://www.ric.slihi.pt>)¹⁶ que disponibiliza atualmente o conteúdo integral de analíticos referentes a 41 revistas criadas nas oito primeiras décadas do século xx em Portugal. Entre as publicações digitalizadas no RIC encontram-se já *A Mulher Portuguesa*, órgão da *Associação de Propaganda Feminista* (publicada entre junho de 1912 e fevereiro de 1913), a *Sociedade Futura* (publicada entre maio de 1902 e março de 1904), e a breve prazo também a coleção, *A Mulher e a Criança*, órgão da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, publicada entre abril de 1909 e maio de 1911.

O presente livro está organizado em três partes, constituídas por nove capítulos: parte I: associações fundadas entre 1914-1919; parte II: associações de oposição ao Estado Novo criadas entre 1935 e 1973; parte III: associações nascidas na década de 1960 e em atividade no 25 de Abril de 1974. A interrupção entre 1920 e 1934 não significa não ter havido fundação de associações de mulheres, mas neste período inscreve-se o ano do golpe militar de 1926 e o início do Estado Novo em 1933, regime que fundou as suas próprias organizações de mulheres: *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF, 1936) e *Obra das Mães*

¹⁶ O RIC é um programa de estudo e de reprodução de revistas portuguesas do século xx desenvolvido pelo Seminário Livre de História das Ideias (CHAM – NOVA FCSH), em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal e a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, e com apoio da FCT. Os analíticos das publicações feministas vêm sendo trabalhados no RIC por uma equipa do grupo de investigação *Faces de Eva: Estudos Sobre a Mulher* coordenada por Zília Osório de Castro.

pela *Educação Nacional* (OMEN, 1937), já investigadas.¹⁷ Refira-se que, na primeira parte do livro, se destaca o CNMP criado em Lisboa em 1914, por se tratar de uma federação, e não apenas de uma associação, agrupando mais de vinte agremiações femininas, feministas e mistas. Duas associações muito importantes filiadas no CNMP foram fundadas na década de 1920: a *Liga Portuguesa Abolicionista* (LPA, 1926) e a *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* (AMUP, 1928), que foram estudadas no âmbito deste projeto, mas que merecem continuar a ser pesquisadas, nomeadamente pelo seu cariz internacional. O CNMP teve, além do mais, uma origem internacional sendo afiliado no *International Council of Women* (ICW, 1888), fundado nos EUA, que reagrupava, antes do deflagrar da Segunda Guerra Mundial, em 1939, mais de trinta conselhos nacionais de mulheres espalhados por todo o mundo. Nessa medida, são dedicados ao CNMP três capítulos: o primeiro da autoria de Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire, analisa algumas agremiações do Conselho que foram ainda objeto de poucos estudos: AMUP; *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino* (CAEPSF); *Ginásio Feminino de Portugal* (GFP); *Grémio dos Professores Primários Oficiais* (GPPO); *Recreatórios Post-Ecolares* (RPE); e a *Tuna das Costureiras de Lisboa* (TCL). Caracterizam-se pela «pluralidade, singularidade, vanguardismo, consenso ou controvérsia das propostas apoiadas nas quatro primeiras décadas do século xx». Este capítulo responde às seguintes questões: que fundamentos e relações interpessoais estiveram na origem da afiliação destas agremiações ao CNMP? Que laços se estabeleceram entre as organizações? Como se envolveu o Conselho nas iniciativas destas associações? Que aprendizagens e competências desenvolveram as ativistas no quotidiano destas coletividades? E de que forma contribuíram para a «marcha» pela emancipação das mulheres em Portugal, dificultada em 1947, com o encerramento do CNMP pelo Estado Novo? Numa outra abordagem inovadora, o segundo capítulo dos mesmos autores com Raquel

¹⁷ Isabel Alves Ferreira, «Mocidade Portuguesa Feminina: um ideal educativo», *Revista de História das Ideias*, vol. 16 (1994): 193-233; Maria Manuela de Sousa Barbas, «Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945)» (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999); Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)* (Lisboa: Temas e Debates, 2001).

Rego, propõe uma análise exploratória de redes e perfis das dirigentes do CNMP recorrendo à Análise de Redes Sociais (ARS), que permite «representar graficamente a rede social que compõe o CNMP, proporcionando uma visualização que fornece também medidas quantitativas dessa mesma rede». O terceiro capítulo desta primeira parte insiste na dimensão feminista do CNMP e é o resultado da investigação realizada por Célia Costa que deu origem à publicação, do já referido livro *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Estes três capítulos oferecem, portanto, uma perspetiva complementar e inovadora sobre a mais duradoura organização feminista em Portugal do século xx.

As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial – APVG; CFPP; CMP; e NFAI da JPN – são analisadas em pormenor por Natividade Monteiro no quarto capítulo mostrando que a participação feminina no esforço de guerra «com o objectivo de suavizar o sofrimento físico e moral das vítimas da guerra permitiu às mulheres inovar nos papéis tradicionais que lhes eram atribuídos, assumir novas funções e responsabilidades, experimentar novos caminhos de autonomia e criar espaços de partilha e de liberdade para pensar e agir». Um ano depois do fim da guerra, foi criada, em 1919, a ainda existente Associação das Antigas Alunas do *Instituto de Odivelas*, objeto de estudo de Ana Costa Lopes que analisa o que esteve subjacente a esta proposta feita às jovens discentes, internas do *Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (IFET): a fundação de uma associação com a elaboração dos seus estatutos, à semelhança dos de outras associações, com o objetivo de dar assistência material e «moral» às antigas alunas.

Na segunda parte deste livro, dedicada às associações de oposição ao Estado Novo, João Esteves propõe uma abordagem inédita sobre a AFPP, com um levantamento de 477 nomes mostrando a dimensão mais politizada desta associação no combate ao regime autoritário. No seio dos movimentos de oposição ao Estado Novo, são vários os coletivos femininos a que Vanda Gorjão dedica o seu estudo: *Comissão Feminina do MUD*; *Comissão Feminina Eleitoral da Candidatura Presidencial de Norton de Matos*; *Movimento Nacional Democrático Feminino do MND*; *Comissão Feminina Eleitoral da Candidatura Presidencial de Arlindo Vicente*; *Comissão Feminina Eleitoral da Candidatura Presidencial de Humberto Delgado*; *Comissão de Mulheres da CDE*; *Núcleo Feminino*

da CEUD; *Comissão de Mulheres Democratas da CDE*. Como sublinha a autora, todas estas organizações de mulheres, criadas entre 1945 e 1973, foram o lugar de um processo gradual de consciencialização cívica e de politização das mulheres.

Finalmente, na última parte deste livro, são analisadas duas associações, ambas fundadas nos anos sessenta do século xx, que se situam em lados opostos do espectro político: o MNF e o MDM. O MNF foi liderado por Cecília Supico Pinto (1921-2011), cuja ação na retaguarda da guerra colonial é analisada por Sílvia Espírito-Santo destacando «o cariz patriótico, nacionalista e concordante com a política colonialista» da associação e o perfil carismático da sua dirigente. Esta investigação beneficiou, entre outras fontes, da consulta no Arquivo de História Social (AHS) do ICS-ULisboa do fundo sobre Cecília Supico Pinto e do subfundo MNF. De notar que o MNF ficou encerrado por despacho do ministro da Defesa Nacional no 22 de julho de 1974. O MDM, ainda hoje ativo, é o objeto de estudo de Manuela Tavares que propõe uma reflexão sobre a luta contra a ditadura e a luta pelos direitos das mulheres através da análise de histórias de vida de algumas das suas dirigentes: Luísa Amorim (1946-), Helena Neves (1945-), Helena Pato (1939-) e Maria José Ribeiro (1936-).

Com o estudo destas associações e das suas dirigentes, procura-se contribuir para o desenvolvimento da história política numa perspetiva de género. Além disso, uma combinação de abordagem histórica e sociológica, a que se associa a análise de redes, proporciona novas perceções sobre o associativismo das mulheres. Com esta obra, pretendemos abrir caminhos para o estudo do associativismo das mulheres em Portugal, porque como a conferência final do projeto evidenciou existiam ligações entre estas associações e as suas congéneres na Europa do Sul, nomeadamente em Espanha e em França, bem como com organizações internacionais anglo-saxónicas: a *International Abolitionist Federation* (IAF, Liverpool, 1875); o ICW (Washington, 1888) e a *International Federation of University Women* (IFUW, Londres, 1919). Mantém-se, com efeito, todo um campo de investigação comparada e/ou transnacional que merece ser desenvolvido nas ciências sociais.

Bibliografia

- Amâncio, Lígia, et al., dir. *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- Amaral, Ana Filomena Leite. *Maria de Lourdes Pintasilgo: Os Anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*. Coimbra: Almedina, 2009.
- Araújo, Helena Costa. *As Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, percursos e experiências, 1870-1933*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- Armada, Fina d'. *Republicanas Quase Desconhecidas: Mulheres Republicanas de Trinta e Três Conselhos*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- AAVV. *Quem Tem Medo dos Feminismos?* Funchal: Nova Delphi, 2010, 2 vols.
- AAVV. *A Igreja no Mundo Operário: Contributos para a História da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002.
- Baltazar, Isabel. «Vozes antifeministas na 1.^a República. Ecos de oposição ao feminismo». In *Mulheres na 1.^a República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, 47-77. Lisboa: Colibri, 2011.
- Baltazar, Isabel, Alice Cunha, e Isabel Lousada, dir. *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*. Lisboa: Assembleia da República, 2021.
- Baptista, Virgínia. «Participação feminina no movimento mutualista: do final da Monarquia ao Estado Novo», *Ler História*, n.º 62 (2012): 31-51. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.553>.
- Baptista, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- Barbas, Maria Manuela de Sousa. «Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945)». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999.
- Barbas, Manuela. «Femmes et État Nouveau: la Jeunesse Portugaise Féminine (1937-1945)». In *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*, dir. Gisela Bock e Anne Cova, 165-168. Oeiras: Celta, 2003.
- Barreto, António, e Maria Filomena Mónica, dir. *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*. Vol. 8. Porto: Figueirinhas: 1999.
- Belo, Maria, et al. «O Estado Novo e as mulheres». In *O Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, AAVV, vol. II, 263-279. Lisboa: Fragmentos, 1987.
- Bermúdez, Silvia, e Roberta Johnson, dir. *A New History of Iberian Feminisms*. Toronto: University of Toronto Press, 2018.
- Bock, Gisela, «História, História das mulheres, História do género», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 4 (novembro de 1989): 158-187.
- Bock, Gisela, e Anne Cova, dir. *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*. Oeiras: Celta, 2003.

- Braga, Helena Lopes, «Francine Benoît (1894–1990): gender and politics in the shaping of a professional music career and its legacy». Tese de doutoramento em Comparative Gender Studies, Viena, Central European University, 2022.
- Candeias, António, «Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930». Tese de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de História da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1992, 2 vols, <https://hdl.handle.net/10216/53624>, publicada em livro: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1994.
- Carvalho, Margarida Mota da Cunha Rego de. «Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Castro, Zília Osório de, dir. *Falar de Mulheres, História e Historiografia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Castro, Zília Osório de, e João Esteves, dir. *Dicionário no Feminino (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Castro, Zília Osório de, e João Esteves, dir. *Feminae: Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Castro, Zília Osório de, João Esteves, e Natividade Monteiro, coord. *Mulheres na 1.ª República. Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Colibri, 2011.
- Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa. *A Mulher na Sociedade Portuguesa: Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Colóquio 20-22 de Março de 1985*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols., 1986.
- Costa, Célia. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): uma organização feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa, Universidade Aberta, 2007, publicada em livro: *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Tinta-da-china, 2021.
- Costa, Fernando Marques da. *A Maçonaria Feminina*. Lisboa: Vega, 1981.
- Cova, Anne. «Ana de Castro Osório». In *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: A Global Sourcebook and History*, dir. Tiffany K. Wayne, 372-374. Santa Bárbara: Greenwood, 2011, 2 vols, vol. 2.
- Cova, Anne. «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)». In *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos Dois Séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, 333-348. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Cova, Anne. «Cabete, Adelaide (1867-1935)». In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, 464-65. Lisboa: Assembleia da República, 2013.
- Cova, Anne. «Guimarães, Elina». In *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*, dir. Isabel Baltazar, Alice Cunha e Isabel Lousada, 125-129. Lisboa: Assembleia da República, 2021.
- Cova, Anne. «L'histoire des femmes au Portugal: le XX^e siècle». In *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*, dir. Gisela Bock e Anne Cova, 49-66. Oeiras: Celta, 2003.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Cova, Anne, dir. *História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)». In *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva, 583-602. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «Le salazarisme». In *Encyclopédie politique et historique des femmes*, dir. Christine Fauré, 685-699. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa». *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «Women and Salazarism». In *Political and Historical Encyclopedia of Women*, dir. Christine Fauré, 397-405. Nova Iorque: Routledge, 2003.
- Eduardo, Joaquim Mário Cortes. «Adelaide Cabete (1867-1935): Biografia de uma professora feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Espírito-Santo, Sílvia. *Adeus, Até ao Teu Regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Espírito-Santo, Sílvia. *Cecília Supico Pinto: O Rosto do Movimento Nacional Feminino*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- Espírito-Santo, Sílvia. «Domingas Lazary Amaral – ‘Uma querelada pela liberdade de imprensa’», *Ex aquo*, n.º 39 (2019): 39-53.
- Espírito-Santo, Sílvia, «As mulheres nacionalistas e as eleições de 1949». In *O Feminino nos Arquivos: Abordagens e Problematizações*, org. Cristina Moscatel, Joana M. Couto e Sónia Sousa Freitas, 331-347. Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2021.
- Espírito-Santo, Sílvia. «As portuguesas e o ‘Portugal de Além-mar’ na primeira metade do século XX: representações, discursos e práticas». Tese de doutoramento em curso em História, Universidade do Minho.
- Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- Esteves, João. «Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves, 20-26. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2014.
- Esteves, João. «L’associativisme féminin au Portugal, 1906-1918». In *Écrire l’histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women’s History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*, dir. Gisela Bock e Anne Cova, 155-159. Oeiras: Celta, 2003.
- Esteves, João. «Feminismo, feminismos e sufrágismo na 1.^a República». In *Mulheres na 1.^a República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, 19-46. Lisboa: Colibri, 2011.

- Esteves, João. *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- Esteves, João. «O movimento feminista em Portugal. Periódicos (1899-1928)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 1-2 (1999): 185-196.
- Esteves, João. *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2008.
- Ferreira, Carina Raquel Gomes. «Os movimentos católicos femininos na Arquidiocese de Braga: a Liga Agrícola Católica Feminina e a Liga Operária Católica Feminina (anos 30 a 70 do século xx)». Dissertação de mestrado em História, Universidade do Minho, 2018.
- Ferreira, Isabel Alves. «Mocidade Portuguesa Feminina: um ideal educativo». *Revista de História das Ideias*, vol. 16 (1994):193-233.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.
- Fontes, Paulo. «Juventude Escolar Católica/Feminina». In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 341-345. Porto: Figueirinhas, 1999, vol. 8.
- Fontes, Paulo. «Juventude Operária Católica/Feminina». In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 345-347. Porto: Figueirinhas: 1999, vol. 8.
- Fontes, Paulo. «Juventude Universitária Católica/Feminina». In *Dicionário de História de Portugal: Suplemento*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 347-350. Porto: Figueirinhas: 1999, vol. 8.
- Fontes, Paulo, e Maria Reynolds de Souza. «A União Noelista Portuguesa, um movimento católico de mulheres». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 22 (2009): 105-123.
- Freire, Isabel. *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.
- García-Fernández, Mónica. *Dos en una sola carne. Matrimonio, amor y sexualidad en la España franquista (1939-1975)*. Granada: Comares, 2022.
- García-Fernández, Mónica. «From national Catholicism to romantic love: the politics of love and divorce in Franco's Spain». *Contemporary European History*, vol. 31 (Issue 1) (February, 2022): 2-14. <https://doi.org/10.1017/S0960777321000515>
- Gimeno, Luz Sanfeliu. «Educación superior femenina y nuevas conformaciones identitarias: la Juventud Universitaria Femenina (1923-1930)», *Historia Contemporánea*, n.º 55 (2017): 547-573.
- Gorjão, Vanda. «Deputadas portuguesas antes da 'Democracia Paritária' (1975-1987)». Tese de doutoramento (entregue em julho de 2022) em Sociologia, Lisboa, ICS-ULisboa e Universidade Nova de Lisboa.
- Gorjão, Vanda. «Mulheres e política. Algumas revisões conceptuais a propósito da oposição feminina ao Estado Novo». In *A Reforma do Estado em Portugal: Problemas e Perspectivas: Actas do I Encontro de Ciência Política*, dir. Associação Portuguesa de Ciência Política, 352-360. Lisboa: Bizâncio, 2001.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Gorjão, Vanda. «Oposição feminina ao Estado Novo». In *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, dir. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida, 108-123. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- Gorjão, Vanda. *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.
- Guinote, Paulo. *Quotidianos Femininos (1900-1933)*. Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997, 2 vols.
- Honório, Cecília. *Mulheres Contra a Ditadura. MUD Juvenil, 1946-1957*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- Jesus, Isabel Henriques de, et al., dir., *Falar de Mulheres: Dez Anos Depois*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Lamas, Rosmarie Wank-Nolasko. *Mulheres para Além do seu Tempo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- Leal, Maria Ivone. *Um Século de Periódicos Femininos: Arrolamento de Periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.
- Lemercier, Claire. «Analyse de réseaux et histoire». *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n.º 52-2 (2005/2): 88-112.
- Lopes, Ana Maria Costa. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.
- Lopes, Ana Maria Costa. «A persistência das ideias republicanas sobre a educação feminina no 'Coração e Cérebro' (1935)». *Povos e Culturas*, n.º 16 (2012): 389-407.
- Lopes, Ana Maria Costa. *Elisa Curado (1858-1933): uma Mulher de Causas*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, a sair.
- Lousada, Isabel. *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010.
- Mariano, Fátima. «Génese e desenvolvimento do movimento feminista português (1890-1930)». Dissertação de mestrado em História do século XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- Mariano, Fátima. *As Mulheres e a I República*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2011.
- Mariano, Fátima. *As Urnas: A Reivindicação do Voto Feminino na Península Ibérica (1821-1934)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2022.
- Marques, Maria Gabriela Mota. «Demónios aperfeiçoados: o antifeminismo na imprensa portuguesa (1895-1914)». Tese de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.
- Marques, Gabriela Mota. «A 'maior humorista de todos os tempos': a sátira antifeminista na imprensa portuguesa, 1885-1914». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 32 (2014): 93-111.
- Mattoso, José. dir., *História da Vida Privada em Portugal*. Vol: *A Época Contemporânea*, coord. Irene Vaquinhas. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

- Mocho, Dulce Maria Baptista. «Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 2003.
- Monteiro, Natividade. «Associativismo feminino nacionalista e patriótico na I Guerra Mundial». In *Outras Vozes na República 1910-1926: Atas do Congresso Nacional de História e Ciência Política*, Vol. 3, 705-716. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2016.
- Monteiro, Natividade. «Associativismo feminista, um laboratório de cidadania». In *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos*, dir. AAVV 133-148. Coimbra: Escrytos, Almedina.net, 2015.
- Monteiro, Natividade. «A Cruzada das Mulheres Portuguesas e a assistência aos feridos e mutilados da guerra». In *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, coord. Luís Sá e Manuela Rêgo, 25-44. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- Monteiro, Natividade. *Maria Veleda (1871-1955)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.
- Monteiro, Natividade. *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre-Pensadora: Caminhos Trilhados pelo Direito de Cidadania*. Olhão: Gente Singular, 2012.
- Monteiro, Natividade. «A mobilização das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)». Tese de doutoramento em História, Lisboa, Universidade Nova, 2022.
- Monteiro, Natividade. «‘Pela Pátria e pela República’. As mulheres republicanas na I Guerra Mundial». In *Mulheres na 1.ª República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, e Natividade Monteiro, 179-215. Lisboa: Colibri, 2011.
- Moura, Maria Lúcia de Brito. «Resistências femininas ao laicismo republicano». In *Mulheres na 1.ª República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, e Natividade Monteiro, 145-178. Lisboa: Colibri, 2011.
- Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, *Análise Social*, 3º série, vol. XXII, n.º 93-93, 1986.
- Nóvoa, António, dir. *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- Palacios Cerezales, Diego. «‘Assinem assinem, que a alma não tem sexo!’: Petição coletiva e cidadania feminina no Portugal constitucional (1820-1910)». *Análise Social*, XLVII, n.º 205 (2012): 740-765.
- Palla, Maria Antónia. *O Relógio de Cuco: Autorretrato*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2021.
- Pereira, Joana Dias. *Associativismo Livre: Uma História de Fraternidade e Progresso (1824-1926)*. Coimbra: Almedina, 2020.
- Pereira, Miriam Halpern. *A Primeira República. Na Fronteira do Liberalismo e da Democracia*. Lisboa: Gradiva, 2016.
- Pessoa, Ana Maria. «A educação das mulheres e das crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado Silva Rosa». Tese de doutoramento em História da Educação, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- Pimentel, Irene Flunser. «Une organisation féminine de l'État Nouveau Portugais: l'œuvre des mères pour l'éducation nationale (1936-1974)». In *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*. dir. Gisela Bock e Anne Cova, 161-164. Oeiras: Celta, 2003.
- Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. *Mulheres Portuguesas: História de Vida e dos Direitos das Mulheres num Mundo em Mudança*. Lisboa: Clube do autor, 2015.
- Pinho, Maria Eugénia Ferreira Alves de. «O Movimento Nacional Feminino de São João da Madeira (1963-1974)». Dissertação de mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.
- Pintassilgo, Joaquim. «O coronel Frederico Ferreira de Simas e a educação nova em Portugal». In *Militares e Educação em Portugal e no Brasil*, 17-43. Rio de Janeiro: FAPERJ/Quartet, 2010. <http://hdl.handle.net/10451/8350>
- Prates, Maria Luzia Fouto. «Maria Lamas (1893-1983): uma participante da história da mentalidade feminina». Tese de doutoramento em Estudos Portugueses, Lisboa, Universidade Nova, 2011.
- Raposo, Manuela. «A imprensa feminista e feminina durante a Grande Guerra». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- Rego, Raquel. «The role of civil society organisations in emancipating Portuguese Roma women». In *Women's Emancipation and Civil Society Organisations: Challenging or Maintaining the Status Quo?*, dir. Christina Schwabenland, Chris Lange, Jenny Onyx, e Sachiko Nakagawa, 235-254. Bristol: Policy Press, 2016.
- Rego, Raquel, e Vera Borges. «The transformative role of Angels' cultural organisations under austerity», *Cultural Trends*, vol. 30, n.º 2 (2021): 156-173.
- Samara, Maria Alice. *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- Saraiva, Ana Paula Rocha da Costa. «Associativismo Mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX». Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Lisboa, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
- Seixas, Maria Augusta Anselmo. «Virgínia Quaresma (1882-1973): a primeira jornalista portuguesa». Dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004.
- Serralheiro, Lúcia. «A Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Delegação do Porto (1942-1952)». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, 2004. Publicada em livro: *Mulheres em Grupo Contra a Corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*. Rio Tinto: Evoluta Edições, 2011.
- Silva, Maria Regina Tavares da. *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.

- Silva, Maria Regina Tavares da. «Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século xx», *Análise Social*, vol. XIX n.º 77-78-79 (1983): 875-907.
- Silva, Maria Regina Tavares da. *A Mulher: Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias, 1518-1998)*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- Sousa, António Ferreira de. «A Obra de Protecção às Raparigas: um exemplo do associativismo católico de mulheres (1914-1945)». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Sousa, António Ferreira de. «A Obra de Protecção às Raparigas e a educação das criadas de servir, 1914-1945». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 59-82.
- Souza, Maria Reynolds de. *A Concessão do Voto às Portuguesas: Breve Apontamento*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Tavares, Manuela. «Feminisms in Portugal, 1970s-1980s ». In *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*, dir. Gisela Bock e Anne Cova, 177-179. Oeiras: Celta, 2003.
- Tavares, Manuela. *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto, 2011.
- Tavares, Manuela. *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- Thébaud, Françoise. *Une traversée du siècle. Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale*. Paris: Belin, 2017.
- Thébaud, Françoise, e Geneviève Dermenjian, dir. *Quand les femmes témoignent. Histoire orale, histoire des femmes, mémoire des femmes*. Paris: Publisud, 2009.
- Tomé, Irene, Maria Emília Stone, e Maria Teresa Santos, dir. *Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*. Lisboa: Centros de Estudos de Sociologia da Universidade Nova, 2011.
- Vaquinhas, Irene. «Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões e metodologias (séculos XIX e XX)». In *O Feminino nos Arquivos: Abordagens e Problematisações*, org. Cristina Moscatel, Joana M. Couto, e Sónia Sousa Freitas, 437-445. Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 2021.
- Vaquinhas, Irene. «História das mulheres e de género em Portugal: Horizontes temáticos e desafios atuais». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, número extra «Género na arte» (outubro de 2019): 37-55.
- Ventura, António. *Silêncio e Virtude: Uma História da Maçonaria Feminina em Portugal (1814-1996)*. Lisboa: Temas e debates, 2016.
- Vilela, Ana Maria de Oliveira. «O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999.

PARTE I
ASSOCIAÇÕES FUNDADAS
ENTRE 1914-1919

Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire

Capítulo 1

Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1947)

Introdução

O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), organização feminista portuguesa com 33 anos de ativismo, constituiu, aquando da sua criação em 1914 em Lisboa, uma federação de agremiações maioritariamente femininas.¹ Ao longo dos anos até ao seu encerramento,

¹ Sobre o CNMP: Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994); Anne Cova, «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)», em *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim (Oeiras, Celta, 2004), 89-96; João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», em *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 243-244; João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135; Célia Costa, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): uma organização feminista» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007) publicada em livro: *História do Conselho Nacional*

em 1947, conseguiu reagrupar as seguintes associações: *Associação das Amigas das Flores*; *Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*; *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal*; *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*; *Associação dos Professores de Ensino Livre*; *Associação dos Professores do Instituto de Odívelas*; *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*; *Club Solidariedade Feminina*; *Ginásio Feminino de Portugal*; *Grémio dos Professores Primários Oficiais*; *Grupo Balbina Brazão*; *Grupo Feminista Português*; *Ligas de Bondade*; *Liga Portuguesa Abolicionista*; *Liga Portuguesa da Moralidade Pública*; *Liga Portuguesa dos Educadores*; *Liga Republicana*

das Mulheres Portuguesas (1914-1947) (Lisboa: Tinta-da-china, 2021); Anne Cova, «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)», em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, dir. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 583-602; Anne Cova, «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)», em *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos Dois Séculos: Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009), 333-348; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): o caso português numa perspectiva comparada», em AAVV, *Quem Tem Medo dos Feminismos?* (Funchal: Nova Delphi, 2010), 2 vols. Vol. 1, 85-91; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres», em *Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*, dir. Irene Tomé, Maria Emília Stone, e Maria Teresa Santos (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2011), 27-40; Rosa de Lurdes Matias Pires Correia, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século xx (1914-1947)» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Nova, 2013); Ver as contribuições de Natividade Monteiro, Anne Cova e João Esteves no livro *Falar de Mulheres: Dez Anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro (Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016); Natividade Monteiro, «Nos cem anos da criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», 49-52, Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa perspetiva transnacional (Europa do Sul e América Latina nas primeiras quatro décadas do século xx)», 53-65, João Esteves, «Os 33 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Do republicanismo e feminismo ao antifascismo», 67-83; Anne Cova, «Legal position of women in Portugal: the case of the standing Committee on Legislation of the National Council of Portuguese Women (CNMP), 1914-1947», em *New Perspectives on European Women's Legal History*, dir. Sara L. Kimble, e Marion Rowekamp (Londres: Routledge, 2017), 376-393; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa abordagem transnacional (1914-1947)», *Jornal Mundus*, Edição Especial «O desabrochar da igualdade: lutas e conquistas das mulheres portuguesas» (2018): 21-24.

das Mulheres Portuguesas (sendo apenas federado o Núcleo do Porto); *Recreatórios Post-Escolares*; *Sociedade Amigável Mariana Gasul*; *Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro*; *Tuna das Costureiras de Lisboa*; e *União Amigável Maria Scintia*.

Fundado pela médica obstetra e ginecologista Adelaide Cabete (1867-1935), o CNMP apoiou e incentivou ao longo de vários regimes (república, ditadura militar e Estado Novo) a criação de associações de vários teores (auxílio mútuo, beneficência, cooperativismo, feminismo, pacifismo, profissionais, recreativas, entre outras).² A estratégia federativa do CNMP seguia a do *International Council of Women* (ICW) que tinha por objetivo «to stimulate the sentiment of internationalism among women throughout the world», revelando consciência da importância da cooperação das mulheres para a sua emancipação e valorizando a confluência de forças em detrimento das diferenças ideológicas, como enunciado no artigo 3 dos seus estatutos: «The ICW is not based on a social, religious or political perspective».³ Fundado em 1888, em Washington DC, nos EUA, o ICW totalizava, em 1939, trinta e seis conselhos afiliados.⁴ A relação entre o CNMP e o ICW era estreita: «Um grande compromisso moral e fortes laços de solidariedade nos ligam ao Conselho Internacional [das Mulheres]. Queremos, porém, supôr que, com o auxilio de todas as nossas compatriotas, havemos, também de cooperar, eficazmente n'essa obra, que a toda a humanidade interessa».⁵ À semelhança do ICW,

² Sobre Adelaide Cabete: Joaquim Mário Cortes Eduardo, «Adelaide Cabete (1867-1935): Biografia de uma professora feminista» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004); João Esteves, «Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete», em *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 20-26; Isabel Lousada, *Adelaide Cabete (1867-1935)* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010); Anne Cova, «Cabete, Adelaide (1867-1935)» em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I (Lisboa: Assembleia da República, 2013), 464-465.

³ Anne Cova, «The national councils of women in France, Italy and Portugal. Comparisons and entanglements 1888–1939», em *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönpflug (Oxford: Berghahn Books, 2014), 47 e 58.

⁴ Leila J. Rupp, *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement* (Princeton: Princeton University Press, 1997).

⁵ «Porque e para que se fundou o ‘Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas’», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 1, novembro de 1914: 2.

o CNMP valoriza a confluência de energias e a multiplicação de forças através do espírito de associativismo, «um valor de muito mais alto merecimento do que a vontade do indivíduo isoladamente».⁶

Os critérios para a criação de uma «vasta» federação das agremiações e os termos da sua relação com o CNMP estão definidos nos Estatutos do Conselho, aprovados em 1914: podiam afiliar-se associações femininas ou outras sociedades, desde que constituídas por um mínimo de 10 mulheres, sediadas em qualquer parte do país.⁷ As agremiadas, organizações «dignas de registo» e «conscientes» da importância da intervenção feminina para a transformação social, ocupar-se-iam das mulheres e das crianças.⁸ Integrando a rede federativa, o Conselho assegura-lhes autonomia e liberdade, comprometendo-se a prestar apoio moral e a promover o bom entendimento em relações institucionais.

Em artigos publicados no órgão de propaganda do CNMP – intitulado *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (entre 1914 e 1916), *Alma Feminina* (entre 1917 e 1946) e *A Mulher* (em 1946 e 1947) – são recorrentes os diagnósticos lamentando a falta de cooperação das portuguesas na luta pela sua emancipação. Apesar das expressões de desânimo, a estratégia do CNMP de incentivar, acolher e apoiar iniciativas que tivessem no centro as problemáticas vividas pelas mulheres teve resultados: o Conselho agrupou mais de vinte associações e totalizou, aproximadamente, 2000 ativistas. Na impossibilidade de analisar em pormenor todas as agremiações do CNMP, após uma apresentação geral do associativismo das mulheres no seio do Conselho, destacamos seis organizações que ilustram a pluralidade, singularidade, vanguardismo, consenso ou controvérsia das propostas apoiadas nas quatro primeiras décadas do século xx: *Tuna das Costureiras de Lisboa*; *Grémio dos Professores Primários Oficiais*; *Recreatórios Post-Escolares*; *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*; *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal*; e *Ginásio Feminino de Portugal*.

⁶ «Porque e para que se fundou...», 2.

⁷ «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar*, 1, novembro, 1914: 1.

⁸ «Porque e para que se fundou...», 2.

Panorama federativo do CNMP

Ao longo da existência do CNMP, várias dirigentes lastimam a fraca mobilização e cooperação das portuguesas em torno da defesa dos seus direitos. No primeiro número do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* publicado em novembro de 1914, a consciência e disposição das mulheres para o associativismo é definida como «muito vaga» e pouco expressiva.⁹ A professora e publicista Maria Clara Correia Alves (1869-1948), editora e diretora entre 1914 e 1919 do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e da *Alma Feminina*, argumenta que o isolamento a que as mulheres eram condenadas constituía um embaraço ao progresso e que, por isso, as mais cultivadas tinham o «dever indeclinável» de dar o exemplo, conservando-se unidas e animadas por um espírito de melhoramento.¹⁰ Outra figura de destaque do CNMP, Elina Guimarães (1904-1991) – vice-presidente do Conselho em 1928-1929 – mostra-se surpreendida com o que considera a falta de espírito associativo em geral, em Portugal, e, em especial, entre as mulheres: «a palavra associação infunde-lhes um terror, como se envolvesse perigos ignotos e misteriosos».¹¹ Para a recém-licenciada em direito, a difusão do espírito associativo era na década de 1920 um dos objetivos pelo qual as mulheres conscientes mais deveriam pugnar. Também a escritora feminista Sara Beirão (1884-1974) lamenta, em 1933, altura em que assume funções de vice-presidente do CNMP, as dificuldades em motivar as portuguesas para o feminismo e a escassez de agremiações empenhadas na sua emancipação.¹² E Maria Lamas (1893-1983), presidente do CNMP eleita em 1945, reafirma o diagnóstico no ano de encerramento da organização por deliberação do Governo Civil de Lisboa (1947): «o espírito associativo [das mulheres em Portugal] está

⁹ «Porque e para que se fundou...», 1.

¹⁰ Maria Clara Correia Alves, «'Alma feminina'», *Alma Feminina*, 1, janeiro de 1917: 1.

¹¹ Elina Guimarães, «O espírito associativo», *Alma Feminina*, 5, setembro/outubro de 1928: 5. Sobre Elina Guimarães: Anne Cova, «Guimarães, Elina», em *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*, dir. Isabel Baltazar, Alice Cunha, e Isabel Lousada (Lisboa: Assembleia da República, 2021), 125-129.

¹² Sara Beirão, «Agremiações femininas», *Alma Feminina*, 5-6, maio/junho de 1933: 65.

por criar» e as que desenvolveram estes interesses são olhadas com «desdém».¹³

As associações federadas no CNMP eram de cariz benemérito, filantrópico, profissional e recreativo, intervindo, maioritariamente, em áreas como a assistência, a educação e o trabalho. As agremiadas prestaram apoio social, financeiro, médico e moral à maternidade e à infância desfavorecida; criaram propostas de instrução primária, formação profissional, ensino *ménager* (doméstico) para crianças e jovens, mas também para mulheres adultas; organizaram estruturas de educação moral e preconizaram o associativismo de classe em contexto educativo (entre docentes do ensino primário oficial e livre, entre pais de alunas de liceus de Lisboa, entre jovens estudantes, nomeadamente do ensino superior); promoveram campanhas em torno de questões como o alcoolismo, o tabagismo, a prostituição, a imoralidade, o fim das touradas, para citar apenas algumas; e incentivaram o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer. Os direitos políticos foram também preocupações constantes ao longo da história do CNMP.¹⁴ A situação do sufrágio feminino (em Portugal e no mundo) é abordada em artigos no órgão de propaganda, é discutida no I Congresso Feminista e de Educação (pela tese «Reivindicações políticas da mulher portuguesa», de Aurora de Castro Gouveia), e ao longo de 13 anos de funcionamento da Comissão de Sufrágio, criada em 1922.

Nos dois primeiros anos do Conselho contabiliza-se o número mais elevado de adesões: 16 agremiações. Na década de 1920, período em que o CNMP organiza dois congressos feministas e da educação (1924 e 1928), afiliam-se três, inspiradas em princípios e finalidades de organizações internacionais. Na década de 1930, não há novos nomes a integrar a lista de agremiações federadas. A ausência é consonante com a política do Estado Novo, que proíbe a livre associação e remete o papel social das mulheres para a esfera familiar e doméstica, desencorajando e desmobilizando a sua intervenção aos mais diversos níveis no espaço público. Finalmente, na década de 1940, embora num contexto politicamente adverso, três novas associações

¹³ Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP, 13-03-1947, Arquivo do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), Espólio Maria Lamas. Sobre Maria Lamas: Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia* (Lisboa: Quetzal, 2003).

¹⁴ Gorjão, *A Reivindicação do Voto...*; Costa, «O Conselho Nacional...», 255 e *História do Conselho Nacional...*

afiliam-se ao CNMP, maioritariamente devido ao dinamismo de Maria Lamas.

Na altura da fundação do CNMP, em 1914, federam-se diversas agremiações, algumas com um percurso associativo já de vários anos: *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões* (1910); *Associação dos Professores de Ensino Livre* (1902); *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e Recreatórios Post-Escolares* (1912); *Liga Portuguesa dos Educadores* (1913); *Tuna das Costureiras de Lisboa* (1909); e outras cujas datas de fundação se desconhecem, como a *Associação dos Professores do Instituto de Odivelas*; o *Grupo Balbina Brazão*; o *Grupo Feminista Português*; a *Sociedade Amigável Mariana Gasul* e a *União Amigável Maria Scintia*.¹⁵

Um ano mais tarde, em 1915, em plena primeira guerra mundial, conflito em que Portugal entra em março de 1916, afiliam-se no CNMP o núcleo do Porto da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*; o *Grémio dos Professores Primários Oficiais* e a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública* (1913). Depois, a *Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (1919) e a *Associação das Amigas das Flores*, cuja data de fundação desconhecemos.¹⁶

Na década de 1920, juntam-se ao Conselho mais três organizações com ligações a entidades ou movimentos internacionais: as *Ligas de Bondade* (cuja primeira tentativa de implementação acontece em 1917) federam-se em 1923; a *Liga Portuguesa Abolicionista* em 1926, data também da sua fundação; e a *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* em 1928, ano em que se inicia o seu processo de formação.

Em meados dos anos 1940, sob a direção de Isabel Cohen Von Bonhorst, afilia-se o *Club Solidariedade Feminina* (1945), e durante a presidência ativa de Maria Lamas, as novas agremiações a integrar o CNMP são: o *Ginásio Feminino de Portugal* (criado em 1937);

¹⁵ Sobre o *Instituto de Odivelas*: Ana Maria de Oliveira Vilela, «O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969» (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999). Ver também o capítulo 5 neste livro.

¹⁶ Sobre a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*: João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma organização política e feminista (1909-1919)* (Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991).

e a *Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro*, sediada na Marinha Grande e surgida em 1939.

Algumas associações federadas terão existido sem reconhecimento oficial, outras aprovaram estatutos, receberam alvarás das entidades oficiais, nomeadamente do Governo Civil, e desenvolveram obra ao longo de vários anos ou décadas. Em certos casos, foram impulsionadas e/ou fundadas por dirigentes do Conselho, seguindo tendências de movimentos feministas internacionais e estabelecendo relações com outras organizações: a *International Abolitionist Federation* (IAF) nascida em Liverpool, em 1875, sob o impulso de Josephine Butler (1828-1906), que lutava contra a regulamentação da prostituição; as *Bands of Mercy* (BM) implementadas nos EUA nos anos 1880 por George Thorndike Angell (1823-1909), para ensinar crianças ao exercício da bondade e à proteção para com todas as criaturas vivas; a *International Federation of University Women* (IFUW), fundada em Londres, em 1919, para promover e apoiar a frequência académica feminina, bem como incentivar a abertura de cursos universitários para as mulheres.

Entre as agremiadas do CNMP, registam-se casos em que as mulheres estiveram ausentes dos corpos sociais (*Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*) ou em que tiveram pouca visibilidade na sua criação e gestão (*Liga Portuguesa de Educadores* e a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública*), mas outras iniciativas assumem-se exclusivamente femininas do ponto de vista da vocação e da organização (o *Ginásio Feminino de Portugal*, ou a *Tuna das Costureiras de Lisboa*, por exemplo). Há também agremiações cujos projetos iniciais de assistência são indiferenciados, mas que evoluem no sentido do apoio exclusivo do sexo feminino (*Recreatórios Post-Ecolares*).

As mulheres envolvidas nas agremiações desenvolveram competências a vários níveis: estabeleceram parcerias institucionais e apostaram em relações interpessoais influentes; fizeram aprendizagens ao nível do planeamento, gestão e sustentabilidade financeira; treinaram a organização de eventos e a intervenção pública; e investiram na informação e divulgação junto da imprensa e do público em geral. Certas associações federadas no CNMP criaram comissões e órgãos de propaganda: as *Ligas de Bondade* contaram com publicitação regular na *Revista Infantil*; o *Grémio dos Professores Primários Oficiais* publicou o *Boletim Pedagógico*; a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública* editou o

Mundo Moral. Outras, disseminaram opúsculos e folhetos; enviaram comunicados; e publicaram artigos em jornais e revistas. Algumas agremiadas conseguiram que a agenda associativa, iniciativas, representações, petições e apelos às/aos associadas/os fossem divulgados regularmente pela imprensa generalista.¹⁷ O assunto é abordado na correspondência entre feministas. Em 1927, Emília de Sousa Costa (1877-1959), fundadora da *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino* (CAEPSF), satisfaz a curiosidade de Ana de Castro Osório (1872-1935),¹⁸ uma das criadoras, em 1911, da *Associação de Propaganda Feminista* (APF), sobre uma suposta facilidade em conseguir «aparecer» na imprensa.¹⁹ Ao contrário do que Ana de Castro Osório supõe, Emília de Sousa Costa explica que luta com dificuldades para dar visibilidade à sua obra nos jornais: «Onde alguma coisa posso, por amizade com Helena Aragão, é na [revista] ‘Eva’». ²⁰ As menções em publicações periódicas permitiam às agremiadas credibilizar o seu trabalho; angariar sócios/as; divulgar campanhas e dinamizar iniciativas, muitas das quais destinadas a resolver problemas de tesouraria. Apesar de Emília de Sousa Costa considerar na carta que escreve a Ana de Castro Osório que o seu poder para comunicar através da imprensa

¹⁷ Arnaldo Brazão (1890-1968), sobrinho de Adelaide Cabete, fundador da *Liga Portuguesa Abolicionista* desenvolve, entre 1924 e 1926, uma campanha doutrinária estratégica: publica dezenas de artigos no jornal *A Batalha*, traçando um panorama do abolicionismo em Portugal, na Europa e no mundo. Esta iniciativa antecipa e prepara a formação da Liga, organização que será, ao longo de mais de três décadas, visada regularmente em artigos de jornais.

¹⁸ Sobre Ana de Castro Osório: Dulce Maria Baptista Mocho «Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal» (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa: Iscte-IUL, 2003); Anne Cova, «Ana de Castro Osório», em *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: A Global Sourcebook and History*, dir. Tiffany K. Wayne (Santa Barbara: Greenwood, 2011), 2 vols., vol. 2, 372-374; João Esteves, *Ana de Castro Osório (1872-1935)* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2014).

¹⁹ Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, 17.12.1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP), Coleção Castro Osório, Espólio N12 (ACPC-BNP), caixa 6 351. Sobre a APF: João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998).

²⁰ Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, 17.12.1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP), Coleção Castro Osório, Espólio N12 (ACPC-BNP), caixa 6351.

é limitado, a CAEPSF que funda e dirige tem, a par de outras agremiadas, uma grande exposição mediática. Nos comunicados à imprensa, as suas dirigentes divulgam iniciativas e aproveitam para contabilizar em números o sucesso do auxílio às estudantes pobres. Pelos corpos gerentes da CAEPSF passaram a diretora da revista *Eva*, Helena de Aragão (1880-1961); Maria Amália Teles da Mota de Brito Aranha, casada com o jornalista Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914); e Teresa Leitão de Barros (1898-1983), irmã do jornalista e documentarista Leitão de Barros (1896-1967), que filma as alunas da CAEPSF para o documentário *Lisboa, Crónica Anedótica* (1930). Efetivamente, ter jornalistas e escritoras na direção das agremiações ou entre as relações interpessoais é importante para se conseguir o apoio da imprensa e do público.

À exceção da *Liga Portuguesa Abolicionista*, um projeto centrado na figura de Arnaldo Brazão, as agremiações federadas, suas iniciativas e associadas têm escassa visibilidade nos três títulos do órgão de propaganda do CNMP. Há referências a certas agremiações, mas pontuais. A festa do 5.º aniversário dos *Recreatórios Post-Ecolares* (RPE) é um desses exemplos: num artigo publicado em 1917, as sócias do CNMP são aconselhadas a visitar e a conhecer a obra da associação, que precisaria de ser reconhecida e protegida «por todos a quem o progresso duma sociedade não é indiferente». ²¹ Noutros casos, embora o Conselho não dê visibilidade à agremiação federada, dá-a aos seus dirigentes: Virgílio Santos, membro da direção do *Grémio dos Professores Primários Oficiais* (GPPO), profere, em 1921, a 6.ª conferência organizada pelo CNMP, e tendo a *Alma Feminina* destacado as suas posições: que «A mulher deve ser companheira do homem, em toda a acepção da palavra». ²²

O apoio de personalidades ligadas à política, estratégia amplamente utilizada pelo CNMP e pelos outros conselhos nacionais de mulheres, seguindo o exemplo do ICW, é também adotada por algumas agremiadas. Os RPE tiveram Lucrecia de Arriaga (1844-1927), casada com o presidente da República Manuel de Arriaga, no lançamento do 1.º Recreatório e o chefe de estado Bernardino Machado

²¹ «Recreatorios Post-Ecolares», *Alma Feminina*, n.º 6, junho de 1917: 70.

²² «Conferências feministas (continuação)», *Alma Feminina*, n.º 11-12, novembro/dezembro de 1921 [1920]: 61.

participou na festa do 5.º aniversário.²³ Além disso, figuras da administração central e local associam-se às suas iniciativas.

As redes interpessoais são fundamentais na compreensão das relações entre as agremiações e o CNMP. Sócias e dirigentes do Conselho intervieram na fundação e gestão de diversas agremiações: os casos de multimilitância tiveram frequentemente a área de atuação profissional por base, nomeadamente o ensino – a professora Adelaide Ferreira de Carvalho esteve envolvida na direção da CAEPSF, do GPPO e dos RPE; a professora Percina Augusta de Vasconcelos foi delegada no CNMP da *Liga Portuguesa dos Educadores* (1914 e 1915) e da *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*, tendo feito também parte da direção dos RPE –, frequentemente entrecruzada com a dimensão assistencial à infância e filantrópica de cariz moral. Arnaldo Brazão, Angélica Porto e Dinah dos Santos coincidiram na direção das *Ligas de Bondade* e da *Liga Portuguesa Abolicionista*, duas organizações que assumem vocação de influência moral.

A sustentabilidade financeira, preocupação transversal a todas as agremiações, constituiu um exercício de aprendizagem para as ativistas das agremiações federadas no CNMP. Para algumas, a quotização de sócios/as, donativos e doações particulares, por vezes das próprias fundadoras ou dirigentes, à semelhança de outros conselhos nacionais de mulheres e do ICW, foram a única fonte de financiamento. Outras, desenvolveram regularmente campanhas para recolha de fundos nas ruas (*Festa da Flor*, por exemplo), eventos culturais e artísticos (chás dançantes, concertos, exposições de trabalhos manuais, festas e récitas) que tiveram lugar nas próprias sedes ou em salas comerciais e de espetáculos. Foram identificados apoios financeiros estatais a agremiações dedicadas à assistência à infância (por exemplo, a *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*), cujas iniciativas implicavam despesas fixas como rendas, salários, subsídios ou bolsas para estudantes ou refeições diárias em cantinas escolares.

Entre as agremiações federadas no CNMP, há variações na forma como é perspetivada a emancipação das mulheres e como são

²³ «Assistência infantil – Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, n.º 996, 9 de maio 1913: 1; «Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, n.º 2419, 10 de maio 1917: 3.

pensados os feminismos, há diversidade no impacto político, social, cultural das intervenções propostas e interligações com outros movimentos, em concreto o operário e sindicalista.

***Tuna das Costureiras de Lisboa:* ligações entre operárias e feministas**

As tunas mistas e exclusivamente femininas escassearam na primeira metade do século xx em Portugal.²⁴ Rui Filipe Duarte Marques identificou quatro, duas das quais associadas aos movimentos feministas da primeira vaga: a *Tuna da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*,²⁵ criada em 1909, e a *Tuna das Costureiras de Lisboa* (TCL), fundada no mesmo ano. As duas outras tunas femininas são a *Grande Tuna Feminina*, nascida em 1907, e a *Tuna da Sociedade Promotora de Educação Popular*, formada por raparigas em 1909.²⁶

A *Tuna das Costureiras de Lisboa*, agremiação federada no CNMP e aderente à *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (em 1912) terá funcionado entre 1909 e 1917.²⁷ O regulamento, enviado por Aurora Serrão ao governador civil de Lisboa em 1916, explicita a vocação recreativa, social e educativa desta agremiação gerida exclusivamente por «senhoras», com intérpretes apenas do sexo feminino, mas disponibilizando a sócias e sócios uma aula de música na sua sede.²⁸ Entre as intenções da Tuna estava a promoção ou participação em festas de associações de classe, objetivo que foi cumprido, como se comprova por notícias publicadas na imprensa. A TCL atuou em

²⁴ Rui Filipe Duarte Marques, «Tunas em Portugal: Espaços de construção, negociação e transformação social através da música. Um estudo sobre a Tuna Souselense» (tese de doutoramento em Música, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2019).

²⁵ Designada por *Tuna Democrática da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, numa notícia de 1914, publicada em *A Voz do Operário*. «Obra Maternal», *A Voz do Operário*, 1810, 5 de julho 1914:1.

²⁶ Marques, «Tunas em Portugal...», 46.

²⁷ Sediada na Rua da Mouraria 27, 1.º (em 1913), na Rua das Olarias 3, 1.º (em 1916) e na Calçada de Santo André 45, 1.º (em 1917).

²⁸ Carta da *Tuna das Costureiras de Lisboa* para o governador civil de Lisboa, 8-2-1917. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Grupo Tuna das Costureiras de Lisboa. Pasta 51, Processo 1371, caixa 731, folha 1. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13226.

reuniões e celebrações, nomeadamente no 24.º aniversário da *Associação de Classe dos Operários Alfaiates* (em 1914),²⁹ e no 20.º aniversário da *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras de Lisboa* (em 1915),³⁰ organização com quem terá mantido uma relação de proximidade, mediada por Aurora Serrão, delegada suplente da TCL no CNMP.³¹ As atuações trouxeram propaganda para as associações que acolheram ou promoveram a TCL; reforçaram a socialização e o convívio entre profissionais da classe; e potenciaram a participação de camadas sociais desfavorecidas na produção, difusão e consumo artístico.³²

A TCL constituiu-se um ponto de contacto entre o movimento das mulheres operárias e o movimento feminista, formado predominantemente por mulheres de uma elite. Verificam-se ligações «ténues» e indiretas entre os dois movimentos, mas o CNMP e o associativismo das trabalhadoras não conseguem articular-se organicamente.³³ Virgínia Baptista assinala que estes «dois mundos» coincidem na defesa do direito a salário igual para trabalho igual e na proteção e educação materno-infantil em contexto fabril.³⁴ Mas para Joana Dias Pereira, apesar de as feministas do CNMP terem proferido discursos em torno da «sobre-exploração e [d]a desprotecção da mulher trabalhadora», as posições das dirigentes dos movimentos feministas de elite empurram as portuguesas sobretudo para a esfera doméstica e familiar, oferecendo-lhes apenas papel de destaque na educação e instrução das crianças.³⁵ A pesquisa das agremiações federadas no CNMP permite-nos identificar organizações e dirigentes que perspetivam esta visão, não só ilustrando a diversidade das posições defendidas

²⁹ «Associações de classe». Festas de hoje. Operários Alfaiates», *A Voz do Operário*, 21 de junho 1914, n.º 1808: 3.

³⁰ «Festas associativas», *A Capital*, 1408, 4 de julho de 1914: 2.

³¹ Membro dos corpos sociais e da Assembleia Geral da *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras de Lisboa* (1911) e líder da *União das Mulheres Socialistas*, fundada em 1912. Nesta ativista pela educação/recreação artística, coincidem feminismo e socialismo.

³² Marques, «Tunas em Portugal...», 44.

³³ Joana Dias Pereira, *Associativismo Livre: Uma História de Fraternidade e Progresso (1824-1926)* (Lisboa: Almedina, 2020), 173. Ver também: Maria Alice Samara, *Operárias e Burguesas: As Mulheres no Tempo da República* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007).

³⁴ Virgínia Baptista, *Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016), 311.

³⁵ Pereira, *Associativismo Livre...*, 173.

e a complexidade das relações entre trabalhadoras e feministas. Por exemplo, Emília de Sousa Costa (1877-1959), à frente da CAEPSF, defende um feminismo «comedido».³⁶ Considera que as mulheres deveriam ficar no lar, sempre que pudessem fazê-lo, porque seria essa «a sua tendência natural», mas também reconhece que este privilégio nunca seria vivido por milhões delas. Por isso, embora advogue o direito ao trabalho feminino, promove a formação doméstica e profissional de meninas e raparigas, valorizando a possibilidade de desenvolverem pequenas indústrias no espaço doméstico onde poderiam trabalhar e contribuir com o fruto do seu labor para auxiliar pais e maridos.³⁷ Noutras perspetivas emancipatórias, Carmen Marques, promotora da *Associação de Mulheres Universitárias de Portugal*, bate-se pelo direito das mulheres à formação no ensino superior e a trabalhar em igualdade jurídica com os homens em todos os ramos de atividade, e Isabel da Malta (pseudónimo de Maria Clara Correia Alves) defende a necessidade de concentração e colaboração entre mulheres de todas as classes sociais, trabalhadoras e feministas, em torno da causa operária feminina:

[...] o protesto dum individuo ou duma classe isoladamente e apenas quando a fome os assedia, não basta. Urge que todas as mulheres que trabalham qualquer que seja a classe social a que pertençam e todas as feministas em geral sem que sintam a necessidade imediata de defender os seus interesses individuais, se ocupem a sério da importante questão do trabalho feminino organizando-se um movimento ordenado nesse sentido.³⁸

Vanda Gorjão lembra que, embora as feministas do CNMP viessem em geral de classes privilegiadas social, económica e culturalmente, pertencendo à classe média urbana ou descendendo da aristocracia, em muitas destas famílias discutia-se, simpatizava-se

³⁶ Emília de Sousa Costa, *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres! Conferência Pronunciada no Salão de Festas do Século, em Junho de 1930* (Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1932), 15.

³⁷ Emília de Sousa Costa, *A Mulher: Educação Infantil* (Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Editor, 1923), 38.

³⁸ Isabel da Malta, «Questões sociais – A greve das engomadeiras», *Alma Feminina*, n.º 3, março de 1918: 30.

ou apoiava-se o republicanismo, o socialismo e as reivindicações do movimento operário ou anarcossindicalista.³⁹ Diversas dirigentes do CNMP, nomeadamente Elina Guimarães, abordam os mais diversos temas relacionados com os direitos das mulheres, onde se inclui, para além de direitos políticos (sufrágio) e civis, a educação e o trabalho. Refira-se ainda que as operárias da indústria têxtil e o movimento feminista se associam em torno de outras causas, para além da proteção à infância e à maternidade ou da formação musical e recreativa (como comprova a afiliação da TCL no CNMP). Coincidem na luta contra a regulamentação da prostituição, contra os «ditos ofensivos da moral»⁴⁰ e contra o assédio.⁴¹ Em 1917, n' *A Semeadora* transcreve-se uma carta da *União das Costureiras do Porto* enviada ao presidente da República Bernardino Machado, em favor de Maria Fermiana, camponesa de São Martinho do Porto condenada a 20 anos de degredo em África, por matar em defesa própria «um homem que a perseguia com desejos desonestos».⁴² O movimento de solidariedade para com Maria Fermiana, iniciado pela *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, envolve diversas feministas e várias organizações, nomeadamente o CNMP, que endossou uma representação a Bernardino Machado, pedindo que a incluisse no número de indultos a conceder em 5 de outubro de 1917 – o documento foi assinado por Maria Clara Correia Alves, a APF e o *Centro Democrático de Paranhos*.⁴³

O cruzamento da causa do sindicalismo feminino e do feminismo é uma questão complexa. No CNMP, em 1917, Adelaide Ferreira de Carvalho propõe a criação de «uma secção para a colocação de senhoras que pertençam a qualquer associação de classes federadas no Conselho», iniciativa reveladora de uma intenção de aproximação.⁴⁴

³⁹ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 40.

⁴⁰ «Associações de classe. Costureiras e ajuntadeiras», *A Voz do Operário*, 1807, 14 junho 1914: 3.

⁴¹ Paulo Marques Alves, e Olinda Gama, «A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal». *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 2 (2013): 191.

⁴² «Uma obra de urgente justiça». *A Semeadora*, n.º 23, 15 de maio de 1917: 4.

⁴³ Sílvia Espírito-Santo, «Domingas Lazary Amaral – ‘Uma Querelada pela Liberdade de Imprensa’», *Ex æquo*, n.º 39 (2019): 39-53.

⁴⁴ «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Alma Feminina*, n.º 11, novembro de 1917: 132.

O interesse pela situação de todas as mulheres, inclusivamente das mulheres operárias, reafirma-se com a chegada de Maria Lamas à presidência em 1945, visão que motiva o encerramento do CNMP, tendo como pano de fundo a conjuntura política do pós-guerra, que se caracteriza pela derrota do fascismo nos países europeus, e pela afirmação de uma oposição legal e clandestina mais forte ao Estado Novo.⁴⁵ Apesar dessa evolução, em meados da década de 1910, o CNMP envolvia-se já, através de algumas associações, na contestação de políticas, nomeadamente educativas, e na reivindicação de direitos profissionais, em concreto do professorado primário oficial e do professorado livre.

Grémio dos Professores Primários Oficiais: algumas vozes femininas

O GPPO contribui para refletir sobre o envolvimento do movimento feminista na defesa dos direitos das mulheres em contexto profissional do ensino. Criado em finais de 1913 por Joaquim Pedro Moreira e Virgílio Santos (1887-1921) e dinamizado por António Manaças (1889-1920), tem por base a valorização do associativismo de classe e o sindicalismo, a defesa dos interesses materiais de docentes e o aperfeiçoamento das competências profissionais. Nos primeiros anos da República, constituiu-se, segundo António Nóvoa, uma das «iniciativas mais interessantes de busca de um modelo de associativismo docente».⁴⁶ Embora não sejam conhecidas dirigentes do CNMP na fundação do GPPO, a afiliação estará relacionada com a militância de diversas professoras primárias no CNMP, nomeadamente de Beatriz Teixeira de Magalhães, que era ativista igualmente da *Liga Portuguesa Abolicionista*, e de Deolinda Lopes Vieira (1888-1993), mas também com relações de vizinhança entre ambas as organizações. A Praça dos Restauradores n.º 13, morada do consultório de

⁴⁵ Anne Cova, e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94. E dos mesmos autores: «Women and Salazarism», em *Political and Historical Encyclopedia of Women*, dir. Christine Fauré (Nova Iorque: Routledge, 2003), 397-405.

⁴⁶ António Nóvoa, dir. *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)* (Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993), 174.

Adelaide Cabete e sede do Conselho, coincidiu com a localização do gabinete da direção do GPPO.

Na época em que o GPPO se federa no CNMP, artigos publicados na imprensa republicana remetem para uma consciência crescente da necessidade dos movimentos feministas se envolverem na defesa dos problemas das mulheres professoras no ensino. Em 1915, *A Capital* publica um apelo para que as «senhoras da propaganda feminista» tomem «a peito a causa das diplomadas» e defendam centenas de professoras primárias que não conseguiam, em Lisboa, obter ocupação remunerada e garantida.⁴⁷ O texto chama a atenção para as dificuldades das estudantes na Escola Normal, que procedia à formação do professorado, argumentando que as alunas provinham geralmente de famílias sem recursos e que só à custa de grandes esforços concluía os estudos. Para além disso, denunciavam-se problemas de discriminação nas colocações e contratações, indicando que as professoras eram preteridas relativamente aos professores, independentemente do mérito na formação. As questões materiais – vencimentos baixos, pagos frequentemente com atrasos, as despesas de passagens e de instalação do primeiro mês – constituíam, segundo *A Capital*, fatores de desânimo e desilusão, «levando-a [à professora] a preferir as magras sopas da família e umas lições de acaso [ou seja, o ensino particular]» e, nalguns casos, atiravam-na «para a estrada da perdição», para as «miserias moraes», que tinham tantas vezes «como ultimo theatro o alcouce [prostíbulo] e a enfermaria».⁴⁸ No artigo desafiavam-se as feministas a tomar os problemas das professoras em mãos próprias: «As senhoras que metteram hombros a propaganda em favor dos direitos femininos teem na causa tão simpathica e tão esquecida das pobres professoras diplomadas motivo de sobra para uma admirável e generosa campanha. Não será assim?».⁴⁹ O artigo não é assinado e não há qualquer referência ao GPPO ou a outra associação de classe do professorado. A APF, por iniciativa de Ana de Castro Osório, faz saber a sua posição no dia seguinte, no mesmo diário, num texto onde valoriza o trabalho das mulheres e a autonomia feminina e no qual se desculpa com a falta de associadas professoras e com o silêncio

⁴⁷ «A crise das professoras – O que ellas pedem. O que lhes pagam», *A Capital*, 1803, 12 de agosto de 1915: 1.

⁴⁸ «A crise das professoras...», *A Capital*, 1.

⁴⁹ «A crise das professoras...», *A Capital*, 1.

do professorado feminino, que não se envolve nas lutas feministas.⁵⁰ As considerações são reveladoras de uma expectativa. Deveriam ser as professoras, individualmente ou organizadas em associações profissionais e sindicais, a integrarem o movimento feminista? Este não se envolveria nos problemas da classe sem os conhecer, sem ter vozes que os pronunciassem. Mas estariam as docentes portuguesas cientes da existência dos movimentos feministas? Identificar-se-iam com os seus discursos?

As temáticas da educação estão no cerne dos dois congressos feministas e da educação de 1924 e de 1928, organizados pelo CNMP, sendo abordadas por A. C. Amaral Frazão, Adelaide Cabete, Albertina Gambôa, Deolinda Lopes Vieira, Domingas Lazary Amaral, Ilda Pinto de Lima, Paulina Luisi, Regina do Carmo e Victória Pais Freire de Andrade, no primeiro encontro, e por Adelaide Cabete, Beatriz Teixeira de Magalhães, Deolinda Lopes Vieira e Manuela de Palma Carlos, no segundo congresso, embora não na perspetiva dos direitos laborais das professoras. Em 1924, o secretário geral da *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), Manuel da Silva Campos, felicita as professoras primárias «que brilhantemente cooperaram no Congresso [feminista e da educação], honrando assim a classe a que pertenciam».⁵¹ Saúda as «portuguesas que aspiram a conquistar os legítimos direitos que o capitalismo, a moral legislada e a autoridade constituída persistem em negar-lhes», e afirma estar «absolutamente convencido» de que «não há um problema feminista a resolver, mas uma questão social a solucionar, isto é, que a emancipação moral e política do género feminino depende da libertação económica dos povos da classe detentora dos meios de Produção e de Vida».⁵²

Entre finais do século XIX e inícios do século XX, as referências ao feminismo na imprensa de educação e ensino são pouco numerosas. No repertório analítico dirigido por António Nóvoa, registam-se abordagens em periódicos, sobretudo naqueles assumidamente feministas (*Alma Feminina; A Madrugada; A Mulher e a Criança; A Mulher Portuguesa*), na *Revista do Bem*, em o *Coração e Cérebro* e na revista *Educação*,

⁵⁰ Ana de Castro Osório, «A crise das professoras – O que diz a Associação de Propaganda Feminista», *A Capital*, 1804, 13 de agosto de 1915: 1.

⁵¹ «O Congresso feminista e de educação». *O Professor Primário*, n.º 239, 18 de maio de 1924: 3.

⁵² «O Congresso feminista...» ..., 3.

onde escrevem ativistas do GPPO e do CNMP, como Beatriz Teixeira de Magalhães.⁵³ Mas os problemas vividos na docência pelas mulheres e as suas visões sobre políticas que as discriminam, são relatados por professoras na imprensa de educação, em publicações feministas (*Alma Feminina* e *A Mulher Portuguesa*) e em jornais republicanos, como *A Capital* ou o jornal anarquista *A Batalha*,⁵⁴ – escrevem contra regulamentos legais que tendem a assegurar uma força de trabalho masculina nas escolas primárias, «monopolizando os lugares mais prestigiados para esses mesmos elementos»;⁵⁵ opõem-se à gestão e inspeção, enquanto domínio masculino, na escola primária pública; defendem a legitimidade para lecionar classes mais avançadas do ensino primário, sem prejuízo moral dos estudantes.

Em 1919, no artigo intitulado «A professora é reacionária?», Beatriz Teixeira de Magalhães contesta a intenção do Estado de afastar as mulheres do ensino da 4.^a e 5.^a classes, restringindo o seu trabalho ao ensino infantil e aos três anos iniciais da escola primária.⁵⁶ A feminista do CNMP e dirigente do GPPO questiona a suposta influência perniciosa das docentes junto de estudantes com idades mais avançadas, implícita nos artigos 20.º, 21.º e 22.º da Reforma do Ensino Primário de 1919. Esta reforma, liderada pelo ministro Leonardo Coimbra, aumentou a duração da escolaridade obrigatória para cinco classes de frequência universal e gratuita, entre os 7 e os 12 anos, e adotou o princípio da coeducação entre rapazes e raparigas, um dos três processos em implementação na escola no período republicano, a par da descentralização e da neutralização religiosa.⁵⁷ A coeducação é um dos temas discutidos por professoras do CNMP, e, tendo sido abolida em 1927 pelo Decreto-Lei n.º 13791, de 17 de junho de 1927, gerou muitas questões ao longo dos oito anos em que vigorou. Apesar de se determinar o ensino conjunto, aceitava-se a continuação das escolas separadas e havia atividades comuns

⁵³ Nóvoa, dir., *A Imprensa de Educação e Ensino...*, 28, 605, 656, 657, 658, 788, 223, 273.

⁵⁴ Helena Costa Araújo, *As Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências 1870-1933* (Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2000), 218.

⁵⁵ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 325.

⁵⁶ Beatriz Teixeira de Magalhães, «A professora é reacionária?», *O Professor Primário*, n.º 19, 27 de julho 1919: 1.

⁵⁷ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 179.

a ambos os sexos, mas com exceções: a costura só se destinava às raparigas, a economia doméstica era obrigatória, mas os rapazes podiam ser dispensados, e, em 1924, determina-se que o/a professor/a tinha liberdade para organizar turmas separadas para ginástica, caso achasse preferível.⁵⁸ Com a abolição da coeducação, esgrimiram-se argumentos entre fações a favor, defendidas por republicanos/as, anarquistas e feministas, e contra. Os opositores veem-na como uma influência do bolchevismo, como promiscuidade sexual e enquanto fator de afastamento das mulheres dos lares.⁵⁹

Em 1927, Deolinda Lopes Vieira, dirigente do CNMP, envia à redação de *O Professor Primário* uma representação apresentada ao ministro da Instrução em nome do CNMP, onde se manifesta profundo desgosto pelo decreto que reorganizava o ensino primário, estabelecendo a separação dos sexos.

É a êsse funesto princípio [do ensino separado para rapazes e raparigas] que a mulher deve preconceitos de inferioridade mental que por tanto tempo a têm escravizado e impedido de colaborar mais activamente na obra da civilização. Postos lado a lado nos bancos da escola, vêem-se as raparigas acompanhar os trabalhos escolares com a mesma facilidade e inteligência que os seus colegas masculinos. E assim alcança a mulher além da consciência do seu próprio valor e dignidade, ser considerada não unicamente como um objecto de adorno ou uma máquina para trabalhos manuais, mas como um ser inteligente e útil. [...] Por tudo isso, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas pede a V. Ex.^a que o princípio da coeducação seja reconhecido em todos os graus de ensino.⁶⁰

As mulheres professoras, algumas assumidamente feministas, envolvem-se em associações de classe, escrevem artigos, assinam denúncias, promovem representações e fazem comunicações em congressos. Neste sentido, o GPPO convida Ana de Castro Osório e a escritora Irene Lisboa (1892-1958) a integrar as conferências que promove na *Sociedade de Geografia de Lisboa*, em 1926. No mesmo ano, um grupo de duzentas docentes, em que se inclui Beatriz Teixeira de

⁵⁸ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 183.

⁵⁹ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 330.

⁶⁰ Deolinda Lopes Vieira, «Pela Coeducação», *O Professor Primário*, n.º 400, 14 de agosto 1927: 2.

Magalhães, sai do GPPO em rota de colisão com a direção e forma o *Núcleo dos Professores Primários Oficiais de Lisboa*, a que virá a pertencer a professora feminista e libertária Lucinda Tavares, outro nome associado à defesa dos direitos do professorado primário e das mulheres na docência. A contenda entre as duas organizações é mais um episódio da muito apregoadada falta de coesão de classe. Maria Veleda é outra das vozes ativas na defesa dos direitos das professoras e a organização a que pertence, a *Associação dos Professores do Ensino Livre*, agremiação também federada do CNMP, tem um papel de relevo na equação de problemas sentidos pelas mulheres do ensino particular.⁶¹

As questões da educação são debatidas por ativistas de diversas agremiações fora da lógica do associativismo de classe e da defesa de direitos profissionais. O atraso da instrução é considerado por muitas feministas da chamada primeira vaga a causa principal da discriminação social e legal das mulheres. Diversas organizações federadas no CNMP criam iniciativas de educação, instrução e formação profissional e doméstica para proteger moralmente e materialmente raparigas e mulheres mais desfavorecidas.

Os Recreatórios Post-Ecolares e a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino: educar a infância para autonomizar as mulheres

Os RPE e a CAEPSF são duas das agremiações do CNMP que intervêm ao nível da formação profissional e doméstica de crianças e jovens, reconhecendo a importância do trabalho feminino em contextos sociais desfavorecidos, mas sempre sobrevalorizando os papéis sociais das mulheres nos lares. Ambas as iniciativas têm patente uma dimensão moralizante. Visam criar condições para que raparigas e mulheres encontrem formas de sustento, evitando cair nas ruas e na prostituição.

⁶¹ Natividade Monteiro, *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre-Pensadora. Caminhos trilhados pelo direito de cidadania*. (Olhão: Gente Singular, 2012).

Os RPE foram fundados em Lisboa, em 1912, por iniciativa da professora Aurélia de Miranda. O objetivo da associação fixa-se, após 5 anos de funcionamento, em completar a formação exclusiva de raparigas dos 11 aos 20 anos, que tivessem feito exame do 1.º ou 2.º grau do ensino primário. Pretendia-se capacitá-las para um trabalho ou profissão que as ajudasse a sustentar-se, se fosse caso disso, ou lhes permitisse apoiar financeiramente quem o fizesse por si. Num artigo publicado na *Alma Feminina*, escreve-se que o objetivo dos RPE era «enobrecer o carácter da mulher dando-lhe uma profissão que, mais tarde, lhe poderá ser útil, podendo trazer para o seu lar, a ajuda duma migalha de pão, elevando-a junto do seu marido, por não estar esperando pela fêria que êle traga no fim da semana».⁶²

O 1.º recreatório é fundado na Escola Central n.º 1 e o 2.º, e último de que temos notícia, na Escola Central n.º 18, ambos em Lisboa. A formação é gratuita e presta-se aos domingos, das 13 às 18 horas. As estudantes aprendem a arte de dizer, bordados, canto coral, costura, desenho, português e rendas. Em círculos feministas, os RPE são descritos como uma «obra de alta moralidade», «das mais belas e das mais úteis para a educação do povo português».⁶³ A perspectiva da formação profissional e doméstica está na base da fundação desta agremiação, mas a documentação encontrada sugere a valorização das competências laborais que pudessem ser desempenhadas em casa.

A CAEPSF foi fundada em Lisboa, em 1912, por iniciativa de Maria do Carmo Lopes, Emília de Sousa Costa, Leopoldina Penella e Dilara da Visitação Moura, algumas sócias da APF, pretendendo estimular a instrução feminina. Emprestava anualmente livros e materiais de estudo a alunas pobres dos liceus, escolas normais, Conservatório e escolas industriais e profissionais; distribuía a algumas, com auxílio da Provedoria Central da Assistência, um subsídio pecuniário trimestral; e pagava-lhes as matrículas. Também mantinha na sede, na Rua Marechal Saldanha, n.º 38, um curso noturno para mulheres e uma escola primária.

Dirigida por Emília de Sousa Costa, não restringia a sua atuação «como o seu título parece indicar, à protecção material e moral a

⁶² «Recreatorios Post-Ecolares», *Alma Feminina*, n.º 6, junho 1917: 70.

⁶³ «A obra social das mulheres portuguesas», *A Semeadora*, n.º 19, 15 de janeiro 1917: 2.

estudantes, mas estende-se a todas as Mulheres Portuguesas que solicitam o seu amparo». ⁶⁴ À semelhança dos RPE, também se propõe proteger as raparigas, arrancando-as à perversão das ruas e provendo o seu ensino, neste caso, oferecendo valências mais diversificadas. A extinção da agremiação ocorreu em 1935. ⁶⁵ As dirigentes encetaram, nos últimos dez anos, uma luta incansável pela sobrevivência financeira, com iniciativas sistemáticas e variadas de angariação de fundos, acompanhadas de uma campanha persistente em jornais e revistas internacionais.

Regina Tavares da Silva considera que Emília de Sousa Costa «manifesta uma visão inovadora e corajosa do papel das mulheres», defendendo nas suas obras a importância da autonomia, responsabilidade, cultura e formação profissional na educação de gerações futuras, a que não deveria faltar «os temas da economia doméstica, da saúde e higiene, e da educação infantil». ⁶⁶ A CAEPSF ajusta-se a esta visão integradora dos papéis das mulheres na sociedade, insistindo, porém, de forma inalienável na sua responsabilidade no lar e na maternidade. No inquérito sobre feminismo levado a cabo pelo *Diário de Lisboa*, em 1929, Emília de Sousa Costa defende que as mulheres devem confinar-se, preferencialmente, à esfera doméstica, embora reconheça a importância de proteger as que necessitassem de trabalhar fora do lar, com direitos assegurados, nomeadamente o salário igual para trabalhos equivalentes. Mas não todos os trabalhos e carreiras. A referida escritora demarca-se dos «sonhos absurdos de criaturas desavisadas que pretendem *igualar* absolutamente dois seres [homens e mulheres] desiguais, e, por natureza, com funções espirituais e físicas distintas». ⁶⁷ Considera que as mulheres podem contribuir para o bem coletivo, ocupando lugares onde não percam a feminilidade,

⁶⁴ Ver carta-circular enviada pela CAEPSF ao jornal *A Semeadora*: «A obra social das mulheres portuguesas», n.º 19, 15 de janeiro de 1917: 2, col. 1.

⁶⁵ Envelope de carta do Governo Civil do Distrito de Lisboa para a *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Pasta 46, Processo 1270, caixa 726, Folha 3.3. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13167.

⁶⁶ Regina Tavares da Silva, «Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa», em *Dicionário no Feminino*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 305-307.

⁶⁷ «Um inquérito – Uma opinião sensata sobre o feminismo», *Diário de Lisboa*, n.º 2637, 13 de novembro 1929: 6.

e pondo em prática a sua «sensibilidade especial» e «feição piedosa». ⁶⁸ Consciente de que a família lucra com a atividade profissional feminina, lembra que funções domésticas e extra-domésticas deveriam ser conciliadas, e apela ao reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado, dentro do lar. Uma visão distinta da de Emília de Sousa Costa, que incentiva a formação académica das mulheres e a defesa dos seus direitos profissionais, é ensaiada na génese de outra agremiação, a *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* (AMUP) que não chega a fazer obra pela morte prematura de uma das suas cofundadoras.

Associação das Mulheres Universitárias de Portugal: colocar as portuguesas entre «as mulheres cultas do mundo»

A AMUP é entendida como «um acto de patriotismo», movido por Adelaide Cabete, que assim fazia as portuguesas figurar entre «as mulheres cultas do mundo». ⁶⁹ A intenção era acabar com a «péssima impressão» de uma ausência portuguesa na IFUW, «consideradíssima» mundialmente pelas relações diretas com a *Sociedade das Nações* (SDN) e contando já em 1929 com 50 mil sócias (de cerca de 30 associações nacionais). ⁷⁰ Entre as organizadoras da AMUP, impunha-se também a consciência de uma lacuna na defesa dos direitos das universitárias portuguesas, que se mantinham «injustamente desprezados». ⁷¹ Num artigo sobre a agremiação publicado no jornal *Actualidades* define-se aliás o afastamento histórico das mulheres do ensino superior como «o último acto da escravatura praticado pelo homem». ⁷²

Adelaide Cabete impulsionou a fundação da AMUP juntamente com a advogada e escritora Carmen Marques (1902-1930), uma voz marcante na defesa do direito das mulheres a prosseguir estudos

⁶⁸ «Um inquérito...», 6.

⁶⁹ Elina Guimarães, «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar*, n.º 10, dezembro 1929: 584.

⁷⁰ Guimarães, «Associação das Mulheres...», 584.

⁷¹ Guimarães, «Associação das Mulheres...», 583.

⁷² «Uma internacional feminina», *Actualidades*, n.º 2, 27 de janeiro 1929: 4.

académicos e na desconstrução de tomadas de posição antifeministas que correlacionavam diretamente descida da natalidade com formação académica das mulheres. Carmen Marques lamenta que outros fatores não preocupassem os antifeministas, nomeadamente o trabalho intenso em casa, nas oficinas e nos campos, até ao último dia de gravidez, com as mulheres em posições perniciosas, muitas delas sem se alimentarem adequadamente.⁷³ Segundo Elina Guimarães, a AMUP seria um «sindicato profissional» e um «centro de cultura», tendo entre os objetivos conceder bolsas de estudo, prémios pecuniários, viagens e estágios no estrangeiro.⁷⁴

A intenção de criar a AMUP segue uma tendência nos movimentos feministas internacionais. A *Alma Feminina* anuncia em 1928⁷⁵ a constituição da AMUP, congregando diplomadas de Coimbra, Lisboa e Porto: «Logo, que este trabalho esteja concluído, far-se-ha a inauguração solene da agremiação científica feminina portuguesa seguindo-se depois os trabalhos de estudo e investigação científica a que vai dedicar-se».⁷⁶ Esta associação pretendia ser uma delegação da prestigiada IFUW. A AMUP estabeleceu relações, mediadas por Adelaide Cabete, com a congénere espanhola *Asociación Universitaria Femenina*, fundada em 1920, com a designação de *Juventud Universitaria Femenina*, e afiliada, desde 1921, na IFUW. Como se argumenta então no país vizinho, enquadrar as universitárias no feminismo era uma estratégia para garantir que, no futuro, a defesa dos direitos fosse também mobilizada por ativistas com cultura e educação superior.⁷⁷

No início da década de 1930 marca presença na imprensa em Portugal a congénere brasileira *União Universitária Feminina*, também membro da IFUW, que tem entre as suas cofundadoras a feminista brasileira Bertha Lutz (1894-1976), presidente da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, com quem o CNMP mantém uma relação de

⁷³ Carmen Marques, «O Feminismo», *O Povo*, n.º 290, 11 de junho de 1929: 2.

⁷⁴ Elina Guimarães, «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar...*, 583.

⁷⁵ «Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, 5, setembro/outubro 1928: 7.

⁷⁶ «Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, 6, novembro/dezembro 1928: 12.

⁷⁷ Luz Sanfeliu Gimeno, «Educación superior femenina y nuevas conformaciones identitarias: la Juventud Universitaria Femenina (1923-1930)», *Historia Contemporánea*, n.º 55 (2017): 547-573.

estreita amizade. Bertha Lutz defende, em 1931, na publicação *Portugal Feminino*, o direito das mulheres a estudar no ensino superior e invoca as situações reiteradas de injustiça, discriminação e violência que sofrem nas universidades em diversos países do mundo, mas também as dificuldades que as diplomadas sentem na tentativa de exercer a sua profissão. Apesar do panorama, regozija-se pela existência de sinais de mudança. No artigo, lembra que o argumento principal usado contra a entrada das mulheres nas universidades não mudava desde a antiguidade: a presença feminina impediria a concentração de alunos e professores: «Ainda bem que a acusação de perturbação decorrente da presença de indivíduos do outro sexo se limita aos homens e que são eles que ficam incapacitados para estudar!», alega ironicamente.⁷⁸

As relações entre a AMUP e as congêneres espanhola e brasileira espelham uma rede de influências entre feministas que, atuando nos conselhos nacionais de mulheres, em função dos problemas específicos dos seus países, estavam atentas ao contexto internacional, comunicando, lendo, aprendendo, discutindo, influenciando e integrando projetos em conjunto.

Os esforços para o desenvolvimento da AMUP são interrompidos pela morte de Carmen Marques em 1930 e terão sido desincentivados por um contexto político avesso ao associativismo e à promoção das mulheres fora do espaço doméstico. A *Alma Feminina* noticia o «doloroso golpe» que foi o falecimento inesperado, aos 28 anos, da «distinta» causídica.⁷⁹ Espírito crítico e destemido, é uma figura muito estimada e admirada, uma advogada a quem se antevia uma carreira brilhante. Profere conferências, escreve livros, publica artigos e intervéem em casos de relevo em tribunal (defende a mulher de Alves dos Reis, no caso do Banco Angola e «Metrópole»).

Outra iniciativa que conta com mulheres com formação no ensino superior surgirá quase uma década depois, reclamando a libertação de um paradigma lesivo da saúde e do bem-estar feminino, reivindicando o direito à ocupação do espaço público e questionando concessões autoritárias sobre os papéis sociais defendidos pelo regime e pela Igreja.

⁷⁸ Bertha Lutz, «Acção feminista – O direito de estudar», *Portugal Feminino*, 15, abril de 1931: 13.

⁷⁹ Elina Guimarães, «Dra. Carmen Marques», *Alma Feminina*, 5/6, maio-junho 1930: 17.

Ginásio Feminino de Portugal: uma polémica cruzada feminista

O GFP é fundado na decorrência de uma campanha desenvolvida no jornal *República* e nas rádios Luso e Graça, em 1937, num momento em que as matérias da educação física integram o debate eugénico e em que os discursos disciplinadores do corpo feminino são inscritos na retórica de organizações femininas do Estado Novo, como a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (OMEN), criada em 1936, e a *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF), fundada em 1937.⁸⁰ Na década de 1930, em que se realizam as primeiras competições organizadas e eventos desportivos para mulheres, como saraus gímnicos, festivais de nataçao e sessões de demonstração de outras modalidades, praticar desporto era sinónimo de modernismo.⁸¹

A afiliação do GFP no CNMP acontece em 1945, oito anos após a sua criação, quando Maria Lamas assume a presidência, sendo várias das suas dirigentes sócias ou membros dos Corpos Diretivos do Conselho.⁸²

A campanha doutrinária do desporto feminino e publicitária do GFP, desenvolvida na imprensa escrita e radiofónica, em 1937, é excecional.⁸³ Cria-se uma *Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino*,

⁸⁰ Sobre a OMEN e a MPF: Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)* Lisboa: Temas e Debates, 2001.

⁸¹ Helena Isabel de Oliveira Marques, e Maria da Natividade Mendes Couto Pereira, «A mulher e o desporto em Portugal na década de 1930», *Ex æquo*, n.º 4 (2001): 143-151.

⁸² Judite Maggiolly, Amélia Piloto César, Cândida de Sousa Madeira Pinto, Ana das Neves Patrício Álvares (Anita Patrício) (1895-1971), Fernanda de Carvalho e Gabriela Guedes Salgueiro.

⁸³ Realizam-se mais de 20 palestras sobre o desporto feminino, em duas emissoras, a Rádio Luso e a Rádio Graça, em 1937. May Norton, Celeste de Mendonça, Maria Aires, Ana Herédia, Judite Maggiolly, Júlia Gil Moreira, Maria Antónia Gomes Fernandes, Branca Lindo, Vitória Pamplona Côrte Real, Margarida Carvalho Araújo, Toribila Escobar de Lima, Ilda Jordão, Esmeralda Talaia, Maria Archer, Anita Patrício [Ana das Neves Patrício Alves] são as mulheres que fazem a defesa do interesse do *Ginásio Feminino de Portugal* aos microfones da rádio. No mesmo ano, a partir de maio, o jornal *República* publica dezenas de artigos (jornalísticos e de opinião) apoloéticos da iniciativa. A imprensa generalista (*O Século*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*), desportiva (*Stadium*, *Os Sports do Algarve*, *O Norte*

integrada por diversas jornalistas que, assim, terão contribuído para a amplitude e recorrência do tema entre as páginas de jornais e revistas, generalistas e desportivas, nacionais e regionais. As iniciativas de recolha de fundos para a construção do Ginásio foram, apesar da não concretização do edifício, exemplares de uma gestão muito competente. As ativistas organizaram parcerias e eventos, amplamente participados do ponto de vista das/os atletas e da audiência. Festivais desportivos mistos e exclusivamente femininos, combates de boxe, eventos artísticos e recreativos, nomeadamente uma excursão de barco à Madeira e Açores, foram algumas das iniciativas que visaram a recolha de verbas e a publicitação do Ginásio. As dirigentes da inicial *Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino*, e do GFP entretanto constituído, eram figuras de referência em modalidades diversas, conhecedoras, portanto, da prática desportiva em Portugal e com relações próximas às direções de clubes.

Nos seus fundamentos, o GFP propõe-se sensibilizar as mulheres de todas as idades, raças e contextos socioeconómicos para a importância de cuidar da saúde e do bem-estar físico, psíquico e moral, praticando regularmente ginástica e atividade desportiva, com benefícios para o desenvolvimento de um carácter disciplinado, assertivo e competitivo. Embora o projeto inicial fosse de chegar a todas as mulheres, mesmo as de baixos recursos, acaba por tomar um rumo diferente. Em 1945, na revista *Modas & Bordados*, que tem Maria Lamas como diretora, atribui-se a fraca militância no GFP a uma visão que associa o desporto feminino a um passatempo e uma brincadeira de adolescente, resultando no seu abandono quando as mulheres entram na vida matrimonial ou profissional.⁸⁴ E outra justificação apresentada para o decréscimo associativo do GFP é a relutância dos pais, dos avós, dos tios e dos vizinhos, mas sobretudo dos noivos, que incentivam as mulheres a absterem-se do desporto, a evitarem exposições e competições.

A iniciativa de fundação de um GFP gerou grande desconforto em setores políticos, como a *Legião Portuguesa*, e religiosos próximos do regime. Consideram o projeto uma «insânia culturista», uma cruzada

Desportivo) e feminina (*Modas & Bordados*, *Eva*) dá ampla cobertura aos eventos promovidos em benefício da criação do GFP.

⁸⁴ Hortense de Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino de Portugal espera-vos». *Modas & Bordados*, 1772, 23 de janeiro 1945: 16.

feminista e comunista, que afetaria a fecundidade, a força física e moral das mulheres tradicionais portuguesas.⁸⁵ É, aliás, movida uma campanha antiginásio em jornais católicos, não impedindo ainda assim a oficialização da organização, nas vésperas da formação da MPF, influenciando provavelmente a forma como a educação física e o desporto terão sido integrados no projeto educativo desta associação.⁸⁶

O GFP é, certamente, a agremiada do CNMP envolta em maior polémica. As propostas doutrinárias que defende questionam a visão política do género no Estado Novo. A intervenção do Ginásio constitui uma forma de resistência. A agremiada consegue sobreviver à contracampanha descredibilizante divulgada na imprensa católica, embora com dificuldades. Entre 1937 e 1945, data em que se filia no CNMP, o GFP viveu uma situação «precária», superada graças ao «esforço, tenacidade e dedicação das suas dirigentes».⁸⁷ Na *Modas & Bordados* defende-se que «é necessário alimentar a chama que há oito anos brilhou alta e, mercê de alguns sacrifícios admiráveis, ainda não se extinguiu».⁸⁸ Terá sido essa a intenção de Maria Lamas na afiliação do GFP no CNMP.

Conclusão

O CNMP foi criado com o propósito de «agrupar obras e sociedades», femininas ou mistas, que cuidassem dos interesses das mulheres e das crianças, sendo esse o seu fim principal, definido nos Estatutos em 1914. As fundadoras entendem o associativismo como um valor de muito mais alto merecimento do que a vontade do indivíduo isoladamente. Apesar da expectativa de existirem já à época da fundação

⁸⁵ Jorge Calado, «O Duce e o desporto feminino», *Novidades*, 13 227, 2 de agosto 1937, 13 227: 6.

⁸⁶ Calado, «O Duce e o desporto...», 6; «Educação física errada, igual a não educação», *Novidades*, 13 236, 11 de agosto de 1937: 1; «Desportismo e feminismo – Exibições moralmente inconvenientes e biologicamente destruidoras», *Novidades*, 13 305, 20 de outubro 1937: 1; «Hominismo e Donjuanismo», *Novidades*, 13 306, 21 de outubro 1937: 1; «Orientações Perigosas – Aproveitadas como disfarças revolucionárias», *Novidades*, 13 307, 22 de outubro 1937: 1; «Protesto da ‘Legião Portuguesa’ contra um movimento feminista», *A Voz*, 3851, 11 de novembro 1937: 1.

⁸⁷ Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino ...», 16.

⁸⁸ Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino ...», 16.

do CNMP, pelo país fora, iniciativas dignas de registo, o diagnóstico feito pelas dirigentes ao longo das três décadas de existência do Conselho não é tendencialmente positivo. Lamentam, frequentemente, a falta de agremiações, o fraco espírito de associativismo das portuguesas e o efeito negativo de discursos antifeministas que dissuadiam as mulheres de se assumirem agentes da sua «libertação». No entanto, são mais de vinte as agremiadas que se juntam ao CNMP, maioritariamente femininas, mas também outras onde prevaleceu a ausência das mulheres nos corpos sociais. As associadas federadas desenvolveram obra filantrópica, benemérita, profissional e recreativa e intervieram, maioritariamente, em áreas como a assistência, a educação e o trabalho. Apesar de um modelo federativo estar na base do Conselho, da intenção expressa de apoio moral às agremiações e de algumas dirigentes do CNMP terem participado na fundação e direção das associações, é pouco expressiva a visibilidade das afiliadas nas páginas do *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, *Alma Feminina* e *A Mulher*. Essa ausência poderá também significar o respeito da liberdade e autonomia a que o Conselho se obriga enquanto federação.

O estudo das agremiações evidencia variações substanciais na forma de entender os principais problemas e soluções para a emancipação das mulheres. Algumas organizações apostam na proteção material e moral das crianças e das mulheres, valorizando a centralidade dos papéis femininos na família, e incentivando ao trabalho, só quando necessário, desenvolvido tanto quanto possível no espaço doméstico. Outras associações federadas, seguindo tendências internacionais, como a AMUP, focam a sua obra na promoção da valorização de uma carreira profissional através da educação, defendendo que o afastamento das mulheres do ensino superior em Portugal tinha sido uma prova da «escravatura» exercida pelos homens sobre as mulheres. Nalgumas associadas, estão patentes relações de proximidade/ /distância entre o movimento feminista preconizado pelo CNMP e o movimento operário das mulheres ou outros movimentos de classe, nomeadamente do professorado, com vozes femininas a fazerem-se escutar nas primeiras décadas do século xx. A defesa do desporto feminino, legitimando o espírito competitivo e a exibição do corpo em festivais, constituiu a proposta polémica de outra federada no Conselho e que se funda ao arripio de uma campanha de desmobilização, apoiada por fações políticas e religiosas, no Estado Novo.

Mesmo num contexto político, social e cultural adverso, o CNMP conseguiu manter uma grande pluralidade de associações, até a conjuntura internacional, com o fim dos fascismos, após a segunda guerra mundial, e o dinamismo da sua última presidente, Maria Lamas, reconhecida opositora ao salazarismo, terem influenciado fortemente o seu encerramento, em 1947, pelo regime.

Fontes

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP): Coleção Castro Osório; Espólio N12.

Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Fundo Pinto Quartin (PQ)- Espólio Pinto Quartin (PT-AHS-ICS-PQ) e Fundo Deolinda Lopes Vieira (DLV)- Espólio Deolinda Lopes Vieira (PT-AHS-ICS-DLV).

Arquivo do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), Espólio Maria Lamas.

Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA).

Almeida, Hortense de. «Raparigas, o Ginásio Feminino de Portugal espera-vos».

Modas e Bordados, 23 de janeiro 1945, 1772, 4, 16.

Alves, Maria Clara Correia. «'Alma feminina'», *Alma Feminina*, janeiro 1917, n.º 1, 1-3.

«Assistência infantil – Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, 9 de maio 1913, 996, 1.

«Associações de classe. Costureiras e ajuntadeiras», *A Voz do Operário*, 14 junho 1914, n.º 1807, 3.

«Associações de classe. Festas de hoje. Operários Alfayates», *A Voz do Operário*, 21 de junho 1914, n.º 1808, 3.

«Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, setembro/outubro 1928, n.º 5, 7.

«Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, novembro/dezembro 1928, n.º 6, 12.

Beirão, Sara. «Agremiações femininas», *Alma Feminina*, maio/junho 1933, n.º 5-6, 65.

Calado, Jorge. «O Duce e o desporto feminino», *Novidades*, 2 de agosto 1937, n.º 13227, 6.

Carta da *Tuna das Costureiras de Lisboa* para o Governador Civil de Lisboa, de 8-2-1917. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Grupo Tuna das Costureiras de Lisboa. Pasta n.º 51, Processo 1371, caixa 731, folha 1. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13226.

Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, de 17-12-1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional (ACPC-BN), Espólio Ana de Castro Osório, N/12, caixa 6351.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- «Conferências feministas (continuação)», *Alma Feminina*, novembro/dezembro 1921 [1920], 11-12, 60-61.
- «O Congresso feminista e de educação», *O Professor Primário*, 18 de maio 1924, n.º 239, 3.
- «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Alma Feminina*, novembro 1917, 11, 132.
- Costa, Emília de Sousa. *A Mulher. Educação Infantil*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Editor, 1923.
- Costa, Emília de Sousa. *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres! Conferência Pronunciada no Salão de Festas do Século, em Junho de 1930*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1932.
- «A crise das professoras – O que ellas pedem. O que lhes pagam», *A Capital*, 12 de agosto 1915, 1803, 1.
- «Desportismo e feminismo – Exibições moralmente inconvenientes e biologicamente destruidoras», *Novidades*, 20 de outubro 1937, n.º 13305, 1.
- «Educação física errada, igual a não educação», *Novidades*, 11 de agosto de 1937, n.º 13236, 1.
- Envelope de carta do Governo Civil do Distrito de Lisboa para a *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Pasta 46, Processo 1270, caixa 726, Folha 3.3. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13167.
- «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar*, novembro de 1914, n.º 1, 1-2.
- «Festas associativas», *A Capital*, 4 de julho 1914, 1408, 2.
- Guimarães, Elina. «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar*, dezembro de 1929, n.º 10, 583-586.
- Guimarães, Elina. «Dra. Carmen Marques», *Alma Feminina*, maio-junho de 1930, n.º 5/6, 17-19.
- Guimarães, Elina. «O espírito associativo», *Alma Feminina*, setembro/outubro de 1928, n.º 5, 4-6.
- «Hominismo e Donjuanismo», *Novidades*, 21 de outubro 1937, n.º 13306, 1.
- Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP, 13-03-1947. Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.
- Lutz, Bertha. «Acção feminista – O direito de estudar», *Portugal Feminino*, abril de 1931, n.º 15, 13.
- Magalhães, Beatriz Teixeira de. «A professora é reacionária?», *O Professor Primário*, 27 de julho 1919, n.º 19, 1.
- Malta, Isabel de. «Questões sociais - A greve das engomadeiras», *Alma Feminina*, março de 1918, n.º 3, 30-31.
- Marques, Carmen. «O Feminismo», *O Povo*, 11 de junho 1929, n.º 290, 1-2.
- «Obra Maternal», *A Voz do Operário*, 1810, 5 de julho 1914, 1.
- «A obra social das mulheres portuguesas», *A Semeadora*, 15 de janeiro de 1917, n.º 19, 1-2.

- «Orientações Perigosas – Aproveitadas como disfarças revolucionárias», *Novidades*, 22 de outubro 1937, vol. 13 n.º 307, 1.
- Osório, Ana de Castro. «A crise das professoras – O que diz a Associação de Propaganda Feminista», *A Capital*, 13 de agosto 1915, n.º 1804, 1.
- «Porque e para que se fundou o ‘Conselho Nacional das Mulheres Portugezas’», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, novembro 1914, n.º 1, 1-2.
- «Protesto da ‘Legião Portuguesa’ contra um movimento feminista», *A Voz*, 11 de novembro 1937, n.º 3851, 1.
- «Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, 10 de maio de 1917, n.º 2419, 3.
- «Recreatorios Post-Escolares», *Alma Feminina*, junho de 1917, n.º 6, 70-71.
- «Um inquérito – Uma opinião sensata sobre o feminismo», *Diário de Lisboa*, 13 de novembro 1929, n.º 2637, 6-12.
- «Uma internacional feminina», *Actualidades*, 27 de janeiro 1929, n.º 2, 4.
- «Uma obra de urgente justiça». *A Semeadora*, 15 de maio 1917, n.º 23, 4.
- Vieira, Deolinda Lopes. «Pela coeducação», *O Professor Primário*, 14 de agosto 1927, n.º 400, 2.

Bibliografia

- Alves, Paulo Marques, e Olinda Gama. «A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal». *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 2 (2013): 183-195.
- Araújo, Helena Costa. *As Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- Baptista, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- Castro, Zília Osório, e João Esteves, dir. *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Correia, Rosa de Lurdes Matias Pires. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século xx (1914-1947)». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Nova, 2013.
- Costa, Célia. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): uma organização feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007. Publicada em livro: *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Tinta-da-china, 2021).
- Cova, Anne. «Ana de Castro Osório». In *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: A Global Sourcebook and History*, dir. Tiffany K. Wayne, 372-374. Santa Bárbara: Greenwood, 2011, 2 vols., vol. 2.
- Cova, Anne. «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)». In *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos Dois Séculos: Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, 333-348. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Cova, Anne. «Cabete, Adelaide (1867-1935)». In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, 464-465. Lisboa: Assembleia da República, 2013.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa abordagem transnacional (1914-1947)», *Jornal Mundus*, Edição Especial «O desabrochar da igualdade: Lutas e conquistas das mulheres portuguesas», (2018): 21-24.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa perspetiva transnacional (Europa do Sul e América Latina nas primeiras quatro décadas do século xx)». In *Falar de Mulheres: Dez Anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 53-65. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): o caso português numa perspectiva comparada». In *Quem Tem Medo dos Feminismos*, AAVV, 85-91. Funchal: Nova Delphi, 2010.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres». In *Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*, dir. Irene Tomé, Maria Emília Stone, e Maria Teresa Santos, 27-40. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Cova, Anne. «Guimarães, Elina». In *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*, dir. Isabel Baltazar, Alice Cunha, e Isabel Lousada, 125-129. Lisboa: Assembleia da República, 2021.
- Cova, Anne. «Legal position of women in Portugal: the case of the standing Committee on Legislation of the National Council of Portuguese Women (CNMP), 1914-1947». In *New Perspectives on European Women's Legal History*, dir. Sara L. Kimble, e Marion Rowekamp, 376-393. Londres: Routledge, 2017.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)». In *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva, 583-602. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)». In *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos, e Teresa Joaquim, 89-96. Oeiras, Celta, 2004.
- Cova, Anne. «The national councils of women in France, Italy and Portugal. Comparisons and entanglements 1888-1939». In *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplflug, 46-76. Oxford: Berghahn Books, 2014.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «Women and Salazarism». In *Political and Historical Encyclopedia of Women*, dir. Christine Fauré, 397-405. Nova Iorque: Routledge, 2003.

- Espírito-Santo, Sílvia. «Domingas Lazary Amaral – ‘Uma querelada pela liberdade de imprensa’», *Ex aequo*, n.º 39 (2019): 39-53.
- Eduardo, Joaquim Mário Cortes. «Adelaide Cabete (1867-1935): biografia de uma professora feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Esteves, João. «Os 33 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Do republicanismo e feminismo ao antifascismo». In *Falar de Mulheres: Dez anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 67-83. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Esteves, João. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2014.
- Esteves, João. «Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 20-26. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves, 243-244. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135
- Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- Esteves, João. *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- Ferreira, Carla Marina Machado. «Costureiras de Lisboa: Artesãs da moda (1890-1914)». Dissertação de mestrado, Lisboa: Iscte-IUL, 2014.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.
- Gimeno, Luz Sanfeliu, «Educación superior femenina y nuevas conformaciones identitarias: la Juventud Universitaria Femenina (1923-1930)», *Historia contemporánea*, n.º 55 (2017): 547-573.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Gorjão, Vanda. *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.
- Lousada, Isabel. *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010.
- Mariano, Fátima. «Às urnas: a reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)». Tese de doutoramento em História, especialidade História contemporânea, Lisboa, Universidade Nova, 2018, publicada em 2022 pela Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, Helena Isabel de Oliveira, e Maria da Natividade Mendes Couto Pereira. «A mulher e o desporto em Portugal na década de 1930». *Ex aequo*, n.º 4 (2001): 143-151.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Marques, Rui Filipe Duarte. «Tunas em Portugal: espaços de construção, negociação e transformação social através da música. Um estudo sobre a Tuna Souselense». Tese de doutoramento em Música, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2019.
- Mocho, Dulce Maria Baptista. «Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 2003.
- Monteiro, Natividade. *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre-Pensadora: Caminhos Trilhados pelo Direito de Cidadania*. Olhão: Gente Singular, 2012.
- Monteiro, Natividade. «Nos cem anos da criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas». In *Falar de Mulheres: Dez anos depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 49-52. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Nóvoa, António, dir. *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- Pereira, Joana Dias. *Associativismo Livre: Uma História de Fraternidade e Progresso (1824-1926)*. Coimbra: Almedina, 2020.
- Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- Rupp, Leila J. *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Samara, Maria Alice. *Operárias e Burguesas: As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- Seixas, Maria Augusta. *As Operárias de Alcântara e as suas Lutas Antes e Durante a I República*. Lisboa: Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, 2012.
- Silva, Maria Regina Tavares da. «Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa». In *Dicionário no Feminino*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 305-307. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Vilela, Ana Maria de Oliveira. «O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999.

Raquel Rego, Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire¹

Capítulo 2

Análise exploratória de redes e perfis das dirigentes do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1947)

Introdução

O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), fundado em Lisboa em 1914 e em actividade até 1947, ano em que foi encerrado pelo Estado Novo, pode ser considerado a organização feminista mais relevante da primeira metade do século xx.² Neste sentido, o seu conhecimento contribui especialmente para dar visibilidade às mulheres que também fizeram a nossa história.³ Embora já estudado por diversos/as investigadores/as, há ainda muito por conhecer sobre

¹ Os/as autores/as escolheram não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990.

² Célia Costa, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista» (dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade Aberta, 2007) publicada em livro: *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Tinta-da-china, 2021).

³ Gisela Bock, e Anne Cova, dir. *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e Siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries* (Oeiras: Celta, 2003).

o CNMP.⁴ Um dos aspectos a aprofundar são as suas redes sociais. Apesar de vários/as autores/as fazerem referência e realçarem, por exemplo, a importância das relações ou laços sociais entre as mulheres que o compuseram, o termo rede é usado «metaforicamente», para usarmos uma expressão de Claire Lemerrier (2015).⁵ Isto significa que as relações sociais não têm sido analisadas com uma abordagem própria, possível através da Análise de Redes Sociais (ARS), uma abordagem teórico-metodológica, ou «modo de ver as coisas», que a análise histórica está a descobrir e a utilizar de forma crescente.⁶

Este capítulo tem por objectivo a análise das redes das dirigentes do CNMP recorrendo à ARS, que tem uma dupla vantagem: permite-nos representar graficamente a rede social que compõe o CNMP, proporcionando uma visualização que fornece também medidas quantitativas dessa mesma rede, estimulando assim a comparação.⁷ Não tendo à partida informação sobre como o todo se estrutura, mas dispondo de vários dados sobre atributos destas mulheres, procedemos ainda a uma análise exploratória por meio da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). A ACM permite a associação das categorias de variáveis, neste caso os atributos das dirigentes, viabilizando consequentemente o uso, com maior eficácia, dos dados do fenómeno em análise, complexo e multidimensional.

⁴ Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994); João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135; Rosa Correia, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século xx (1914-1947)» (dissertação de mestrado, Lisboa: FCSH-UNL, 2013); Anne Cova, «The national councils of women in France, Italy and Portugal: comparisons and entanglements, 1888-1939», em *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz e Daniel Schönplflug (Nova Iorque: Berghahn Books, 2014), 46-76; Célia Costa, *História...*; Ver os capítulos 1 e 3 neste livro.

⁵ Claire Lemerrier, «Formal network methods in history: why and how?», em *Social Networks, Political Institutions and Rural Societies*, org. Georg Fertig (Turnhout: Brepols, 2015).

⁶ Lemerrier, «Formal network methods...», 283. Neste sentido, atenda-se à apresentação de uma versão preliminar deste texto na sexta edição da conferência anual organizada pela *Historical Research Network Community*, desta feita, *online*, em Julho de 2021, <https://historicalnetworkresearch.org/hnr-events/>.

⁷ Anne Cova, dir., *História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

A estrutura deste capítulo compreende quatro partes essenciais. Primeiro, damos conta brevemente do estado da literatura no que diz respeito ao objecto em análise, isto é, em particular ao papel das redes pessoais no CNMP.⁸ Em segundo lugar, apresentamos a metodologia, as suas virtudes e limitações, concretamente a ARS com o auxílio do *software* UCINET (versão 6.724) e a ACM por meio do *software* SPSS (versão 27). Em terceiro lugar surgem os resultados onde se salientam as características da rede total, de dois subgrupos de dirigentes e ainda os perfis de dirigentes encontrados. Por último, discutimos estes resultados à luz da literatura e terminamos com uma lista das principais conclusões, desde a existência de uma rede muito coesa ao longo de todo o período, ao imperativo de aprofundar no futuro os perfis de dirigentes identificadas.

Estado da arte

O interesse do estudo do CNMP assume diversas razões que a historiografia já evidenciou. Destacamos cinco aspectos que mostram porque é considerada uma organização civil relevante no quadro da primeira metade do século xx em Portugal.⁹ Primeiro, representou a principal organização que lutou pelos direitos das mulheres no referido período. Segundo, foi a maior organização nacional de mulheres a internacionalizar-se, durante a chamada *Belle époque* dos feminismos, podendo ser considerada a «delegação nacional» do *International Council of Women* (ICW), fundado em Washington DC, em 1888, e ainda activo nos nossos dias. Terceiro, o CNMP é uma estrutura de grande dimensão, isto é, o número de filiadas é significativo, ascendendo aos milhares considerando as três décadas da sua existência. Quarto, conseguiu federar mais de duas dezenas de associações num país onde o associativismo feminino se desenvolveu de forma fragmentada apesar das expectativas criadas pela instauração da República em 1910. Finalmente, trata-se da organização de mulheres com mais tempo em actividade (33 anos) antes do regime democrático.

⁸ Ver também os capítulos 1 e 3 neste livro.

⁹ Ver também os capítulos 1 e 3 neste livro.

Para além do republicanismo, a maçonaria é outro traço fundamental do CNMP até à realização do Segundo Congresso Feminista e de Educação, em 1928. Como escreveu João Esteves:

O ano de 1907 assinalou a caminhada comum entre activistas feministas e maçonaria, ao iniciaram-se na Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido Adelaide Cabete (Louise Michel), Ana de Castro Osório (Leonor da Fonseca Pimentel), Carolina Beatriz Ângelo (Lígia) e Maria Veleda (Angústias), e prolongou-se até à década de 20, com as mulheres da Loja Humanidade do Direito Humano, mista, a assumirem cargos no CNMP. Durante duas décadas, líderes e dezenas de propagandistas foram maçons: [...] quase todas engrossaram o Conselho.¹⁰

Um último traço que gostaríamos de salientar são as redes pessoais, quer no que diz respeito a laços de amizade, familiares, profissionais ou outros. O CNMP foi, à semelhança de outros conselhos nacionais de mulheres, sobretudo o produto das redes pessoais das suas líderes: «The links that existed between many of the leaders explain the establishment of networks that were a prelude to the launching of the councils».¹¹ Célia Costa nota em relação ao CNMP que «as activistas funcionavam através de uma rede de amigas e conhecimentos, sendo o método comum de angariação de novas sócias o da proposta feita pelas próprias associadas».¹² Em 1929, numa circular para angariação de sócias, refere-se: «bastaria que cada uma das nossas associadas propuzesse pelo menos uma aderente para se duplicar o numero de sócias [...]».¹³ Algumas associadas do CNMP foram particularmente prolíferas neste desígnio, das quais destacamos: Maria da Luz Albuquerque, Sara Beirão, Elina Guimarães, Margarida de Oliveira e Maria do Carmo Vieira Viana. No período de direcção de Maria Lamas, regista-se o mesmo princípio de privilégio dos contactos pessoais para aumentar a rede associativa do CNMP. A *Campanha das 5 Sócias* foi lançada em 1946, e publicitada no órgão de propaganda

¹⁰ João Esteves, «Feminismo, feminismos e sufrágio na 1.ª República», em *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, e Natividade Monteiro (Lisboa: Edições Colibri, 2011), 22.

¹¹ Cova, «The National Councils...»,... 68.

¹² Costa, «O Conselho Nacional...»,... 282.

¹³ Costa, «O Conselho Nacional...»,... 396.

A Mulher, sendo bastante explícita sobre os vários contextos, as diversas redes sociais, em que as associadas deveriam procurar potenciais novos membros para o CNMP:

[...] uma tarefa urgente se nos afigura desde já: o aumento do número de sócias. [...] O Conselho é, por ora, um organismo pobre. As vistas e caras propagandas estão-nos vedadas. Tudo tem de ser feito pelas nossas mãos [...]. [...] Aquilo que de momento pode parecer difícil – conseguir cada sócia cinco novas sócias – transforma-se num trabalho fácil se tentarmos percorrer em pensamento as nossas relações. No emprego, na escola, na família, nas pessoas amigas, não será possível encontrar cinco mulheres susceptíveis de se interessarem pelos nossos problemas?¹⁴

Várias mulheres conhecem-se mesmo antes da fundação do CNMP. Estudos académicos referem frequentes ligações familiares entre as dirigentes: eram irmãs Adelaide Cabete e Maria Brazão; Célia e Laura de Almeida Leite; Maria Emília de Carvalho Gonçalves e Bárbara Rosa de Carvalho Pereira; Albertina Gamboa, Ema Camila de Paiva Ruas e Otília Paiva Ruas; Nídia e Noémia Neto Ferreira, para dar apenas alguns exemplos. Outras investigações abordam também as ligações familiares entre as mulheres do CNMP e a elite política, como é o caso de Elina Guimarães, filha de Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães (1876-1957), deputado e um dos últimos presidentes do Ministério da I República. E há ainda estudos que destacam a relação próxima com a organização homóloga francesa, o *Conseil National des Femmes Françaises* (CNFF) fundado em Paris em 1901.

Em síntese, refira-se a importância do republicanismo e da maçonaria para o surgimento do CNMP, amplamente mencionada na literatura. Igualmente, há referências às redes pessoais na cooperação entre as mulheres reunidas no CNMP, mas não são conhecidos estudos sistemáticos sobre estas redes ou os seus atributos, nem estudos que diferenciem a rede de dirigentes por subgrupos.

¹⁴ «A Campanha das 5 Sócias», *A Mulher*, n.º 1, Dezembro de 1946: 16.

Metodologia

Tendo como objectivo o conhecimento global e sistemático das relações sociais entre as mulheres que compuseram o CNMP e, em particular, das mulheres com potencialmente mais poder nessa rede, procedemos à organização e à análise da informação através de dois tipos de abordagem. O primeiro é a ARS. Centrâmo-nos na representação dos laços ou relações existentes entre as dirigentes do CNMP, nos períodos em que coincidiram nos órgãos sociais, ao longo dos 33 anos de existência do CNMP. Portanto, laços objectivos, alguns atributos pessoais e medidas da rede que podem ser considerados indicadores do poder potencial das dirigentes como resultado da sua posição na rede.¹⁵ Restringimo-nos, pois, às dirigentes, sabendo que estas são já as mulheres com mais poder dentro do CNMP. O segundo tipo de abordagem é a ACM que procura configurar o espaço social num número reduzido de dimensões analíticas e identificar perfis de dirigentes, criando ideais-tipo a partir da associação das variáveis e de suas categorias. Assumimos, pois, um intento de complementaridade e ainda exploração de dados já conhecidos, mas não sistematizados.

Os dados foram reunidos a partir de arquivos nacionais (públicos e privados), conferidos sobretudo em obras imprescindíveis como o *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, de 2005, sob a direcção de Zília Osório de Castro e João Esteves, bem como *Feminae – Dicionário Contemporâneo*, de 2013, e a dissertação de mestrado de Célia Costa, entretanto publicada em livro, como já referimos.

O processo de redução e simplificação da informação que viabilizou as análises acima referidas implicaram, necessariamente, escolhas. Estas escolhas resultam de interpretações sustentadas como passamos a ilustrar. No caso da ARS, por exemplo, não nos tendo limitado à análise da rede total, desenvolvemos uma análise de dois subgrupos. Para isso estabelecemos um corte temporal: dirigentes com funções predominantemente até 1928 (período 1914-1928) e dirigentes com funções predominantemente depois de 1928 (período 1929-1947), ou durante a ditadura. A escolha do corte temporal não coincide com o ano do golpe militar de 1926 que implanta o regime ditatorial, por diversas razões. Primeiro, consideramos que o efeito deste não

¹⁵ Lemercier, «Formal network...».

foi imediato na configuração da rede social. Segundo, a década de 1920 corresponde a um período de expressiva vitalidade do CNMP, nomeadamente pela organização de dois congressos feministas e da educação (em 1924 e 1928) e que contrasta com o período seguinte, em que o activismo das mulheres sofre os efeitos da política repressiva do Estado Novo em relação à emancipação feminina e aos feminismos. Ora, o congresso de 1928 nas palavras de João Esteves marca o «fim de um ciclo».¹⁶ Terceiro, refira-se que os órgãos sociais do CNMP eram eleitos para o período de um ano, e que em 1926 a Assembleia Geral reuniu a 30 de Dezembro, data em que elegeram os órgãos sociais em exercício até 30 de Dezembro de 1927. A escolha do corte temporal conduziu à tomada de certas decisões, nomeadamente a que estabelece que uma dirigente cuja presença nos órgãos sociais tenha ocorrido entre 1914 e 1934 (como é o caso de Adelaide Ferreira de Carvalho), seja considerada no período inicial (1914-1928), quando realizámos a análise dos subgrupos por período, muito embora esta mulher tenha estado também activa depois.

Um outro exemplo das escolhas que se impuseram no caso da ARS foi considerar as sócias delegadas das agremiações federadas no CNMP a par das dirigentes fundadoras do CNMP. Esta opção fundamenta-se na relevância destas agremiações, à luz dos estatutos de 1914 que explicitam (no artigo 2.º do capítulo I) que o fim principal do CNMP é «reunir numa vasta associação (federação) as agremiações femininas portuguesas, que se ocupem da mulher e da criança», sendo na verdade «uma federação de associações e não de indivíduos», razão pela qual nas Assembleia Geral só têm direito ao voto membros do conselho administrativo e as delegadas das agremiações (capítulo VI, artigo 21.º).¹⁷ Habitualmente, a constituição de uma associação é feita por um número reduzido de sócios/as fundadores/as e esse terá sido, também, o caso do CNMP em 1914. No entanto, o CNMP, enquanto estrutura federativa, reagrupou ao longo da sua existência mais de vinte associações.

No caso da ACM, entre estas escolhas incontornáveis estão as questões da definição da profissão das dirigentes. A título de exemplo,

¹⁶ Esteves, «Feminismo...».

¹⁷ *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1917), 3 e 9.

considerou-se «jurista» sempre que não é conhecido com exactidão o percurso da dirigente: formação em Direito ou exercício da advocacia. Há, portanto, circunstâncias em que não se sabe ao certo se a formação teve correspondência com o exercício de actividade profissional. Isto sucede, por exemplo, com Maria Amélia de Matos. Sublinhe-se igualmente que o atributo «profissão» levou à exclusão de 103 mulheres da análise (de um total de 187), ou seja, dirigentes cuja informação biográfica é ainda escassa, desconhecendo-se formação ou actividade profissional exercida. Em concreto, a variável profissão foi trabalhada com base em 84 casos, ao contrário dos restantes atributos em que se dispôs sempre da totalidade da amostra. Quer na ARS quer na ACM, entendeu-se que seria mais importante fazer equivaler esta informação (formada ou profissional de Direito), do que desprezar alguma dessa informação (como aconteceria se se considerassem apenas as advogadas). Sob o mesmo princípio da simplificação da informação e utilização máxima de dados conhecidos, integrámos todos os tipos de docência (docentes do ensino superior, educadoras e professoras) numa mesma categoria «professora»; escritoras, jornalistas, pintoras, poetas e outras artistas em «escritoras/artistas»; domésticas (muitas delas não seriam trabalhadoras domésticas, mas mulheres que se ocupavam da gestão doméstica); costureiras, empregadas de comércio, estudantes e outras em «ocupações não qualificadas»; aglutinámos duas profissões da saúde na mesma categoria, pela proximidade do sector, isto é, «médicas/farmacêuticas».

Importa ter presente que este estudo é feito com duas limitações principais. Primeiro, há muita informação incompleta. Com efeito, se há estudos em torno do CNMP, continua muito por investigar e é, assim, compreensível que não se conheçam de igual modo os percursos biográficos e os percursos associativos das 187 dirigentes. No entanto, a informação que foi analisada mereceu-nos uma elevada confiança. Concretamente, admitimos que haja mais mulheres maçónicas na nossa rede que não foram (ainda) identificadas, mas aquelas que foram reúnem evidência empírica. A análise dá conta, sobretudo, do que é conhecido, não devendo concluir-se que seja tudo o que pode ser conhecido. Segundo, a informação existente foi, frequentemente, simplificada. Por forma a manipulá-la no seu conjunto, foi necessário reduzir os dados para os manusear e várias decisões tiveram de ser tomadas

neste processo de (re)classificação. Esta limitação é, pois, inerente a qualquer tipo de análise desta natureza.¹⁸

Partindo do princípio de que as dirigentes do CNMP que ocuparam cargos nos órgãos sociais em períodos simultâneos se conheceram, desenvolvemos uma ARS que procurasse ir para além da estrutura formal que é o desempenho de cargos em órgãos sociais, no fundo o seu organograma. Neste sentido, começámos por estabelecer os laços entre as dirigentes cujos períodos se sobrepunham numa matriz de *one mode*. Esta análise foi feita quer para a rede total quer para os subgrupos que a compõem e que correspondem ao grupo das dirigentes até e após 1928. Deste modo, temos a representação gráfica e medidas (centralidade, densidade, intermediação) dos laços entre as mulheres dirigentes do CNMP, associando, ainda, alguns atributos pessoais (fundadoras, maçónicas) decorrentes da análise com o *software* UCINET, ou seja, o grau (*degree*). Assumimos que um indivíduo com muitos laços ou relações sociais numa determinada rede social e desempenhando um papel de ligação ou intermediação com outros indivíduos tem potencialmente mais poder, uma vez que através dele circula mais informação e surgem mais oportunidades.

Sabendo que as dirigentes têm diversos atributos conhecidos, mas que não conhecemos as regularidades existentes e que configurem padrões ou perfis, procedemos a uma ACM de modo a reduzir a informação e identificar dimensões analíticas no espaço social em causa. Foram, assim, reunidos os dados de 8 atributos: uns mais pessoais (como ser casada ou não, ser maçon ou não, profissão – escritora/artista, professora, jurista, médica/farmacêutica, ocupação não qualificada); outros relativos à sua intervenção no CNMP (ser ou não fundadora, colaborar ou não com a *Alma Feminina*;¹⁹ desempenhar ou não várias funções – na direcção, nos outros órgãos sociais e nas comissões do CNMP) e outros de contexto (ter ou não multi-pertença a agremiações federadas e ao CNMP, período em que foi dirigente, isto é, até ou após 1928).

¹⁸ Lemercier, «Formal network...».

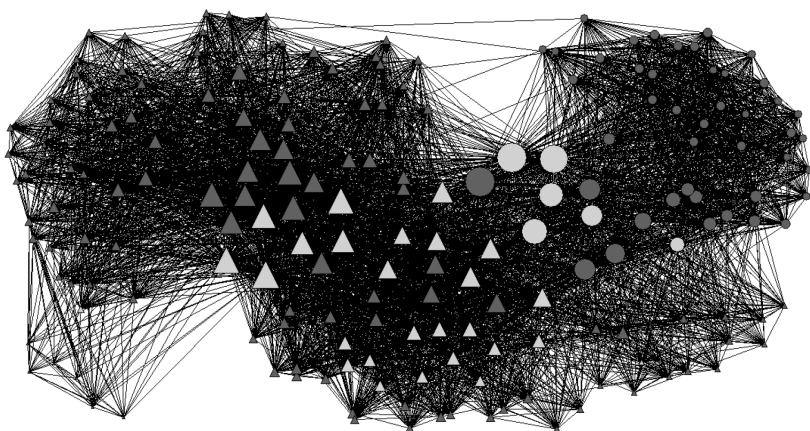
¹⁹ O CNMP teve um órgão de propaganda ao longo dos 33 anos de existência, isto é, entre Novembro de 1914 e Maio de 1947, com um total de 158 edições. Intitulou-se *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* entre 1914 e 1916, *Alma Feminina* entre 1917 e 1946, e passou a designar-se *A Mulher*, de Dezembro de 1946 em diante. Adoptámos, por uma questão de simplificação, o título *Alma Feminina*, uma vez que se trata do mais duradouro.

Resultados

A nossa amostra é composta por um total de 187 mulheres dirigentes do CNMP ao longo dos seus 33 anos de existência (1914-1947). Esta amostra divide-se de forma próxima entre o período da Primeira República, com 100 dirigentes a ocuparem cargos sobretudo até 1928, e o período já em ditadura, com 87 dirigentes identificadas após 1928. Do total da amostra, 27% são fundadoras, 18% são maçónicas, 12% são casadas, a maior parte desempenha a função de professora (44%), 76% pertenciam a mais de uma associação, 34% desempenharam mais do que uma função nos órgãos sociais e 29% colaboraram na revista do CNMP *Alma Feminina*. Trata-se, em suma, de um número significativo de mulheres qualificadas e com uma participação associativa relevante.

A rede social das mulheres dirigentes do CNMP ao longo de toda a sua existência revela-se muito densa, conforme mostra o Gráfico 2.1. A densidade média (*density average matrix value*) é de 0,32. Esta densidade significa que há a presença de um grande número de mulheres nos órgãos sociais, com elevada expressão de circulação entre cargos distintos ou ocupação dos mesmos em diferentes momentos.

Gráfico 2.1 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1947)



Legenda: Nós mais claros – dirigentes maçónicas; Nós mais escuros – dirigentes não maçónicas; Nós em círculos – dirigentes fundadoras; Nós em triângulos – dirigentes não fundadoras; Dimensão dos nós – quanto maiores, maior o grau (número de relações)

n=187

Fonte: Várias. Cálculos próprios.

Podemos, pois, dizer que esta rede proporciona um elevado nível de cooperação entre a elite cívica que a compõe.

O grau médio (*average degree*) de laços fornece uma referência clara para esta rede coesa: 58,6 laços de um total de 93 possíveis para cada mulher $[(n-1) / 2 = (187-1) / 2]$. A distância média (*average distance*) de uma mulher a qualquer outra é de 1,8 laços. Isto significa que na rede os laços eram fortes e havia condições para que as informações circulassem por toda a rede.

A análise do Gráfico 2.1 permite-nos também distinguir duas partes na rede, que a dividem aproximadamente ao meio: no lado direito, identifica-se uma concentração de fundadoras (nodos em forma de círculo), no lado esquerdo, verifica-se a ausência de fundadoras. E, de algum modo, fazendo a junção das duas partes, vislumbramos ainda a posição central das dirigentes maçónicas (a vermelho). Destacamos, por último, que entre as fundadoras com mais relações ou laços sociais (nodos de maior dimensão) se encontram 4-5 maçónicas.

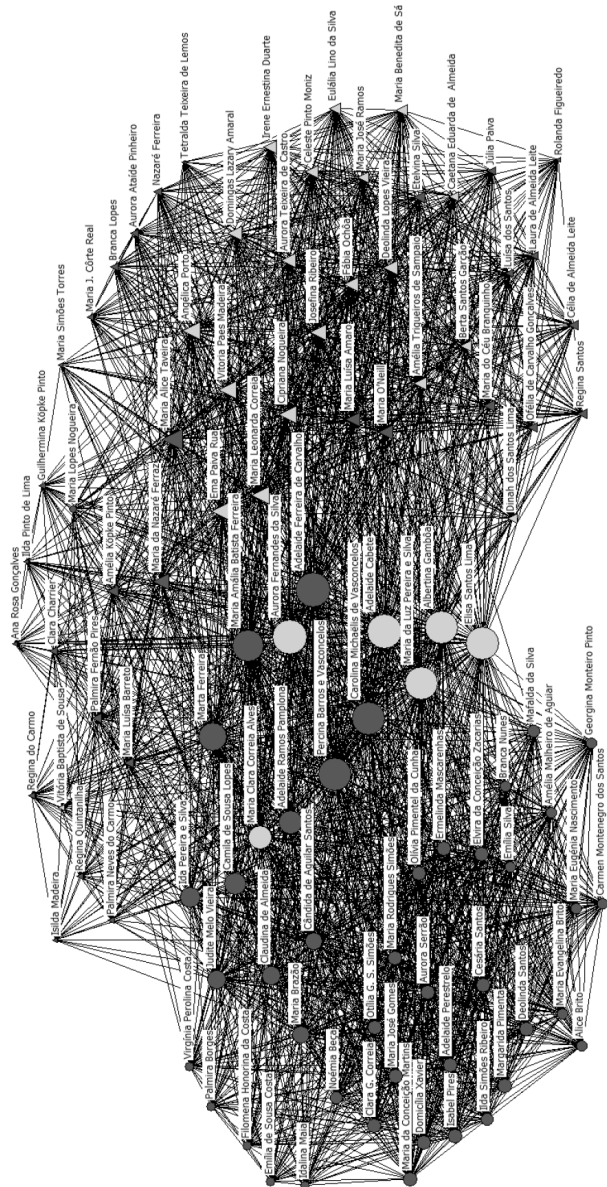
Daqui decorre que, para uma análise mais detalhada, vale a pena identificar alguns subgrupos na rede. Consequentemente, a partir de um princípio substantivo, separámos as dirigentes pelo período que prevaleceram em cargos nos órgãos sociais: durante o período 1914-1928, ou durante o período seguinte, 1929-1947, o que nos dá períodos com durações aproximadas para cada subgrupo (14 e 18 anos, respectivamente). Passamos assim à análise destes subgrupos.

O primeiro subgrupo corresponde às dirigentes do período que vai da fundação do CNMP à implementação do regime ditatorial em 1926. Conforme se pode ver no Gráfico 2.2, esta rede revela-se também muito densa, com mais de metade das dirigentes a serem centrais (proporção de centralidade de 0,51).

A nossa análise incidiu nas *medidas de centralidade* por meio do *grau* (*Freeman free centrality*), ou seja, do número de relações ou laços que cada dirigente tem, e da *intermediação* dos laços (*Freeman betweenness centrality*), isto é, da frequência com que as dirigentes se encontram no caminho mais curto entre duas outras dirigentes.²⁰ Esta última medida permite saber o potencial controlo do fluxo de informação na rede, ou seja, refere-se ao facto de determinada dirigente ser ou não potencial controladora

²⁰ Stephen P. Borgatti, Martin G. Everett, e Jeffrey C. Johnson, *Analyzing Social Networks* (Londres: Sage, 2013), 11.

Gráfico 2.2 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1928)

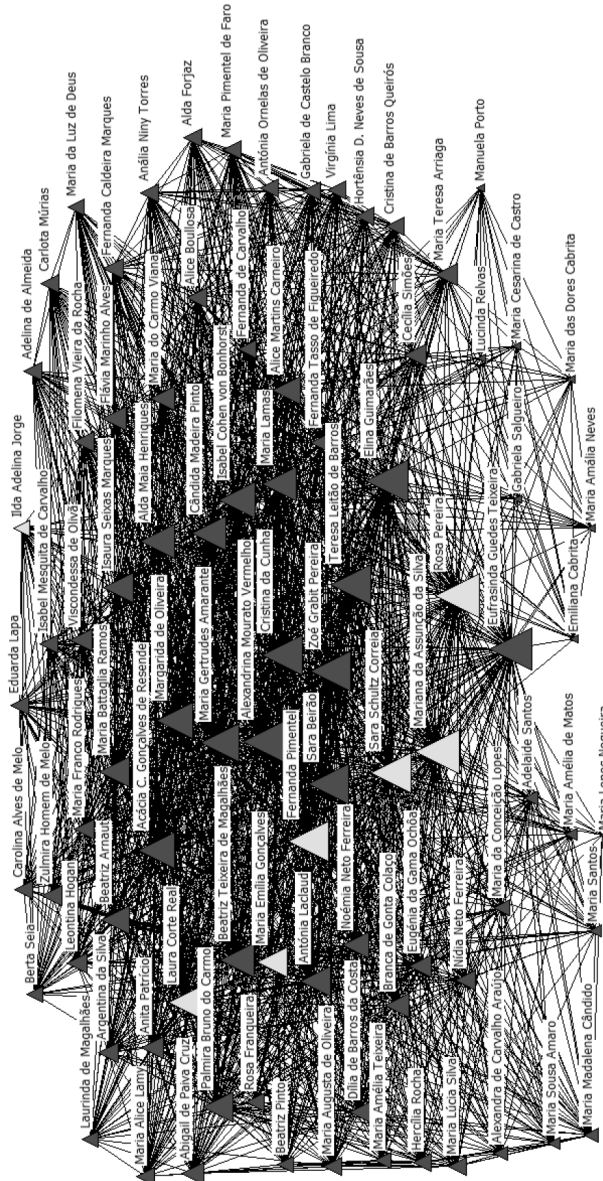


Legenda: Nodos mais claros – dirigentes maçónicas; Nodos mais escuros – dirigentes não maçónicas; Nodos em círculos – dirigentes fundadoras; Nodos em triângulos – dirigentes não fundadoras; Dimensão dos nodos – quanto maiores, maior o grau (número de relações)

n=100

Fonte: Várias. Cálculos próprios.

Gráfico 2.3 – Rede de dirigentes do CNMP (1929-1947)



Legenda: Nodos mais claros – dirigentes maçônicas; Nodos mais escuros – dirigentes não maçônicas; Nodos em triângulo – dirigentes não fundadoras; Dimensão dos nodos – quanto maiores, maior o grau (número de relações)

n=87

Fonte: Várias. Cálculos próprios.

de informação, ou *gatekeeper*. Neste sentido, dá também conta do poder que ela pode ter em criar um evento disruptivo na rede. Os valores mais elevados indicam, assim, as mulheres com potencial poder nesta rede.

Como se pode constatar no Quadro 2.1, as 8 mulheres que tinham ligação com quase todas as outras encontram-se listadas e evidenciam posições na rede idênticas. Todas elas têm mais de 90 laços cada.

Quadro 2.1 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1914-1928)

NOMES E PERÍODO EM FUNÇÕES	MEDIDAS DE CENTRALIDADE			
	<i>Degree</i> 1	<i>Degree</i> 2	<i>Betweenness</i> 1	<i>Betweenness</i> 2
Adelaide Ferreira de Carvalho (1914-1934)	99 000	1.000	202.08	4.166
Adelaide Cabete (1914-1935)*	99.000	1.000	202.079	4.166
Aurora Fernandes da Silva (1914-1932)*	98.000	0.990	196.633	4.053
Elisa Santos Lima (1914-1927)*	97.000	0.980	186.182	3.838
Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1914-1925)	95.000	0.960	173.934	3.586
Maria da Luz Pereira e Silva (1914-1925)*	95.000	0.960	171.977	3.545
Albertina Gambôa (1915-1929)*	94.000	0.949	174.762	3.603
Maria Amália Baptista Ferreira (1914-1924)	91.000	0.919	147.972	3.050

Nota: O quadro encontra-se ordenado por ordem decrescente do grau (*degree*), havendo outras dirigentes com valores mais elevados no que diz respeito a intermediação (*betweenness*) mas menor grau, nomeadamente Percina Barros e Vasconcelos e Marta Ferreira. O asterisco indica as dirigentes maçónicas.

Podemos ainda observar, no Gráfico 2.2, que a rede de dirigentes do CNMP durante a primeira República é, em grande parte, ocupada por fundadoras. Também da leitura deste Gráfico sobressai a existência de várias mulheres maçónicas, concretamente 5 de um total de 26. Um último dado que realçamos é a existência de um número de fundadoras com várias relações que são maçónicas e que ocupam o espaço central da rede. Esta informação encontra-se, também disponível no Quadro 2.1, para as 8 mulheres mais relevantes, ou seja, com mais poder na rede.

O segundo subgrupo corresponde às dirigentes do período que vai de 1929 a 1947, ou seja, sob ditadura. Esta rede revela-se, de novo, muito densa, no entanto, menos do que no período anterior. Ainda que de difícil visualização, constata-se que a proporção de dirigentes centrais se reduz de forma significativa, pois só 5% parecem particularmente relacionadas (proporção de centralidade: 0,05).

Recorrendo mais uma vez às medidas de centralidade acima mencionadas, por meio do grau (*Freeman free centrality*) e da intermediação

dos laços (*Freeman betweenness centrality*), procurámos conhecer as mulheres potencialmente com mais poder nesta rede. Neste período, apenas uma mulher tem mais de 90 laços: Rosa Pereira. As fundadoras desaparecem da rede de dirigentes. Também neste período o número de mulheres maçónicas é reduzido, embora elas continuem a estar entre as com mais poder (3 de um total de 7). O Quadro 2.2 identifica, também, as 8 mulheres mais centrais dando conta, contudo, dos valores menores quando em comparação com as mulheres com mais poder no período anterior.

Quadro 2.2 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1929-1947)

NOMES E PERÍODO EM FUNÇÕES	MEDIDAS DE CENTRALIDADE			
	<i>Degree 1</i>	<i>Degree 2</i>	<i>Betweenness 1</i>	<i>Betweenness 2</i>
Rosa Pereira (1923-1946)*	96.000	0.101	146.565	4.010
Mariana da Assunção da Silva (1925-1946)*	85.000	0.090	142.870	3.909
Elina Guimarães (1927-1946)	84.000	0.089	127.972	3.501
Eufрасinda Guedes Teixeira (1928-1946)	81.000	0.086	123.352	3.375
Sara Beirão (1925-1945)	79.000	0.084	70.370	1.925
Sara Schultz Correia (1924-1945)*	79.000	0.084	70.370	1.925
Zoé Grabit Pereira (1928-1945)	79.000	0.084	70.370	1.925
Teresa Leitão de Barros (1925-1945)	78.000	0.082	69.466	1.901

Nota: O quadro encontra-se ordenado por ordem decrescente do grau (*degree*), havendo dirigentes com valores mais elevados no que diz respeito a intermediação (*betweenness*) mas menor grau, nomeadamente Isabel Cohen von Bonhorst. O asterisco indica as dirigentes maçónicas.

Em síntese, comparando o período 1914-1928 com o período seguinte 1928-1947, podemos dizer que a rede social de dirigentes do CNMP mantém-se bastante densa, mas sofre alterações. Com efeito, quase desaparecem as fundadoras, isto é, as dirigentes cujos cargos foram desempenhados sobretudo no período da República. Isto não quer dizer, em rigor, que não se encontrem dirigentes fundadoras durante a ditadura, mas que as que se encontram desempenharam cargos sobretudo no período anterior e, por isso, foram consideradas no primeiro subgrupo. Há também, com o tempo, menos mulheres com múltiplas relações. De um modo geral, as mulheres com mais relações são as que mais servem de intermediárias na rede, como que reforçando a ideia de serem particularmente importantes na circulação de informação na rede. Finalmente, de um período ao outro, nota-se ainda a diminuição de dirigentes que são maçónicas (de 26

no primeiro período passam a 7), embora elas continuem entre as dirigentes com mais poder (realçadas nos quadros).

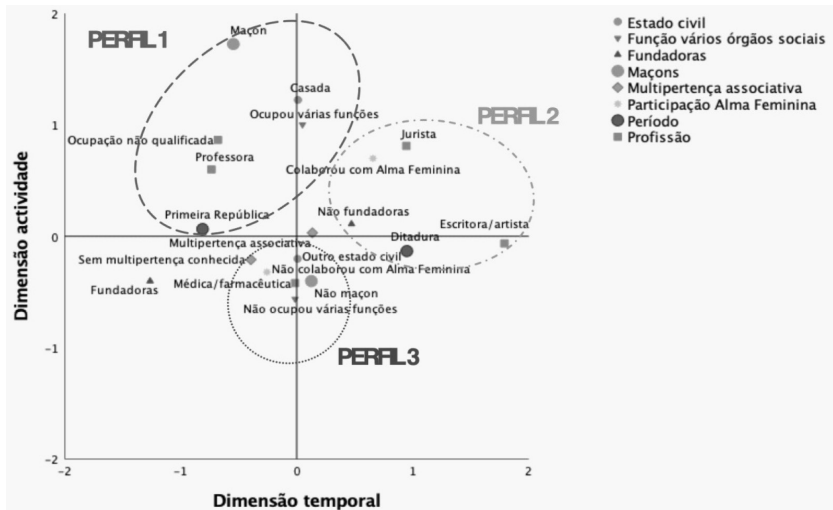
Tendo presente vários atributos ou características sociodemográficas e sociais das mulheres dirigentes do CNMP identificados já pela historiografia, organizámo-los na medida em que viabilizavam um tratamento estatístico. Os atributos explorados são os seguintes: (1) multi-pertença a agremiações do CNMP; (2) cargos nos órgãos sociais do CNMP, incluindo comissões, (3) fundadoras (em 1914); (4) maçónicas, (5) participação na revista *Alma Feminina*; (6) estado civil casada; (7) profissão (agrupada em 5 categorias: professoras, médicas/farmacêuticas, escritoras/artistas, juristas, ocupação não qualificada) e (8) período principal de envolvimento no CNMP (até ou após 1928).

Outras características são conhecidas, mas, por um lado, a sua distribuição é muito incompleta, ou, por outro lado, a distribuição desses atributos é pouco discriminadora das dirigentes na rede pelo que estes atributos foram postos de parte no estudo. Deste modo, vários atributos que são conhecidos pela historiografia não puderam ser analisados de forma sistemática. Entre eles encontram-se: os laços familiares entre as dirigentes do CNMP e a elite política; as ligações entre as dirigentes e o estrangeiro (deslocações no quadro do CNMP, contacto com mulheres ou organizações homólogas, etc.); a localidade em Portugal de onde as dirigentes são naturais ou onde residiram e o posicionamento ideológico (feminista, pacifista, republicana, antifascista, defensora do esperanto, espiritista, abolicionista, etc.).

A representação gráfica deste espaço social a partir dos atributos ou variáveis seleccionados, patente no Gráfico 2.4, permite-nos criar duas dimensões analíticas que enquadram a associação privilegiada das categorias desses atributos. A associação de categorias perfaz, então, perfis, tipos ou padrões de dirigentes. Para a primeira dimensão (eixo das abcissas ou x), concorrem três variáveis (com valores acima do valor médio da *inércia* da dimensão): (1) o período, (2) ser fundadora e (3) a profissão. Tendo em conta que o período é a variável que mais contribui para esta dimensão e, também, o seu valor heurístico, designámos esta dimensão como temporal. No que diz respeito à segunda dimensão (eixo das ordenadas ou y) concorrem, por seu turno, duas variáveis (com valores acima do valor médio da *inércia* da dimensão): (1) ser maçom e (2) exercer cargos em vários órgãos sociais

do CNMP. Deste modo, realçamos no nome da dimensão a actividade assumindo que ser maçon e exercer vários cargos no CNMP implica uma maior actividade colectiva. A associação no espaço das categorias das variáveis permite-nos delinear três perfis de dirigentes, como demonstram os círculos no Gráfico 2.4.

Gráfico 2.4 – Configuração do espaço social e perfis de dirigentes do CNMP (1914-1947)



Fonte: Várias. Cálculos próprios.

Na «dimensão actividade», os perfis 1 e 2 situam-se à esquerda do eixo, ou seja, correspondem a dirigentes com actividade, e o perfil 3 situa-se à direita do eixo, sendo relativo a dirigentes sem actividade (não colaborou com a *Alma Feminina*, não ocupou vários cargos). No que respeita a «dimensão temporal», os perfis 1 e 2 situam-se já de forma distinta. Enquanto o perfil 1 se situa à esquerda do eixo, e, por isso, associamos ao período aproximado da Primeira República, o perfil 2 situa-se à direita, sendo pontuado pelo período já sob ditadura. O perfil 3, coincidindo com o eixo que divide a dimensão temporal, não é discriminado temporalmente.

Analisando mais em detalhe os perfis, podemos descrevê-los do seguinte modo: O perfil 1 é composto por mulheres dirigentes na

primeira fase do CNMP (1914-1928), professoras ou sem ocupação qualificada, maçónicas, casadas e que desempenharam várias funções no CNMP. A este padrão chamamos, por isso, «perfil executivo», na medida em que estas dirigentes desempenharam um papel importante na vida associativa na primeira fase do período observado, tendo circulado entre os órgãos sociais. De modo similar, o perfil 2 é composto por mulheres dirigentes na primeira fase do CNMP (1914-1928), activas, mas sobretudo porque se associam à *Alma Feminina*. Este perfil compreende juristas e escritoras ou artistas. Tendo presente a sua intervenção naquela revista, designamos este padrão por «perfil ideólogo», pois não raras vezes a sua escrita, qualificada, incidia sobre linhas e conteúdos ideológicos que orientavam o CNMP.

Por último, no espaço social configurado pelos oito atributos reunidos, identificamos um terceiro perfil. Trata-se de dirigentes médicas ou farmacêuticas, não maçónicas, que não ocupam vários cargos nos órgãos sociais nem colaboraram com a *Alma Feminina*. Deste modo, denominamo-lo de «perfil discreto». De notar que este perfil não é associável a um corte cronológico específico, seja o aproximado ao período da primeira República ou já sob ditadura.

Em síntese, neste espaço multidimensional onde exploramos a associação de atributos das dirigentes do CNMP foi possível identificar três perfis: executivo, ideólogo e discreto. O executivo é marcado pela presença das fundadoras maçónicas até 1928, o ideólogo destaca-se pela composição social mais qualificada e durante a ditadura, o terceiro perfil é transversal, ou seja, sempre se puderam encontrar no CNMP dirigentes aparentemente menos activas.

Discussão

A divisão da rede de dirigentes do CNMP em dois períodos, até e após 1928, reflecte uma mudança na acção do CNMP do ponto de vista da sua influência pública. Se esta mudança tinha já sido analisada por vários/as autores/as, os nossos resultados mostram uma alteração da própria composição social da rede social, que passa a ser ligeiramente menos coesa e perde fundadoras (com a notável excepção de Adelaide Cabete). O aprofundamento dos subgrupos da rede poderá permitir a confirmação, descrita na historiografia, de que o

papel do CNMP se foi adaptando aos diferentes contextos históricos e políticos, levando a uma mudança do perfil das suas dirigentes. À luta pela defesa dos direitos das mulheres, associou-se uma componente mais politizada de oposição à ditadura do Estado Novo. Assim, mais estudos sobre os subgrupos criados deverão permitir-nos saber se os objectivos do CNMP mudaram em função, não apenas dos perfis das suas dirigentes, mas também da interacção privilegiada entre elas. Se as maçónicas se encontram sempre entre as dirigentes com mais poder no CNMP, elas diminuem ao longo da história da organização, revelando possivelmente cisões mais profundas que é preciso investigar. Os nossos resultados vão ao encontro do que João Esteves defende: «Apesar deste enquadramento maçónico, este não foi imune às divisões que afectaram o associativismo feminista, nem ao estilo e às correntes perfilhadas pelas líderes».²¹ Temos agora condições para prosseguir numa análise sistemática das maçónicas dentro do CNMP atendendo, desde logo, à sua centralidade e interacção.

A contabilização que Célia Costa fez dos cargos assumidos pelas dirigentes nos órgãos sociais e nas comissões do CNMP fazia-nos antecipar uma rede de cooperação densa, mas através da ARS tornou-se visível. Há mulheres que se mantêm na gestão do CNMP durante longos períodos e assumindo muitos cargos. A fundadora Adelaide Cabete (1867-1935) e Mariana da Assunção da Silva assumiram 22 cargos nos órgãos sociais; Rosa C. Pereira 21, Sara Beirão (1884-1974), Sara Schultz Correia e Zoé Grabit Pereira 18; e há 14 mulheres que tiveram 10 (ou mais) cargos na direcção. A participação das dirigentes em comissões também é importante: 130 mulheres integram 29 comissões que foram surgindo (e algumas delas desaparecendo) ao longo de 33 anos. Neste período marcaram presença em pelo menos cinco comissões (distintas ou nas mesmas, em anos diferentes), 41 dirigentes do CNMP. Estas Comissões constituíram, certamente, redes de socialização dentro da rede alargada do CNMP. Elina Guimarães (1904-1991), apenas para nomear a dirigente com maior número de participação em comissões, fez parte de 26 comissões com afinidade temática à sua formação em Direito.²² A ARS mostra que todas as mulheres desta rede têm, de um

²¹ Esteves, «Feminismo...», 26.

²² As comissões integradas foram: *Jurídica, Legislação, Sufrágio, Propaganda e Revisão dos Estatutos*. Em algumas, Elina Guimarães reincidiu vários anos.

modo geral, um envolvimento significativo na medida em que, mesmo por um período curto, estiveram ligadas a muitas outras mulheres.

A ARS permitiu também identificar as mulheres com potencial mais poder dentro do CNMP, tendo por base o número de laços e a posição de intermediação que tiveram na rede nos dois períodos considerados. Nos Quadros 2.1 e 2.2 identificámos, assim, as 16 dirigentes nestas circunstâncias nos dois períodos considerados. Note-se, a título de exemplo, que Adelaide Ferreira de Carvalho, professora da língua esperantista e representante da *Lisbona Esperantista Societo*, dirigente do CNMP em funções ao longo de duas décadas, e sobretudo no período entre 1914 e 1928, assumiu diversos cargos nos órgãos sociais e esteve envolvida na direcção de três agremiações federadas no CNMP: os *Recreatórios Post-Ecolares*, a *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*, o *Grémio dos Professores Primários Oficiais*. A multi-pertença e a longevidade na direcção terão contribuído para esta centralidade na rede, equiparável apenas à de Adelaide Cabete, fundadora do CNMP. Considerando o resultado da ARS, é de crer que o percurso biográfico de Adelaide Ferreira de Carvalho, até à data pouco estudado, pode trazer informação de relevo para a história da organização.

Os nossos resultados identificam ainda perfis diversos de dirigentes ao longo da história do CNMP. Concretamente, um perfil mais centrado na vida associativa durante o primeiro período, o perfil executivo, que pode ser ilustrado pela professora Deolinda Lopes Vieira (1888-1993). Esta dirigente assumiu diversas funções na direcção, no conselho fiscal, e em 13 comissões (*Educação e Educação Infantil*), colaborou na redacção de representações, na sua divulgação e na organização de eventos, como o congresso feminista e de educação de 1924. Note-se que neste apresentou a comunicação «A educação dos anormais» e no congresso de 1928 apresentou «Escola única». A militância de Deolinda Lopes Vieira no CNMP coincidiu com a iniciação na maçonaria, em 1923.²³ Esta activista feminista colaborou igualmente no *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e na *Alma Feminina*.

²³ João Esteves, «Deolinda Lopes Vieira Pinto Quartin», em *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013), 223-225.

No segundo perfil, o ideólogo, que se relaciona mais com a actividade na revista, podemos considerar Maria Clara Correia Alves (1869-1948). Escritora, conferencista e jornalista, fundadora e dirigente do CNMP entre 1914 e 1921, foi secretária-geral do conselho, secretária do exterior, vice-presidente, editora e gerente do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1916) e da revista *Alma Feminina* (1917-1919), onde assinou editoriais e inúmeros artigos sobre o feminismo em Portugal e no mundo, mantendo correspondência com líderes em contexto internacional. Célia Costa destaca a sua importância na definição ideológica da associação:

Considera-se que é no período de 1915 a 1919 que são criadas as bases ideológicas do CNMP, sendo a grande impulsionadora Maria Clara Correia Alves. De facto, pode-se aferir a autoria dos editoriais feministas, que são os artigos de fundo do boletim do Conselho, e a posição assumidamente feminista nas reuniões de Assembleia do Conselho, como testemunham os relatórios das actas que são, neste período sistematicamente publicadas no boletim.²⁴

Por último, o perfil discreto poderia ter correspondência na médica Eufрасinda Guedes Teixeira. Inicia a sua militância no CNMP em 1928, pertence três anos à secção de higiene e foi eleita para presidente do conselho fiscal em 1946, um ano antes do encerramento da organização pelo Governo Civil de Lisboa.²⁵ Não deixa, no entanto, de ser interessante que a este «perfil discreto» corresponda simultaneamente a sua posição de grande centralidade na rede. O poder reparte-se por várias funções, nem sempre as de maior protagonismo. Poderá, assim, ser interessante procurar aprofundar no futuro a sua visão, sendo certo que tinha uma posição central no CNMP.

Em síntese, as análises estatísticas de redes e de associação de categoria de atributos desenvolvidas, apesar de exploratórias, constituem um contributo relevante para o conhecimento do CNMP e, por conseguinte, da sociedade portuguesa da primeira metade do século xx. Uma das suas virtudes é deixar pistas para análises futuras.

²⁴ Costa, «O Conselho...», 76.

²⁵ João Esteves, «Eufрасinda Guedes Teixeira», em *Dicionário no Feminino (séculos XIX e XX)*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 328.

Não podemos afirmar que houve estratégias conscientes da parte das dirigentes, pelo menos sem complementarmos esta análise estatística com dados qualitativos, mas podemos doravante pensar em hipóteses sobre essas estratégias e compreender melhor algumas acções, assim como identificar quem são as dirigentes que correspondem aos perfis encontrados e aquelas que dificilmente cabem neles.²⁶

Conclusão

Deste estudo exploratório da rede de dirigentes e dos seus atributos, concluímos, primeiro, que esta é uma rede de dirigentes coesa, onde nenhuma mulher parece ter tido uma participação isolada, pelo contrário, o envolvimento no CNMP terá constituído uma oportunidade efectiva de interacção e relacionamento com outras dirigentes e com as mulheres com mais poder na rede. Se esta coesão pode ser esperada numa estrutura que tem na base a pertença a órgãos sociais, colegiais, as ligações vão muito além da pertença a um mandato. Acresce que, apesar de coesa e de ser notória a circulação das dirigentes entre os diversos órgãos sociais, a rede renovou-se, pois envolveu quase duas centenas de mulheres ao longo de toda a existência do CNMP. Uma segunda conclusão aponta para a diferenciação do poder destas mulheres. Embora seja conhecida a existência de uma influência maçónica nesta organização e alguns nomes terem sido profundamente estudados pela historiografia, é possível confirmar a existência de um pequeno grupo de maçónicas na primeira fase do CNMP, ao que poderíamos chamar a «elite dentro da elite» e identificar quem, quando e com que proximidade entre si. Estas dirigentes poderão no futuro ser, assim, estudadas na sua interacção específica e porventura na sua influência conjugada numa organização feminista, na medida em que configuram «cliques», ou seja, têm laços entre si directos e muitos laços na rede, o que perfaz um conjunto especialmente coeso e potencialmente poderoso. Uma terceira conclusão remete para a possibilidade de identificarmos três perfis de dirigentes na rede com base em diversos atributos. O primeiro perfil, executivo, coincide com o primeiro período analisado (1914-1928) e com a presença de

²⁶ Lemercier, «Formal network...».

maçónicas, sendo activo na associação. O segundo, ideólogo, coincide com um período já em ditadura (1929-1947) e nele prevalecem determinadas profissões, mais intelectuais e diversas. O terceiro, discreto, está presente ao longo de toda a existência do CNMP. Saber quem corresponde a estes perfis e de que modo podem diferenciar-se na sua intervenção no CNMP, nomeadamente que orientações distintas podem ter imprimido ao CNMP, será trabalho para investigações futuras. Igualmente poder-se-á prosseguir na análise focando as dirigentes que não cabem nestes perfis. De resto, a necessidade de complementar a informação omissa, quer relativa aos laços e atributos identificados quer a outras variáveis, é ainda uma orientação fundamental para quem pretenda prosseguir a análise agora iniciada.

Fontes

- «A Campanha das 5 Sócias», *A Mulher*, n.º 1, dezembro 1946: 16.
«Assembleia Geral», *A Mulher*, n.º 1, dezembro 1946: 14.
Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1917.
«Pelo mundo além», *Alma Feminina*, n.º 7-10, julho/outubro 1935: 6-7.
«Um grave problema – Milhões de analfabetos», *A Capital*, n.º 1, 2 de setembro de 1915, 824.

Bibliografia

- Bock, Gisela, e Anne Cova, dir. *Écrire l'histoire des femmes en Europe du Sud, XIX^e-XX^e siècles. Writing Women's History in Southern Europe, 19th-20th Centuries*. Oeiras: Celta, 2003.
- Borgatti, Stephen P., Martin G. Everett, e Linton C. Freeman. *Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- Borgatti, Stephen P., Martin G. Everett, e Jeffrey C. Johnson. *Analyzing Social Networks*. Londres: Sage, 2013.
- Castro, Zília Osório de, e João Esteves, dir. *Dicionário no Feminino (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Castro, Zília Osório de, e João Esteves, dir. *Feminae: Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Correia, Rosa. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914-1947)». Dissertação de mestrado, Lisboa: FCSH-UNL, 2013.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Costa, Célia. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista». Dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade Aberta, 2007. Publicada em livro: *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Tinta-da-china, 2021).
- Cova, Anne. dir. *História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Cova, Anne. «The national councils of women in France, Italy and Portugal: Comparisons and entanglements, 1888-1939». In *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplüg, 46-76. Nova Iorque: Berghahn Books, 2014.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135.
- Esteves, João. «Deolinda Lopes Vieira». In *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 223-225. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Esteves, João. «Eufрасinda Guedes Teixeira». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 328. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. «Feminismo, feminismos e sufragismo na 1.ª República». In *Mulheres na 1.ª República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, e Natividade Monteiro, 19-46. Lisboa: Colibri, 2011.
- Gorção, Vanda. *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.
- Lemercier, Claire. «Formal network methods in history: why and how?» In *Social Networks, Political Institutions and Rural Societies*, org. Georg Fertig, 281-310. Turnhout: Brepols, 2015.

Célia Costa

Capítulo 3

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: uma organização feminista (1914-1947)

Introdução

O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP) foi a organização que registou a maior longevidade na história do associativismo feminista em Portugal da primeira metade do século xx, designado feminismo da primeira vaga.¹ Fundado em 1914 e encerrado em 1947, por imposição judicial, era a única organização feminista existente em Portugal na década de 1920. A criação do CNMP resultou da consciencialização das suas activistas de que essa organização e o próprio movimento, só conseguiriam singrar em Portugal se se cingissem a uma actividade meramente teórica e doutrinária, e independente de qualquer força política. Sabiam que os progressos da sua causa passavam pela doutrinação das mulheres alfabetizadas, cultas, e que constituíam a elite intelectual.

O CNMP constituiu-se como secção portuguesa do *International Council of Women* (ICW, 1888) e também foi representante da *International Women Suffrage Alliance* (IWSA, 1904). De facto, foi a associação

¹ A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990.

feminista portuguesa que estatutariamente definiu que estava ligada ao movimento internacional, por via federativa, com os conselhos nacionais femininos dos diversos países, e seguia sob o ponto de vista geral, os «princípios que orientavam os demais Conselhos».² A ligação com o feminismo internacional tinha o objectivo de alcançar a credibilidade e visibilidade para a associação, e para o próprio movimento em Portugal. As fundadoras do CNMP tinham consciência da grande importância da ligação a outras realidades, mais progressistas no que respeita aos direitos adquiridos pelas mulheres, como forma de sensibilizar as portuguesas.

A designação «nacional» é justificada pelo facto de ser uma associação entre outros conselhos nacionais, federados numa organização internacional (ICW). Mas essa designação não pode ser directamente associada ao objectivo de querer alargar o âmbito da sua acção ao nível nacional. Contudo, pretendia constituir-se como uma federação que abarcasse a maioria dos grupos de mulheres existentes em Portugal, e não apenas as organizações feministas. Esta estratégia visava conseguir a adesão do maior número de mulheres, independentemente do seu posicionamento em relação ao movimento feminista, e, simultaneamente, evitar cisões no interior do CNMP, como tinha sucedido na *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP).³ Nos seus estatutos define-se como uma «instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa».⁴ Contudo, também se refere que o seu órgão de propaganda «deverá manter sempre a feição acentuadamente feminista».⁵ A assunção de ser uma «instituição feminina» pode ser uma estratégia para evitar a carga pejorativa

² *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1917), 3. Para situar o CNMP numa perspectiva comparada, ver Anne Cova. «The national councils of women in France, Italy and Portugal: comparisons and entanglements, 1888-1939», em *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplflug (Nova Iorque: Berghahn Books, 2014), 46-76.

³ João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)* (Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991), 170.

⁴ *Estatutos...*, 3.

⁵ *Estatutos...*, 11. Cf. também *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1946), 11. Este capítulo não consta dos estatutos iniciais publicados em 1914: *Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Folha Suplementar*, n.º 1 (Lisboa: Tipografia Casa do Povo, 1914), 5 e 6.

associada à palavra feminismo. Trata-se indiscutivelmente de uma associação feminista na forma de actuar ao organizar: os congressos feministas, as conferências, a entrega de petições e representações aos vários órgãos do poder político, para além dos inúmeros artigos publicados no seu boletim, onde se defendem os princípios da causa feminista e se tornam públicas as suas reivindicações. Na propaganda para angariar novas sócias o discurso é claro quanto ao movimento social que a associação defende: «auxiliar o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas é trabalhar pelo engrandecimento da causa feminista». ⁶ A historiadora Anne Cova refere que «[...] poucos jornais desta época [década de 20 do século xx] ousam empregar a palavra feminismo ou feminista nos seus títulos [...] porque é mal conotada e, segundo a sua opinião [das feministas], desacredita-as». ⁷ Segundo o historiador João Esteves, a continuada ausência de estudos significativos sobre o feminismo, em Portugal, «[...] não resulta tanto da inexistência de documentação e material de investigação, mas antes do menosprezo a que continua a ser votado, talvez em resultado da pesada carga ideológica que a palavra *feminismo* continua a transportar [...]». ⁸

Este capítulo está dividido em três partes: em primeiro lugar, será efectuado um breve estado da arte, depois o enfoque será posto no órgão de propaganda do CNMP, seguido da análise dos vários períodos de existência do conselho e finalmente será objecto de estudo o seu encerramento que ocorreu 33 anos depois da sua fundação.

Estado da arte

A história das organizações de mulheres é um dos campos de investigação que se tem desenvolvido em Portugal, especialmente a partir da década de 90, do século xx. Os estudos sobre o CNMP têm

⁶ *Alma Feminina*, n.º 9-10 (Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, IPPE, 1922): 104.

⁷ Anne Cova, «O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspectiva comparada», em *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida (Lisboa: Dom Quixote, 2007), 33.

⁸ João Esteves, «O movimento feminista em Portugal. Periódicos (1899-1928)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 1-2 (1999): 185.

contemplado, sobretudo, as actividades mais visíveis desta organização, como foram o caso dos dois congressos feministas e da educação realizados na década de 1920, e da exposição sobre «Livros escritos por mulheres», realizada em 1947.

Anne Cova e António Costa Pinto no artigo intitulado «O Salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa» analisam a sobrevivência do feminismo reformista, oriundo da Primeira República e durante o Estado Novo, destacando a resistência do CNMP (1914-1947).⁹ Anne Cova num estudo comparativo apresentado no capítulo «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)», debruça-se sobre as duas associações de mulheres, que têm como característica comum o facto de o processo das suas formações e as suas principais linhas de actuação partirem do mesmo campo de influência: o ICW.¹⁰ Num outro capítulo intitulado «O primeiro congresso feminista e da educação numa perspectiva comparada», que incide sobre a história dos feminismos da primeira vaga, a partir da abordagem do primeiro congresso feminista e da educação, organizado pelo CNMP em 1924, faz uma análise sobre o conceito de feminismo e sobre a categorização que atravessa a historiografia dos feminismos. Salienta a variedade dos feminismos e a sua importância na vida política de cada país, bem como a necessidade de se constituir uma memória da história dos feminismos, que defende ser um desafio historiográfico.¹¹

João Esteves, no artigo «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)»,¹² faz uma reflexão sobre esta associação de mulheres; e num outro artigo intitulado «Os anos 20: a afirmação

⁹ Anne Cova e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.

¹⁰ Anne Cova, «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)». Em *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos, e Teresa Joaquim (Oeiras: Celta, 2004), 89-96.

¹¹ Anne Cova, «O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspectiva comparada», em *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida (Lisboa: Dom Quixote, 2007), 27-43.

¹² João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135.

de uma nova geração de feministas»,¹³ analisa a dinâmica do CNMP na década de 1920, caracterizada pela organização de dois congressos feministas e da educação (1924 e 1928); pela participação nos dois congressos nacionais abolicionistas (1926 e 1929); assim como pela participação de Adelaide Cabete nos congressos internacionais feministas do ICW de Roma (1923) e de Washington (1925).

Os estudos monográficos sobre o CNMP continuam a ser escasos, predominando sobre a organização um conhecimento que precisa de ser consolidado com ressalva para dois livros: *Mulheres Para Além do Seu Tempo e História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*.¹⁴ Durante a sua existência, que ultrapassou as três décadas, o CNMP conseguiu manter a publicação de um boletim – o seu órgão de propaganda –, realidade pouco comum em Portugal, sendo o problema de fundo, no que se refere aos periódicos, o da sua sobrevivência. Justifica-se, assim, a necessidade da designada «fase de acumulação» de todo o conhecimento possível, dar visibilidade ao conjunto de mulheres que esta organização mobilizou – apenas estão estudadas, numa organização com tão longa existência, as biografias de duas mulheres que ocuparam o cargo de presidente, Adelaide Cabete,¹⁵ a fundadora, e Maria Lamas,¹⁶ a última presidente –; para além da necessidade de mais estudos que analisem o boletim, cuja longevidade faz com que se assuma como fonte histórica fundamental para o estudo da organização, do movimento feminista português e do associativismo feminino.

¹³ João Esteves, «Os anos 20: a afirmação de uma nova geração de feministas», em *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida (Lisboa: Dom Quixote, 2007), 74-89.

¹⁴ Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres Para Além do seu Tempo* (Venda Nova: Bertrand Editora, 1995). C. Rosa Costa, *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Tinta-da-china, 2021). Para um balanço historiográfico sobre o CNMP, ver também os capítulos 1 e 2 neste livro.

¹⁵ Joaquim Mário Cortes Eduardo, *Adelaide Cabete (1867-1935): Biografia de uma Professora Feminista* (Dissertação de mestrado, Lisboa: Universidade Aberta, 2004). Isabel Lousada, *Adelaide Cabete (1867-1935)* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010).

¹⁶ Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas: Biografia* (Lisboa: Quetzal Editores, 2003).

O órgão de propaganda

O CNMP não estabeleceu estatutariamente que procedimentos deviam ser tomados em relação aos seus ficheiros, à sua biblioteca e a outros materiais que constituíam a sua existência. O «silêncio dos arquivos» sobre este espólio são colmatados pela pesquisa do boletim, permitindo dar uma sequência homogênea às várias actividades desenvolvidas pela organização.¹⁷ A longevidade e a resistência desta associação feminista podem ser justificadas pelo seu carácter doutrinário: não se fazia um apelo à mobilização das mulheres no espaço público, mas assumia-se, antes, um projecto de intervenção através da propaganda pela escrita e pela palavra, concretizado na publicação de um boletim e na promoção de conferências. Foram publicados 158 números do boletim, entre Novembro de 1914 e Maio de 1947.¹⁸ Intitulado *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, de 1914 a 1916; *Alma Feminina*, de 1917 a 1946; e, no final de 1946, *A Mulher*. O ano de 1937 é o único em que não foi editado qualquer número. Os motivos que estão na base desta suspensão prendem-se com a ida de Sara Beirão (1884-1974) – que era nessa altura directora da publicação da *Alma Feminina* – para o Brasil, por um período de oito meses.¹⁹ As várias directoras da publicação foram: Maria Clara Correia Alves (1869-1948), desde o início até ao final do ano de 1919;²⁰ Adelaide Cabete (1867-1935), de 1920 a 1929;²¹ Elina Guimarães (1904-1991), de 1929 a 1930;²² Noémia Neto Ferreira, durante o ano de 1931;²³ e Sara Beirão, de

¹⁷ Michelle Perrot, *Les femmes ou les silences de l'histoire* (Paris: Flammarion, 1998).

¹⁸ O primeiro número é publicado em Novembro de 1914: *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Folha Suplementar*, n.º 1 (Lisboa: Tipografia Casa do Povo, 1914). E o último número é publicado em Maio de 1947: *A Mulher*, n.º 2 (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, LCGG, 1947).

¹⁹ *Alma Feminina*, n.º 1 e n.º 2 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1922): 4.

²⁰ *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Folha Suplementar*, n.º 1 (Lisboa: Tipografia Casa do Povo, 1914); até *Alma Feminina*, n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1919).

²¹ *Alma Feminina*, n.º 1 e n.º 2 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1920); até *Alma Feminina*, n.º 4 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1929).

²² *Alma Feminina*, n.º 5 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1929); até *Alma Feminina*, n.º 11 e n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1930).

²³ *Alma Feminina*, n.º 1 e n.º 2 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931); até *Alma Feminina*, n.º 11 e n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931).

1934 a 1946.²⁴ Entre 1946 e 1947, o cargo de directora é ocupado por Maria Amália Neves; e o de editora é desempenhado por Leonarda Paiva Martins.²⁵

O boletim desempenha uma tripla função: a de propaganda do movimento feminista internacional; a de combate doutrinário em prol dos feminismos; e a de reivindicar os direitos cívicos e políticos para as mulheres. A importância do periódico é justificada pela necessidade que as activistas sentiam em dar expressão pública aos princípios feministas que defendiam. Fazem da escrita a sua principal forma de intervenção social e política e, através desta, tentam levar a cabo o contributo intelectual das mulheres. É a assunção de que são a elite dinamizadora do movimento feminista, com capacidade de criar uma opinião pública consciente da importância deste para o progresso social, como salienta Maria Clara Correia Alves: «diligenciar, fazer a máxima luz nos espíritos afim de que, especialmente, a mulher portuguesa, possa sair da apática indiferença, em que tem permanecido durante séculos e que tanto tem concorrido para fazer sufocar as suas mais justas aspirações e retardar a sua emancipação».²⁶

Rosmarie Wank-Nolasco Lamas sustenta em relação ao periódico que:

[...] as receitas [...] provenientes [da publicidade] nunca devem ter sido mais do que uma pequeníssima ajuda para a impressão da revista. Não admira, pois, que o aspecto exterior da *Alma Feminina* não seja muito atraente, sobretudo em comparação com outras revistas femininas. Impressa num formato reduzido, sobre papel de má qualidade, com geralmente entre 8 e 12 páginas de texto, sem fotografias nem desenhos, parece insignificante.²⁷

Anuímos que a apresentação gráfica do boletim, com o predomínio do texto sobre a imagem, distancia-se das características das «ditas» revistas femininas, amplamente ilustradas. Este facto pode ser

²⁴ *Alma Feminina*, n.º 5 e n.º 6 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1934); *Alma Feminina*, n.º 15 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1946).

²⁵ *A Mulher*, n.º 1 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947); *A Mulher*, n.º 2 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947).

²⁶ *Alma Feminina*, n.º 1 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1917): 1.

²⁷ Lamas. *Mulheres...*, 46.

explicado pela falta de capacidade económica do CNMP em sustentar uma composição mais criativa a nível gráfico. Contudo, sempre que publicaram imagens, o conceito manteve-se: o texto continuou a dominar, o objectivo primeiro era dar espaço à palavra.²⁸

O boletim também passou pelo crivo da censura do Estado Novo a partir de 1927, facto relatado ironicamente num artigo de Júlia Franco, em que a autora afirma que «[...] os meus leitores, que os tenho pelo menos na Comissão de Censura e na Tipografia [...]».²⁹ A partir do mês de Setembro de 1928 passa a constar no seu cabeçalho que «este número foi visado pela Comissão de Censura».³⁰ A sua baixa tiragem e o seu carácter doutrinário e linguagem por vezes herméutica levou provavelmente a que a censura dele se desinteressasse.

A publicação do boletim, por si só, correspondeu a um dos objectivos que se propôs o CNMP e resultou do esforço e da persistência de algumas das suas principais activistas como Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete e Sara Beirão, enquanto directoras da publicação; e, posteriormente Maria Lamas, enquanto presidente do CNMP. O periódico constituiu o meio de resistência desta associação feminista ao longo de cerca de três décadas: foi o meio privilegiado de propaganda dos ideais feministas. Nos nossos dias constitui uma fonte histórica, da maior importância, para a investigação sobre o movimento feminista português e o associativismo feminino em Portugal.

A existência em prol do(s) feminismo(s)

A pesquisa exaustiva, dos trinta e três anos de existência do boletim, permitiu-nos mergulhar nas vivências destas activistas dos feminismos em Portugal, momentos de privilégio que nos possibilitaram aceder às entrelinhas das mesmas, às pressões, às lutas internas,

²⁸ Publicaram imagens de feministas estrangeiras e portuguesas nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Em 1946 publicaram imagens da «Conferência do Dia Internacional das Mulheres, que se realizou em Londres», *Alma Feminina*, n.º 15 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1946): 6 e 7. Em 1947 publicaram imagens da exposição «Livros Escritos por Mulheres», organizada pelo CNMP: *A Mulher*, n.º 2 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947): 8-10.

²⁹ *Alma Feminina*, n.º 4 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1927): 30.

³⁰ *Alma Feminina*, n.º 5 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1928): 1.

e, sobretudo, repensar e reformular alguns pontos anteriormente tidos como certos, nomeadamente em relação às características que revestem os períodos em que se pode dividir a história do CNMP. Significa isto que não podemos caracterizar a história desta associação com base nas actividades que alcançaram uma maior visibilidade, como foram o caso dos dois congressos feministas e da educação realizados na década de 1920, e a exposição «Livros escritos por mulheres», realizada em 1947, correndo-se o risco de se fazer uma leitura demasiado simplista de uma realidade que ultrapassou as três décadas.

A investigação permitiu-nos considerar quatro períodos na história do CNMP.³¹ O primeiro período vai da sua fundação até 1920. Corresponde à implantação das bases doutrinárias feministas, estendendo-se a sua acção ao grupo elitista de mulheres das suas relações próximas. Pretendia-se criar uma elite de mulheres feministas, que constituísse o garante da evolução do movimento em Portugal, semelhante ao progresso do movimento internacional. A grande ideóloga deste período, e que conta com o total apoio da presidente, é Maria Clara Correia Alves. Acumulava os cargos de secretária-geral e o de directora do boletim.

Um segundo período pode estabelecer-se entre 1920 e 1935, caracterizado pela assunção do feminismo por um grupo de activistas, congregadas em torno da presidente Adelaide Cabete, datando deste período os seus artigos assumidamente feministas; pela visibilidade alcançada com a organização de dois congressos feministas e da educação (1924 e 1928); pela participação efectiva do CNMP no movimento feminista internacional, com a presença de Adelaide Cabete nos congressos internacionais do ICW de Roma (1923), de Washington (1925) e de Paris (1926); e pela proximidade com o poder

³¹ Vanda Gorjão, em *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 147, refere que: «Genericamente, podem-se considerar-se três momentos na história do CNMP. Até meados dos anos 40, o Conselho foi composto pela primeira geração de feministas portuguesas [...] Um segundo momento foi marcado pela quase paralisação durante a Segunda Guerra Mundial [...] Um terceiro momento, nos pós-guerra, correspondeu à revitalização a partir de um novo grupo de mulheres». João Esteves no artigo «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006):116-117, considera que se pode «[...] assinalar dois períodos áureos nos 33 anos de existência. O primeiro, correspondeu à década de 20 [...]. O segundo, abarcou os últimos anos do Conselho [...]».

político, através da presidente, que chega a ser representante oficial do governo português nos congressos internacionais feministas de Paris e de Washington.

Um terceiro é o período de resistência, de 1936 a 1945. Destaca-se a acção da presidente, Sara Beirão, orientada estrategicamente para a manutenção da publicação do boletim, o meio de propaganda por excelência, garante da sobrevivência da organização e da união entre a elite feminista; e, também, para a angariação de sócias, que entendemos como um processo de engrandecimento e não de desistência ou conformismo. Sara Beirão foi a activista que mais sócias propôs, sendo apenas ultrapassada por Maria da Luz Albuquerque, que também foi sugerida por ela e que, num acto de claro apoio à presidente do CNMP, consegue que na Vila da Feira fosse criada uma delegação bastante activa no início dos anos 1940, constituída por 57 sócias. A presidência de Sara Beirão deve ser analisada como um período de resistência não só pela manutenção de uma organização, e continuidade da publicação de um periódico, mas também representando a luta feminista possível, num contexto a nível internacional caracterizado por uma guerra; e, a nível nacional, caracterizado pela inércia social perpetrada pelo Estado Novo, nomeadamente ao papel social destinado à maioria das mulheres – o de esposas e de mães. A presidência de Isabel Cohen Von Bonhorst (1942-1944), que tem como vice-presidente Sara Beirão, é a continuação do período de resistência encetado pela última. A rotatividade dos cargos na direcção demonstra a ligação existente entre as activistas e, enquanto tal, a defesa de uma estratégia comum. Sara Beirão deu continuidade à existência de uma organização feminista, com estatutos, e um percurso histórico singular em Portugal, para uma nova geração de mulheres. O testemunho foi passado, não sem antes se perceber ser esse momento de tensão e não de transmissão de um legado histórico. Desde 1939, no interior do CNMP, parece existir um grupo de mulheres que querem um novo rumo para a organização, como está patente na carta enviada a Sara Beirão pela secretária-geral do Conselho, Cândida Pinto, em que esta refere que «[...] a minha resolução de não ocupar cargo algum nos Corpos Administrativos do Conselho [...] é inabalável. [...] Não me interessa um cargo numa associação que não pode trabalhar para o fim a que se determinou [a causa

feminista]. Continuarei a ser sócia e se um dia o ambiente se modificar poderei, talvez, ser útil. [...]».³²

Num último período, entre 1945 e 1947, destaca-se a acção de Maria Lamas, eleita em 1945, presidente do CNMP, cargo que acumula com o de directora da revista *Modas & Bordados*. No mesmo ano assina a lista de apoio ao *Movimento de Unidade Democrática* (MUD).³³ A partir de 1945, com a presidência de Maria Lamas, pretende-se a mobilização da «massa de mulheres», e como tal tornar o CNMP numa organização de âmbito nacional, através da tomada de medidas específicas, como a de formação de comissões de organização e propaganda em várias zonas do país, de forma a angariar o maior número de sócias. O objectivo deste projecto nacional não é assumido como o de promoção do feminismo, mas sim o estudo e solução dos problemas fundamentais das mulheres, através de uma ampla acção cultural, possibilitando-lhes uma maior capacidade de actuação na sua vida privada ou pública, e sobretudo uma melhor preparação das mesmas para a vida profissional. Propunha-se a constituição de diversos grupos ordenados por profissões, e de vários cursos, entre os quais alfabetização, cursos de inglês e francês, imprensa e de puericultura. Esta mudança traduz-se na cisão com as mulheres que representavam o movimento de primeira vaga do feminismo, e que, num primeiro momento, é sentida com o abandono dos cargos por parte de Sara Beirão e de Mariana Silva, que ocupavam os lugares de vice-presidente e tesoureira da direcção, respectivamente. Sara Beirão abandona mesmo o CNMP e Mariana Silva continuará a frequentar as reuniões de sócias, exigindo sempre que os Estatutos sejam cumpridos e contestando várias vezes a actuação da direcção.³⁴ Em 1946, o nome do boletim sofre uma alteração na denominação, de *Alma Feminina* para *A Mulher*. No editorial apenas se justifica a mudança com o facto de este novo título corresponder aos objectivos que a direcção tinha traçado para o boletim, não se fazendo qualquer alusão ao historial do CNMP, nem ao do próprio boletim,

³² Carta enviada à presidente, Sara Beirão pela secretária-geral do CNMP, Cândida Pinto. 27-02-1939. Lisboa: Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

³³ «As mulheres e o movimento de oposição», *Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1945: 4. Ver o capítulo 7 neste livro.

³⁴ *Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP*, (10-11-1945 a 26-06-1947). Lisboa: Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

que contava já com três décadas de publicação, numa clara atitude de corte com o passado. Da análise dos discursos veiculados no boletim verifica-se que a abertura do CNMP, na década de 1940, à «massa de mulheres» não coincide na realidade com um período progressista em relação ao feminismo. Existe uma opacidade em relação à palavra «feminismo», que nas raras vezes que é enunciada faz parte de algo que é *démodé*, produzindo-se, em alguns casos, um discurso oposto, isto é, anti-feminista e, paradoxalmente, próximo do sustentado pelo aparelho do Estado Novo: na promoção e exaltação das mulheres-esposas; mulheres-mães; o garante do bem-estar da família. A palavra «feminismo» cede o lugar às expressões «causa da mulher», ou ainda «dignificação feminina». É também neste período que se verifica uma proximidade do CNMP, na figura da sua presidente, com a elite de mulheres do Estado Novo, na medida em que esta lidera o processo de criação de uma *Comissão Organizadora do Movimento Abolicionista Português* (COMAP), em 1946. Convida várias mulheres com lugares de destaque no regime para que a integrem, como Maria Joana Mendes Leal, presidente da *Obra de Protecção às Raparigas* (OPR)³⁵, e procuradora da Câmara Corporativa; a condessa de Almoester (Maria de Lurdes Figueira Freire da Silva), presidente da *Liga Independente Católica Feminina*, e, a partir de 1939, vice-presidente da *Obra das Mães pela Educação Nacional* (OMEN); Maria Luísa Van-Zeller, vice-presidente do *Instituto Maternal* (IM), e, até 1945 deputada na Assembleia Nacional; e Maria Leonor Correia Botelho, dirigente da *Associação do Serviço Social*, e deputada da Assembleia Nacional em 1949 e 1953.³⁶

Maria Lamas, enquanto presidente do CNMP, visava a mobilização das mulheres, quer no plano de oposição ao regime: assinando as listas do MUD, e nomeando Maria Alda Nogueira, que era responsável pelo «sector de mobilização e organização das mulheres comunistas»,³⁷ como delegada de província do CNMP; quer no

³⁵ António Ferreira de Sousa, «A Obra de Protecção às Raparigas e a educação das criadas de servir, 1914-1945». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 59-82.

³⁶ *Livro de Actas da COMAP*, 25-03-1947. Lisboa: Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

³⁷ Maria Alda Nogueira integra a *Federação da Juventude dos Comunistas* em 1942, e, em 1946, ingressa no *Partido Comunista Português* (PCP), especificamente no «sector de mobilização e organização das mulheres comunistas», que operava à escala nacional. Sobre a actuação deste sector do PCP refere, que «em conjunto controlávamos a movimentação, mobilização e organização das mulheres comunistas que

plano de contactos com a elite de mulheres do Estado Novo, nomeadamente integrando a COMAP.

Em 1947, na exposição internacional «Livros escritos por mulheres» com o objectivo de divulgar a literatura feminina, não participaram nas conferências Sara Beirão ou Elina Guimarães, nem se homenageia Sara Beirão, escritora e durante vários anos presidente do CNMP e directora do boletim. Ao afirmar as pretensões futuras do CNMP, corta-se com o passado, evocando-se apenas a figura de Adelaide Cabete, sua fundadora, contribuindo deste modo para a invisibilidade do movimento feminista da primeira vaga. No catálogo da exposição «Livros escritos por mulheres», apenas se faz alusão a Sara Beirão enquanto escritora e jornalista, ficando silenciada a sua actividade de longos anos ao serviço do CNMP, e no exercício de cargos como o de presidente, de vice-presidente, e o de directora do boletim, como já referimos.

O encerramento do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*

O processo de encerramento do CNMP tem sido entendido como uma consequência da política do Estado Novo em relação ao movimento feminista, nomeadamente ao ser confrontado com a visibilidade que a exposição «Livros escritos por mulheres» deu a esse movimento. É nosso parecer que o encerramento do CNMP foi uma retaliação face à pessoa de Maria Lamas motivada pelo seu envolvimento no movimento de oposição ao regime. A autorização pelo governador civil de Lisboa, e posterior participação de um representante do presidente da República na sessão de inauguração da exposição, demonstra não só que o regime não encarou o evento da exposição «Livros escritos por mulheres» como uma ameaça à ordem vigente, mas, também, que as dirigentes do Conselho mantinham contactos próximos com o círculo do poder político. O boletim *A Mulher*, publicado em Maio de 1947, dedicado ao relato

trabalhassem ou desejassem trabalhar nos movimentos de massa – movimentos democráticos associativos, recreativos, desportivos, etc». Citado em Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência* (Lisboa: Seara Nova, 1975), 176-177.

pormenorizado da Exposição (Janeiro 1947), não refere qualquer incidente ou pressão sofrida pelo CNMP, por parte do regime, tal como não é mencionada qualquer expressão que a associe a uma manifestação de índole feminista.³⁸

Nas actas das reuniões de sócias do CNMP, no período compreendido entre Janeiro de 1947 e Junho do mesmo ano, não há qualquer menção a algum tipo de pressão do regime do Estado Novo como consequência da visibilidade que a exposição deu à organização.³⁹ A exposição vai dar sim, visibilidade ao poder de mobilização de Maria Lamas, que associado à sua posição pessoal de oposição ao Estado Novo, que é pública a partir de 1945, aquando da assinatura das listas do MUD e, designadamente quando relacionada com o movimento de iniciativa comunista, torna-a num alvo da repressão. Estes dois factores serão silenciados com o pretexto de um processo de cariz administrativo e legal movido pelo governador civil de Lisboa, Mário Madeira, e que culmina com o encerramento do Conselho, em 28 de Junho de 1947.

A associação de Maria Lamas à mobilização comunista pode ser justificada com a entrada no CNMP de Maria Alda Nogueira, que estava envolvida na reestruturação do PCP, na segunda metade dos anos 1940, nomeadamente no «sector de mobilização e organização das mulheres comunistas», que funcionava à escala nacional. No CNMP, Maria Alda Nogueira exercia uma actividade semelhante, isto é, estava «encarregada dos serviços de ligação com a província», nomeadamente com as comissões de organização e propaganda do Conselho, a saber: Alenquer, Almada, Bombarral, Caldas da Rainha, Coimbra, Figueira da Foz, Marinha Grande, Olhão e Silves.

Maria Lamas deixa a direcção da revista *Modas & Bordados*, sendo nomeada para a substituir Etelvina Lopes de Almeida, jornalista, escritora, locutora, até à data chefe de redacção da mesma revista, e também ela sócia do CNMP, desde 1945. Verifica-se, assim, que a razão «oficial» que motivou o despedimento de Maria Lamas não foi um impedimento para outra sócia do CNMP ocupar a direcção da revista. Assim como não foi, também, um impedimento para que

³⁸ *A Mulher*, n.º 2 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947).

³⁹ *Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP* (10-11-1945 a 26-06-1947). Lisboa: Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

Sara Beirão,⁴⁰ anterior presidente do CNMP, enquanto escritora, fosse recebida e agraciada, juntamente com outros escritores, em 1948, pelo presidente da República, Óscar Carmona, com o grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada.⁴¹

O encerramento do CNMP tem de ser explicado a partir do movimento de luta política antifascista, à qual esteve associada a sua presidente, Maria Lamas, uma vez que este se sobrepôs ao movimento feminista português, que demonstrou ser um movimento que não conseguiu mobilizar para a sua causa a acção das mulheres que se opunham ao regime, acabando por se diluir no movimento colectivo de oposição, que mantinha, ironicamente, na sua organização, as comissões específicas para as mulheres, como se não fossem elas também indivíduos que lutavam para que lhes fossem reconhecidos os mesmos direitos. Na década de 1940, repetia-se o processo histórico do início do século, que correspondeu ao retrocesso do movimento feminista em prol do movimento de oposição ao regime vigente. No início do século xx as feministas tinham unidos os seus esforços aos dos republicanos na luta contra o regime monárquico, mas as reivindicações de direitos políticos para as mulheres não foram efectivadas pelos governos da Primeira República. A LRMP sofreu um revés ao ver negado o direito de sufrágio às mulheres.⁴² Contudo, o movimento feminista, liderado pela LRMP, manteve o apoio ao novo regime político: a República.⁴³ Na década de 1940, as feministas uniam os seus esforços aos do movimento de oposição contra o regime do Estado Novo. Os tempos são agora de união das mulheres com os homens em defesa de uma causa comum, a resistência ao regime, e o feminismo diz respeito à luta, pela igualdade de direitos, das primeiras, sendo votado ao esquecimento o legado das feministas da primeira vaga, oculto na memória colectiva.

⁴⁰ «Inquérito aos principais livreiros», *Diário Popular*, 29 de Outubro de 1947. Arquivo da Fundação Sara Beirão e António Costa Carvalho, em Tábua, Espólio Sara Beirão.

⁴¹ *Jornal de Notícias*, 30 de Dezembro de 1948. Arquivo da Fundação Sara Beirão e António Costa Carvalho, em Tábua, Espólio Sara Beirão.

⁴² Esteves, *A Liga...*, 169.

⁴³ Esteves, *A Liga...*, 97.

Conclusão

Este capítulo põe o enfoque sobre o feminismo do CNMP ou, mais precisamente, os feminismos, porque houve vários períodos que correspondem a diversas fases: em primeiro lugar, da sua fundação em 1914 até 1920; depois entre 1920 e 1935; um terceiro momento é o período de resistência, de 1936 a 1945; finalmente a quarta e última fase abarca dois anos, entre 1945 e 1947. Nestes períodos destacamos respectivamente as figuras de Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete, Sara Beirão e Maria Lamas. Tem por base uma investigação que nos permitiu «mergulhar» na história das feministas, dos movimentos feministas, e do associativismo feminino em Portugal, na primeira metade do século xx, e que nos deixa uma porta entreaberta das muitas que se têm, ainda, de abrir.⁴⁴ Venham mais investigações: novos olhares, novas perspectivas, novas visões e novas questões.⁴⁵ É assim que a ciência histórica se constrói. E, como é fascinante, para todas/os as/os investigadoras/es, aceder a arquivos que nos «questionam» e nos fazem continuar a pesquisar incessantemente.

Fontes

Arquivo da Fundação Sara Beirão e António Costa Carvalho, em Tábua, Espólio Sara Beirão.

Arquivo do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), Espólio Maria Lamas.

Manuscritas

Actas de Reunião da COMAP (30-11-1946 a 13-05-1947), Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

Livro de Actas da COMAP, 25-03-1947. Lisboa: Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP (10-11-1945 a 26-06-1947), Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

Carta enviada à presidente, Sara Beirão pela secretária-geral do CNMP, Cândida Pinto. 27-02-1939. Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.

⁴⁴ Costa, *História...*

⁴⁵ Ver os capítulos 1 e 2 deste livro.

Impressas

Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. In *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Folha Suplementar*, 1, Lisboa: Tipografia Casa do Povo, 1914: 1-6.

Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa: Tipografia La Bécarre, 1917.

Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1946.

Exposição de Livros Escritos por Mulheres (Catálogo), Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes, 1947.

Periódicos

Alma Feminina, n.º 1 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1917).

Alma Feminina, n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1919).

Alma Feminina, n.º 1 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1920)

Alma Feminina n.º 2 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1920).

Alma Feminina, n.º 9-10 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1922).

Alma Feminina, n.º 4 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1927).

Alma Feminina, n.º 5 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1928).

Alma Feminina, n.º 4 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1929).

Alma Feminina n.º 5 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1929).

Alma Feminina, n.º 11 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1930).

Alma Feminina n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1930).

Alma Feminina, n.º 1 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931).

Alma Feminina n.º 2 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931).

Alma Feminina, n.º 11 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931).

Alma Feminina n.º 12 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1931).

Alma Feminina, n.º 5 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1934).

Alma Feminina n.º 6 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1934).

Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Folha Suplementar, n.º 1 (Novembro de 1914) (Lisboa: Tipografia Casa do Povo, 1914).

«Conferência do Dia Internacional das Mulheres, que se realizou em Londres», *Alma Feminina*, n.º 15 (Lisboa: Tipografia do IPPE, 1946): 6 e 7.

«Inquérito aos principais livreiros», *Diário Popular*, 29 de Outubro de 1947.

Jornal de Notícias (Porto), 30 de Dezembro de 1948.

A Mulher, n.º 1 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947).

A Mulher, n.º 2 (Lisboa: Tipografia da LCGG, 1947): 8-10.

«As mulheres e o movimento de oposição», *Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1945: 4.

Bibliografia

- Costa, C. Rosa. *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Tinta-da-china, 2021.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)». In *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos, e Teresa Joaquim, 89-96. Oeiras, Celta, 2004.
- Cova, Anne. «The national councils of women in France, Italy and Portugal. Comparisons and entanglements 1888-1939». In *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplflug, 46-76. Oxford: Berghahn Books, 2014.
- Cova, Anne, «O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspectiva comparada». In *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida (Lisboa: Dom Quixote, 2007): 27-43.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.
- Eduardo, Joaquim Mário Cortes. «Adelaide Cabete (1867-1935): Biografia de uma professora feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- Esteves, João. «O movimento feminista em Portugal. Periódicos (1899-1928)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 1-2 (1999):185-196.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005): 243-244.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135.
- Esteves, João. «Os anos 20: a afirmação de uma nova geração de feministas». In *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, e Teresa Sousa de Almeida (Lisboa: Dom Quixote, 2007): 74-89.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Lamas, Rosmarie Wank-Nolasko. *Mulheres Para Além do Seu Tempo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- Lousada, Isabel. *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010.
- Melo, Rose Nery Nobre de. *Mulheres Portuguesas na Resistência*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

Perrot, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1998.

Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo: O Estado Novo e as Mulheres; A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

Sousa, António Ferreira de. «A Obra de Protecção às Raparigas e a educação das criadas de servir, 1914-1945». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 59-82.

Natividade Monteiro

Capítulo 4

As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial

Introdução

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu na Europa, em Agosto de 1914, as feministas portuguesas já contavam com alguns anos de militância em associações feministas, pacifistas, políticas e maçónicas, em defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, da educação para a paz e dos ideais e virtudes cívicas do republicanismo.¹ Este associativismo e o que se lhe seguiu no período da guerra foram laboratórios de ideias, de discursos alternativos, de invenção de novas estratégias de luta e de espaços criativos de acção e de cidadania.² À semelhança do movimento feminista internacional, as portuguesas

¹ A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990. Este artigo baseia-se numa parte da tese de doutoramento em História Contemporânea intitulada «A mobilização das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)», defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022.

² Natividade Monteiro, «Associativismo feminista, um laboratório de cidadania». Em *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos*, dir. AAVV (Coimbra: Escrytos, Almedina.net, 2015), 133-148.

apoiaram o projecto nacionalista da participação de Portugal na guerra e afrouxaram a luta reivindicativa pelo sufrágio feminino.³ Os sentimentos patrióticos entraram em conflito com o ideal pacifista de muitas feministas que sustentavam a crença na «natural» propensão feminina para a defesa dos valores da vida e das doutrinas humanistas da fraternidade universal: «O antagonismo entre o pacifismo e o nacionalismo diluiu-se na conciliação entre um ideal, pelo qual se devia lutar, e o que, naquele momento, se afigurava como um dever de todos os portugueses, perante a pátria ameaçada».⁴ As feministas optaram pelo «pacifismo patriótico» que tolerava o apoio a uma «guerra justa», em defesa dos interesses da nação.⁵

Para apelar à união dos/as portugueses/as na luta contra o imperialismo expansionista da Alemanha, as feministas construíram um discurso patriótico que recorria às glórias do passado histórico, ao culto dos heróis e das heroínas, à epopeia e à lenda. Era preciso reavivar o sentimento colectivo de pertencer a uma nação, exaltar a individualidade étnica e histórica dos/as portugueses/as e reacender a fé num destino comum, em que se reconhecia à pátria a autoridade do chamamento às armas. Portugal participava na guerra, ao lado dos aliados, para defender as colónias africanas e garantir o prestígio do país no concerto das nações. As mulheres, reprodutoras biológicas e culturais da identidade nacional e garantes da estabilidade familiar e social, reclamavam o direito de inclusão na genealogia da memória histórica colectiva e de participar nos destinos da nação.

A Primeira Guerra Mundial foi a esbater as fronteiras entre a frente de combate e a frente interna, a mobilizar milhões e milhões de homens e a reclamar a intervenção activa das mulheres. Em Portugal, foi sobretudo após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, que as movimentações das mulheres chamaram a atenção da imprensa. Esta elogiava a pronta

³ Alison S. Fell, e Ingrid Sharp, dir., *The Women's Movement in Wartime: International Perspectives, 1914-1919* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007); Françoise Thébaud, *Les femmes au temps de la guerre de 14* (Paris: Éditions Payot & Rivages, 2013).

⁴ Natividade Monteiro, «Falar de paz em tempo de guerra. Feminismo, pacifismo e nacionalismo (1914-1918)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 41, (2019): 68-69.

⁵ Barbara Caine, e Glenda Sluga, *Gendering European History 1780-1920* (Londres e Nova Iorque: Leicester University Press, 2000). Emma Schiavon, *Interventiste nella Grande guerra: Assistenza, propaganda, lotta per i diritti a Milano e in Italia (1911-1919)* (Florença: Le Monnier, 2015).

adesão feminina ao esforço de guerra e alimentava a onda de entusiasmo guerreiro com a retórica da pátria em perigo e a exortação à defesa dos valores nacionais. Republicanas, feministas e maçónicas, monárquicas e católicas, tomaram o espaço público para anunciarem os seus projectos patrióticos e humanitários ou caritativos.⁶ Fundaram associações, unidas pelo mesmo espírito e ao serviço da mesma bandeira, mas ideologicamente divididas, diferenças que não conseguiram superar, apesar de se afirmarem solidárias umas com as outras e abertas à colaboração de todas as portuguesas, sem distinção de classe e de crenças. Com objectivos semelhantes, utilizaram idênticos meios de acção e estratégias de expansão, mas a maioria das adesões restringiu-se ao mesmo campo ideológico.

No momento de preparação para a guerra, apelava-se aos corações das mães e das esposas para que escondessem as lágrimas e incutissem coragem aos que tivessem de partir, porque delas se esperava a inspiração, a confiança na vitória e a esperança no regresso glorioso.⁷ Afonso Lopes Vieira apropriava-se das palavras de Gil Vicente para reacender a chama patriótica, exortar à guerra e pedir o contributo das mulheres: «Oh senhoras portuguesas, Gastai pedras preciosas, Donas, donzelas, duquesas, Que as tais guerras e empresas, São propriamente vossas».⁸ No Auto *Da Exortação da Guerra*, datado de 1513, Gil Vicente recorre a figuras da Antiguidade, como Aníbal e Policena, a princesa troiana, para incitar as portuguesas a dar as suas jóias para as conquistas e descobertas marítimas, como que a lembrar que as guerras são também empresas das mulheres, apesar de não terem voz

⁶ «As interviews da 'Opinião'. As senhoras portuguesas e os soldados que vão para a guerra. É uma instituição patriótica e humanitária, em que todos podem colaborar. Afirma-o o sr. Dr. Mello Breyner», *A Opinião*, 22 de Março de 1916: 2; «Pelos nossos soldados. Cruzada das Mulheres de Portugal. O que será a grande comissão central presidida pela esposa do chefe de Estado», *O Século*, 23 de Março de 1916: 1; «Ideias patrióticas. A esposa do sr. Presidente da República diz à *Opinião* o que tem feito em favor dos aliados e dos nossos soldados em África. 'Estou ao lado de todas as instituições patrióticas. Uma iniciativa generosa e humanitária», *A Opinião*, 23 de Março de 1916: 1; «A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Século*, 23 de Março de 1916: 1.

⁷ «As senhoras portuguesas e a guerra», *Diário de Notícias*, 20 de Março de 1916: 1; «A mulher e a guerra», *O Século*, 25 de Março de 1916: 1; Manuel Fragoso, «Pela Pátria», *O Mundo*, 26 de Março de 1916: 2.

⁸ Afonso Lopes Vieira, «Exortação da Guerra. Os tambores de Gil Vicente. Às senhoras portuguesas», *A Capital*, 22 de Março de 1916: 1.

nas decisões dos homens que as decretam.⁹ Quatro séculos depois, elas eram instadas a dar o seu mais valioso tesouro, isto é, aqueles que mais amavam, os seus filhos, os irmãos e os maridos. Os homens confiavam na coragem das portuguesas, em cuja alma se abrigavam as virtudes das heroínas do passado e às quais se podia pedir tudo, o sangue dos seus filhos, a vida dos maridos, as suas jóias e as rosas dos seus jardins, como afirmava o jornal *República*.¹⁰ Elas teriam direito a um quinhão da glória conquistada nessa guerra que seria a última das guerras e que havia de redimir a humanidade e a civilização. Às mulheres competia a honra de fazer dos seus homens os heróis de amanhã, mas também o dever de velar pelos que ficavam e de cuidar dos feridos da guerra. Elas não esperaram pela exortação dos homens para se organizarem e apresentarem os seus projectos de apoio material e moral aos soldados, às famílias e aos órfãos e órfãs. A sua acção humanitária e intervenção social ultrapassaram em muito os objectivos formulados no início da guerra.

Comissão Feminina «Pela Pátria»: o «direito humano de ter opiniões pessoais»

A mobilização dos primeiros contingentes militares para Angola e Moçambique, em Setembro de 1914, despertou a consciência feminina para o inevitável envolvimento de Portugal na guerra e para os perigos que os soldados enfrentavam em terras africanas, onde as doenças tropicais matavam mais que as balas inimigas. Na memória colectiva permaneciam as imagens dos «bravos lusos» que por lá tinham ficado, vítimas da fome, da sede e das febres, ou que regresavam com os corpos «alquebrados» e os «rostos definhados».¹¹ Para as mulheres, esta partida dos soldados para África era diferente das expedições do século XIX e das campanhas de pacificação levadas a cabo para manter o controlo das populações submetidas ao poder de Portugal. O direito histórico às colónias africanas estava agora ameaçado pelo militarismo expansionista da Alemanha que atacava

⁹ Couto, *Gil Vicente, Gigantes da Literatura Universal* (Lisboa: Editorial Verbo, 1972), 68.

¹⁰ «A iniciativa da esposa do chefe de Estado», *República*, 26 de Março de 1916: 1.

¹¹ «Crónica», *Jornal das Senhoras* n.º 1, 18 de Janeiro de 1896: 2.

nas fronteiras de Angola e de Moçambique. Numa sociedade dividida em relação à beligerância portuguesa, só o envio de tropas para defender as colónias reunia o consenso nacional. Porém, as feministas que se tinham envolvido na propaganda republicana e na defesa do regime, apoiavam o projecto intervencionista do Partido Democrático, condenavam a neutralidade e a germanofilia e apelavam ao brio patriótico, às virtudes do povo português e aos pergaminhos do heroísmo nacional.

Foi neste contexto que, um mês depois dos primeiros embarques para África, um grupo de feministas, constituído por Ana de Castro Osório (1872-1935), Ana Augusta Castilho (1866-1916), Antónia Bermudes e Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (1864-1939), fundou a *Comissão Feminina «Pela Pátria»* (CFPP), propondo-se fazer propaganda patriótica e organizar o trabalho feminino na recolha e confecção de agasalhos para os soldados portugueses e para os exércitos aliados. Também manifestaram a intenção de bordar uma bandeira com o símbolo da CFPP para que os combatentes se sentissem acompanhados pela «alma das mulheres portuguesas, apontando-lhes o caminho da glória». ¹² O distintivo usado era uma fita vermelha impressa a ouro com as palavras *Comissão Feminina «Pela Pátria»*. ¹³ Aos que criticavam a atitude das mulheres virem a público, tão prematuramente, defender a beligerância de Portugal ao lado dos aliados, elas responderam com o «direito humano de ter opiniões pessoais», numa demonstração de que se consideravam pessoas livres e seres pensantes, com individualidade e dignidade próprias. ¹⁴

Com o apoio da *Associação de Propaganda Feminista* e da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, a CFPP mobilizou sobretudo as professoras da instrução primária para a confecção de roupas de conforto, fornecendo muitas vezes a matéria-prima, e para a recolha de donativos e fundos com que adquiria alguns mimos como tabaco, bens não deterioráveis e equipamento de primeiros socorros. ¹⁵ Para além

¹² «Uma bandeira para os soldados portugueses», *A Madrugada*, n.º 36, 31 de Outubro de 1914: 3.

¹³ Fita/Emblema da CFPP, BNP ACL-MG caixa 02-07/10.

¹⁴ Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra* (Lisboa: Ventura & Companhia, 1918), 21.

¹⁵ João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português: A primeira organização sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)* (Lisboa: Editorial

das redes feministas, a CFPP pretendia sensibilizar outras mulheres para esta causa que visava o «bem da pátria» e o «triunfo da Liberdade e da Justiça».¹⁶ Para o efeito, enviou um manifesto às Câmaras Municipais que apelava ao sentimento patriótico dos representantes democráticos do povo para que fizessem propaganda cívica junto das senhoras que maior influência podiam exercer junto das populações e as convidassem a colaborar neste projecto de trabalho voluntário e benévolo.¹⁷

Ana de Castro Osório, ciente de que, mais cedo ou mais tarde, Portugal viria a entrar oficialmente no conflito armado, pretendia iniciar um movimento de abrangência nacional, orientado pela CFPP, a fim de preparar as mulheres portuguesas para darem o melhor contributo ao esforço de guerra. O trabalho das mulheres dos países beligerantes era um exemplo a seguir pelas portuguesas, quando o país assim o exigisse. Estas só precisavam de incentivo e de apoio para sair da letargia em que se mantinham num meio adverso, dominado pela ignorância e pelo preconceito.

O jornal *A Semeadora* publicitava os donativos recolhidos e apelava à solidariedade feminina para acolher as crianças desamparadas pela partida dos pais, oferecer enxovais aos recém-nascidos pobres e colaborar com a escritora Luthegarda de Caires (1873-1935) no Natal dos Pequenininhos internados nos hospitais. Alguns dos menores em risco foram acolhidos e educados por famílias generosas e outros auxiliados nos estudos pela CFPP. Não se sabe com rigor o grau de adesão feminina a estas iniciativas, fora das redes feministas, mas o volume dos donativos recolhidos permitiu enviar três remessas para os combatentes em Angola, uma para a Legião Estrangeira, onde havia voluntários portugueses, e outras para os exércitos aliados, através das Legações dos respectivos países em Portugal.¹⁸ Os donativos enviados para França foram distribuídos pelos hospitais da

Bizâncio, 1998). João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991).

¹⁶ Comissão Feminina «Pela Pátria», «A questão atual. A mulher e a guerra», *A Semeadora* n.º 1, 15 de Julho de 1915: 1-2.

¹⁷ Manifesto enviado às Câmaras Municipais pela Comissão Feminina «Pela Pátria», 8 de Fevereiro de 1915. BNP-ACL-MG/Caixa02-07/9.

¹⁸ Comissão Feminina «Pela Pátria»..., 1-2.

Croix-Rouge Française. Assim o testemunham as cartas de agradecimento, assinadas por Marguerite Carnot, presidente da *Association des dames françaises*, pelo presidente da *Société française de secours aux blessés militaires* e por Henriette Emilie Sohler Hulot, administradora do Hospital Auxiliar n.º 50, que dividiu a parte que lhe coube com o Hospital Auxiliar n.º 52. Também o *Comité Anglo-Franco-Belga de Lisboa*, as Legações da Bélgica e da Grã-Bretanha em Portugal, agradeceram reconhecidamente os «*colis*» e os agasalhos para os feridos e prisioneiros de guerra.¹⁹

Ana de Castro Osório congratulava-se pela adesão feminina a esta causa solidária, vendo neste movimento inicial o embrião de uma mais ampla mobilização para o trabalho benévolo e remunerado nas áreas da educação, higiene e assistência social e hospitalar, em que as mulheres pudessem mostrar as suas competências intelectuais, morais e cívicas.²⁰ Tornou-se a principal ideóloga da propaganda patriótica a favor da beligerância portuguesa, por dever de honra e prestígio do regime, pela defesa das colónias, e por amor da Liberdade, da Justiça e do Direito. As mulheres eram cidadãs e, tal como os homens, tinham deveres a cumprir, não podendo hesitar perante o esforço, a coragem, a abnegação e o sacrifício que lhes seriam exigidos. Caberia a cada uma escolher como deveria pagar a dívida contraída, por ter nascido portuguesa, trabalhando na retaguarda de uma forma que correspondesse ao heroísmo dos homens na frente de combate. A CFPP, embora continuasse a existir formalmente, pelo menos até 1918, a sua acção a favor dos combatentes acabou por integrar-se na *Cruzada das Mulheres Portuguesas* (CMP) fundada em Março de 1916.

¹⁹ Carta de Marguerite Carnot para Ana de Castro Osório, 20-10-1915, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N.12/289/1; Carta do presidente da *Société française de secours aux blessés militaires*, 19-03-1915, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N12/289/1; Carta de Henriette Hulot, 17/12/1915, *A Semeadora*, n.º 7, 15 de Janeiro de 1916: 1; Carta do Comité Anglo-Franco-Belga, 29-04-1915, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N12/289/1; Carta da Legação Belga, 29-04-1915, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N12/289/1.

²⁰ «Relatório apresentado pela direcção dos trabalhos realizados desde 17 de Maio de 1914», *A Semeadora*, n.º 9, 15 de Março de 1916: 3.

Cruzada das Mulheres Portuguesas: **a «Santa Cruzada do Bem»**

No momento da fundação desta associação feminina, o seu nome suscitou as mais variadas interpretações. Para uns, era a «bendita» e «Santa Cruzada do Bem», de «fé e sacrifício», com a «missão sagrada» de socorrer as vítimas da guerra; para outros, era uma via para estreitar laços de fraternidade, congregar esforços e abater bandeiras partidárias.²¹ Elzira Dantas Machado (1865-1942) esclareceu a razão da escolha do nome e do símbolo que a identificava – uma Cruz de Cristo a ouro sobre fundo branco. Ambos remetiam para «actos gloriosos da nossa história», a Cruz de Cristo dos cavaleiros que ajudaram na conquista de Lisboa e a Cruz de Cristo das caravelas da epopeia marítima portuguesa. O título «Cruzada» era o que melhor definia a «missão» de levar longe a «luz da fé nos altos destinos da pátria portuguesa».²² Ana de Castro Osório, num esforço de laicização do nome com conotações cristãs, identificava a «cruz» com a força criadora da natureza que impelia para a felicidade humana, enquanto a ideia de «cruzada» abrangia todas as formas de pensar e agir que tenham por fim honrar o nome de Portugal e auxiliar o país no sacrifício que a todas era pedido.²³ No discurso nacionalista de homens e mulheres, sobressaía o vocabulário do universo religioso do cristianismo. O culto da «pátria cívica» que se pretendia impor como «religião» de matriz cultural laica, não superou o quadro mental de crenças, vocábulos e rituais que se interligaram com a dimensão cultural, social, política e militar do conflito bélico.

A CMP surgiu da iniciativa de Elzira Dantas Machado, casada com Bernardino Machado, à época presidente da República, e de um

²¹ «A Grande Guerra. Bendita Cruzada. A atitude das mulheres portuguesas. Os trabalhos da grande comissão presidida pela esposa do chefe de Estado», *A Capital*, 3 de Abril de 1916: 1; S. M., «Portugal na guerra. Uma Cruzada bendita», *Atlântida*, n.º 21, Suplemento, 15 de Julho de 1917: 99-102; «Angola perante a guerra. O grande movimento de solidariedade nesta província. Assistência aos mobilizados», *Jornal de Angola*, 26 de Agosto de 1916: 1.

²² «Uma obra simpática. A Cruzada das Mulheres Portuguesas. O que até hoje tem feito a benemérita instituição, diz-no-lo numa entrevista a sua ilustre presidente», *A Capital*, 21 de Abril de 1917: 1.

²³ Ana de Castro Osório, *A Influência da Mãe na Raça Portuguesa* (Lisboa: Tipografia Liberty, 1915), 15; Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra...*, 16.

grupo de mulheres do seu círculo de convivência, como Ana de Castro Osório, Ester Norton de Matos, Etelvina Pereira d'Eça, Maria Correia de Melo e Palmira Maldonado de Araújo Pádua, entre outras.²⁴ Teve o apoio do governo e de altas individualidades do Partido Democrático, cujas esposas foram chamadas a fazer parte dos órgãos directivos. Segundo os Estatutos, a CMP era uma «instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitarem por motivo do estado de guerra com a Alemanha», e decidida a ampliar os objectivos e campos de acção da CFPP.²⁵ Esta linha de continuidade foi justificada por Elzira Dantas Machado e Ana de Castro Osório, ambas figuras de destaque na direcção da *Associação de Propaganda Feminista* e da *Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher*, detentora do jornal *A Semeadora*, destinado a promover o estatuto das mulheres, mediante um processo de orientação e libertação, e a criar-lhes o sentido de responsabilidade social, como indivíduos conscientes e como mães e educadoras.²⁶ Com a fundação da CMP, *A Semeadora* tornou-se o seu órgão oficioso e, por proposta de Ester Norton de Matos, aumentou a tiragem para ser distribuído nos hospitais militares, a fim de levantar o espírito patriótico e levar o conforto moral aos combatentes.

Elzira Dantas Machado pretendia que a CMP colaborasse com o governo e com a *Cruz Vermelha* no auxílio às vítimas da guerra, adaptando às especificidades do país o que as suas congéneres faziam lá fora. A criação de comissões e subcomissões permitiria instalar uma rede de obras de assistência social e de auxílio aos mobilizados, às famílias carenciadas e aos órfãos e órfãs de guerra, de abrangência nacional – «metrópole», ilhas e colónias, em que as mulheres pudessem adquirir novas competências e abrir caminhos para novas funções e maior intervenção social. Seriam obras de futuro, com vida para além da guerra, porque as mulheres não iriam desistir facilmente do que tinham a custo conquistado. Estes projectos de solidariedade visavam socorrer as vítimas da guerra, mas também corrigir desigualdades,

²⁴ «Portugal em guerra. Constituiu-se a Grande Comissão. Uma Circular Patriótica-Adesões», *O Século*, 31 de Março de 1916: 1; «A acção benemérita da Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Mundo*, 5 de Junho de 1916: 1.

²⁵ Artigo 1.º dos *Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1916).

²⁶ «A nossa missão», *A Semeadora*, n.º 1, 15 de Julho de 1915: 1.

melhorar a educação e a saúde dos portugueses e sanar males sociais, dando resposta a necessidades particulares que o Estado deveria reconhecer e integrar nos direitos sociais de todos os cidadãos. As obras educativas e de assistência social e hospitalar criadas revelaram o que as mentoras da CMP entendiam ser o seu papel social, cívico e político, e a estratégia seguida de forma a obrigar o governo a reconhecer o valor do seu contributo e a legislar no sentido de tornar efectivas, em tempo de paz, as funções desempenhadas durante a guerra.

Os ideais feministas estiveram subjacentes ao projecto social, educativo e político da CMP, embora a maioria das mulheres que nele colaborou tivesse estado, até ali, arredada do movimento associativo que os perfilhava e difundia.²⁷ Contudo, entre as fundadoras e colaboradoras havia mulheres com expectativas emancipadoras, sendo disso prova a forma como desempenharam as funções que lhes foram atribuídas na estrutura da organização. Mostraram muito mais que o legítimo apoio às políticas dos maridos, o que significa que algo terá, entretanto, mudado nas suas formas de pensar e agir. A convivência e o debate de ideias entre mulheres feministas e não feministas, o contacto com a realidade do país e as experiências vividas, terão contribuído para uma maior consciência de si, da sua individualidade e das suas capacidades para pensar, tomar decisões e agir livremente. A cultura cívica da vida associativa permitiu-lhes o acesso ao espaço público da *polis*, espaço comum de liberdade e de realização da igualdade, no qual se vivia entre pares; permitiu-lhes serem livres, mover-se entre o lar e a ágora, «poder ir e vir», «ser e agir» como membros da comunidade com direitos de cidadania.²⁸

A CMP estruturou-se em comissões autónomas com objectivos específicos, como os próprios nomes indicam, cuja presidência foi entregue às esposas dos ministros do governo da União Sagrada, mais directamente ligados às áreas em que pretendia desenvolver uma acção mais ampla. Destacamos na *Comissão de Apoio aos Mobilizados*, Ester Norton de Matos, casada com José Norton de Matos, ministro da Guerra; na *Comissão de Hospitalização*, Alzira de Barros Abreu Costa, casada com Afonso Costa, ministro das Finanças e chefe do Partido Democrático; na *Comissão de Enfermagem*, Maria Isabel Guerra

²⁷ «As nossas ‘interviews’...», 1.

²⁸ Hanna Arendt, *A Condição Humana* (Lisboa: Relógio d’Água, 2001).

Junqueiro Mesquita de Carvalho, casada com Luís Mesquita de Carvalho, ministro da Justiça e dos Cultos; na *Comissão de Apoio às Mulheres dos Mobilizados*, Maria Joana Queiroga de Almeida, casada com António José de Almeida, presidente do Ministério e chefe do *Partido Evolucionista*; na *Comissão de Apoio aos Filhos dos Mobilizados*, Alice Leão Braga Martins, casada com Joaquim Pedro Martins, ministro da Instrução; na *Comissão de Angariação de Donativos*, Leonor Correia Barreto, casada com António Xavier Correia Barreto, presidente do Senado e ex-ministro da Guerra; na *Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho*, Adelaide Meneses Fernandes Costa, casada com Francisco Fernandes Costa, ministro do Fomento, secretariada por Ana de Castro Osório, um nome incluído também na *Comissão Central* da CMP por mérito próprio.

Elzira Dantas Machado presidia à *Comissão Central*, órgão da direcção com poder deliberativo, constituído pelas presidentes das restantes comissões e por outras mulheres das elites republicanas, ligadas pelo casamento a ex-ministros, senadores, militares e membros destacados dos partidos no poder. Maria Luísa da Cunha Braamcamp Freire, casada com Anselmo Braamcamp Freire, historiador e 1.º presidente do Senado da República, presidia à *Comissão Administrativa*, com poderes executivos. Joaquina Dantas Machado de Carvalho fazia a ligação das comissões com a presidente-geral, sua mãe, e com o poder político. As presidentes das comissões tinham liberdade para escolher os membros da sua equipa executiva fora do elenco das oitenta fundadoras, o que veio a aumentar bastante o número de colaboradoras directas da CMP.

Nos dias e meses seguintes à fundação, muitas outras mulheres se lhes juntaram como membros das comissões e das subcomissões, colaboradoras e sócias, entre as quais se identificaram trinta e cinco feministas militantes, algumas das quais com dupla ou tripla filiação. A CMP serviu-se das associações feministas, das relações familiares e pessoais para conquistar filiadas e para estabelecer uma rede de subcomissões que secundasse localmente o trabalho de angariação de donativos e de auxílio aos soldados e famílias mais carenciadas. Porém, o alcance destas redes seria sempre limitado, pelo que se lançou mão a uma estratégia antes usada pela CFPP. Contactaram-se institucionalmente os presidentes das Câmaras Municipais, governadores civis e comandantes militares para darem conhecimento às populações da

existência e dos fins da CMP e para que convidassem as senhoras mais influentes da terra a organizar-se em subcomissões ou comissões auxiliares para mobilizarem outras para o trabalho benévolo e humanitário a favor das vítimas da guerra.

Um dos primeiros documentos da CMP a circular pelo país foi o *Boletim de Adesão: Inscrição Patriótica*, um manifesto que evocava a memória heróica das antepassadas e exortava as mulheres ao cumprimento do dever de trabalhar para o «triumfo e honra da raça portuguesa».²⁹ Este era um «verdadeiro boletim de mobilização voluntária das mulheres», que especificava as várias formas de trabalho que podiam prestar à pátria: angariar donativos e confeccionar agasalhos, trabalhar como enfermeira, professora ou empregada no comércio, na indústria, na agricultura ou no ensino infantil, acolher órfãos e órfãs e apoiar os militares mobilizados e as famílias.³⁰ A CMP precisava de saber se podia contar com as mulheres, quando todas deviam cooperar, dando o que pudessem. Esta arregimentação para implementar o trabalho das mulheres foi um acto de grande alcance político, visando pressionar o governo a valorizar a mobilização feminina e o seu contributo social e económico, conferindo-lhe uma dimensão de cidadania.

Ana de Castro Osório, secretária da Comissão de Propaganda, teve um papel relevante na «mobilização espiritual» das mulheres e na conquista de simpatias, apoios e colaboração para a implantação da CMP a nível nacional e internacional. Num país dividido em relação à guerra, a formação de subcomissões teve um êxito considerável. No Continente formaram-se setenta e nove, duas na Ilha da Madeira, sete em Angola, uma em Cabo Verde, uma na Guiné, duas na Ilha do Príncipe, uma em Moçambique e três no Brasil, além de inúmeras comissões auxiliares, criadas entre as comunidades emigrantes, sendo estas as que mais contribuíram para as obras sociais e educativas da CMP. Cada subcomissão tinha o seu núcleo de sócias/os, subscritoras/es e doadoras/es, a maioria do sexo feminino, o que alargava a rede solidária de anónimas/os que apoiavam as actividades e as obras

²⁹ *Cruzada das Mulheres Portuguesas: Inscrição Patriótica-Boletim de Adesão. De que Maneira Pode Prestar à Pátria o Seu Auxílio?*, BNP-ACL-MG caixa 02-01/14; *Cruzada das Mulheres Portuguesas: Boletim de Inscrição*, BNP-ACL-MG caixa 02-01/24.

³⁰ Ana de Castro Osório, «O que será a acção da mulher», *Boletim Patriótico da Universidade Livre*, n.º 2, Outubro de 1917: 5.

de assistência locais. Entre dirigentes, membros das subcomissões e associadas/os na CMP, identificaram-se mais de mil pessoas que terão mobilizado outras/os activistas do seu círculo de relações.

No Continente, as subcomissões encarregavam-se da correspondência entre o soldados e os familiares, organizavam os processos para a obtenção de subsídios e pensões de sangue, contactavam os serviços do Estado para obter informações sobre feridos, doentes e prisioneiros, inscreviam os mobilizados como afilhados de guerra e atribuíam-lhes madrinhas, seleccionadas entre as voluntárias, meninas e senhoras idóneas da terra, e promoviam actividades culturais e recreativas para angariação de donativos. Segundo os estatutos, as subcomissões deviam também, de acordo com as condições locais, incentivar a criação de escolas profissionais e o desenvolvimento da agricultura e das indústrias tradicionais dos lacticínios, do linho, da sericicultura e as indústrias artesanais, com vista à autonomia económica das mulheres e ao melhoramento da economia familiar. Com estas directivas, a Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho procurava consciencializar as mulheres para a necessidade de substituir os homens, onde fosse possível fazê-lo, e desenvolver as indústrias regionais de modo a torná-las profissões femininas, porque o trabalho era um dever e um direito que dignificava o ser humano.³¹

As mulheres fomentaram o trabalho produtivo, em proveito individual e colectivo e a favor da própria autonomia. Desenvolveram as indústrias regionais das rendas, dos bordados, das colchas, dos tapetes e dos tecidos de linho, tricotaram malhas, costuraram peças de vestuário, fizeram exposições dos seus trabalhos, organizaram bibliotecas nas escolas, escreveram cartas e enviaram mimos aos afilhados de guerra, acolheram e educaram órfãs e órfãos, criaram creches e ofereceram cuidados médicos a crianças doentes e abandonadas. Foi um movimento que envolveu mulheres de todo o país, na organização de conferências, concursos e festivais literários e musicais, quermesses, peditórios, saraus, récitas, sessões culturais, patrióticas e de animatógrafo e venda de flores, para angariação de fundos que eram enviados para a CMP ou geridos pelas próprias no apoio aos soldados e famílias locais. A imprensa apoiava o «nobre impulso de patriotismo e confraternidade» feminina, destacava as senhoras que se empenhavam neste

³¹ Ana de Castro Osório, *Em tempo de guerra...*, 38.

movimento e apelava às/aos portuguesas/es para que auxiliassem as mulheres na missão solidária de socorrer aqueles que «davam o sangue pela defesa da Pátria».³²

Um serviço autónomo de saúde para os feridos e mutilados da guerra

A fundação da CMP teve a protecção do governo, e o seu programa de acção, embora delineado nas primeiras reuniões, foi estruturado pelo núcleo duro das dirigentes e, decerto, negociado na esfera privada, antes de ser oficializado. O governo foi lesto a satisfazer os meios solicitados pelas dirigentes para a criação das obras que queriam implementar e a dotar a CMP da conveniente capacidade jurídica para organizar cursos de enfermagem, instalar hospitais e gerir as verbas angariadas e subsídios de que viesse a precisar para a hospitalização dos feridos de guerra, além de outros benefícios, como a isenção de franquia postal e a autorização para lançar uma lotaria nacional para as despesas hospitalares.

A pretensão da CMP em criar um serviço autónomo de saúde para tratar os feridos e mutilados de guerra carecia de mecanismos legais que a reconhecessem como associação beneficente prestadora de serviços da *Cruz Vermelha*.³³ Elzira Dantas Machado propôs ao ministro da Guerra a instalação de um hospital de retaguarda para formar o pessoal de enfermagem e a organização de uma ambulância, a operar na frente da guerra, ambos financiados pela CMP, solicitando, ao mesmo tempo, que lhe fosse concedida a equiparação à *Cruz Vermelha*.³⁴ Dias depois, Norton de Matos fez publicar a legislação que reconhecia a CMP como sociedade de socorros voluntários e a autorizava a proceder ao tratamento de feridos e doentes, bem como a

³² «Portugal na guerra. Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, 8 de Maio de 1916: 2.

³³ Natividade Monteiro, «A Cruzada das Mulheres Portuguesas e a assistência aos feridos e mutilados de guerra (1916-1918)», em *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, coordenação Luís Sá, e Manuela Rego (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016), 25-44.

³⁴ *Carta de Elzira Dantas Machado para Ministro da Guerra*, 24 de Junho de 1916, PT/AHM DIV/1/35/1298.

organizar e administrar formações e estabelecimentos sanitários, nos termos dos artigos 18.º e 23.º da Convenção de Genebra. O pessoal da *Comissão Hospitalar* e da *Comissão de Enfermagem* era assimilado ao das sociedades de socorros voluntários e sujeito às leis e regulamentos militares, não podendo desempenhar quaisquer serviços de saúde sem a autorização do ministro da Guerra.³⁵ Apesar das críticas da oposição política e dos protestos da Comissão Central da *Cruz Vermelha* pela perda da exclusividade das regalias e garantias nacionais e internacionais, este acto do governo era legítimo à luz da Convenção de Genebra e não inédito, já que em França existiam também a *Association des dames françaises* e a *Union des femmes de France*, organizações equiparadas à *Société française de secours aux blessés militaires* que, durante a guerra, formaram milhares de enfermeiras e administraram centenas de hospitais.³⁶

A *Comissão de Enfermagem* da CMP, atendendo à urgência em formar profissionais competentes para socorrer os feridos, organizou um curso de enfermeiras no Hospital de S. José, o qual foi contestado pela Comissão Central, por não ter sido homologado pelo Ministério da Guerra.³⁷ As diferentes interpretações sobre a autonomia das comissões geraram, por vezes, desentendimentos e dissidências entre as dirigentes. Neste caso, a presidente da *Comissão de Enfermagem*, sentindo-se desautorizada, demitiu-se do cargo, decisão a que não terão sido alheias questões pessoais relacionadas com as divergências políticas ocorridas no seio do governo e que se reflectiram nas relações entre as mulheres.³⁸ Nomeada outra comissão, esta organizou dois cursos logo após a publicação dos decretos 3306 e 3307 de 21 de Agosto de 1917, que definiam as condições e as garantias das enfermeiras militares ao serviço do Ministério da Guerra. O curso geral foi dirigido pela médica Sofia Quintino (1879-1964) e o curso de

³⁵ Decreto-Lei n.º 2493 de 3 de Julho de 1916.

³⁶ *Acta da Reunião da Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, 7 de Julho de 1916, Livro de Actas, Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa (AHCVP).

³⁷ «Uma iniciativa patriótica. Enfermeiras para os feridos de guerra», *O Século*, 25 de Março de 1917: 1; *Cruzada das Mulheres Portuguesas, Relatório da Comissão de Enfermagem aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de Março de 1917* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917).

³⁸ «Pela Cruzada. A comissão de enfermagem demite-se», *A Manhã*, 29 de Julho de 1917: 2.

especialização no tratamento dos mutilados esteve a cargo do médico especialista em higiene social, Alfredo Tovar de Lemos (1885-?). Decorreram ambos no Hospital da Estrela e as estagiárias dividiram-se em grupos por este hospital e pelo Hospital de Belém. Os estágios decorreram já depois do golpe militar que levou Sidónio Pais ao poder e os atrasos no recrutamento das enfermeiras obrigaram-nas a trabalhar nos hospitais militares, na condição de estagiárias, vários meses para além do período estipulado para a obtenção do diploma. Com o sidonismo, os cursos de enfermeiras da CMP foram cancelados e substituídos pelas Escolas de Enfermeiras Militares, a criar junto dos Hospitais Militares de 1.^a classe de Lisboa e do Porto, sob a tutela do Ministério da Guerra.³⁹ Revogava-se assim a legislação anterior, retirando à CMP todos os poderes sobre a formação das enfermeiras, e punha-se fim a uma obra promissora e que mais expectativas sociais tinha criado.

A formação das enfermeiras militares era uma das bandeiras da CMP, muito valorizada por representar uma via privilegiada para a profissionalização das mulheres. Ana de Castro Osório foi a mais persistente defensora da enfermagem feminina, mostrando ter uma noção clara sobre o conhecimento científico, as competências técnicas e as qualidades morais exigidas à moderna enfermeira, bem como das responsabilidades inerentes à formação profissional ideal para socorrer os feridos da guerra. Era um dever da CMP pôr à disposição do Estado um corpo de enfermeiras que dignificasse a profissão, ganhasse o respeito público e honrasse as mulheres portuguesas. As qualidades pessoais e morais das enfermeiras deviam estar à altura do valor militar, do patriotismo e do sacrifício dos soldados portugueses.⁴⁰ O serviço de guerra obrigava-as à disciplina militar e moral e a nobilitar o uniforme e o distintivo, a fim de mostrarem que não eram inferiores às enfermeiras dos outros países. A escola de enfermagem que a CMP pretendia implementar no Instituto Policlínico de Campolide seguiria o modelo de formação das enfermeiras do *Queen Alexandra's Imperial Military Nursing Service*.⁴¹

³⁹ Decreto-Lei n.º 4 756 de 28 de Agosto de 1918.

⁴⁰ *Cruzada das Mulheres Portuguesas. Relatório e Contas da Comissão de Enfermagem, Julho de 1917-Março de 1918* (Lisboa: Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1919).

⁴¹ Ana de Castro Osório, «Palestras às senhoras enfermeiras», *A Semeadora*, n.º 29, 15 de Novembro de 1917: 2-3.

O Instituto Policlínico de Campolide foi organizado pela *Comissão de Hospitalização* da CMP, sob a direcção do Professor da Faculdade de Medicina, Francisco Gentil (1878-1964). Instalou-se no edifício do antigo Colégio Jesuíta e em oito pavilhões construídos para o efeito num terreno anexo, cedido generosamente à CMP. Era um hospital modelo com 1200 leitos, instalações e equipamentos modernos, que conjugava a assistência médica e cirúrgica com o ensino da enfermagem e a investigação científica. Este dispunha de todas as especialidades de medicina, salas de cirurgia, radiologia, radioscopia, radioterapia, odontologia, mecanoterapia e tratamentos de reabilitação por agentes físicos.

Em Julho de 1916, foi publicado o Regulamento que o definia como instituição autónoma, dotada de personalidade jurídica própria, destinado a prestar assistência hospitalar aos soldados repatriados de África e de França.⁴² A administração pertenceria a um conselho administrativo, constituído por três delegadas da *Comissão de Hospitalização*, enfermeira-chefe e direcção clínica e administrativa. Na mente das suas promotoras, esta unidade de saúde militar, cumprida a sua função na guerra, teria um carácter definitivo e serviria, no futuro, a população civil da capital.⁴³ Inaugurado pelo presidente da República em 1 de Dezembro de 1917, já tinha recebido alguns mutilados para serem submetidos a intervenções cirúrgicas. Foi muito elogiado pela imprensa, por aliar os mais modernos conhecimentos da ciência e da higiene à generosidade, dedicação e patriotismo das mulheres portuguesas. Era uma obra de «saber» e de «sentimento» que constituía um «motivo de legítimo orgulho para a medicina portuguesa» e também «uma gloriosa afirmação do humanitarismo» feminino.⁴⁴ Neste hospital estagiaram e trabalharam as enfermeiras da CMP, quinze das quais foram recrutadas para os hospitais portugueses em França.

⁴² Portaria n.º 1023, *Diário do Governo* n.º 118, I Série, 21 de Julho de 1916.

⁴³ M. S., «Portugal na guerra. Uma Cruzada Bendita. Está sendo construído um grande hospital para feridos – O dever dos que ficam perante os que partem», *Atlântida*, Suplemento ao n.º 21, 15 de Julho de 1917: I-IV; «Cruzada das Mulheres Portuguesas. O Instituto Clínico de Campolide», *República*, 22 de Julho de 1917: 1.

⁴⁴ «O Policlínico da Cruzada das Mulheres Portuguesas. A visita da imprensa», *A Capital*, 30 de Novembro de 1917: 2; «Uma instituição modelar. O Policlínico da Cruzada. Fica não só o maior, como o mais perfeito de todos os hospitais portugueses», *A Capital*, 3 de Dezembro de 1917: 1.

Em 5 de Dezembro de 1917, o levantamento militar chefiado por Sidónio Pais levou à demissão do governo, destituiu o presidente da República, perseguiu e prendeu ex-ministros e membros do Partido Democrático. O Instituto Policlínico de Campolide foi ocupado pelos alunos da Escola de Guerra para o transformarem num «verdadeiro hospital militar», isto é, livre da interferência feminina. A CMP e sobretudo a presidente da *Comissão de Hospitalização* foram alvos de uma campanha de descredibilização por terem recebido do governo um adiantamento para a instalação dos hospitais, por conta das «despesas excepcionais por motivo da guerra». Mesmo admitindo que o Estado tinha a obrigação de providenciar o tratamento dos feridos, os jornais monárquicos, sentindo-se mais protegidos pelo novo regime, destilaram todo o ódio contido contra os democráticos, atacando os ex-ministros e referindo-se às mulheres como seres incompetentes para assumirem altas funções e incapazes de gerir verbas avultadas. Invocando os interesses do Estado, o governo apropriou-se do Instituto Policlínico de Campolide, do Hospital Português de Hendaia e do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra em Lisboa, estes dois últimos em fase de conclusão.⁴⁵

A organização do Hospital Português de Hendaia esteve a cargo do médico Sílvio Rebelo (1879-1933), coadjuvado pela presidente da *Comissão de Hospitalização*, Alzira de Abreu Costa e Angélica Barreto da Cruz Bordalo Pinheiro. Foi instalado no «Hotel-Casino Hendaye-Plage», em Hendaia, edifício oferecido gratuitamente, a título de empréstimo, ao governo português pelo arquitecto Henri Martinet (1867-1936), amigo de Bernardino Machado e de Afonso Costa. As obras de adaptação ficaram a cargo do Estado Português, bem como as de reposição das condições em que o casino lhe tinha sido entregue.⁴⁶ O hospital foi equipado com sala de cirurgia, gabinete de radiologia, laboratório de análises clínicas, farmácia e enfermarias com capacidade para 150 leitos.⁴⁷ Segundo o Regulamento, o hospital era uma formação sanitária autónoma, destinado a feridos e doentes convalescentes recuperáveis, e cabia à *Comissão de Hospitalização* a nomeação do director clínico, da presidente da administração

⁴⁵ Decreto-Lei n.º 3732 de 2 de Janeiro de 1918.

⁴⁶ Carta de Henri Martinet para Afonso Costa, 30-05-1917, PT/AHM/1/35/1270/5; Carta de Alzira Costa para Henri Martinet, 22 de Julho de 1917, PT/AHM/1/35/1270/9.

⁴⁷ Planta do Hospital Militar Português de Hendaia, PT/AHM/1/35/0671/4.

e parte dos seus membros, o que representava um passo importante no acesso das mulheres a cargos, poderes e responsabilidades inco-muns em tempo de paz.⁴⁸ Situado numa estância de vilegiatura, na orla marítima atlântica, tinha um clima ameno e condições ideais para as curas que requeriam tratamentos de sol e de mar.

Com a vitória do levantamento militar sidonista, o hospital pas-sou para a posse do Estado e a instalação, em fase de acabamento, foi interrompida, o que deu azo a outra campanha de boatos e suspeições contra a CMP. Só em Março de 1918, o governo publicou o novo Regulamento do hospital e autorizou a partida do pessoal nomeado, recebendo os primeiros convalescentes em Junho do mesmo ano.⁴⁹ Trabalharam ali oito enfermeiras militares, duas das quais já tinham prestado serviço no Hospital da Cruz Vermelha e nos Hospitais da Base do Corpo Expedicionário Português, em Ambleteuse. O poten-cial do Hospital de Hendaia foi prejudicado pela abertura tardia, pela distância da frente de combate e pelas dificuldades inerentes ao transporte dos feridos. Foi extinto dois meses após o fim da guerra e encerrou em Fevereiro de 1919. As dirigentes da CMP manifestaram grande mágoa por terem sido afastadas dos serviços de hospitaliza-ção e por verem o seu trabalho denegrido por intrigas e acusações infundadas. Restou-lhes a consolação de terem ousado pensar e criar as bases de um serviço completo de assistência sanitária para feridos, doentes e mutilados.

O *Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra* (IRMG) foi um centro de reabilitação com uma escola-oficina, destinado a refazer os corpos dos militares que tinham deixado nas trincheiras uma parte de si. Após uma avaliação física e psicológica das aptidões e capaci-dades e das cirurgias correctivas, o mutilado recebia ali as próteses e aparelhos ortopédicos necessários à sua reabilitação funcional e a reeducação profissional que o preparavam para a reintegração na vida activa.⁵⁰ A ciência dos homens e a dedicação das mulheres estiveram ao serviço desses militares para lhes inculcar a auto-estima capaz de os adaptar à deficiência e oferecer-lhes os tratamentos adequados à recuperação física, psicológica e motora, a fim de retomarem o antigo

⁴⁸ Portaria n.º 1141, Diário do Governo n.º 197, 13 de Novembro de 1917, 1120.

⁴⁹ Livro de registo de doentes de cirurgia e medicina, PT/AHM/1/35/0671.

⁵⁰ «Os mutilados de guerra vão ter a sua escola profissional a expensas da benemé-rita Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, 12 de Abril de 1917: 1.

ofício ou aprenderem uma nova profissão.⁵¹ O IRMG oferecia-lhes sete modalidades de tratamento fisioterápico e dez ofertas de formação profissional. Havia que valorizá-los como indivíduos e cidadãos e torná-los aptos a ganhar a vida com dignidade. Este programa dividia-se em três fases: exames de diagnóstico e avaliação, pelo médico e pedagogo Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922), no Instituto Médico-Pedagógico Santa Isabel da Casa Pia de Lisboa; cirurgias, se necessário, no Hospital de Campolide; fisioterapia, treino com os aparelhos de prótese e ortopedia, reeducação física e formação intelectual, moral e profissional, no IRMG, dirigido pelo médico Alfredo Tovar de Lemos. Este clínico foi convidado por Ester Norton de Matos, presidente da *Comissão de Apoio aos Militares Mobilizados*, a organizar e a dirigir o IRMG, um projecto de direitos sociais, cujas despesas a CMP assumiu, com a superintendência do Ministério da Guerra.

O IRMG foi instalado no antigo palácio dos Condes de Linhares, situado na Calçada de Arroios, em Lisboa. O edifício, bastante arruinado, foi cedido à CMP pelo governo e sofreu profundas obras de adaptação, levadas a cabo pelo coronel de engenharia Henrique de Carvalho, que o transformou num espaço amplo e moderno. O IRMG foi uma obra inovadora e modelar que beneficiou dos conhecimentos científicos que o médico Alfredo Tovar de Lemos adquiriu nas Conferências Interaliados e nas suas viagens de estudo a instituições congêneres na Bélgica, França e Itália. Este médico revelou-se um conceituado especialista na matéria e um fiel colaborador da CMP. As Conferências Interaliados pretendiam promover o estudo, trocar experiências e uniformizar práticas de reeducação profissional dos mutilados de guerra, com vista à melhoria da sua saúde física e situação social e económica, e manter a união de pessoas e países.⁵² Além do médico Alfredo Tovar de Lemos, fizeram parte da delegação portuguesa, enviada pelo governo às conferências, os médicos Aurélio da Costa Ferreira, José Pontes e Francisco Formigal Luzes, todos eles empenhados no processo de reabilitação e reeducação dos mutilados, vindo a trabalhar em parceria com o IRMG. Foram também eles que organizaram a Conferência Interaliados, realizada em Lisboa, em 1919.

⁵¹ «Depois da catástrofe. Ciência e ternura. Eis o que acima de tudo é preciso para aproveitar os mutilados da guerra», *A Capital*, 30 de Novembro de 1917: 1.

⁵² «Os mutilados da Guerra. Conferências Interaliados», *A Capital*, 14 de Julho de 1917: 1

A Portaria n.º 1113 definia a organização, a missão e as valências do IRMG, e previa que, além do director, dos médicos e mestres da formação técnico-profissional, o restante pessoal fosse do sexo feminino: professoras da instrução primária, enfermeiras, especializadas na reabilitação dos mutilados, amanuenses, auxiliares das enfermeiras, vigilantes e serventes.⁵³ O Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, presididos, respectivamente, por Ester Norton de Matos e Elzira Dantas Machado, seriam constituídos por delegadas das comissões da CMP, com a participação de um tenente-coronel da Administração Militar e de um coronel-médico, inspector dos Serviços de Saúde do Exército, ambos nomeados pelo Ministério da Guerra.

Com o sidonismo, o IRMG foi também atingido pelo «granizo da desconfiança, o frio da indiferença, o vento secante das más vontades, a aridez do abandono», como escrevia Tovar de Lemos.⁵⁴ O governo apropriou-se do Instituto e, nos meses seguintes, parece ter-se esquecido da sua existência.⁵⁵ Seguiram-se tempos de indefinição, com os mutilados a acumular-se em Santa Isabel e nos quartéis, à espera de serem encaminhados para a reabilitação, optando alguns por deambular pelas ruas expondo as lesões à comiserção e caridade alheias, situação incómoda e indigna que a CMP e os médicos quiseram sempre evitar.⁵⁶ Por fim, o governo publicou novo Regulamento e o Instituto começou a funcionar na dependência do ministério da Guerra, em 25 de Maio de 1918.⁵⁷ A nova legislação manteve a maioria das disposições da anterior, no que toca à organização dos serviços médicos e tratamentos de recuperação física e reeducação profissional, mas alterou profundamente a constituição do quadro de pessoal, no qual, à excepção das enfermeiras, cozinheira e serventes, a direcção e os civis foram substituídos por militares. Mais uma porta que a CMP entreabriu ao trabalho das mulheres e que o governo de Sidónio Pais fechou com algum estrondo por se tratar de uma obra da comissão dirigida por Ester Norton de Matos.

⁵³ Regulamento do Instituto de Reeducação dos Mutilados da guerra, Portaria 1113, *Diário do Governo* n.º 175, 1.ª série de 11 de Outubro de 1917, 997-1000.

⁵⁴ Alfredo Tovar de Lemos, *A Reeducação dos nossos Mutilados de Guerra* (Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1918), 14.

⁵⁵ Decreto-Lei n.º 3 751, *Diário do Governo* I Série, n.º 12, 15 de Janeiro de 1918.

⁵⁶ José Pontes, «A favor aos mutilados. Assistência, sim, esmola, nunca. Indicações para aqueles que devem amparar os bravos da guerra», *A Capital*, 4 de Dezembro de 1919: 1.

⁵⁷ Portaria n.º 1398 de 24 de Maio de 1918.

O IRMG foi uma obra pioneira, inovadora e moderna pela oferta terapêutica e técnico-profissional e pela promoção da enfermagem especializada no tratamento dos mutilados. A maioria das enfermeiras formadas nesta especialidade prestaram serviço, alternadamente, no IRMG e no Instituto Santa Isabel. Em 1920, o ministro da Guerra, major Helder Ribeiro, restituiu o IRMG à CMP, um acto simbólico de reparação, mas a verdade é que o governo, sem prevenir os meios da sua manutenção, transferiu para as mulheres toda a responsabilidade dos mutilados que ainda ali permaneciam em tratamento ou à espera do emprego público que muitos reclamavam. Os três últimos anos de vida do IRMG foram conturbados, devido às alterações legislativas, ao desinvestimento político e ao desinteresse social, acabando por fechar em 1923, com a passagem dos serviços de reabilitação de mutilados e sinistrados do trabalho para a tutela do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral do ministério do Trabalho.⁵⁸ Contudo, o edifício manteve-se na posse da CMP, mediante o pagamento de uma renda anual, sendo depois utilizado como orfanato e escola para ambos os sexos. Na última Assembleia Geral da CMP, em 1933, Ana de Castro Osório apresentou o projecto de uma escola profissional feminina. Esta não chegou a concretizar-se, porque o governo civil decidiu extinguir a direcção da CMP e nomear uma comissão administrativa, constituída por três homens. A CMP e o seu património foram transferidos para a *Liga dos Combatentes da Grande Guerra*, em 26 de Julho de 1935.⁵⁹

A acção social da *Cruzada das Mulheres Portuguesas* em prol da educação e do trabalho feminino

A *Comissão de Auxílio às Mulheres dos Mobilizados* acompanhou, desde o início, as famílias dos combatentes mais carenciadas, atribuindo-lhes subsídios, enquanto não recebiam as pensões do Estado. Encaminhou as que podiam trabalhar para empregos compatíveis, recomendou aos

⁵⁸ Decreto-Lei n.º 1516 de 18 de Dezembro de 1923.

⁵⁹ Natividade Monteiro, «Pela Pátria e pela República». As mulheres republicanas e a I Guerra Mundial», em *Mulheres na I República. Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro (Lisboa: Colibri, 2011), 179-215.

serviços públicos e casas comerciais que lhes dessem prioridade para trabalhar e pediu descontos nas lojas de subsistências e nas cozinhas económicas. As acções a favor do emprego do sexo feminino não tiveram grande sucesso, por falta de resposta das entidades públicas e privadas, e a CMP fundou as Casas do Trabalho, obras de solidariedade social que ensinavam uma profissão e davam trabalho remunerado às mulheres dos mobilizados. Com estas acções pretendia-se acudir às necessidades da guerra, ajudando a população feminina de fracos recursos educativos e profissionais a conseguir os meios de sustento e alguma autonomia económica. A CMP teve um papel apaziguador da miséria e do descontentamento, substituindo-se muitas vezes às obrigações e responsabilidades do Estado para com as vítimas da guerra.

Maria Joana Queiroga de Almeida salientava que era preciso retirar o carácter vexatório da esmola ao socorro prestado às mulheres, incentivando-as a ganhar a vida com o próprio esforço e a orgulhar-se de contribuir também para a riqueza nacional.⁶⁰ As Casas do Trabalho tomaram uma feição social e educativa por ensinarem uma profissão, darem às mulheres a consciência do seu próprio valor e demonstrarem que o seu trabalho era socialmente indispensável, tanto na guerra como na paz. Ela afirmava que as Casas do Trabalho tinham um carácter definitivo, porque eram bons elementos de educação profissional e de produção e serviriam para regular os preços.⁶¹

Ana de Castro Osório, no discurso da inauguração, salientou mais uma vez o estado deprimente da educação profissional e do emprego feminino no país, alertou para a necessidade de acabar com o preconceito social e para a urgência em formar superiormente as mulheres em todas as profissões e que elas as pudessem desempenhar em condições de igualdade com os homens. Aquela Casa do Trabalho era o início de um plano que se pretendia alargar a todo o país e um elo da cadeia das obras sociais a realizar para reorganizar a sociedade e prepará-la para o futuro. Um trabalho digno e justamente remunerado

⁶⁰ «A mulher e a guerra. A assistência, pelo trabalho, às famílias dos mobilizados. Madame António José de Almeida fala-nos da obra benemérita que amanhã se inaugura em Xabregas», *O Século*, 5 de Maio de 1917: 1.

⁶¹ «Foi ontem inaugurada a primeira Casa do Trabalho para as mulheres dos mobilizados. Cruzada das Mulheres Portuguesas», *A Manhã*, 7 de Maio de 1917: 1; «Cruzada Mulheres Portuguesas. A primeira Casa do Trabalho», *República*, 7 de Maio de 1917: 1.

era o melhor esteio da emancipação das mulheres e da sua integração na comunidade, como membros de pleno direito, sendo, ao mesmo tempo, uma recompensa por lhe terem sacrificado os filhos.⁶²

Em Portugal, pela entrada tardia no conflito e pelas dificuldades enfrentadas pela CMP, só foi possível criar duas Casas do Trabalho, taxa muito reduzida se comparada com outros países beligerantes, nomeadamente, a França, de onde o modelo foi importado.⁶³ A primeira Casa do Trabalho foi instalada numa dependência de rés-do-chão e 1.º andar no Asilo D. Maria Pia, em Xabregas, cedida pelo Ministro da Instrução Pública, em Maio de 1917, e a segunda, num prédio arrendado na Rua São Francisco de Paula, 130 A, inaugurada em Junho de 1918, ambas em Lisboa. Estas obras de auxílio às mulheres tinham secções de costura, ajuntadoria, alpercataria, lavandaria, engomadoria, secções de confecção de meias, caixas, encadernação, rendas e bordados. Costuravam camisas para casas comerciais, roupa branca para os hospitais da CMP, vestuário para os militares hospitalizados, fardas de trabalho para os operários da Cooperativa do Arsenal e do Parque Automóvel Militar e roupa para os afilhados de guerra e para os prisioneiros portugueses nos campos de concentração da Alemanha.

As Casas do Trabalho beneficiavam de cantina e creche anexa e forneciam duas refeições diárias, roupa, calçado, assistência médica e medicamentos às crianças. As operárias auferiam um salário, com direito a uma refeição e, quando doentes, recebiam um subsídio correspondente a metade do salário. Também havia aulas da instrução primária e palestras de educação moral e cívica para combater o analfabetismo e elevar a formação cultural. A direcção das secções das Casas do Trabalho foi entregue a mestras contratadas, o que nem sempre correu de feição aos desígnios da CMP. Nos primeiros dois anos houve prejuízos, mas as dirigentes contentaram-se com a vitória moral. No início de 1920, as Casas do Trabalho instalaram-se definitivamente no edifício sede da CMP, comprado em Outubro de 1919 e sito na Calçada dos Caetanos, em Lisboa. Nesse ano fez-se o projecto de uma caixa de assistência cooperativa para subsidiar as associadas, empregadas e operárias na doença e na velhice.

⁶² Ana de Castro Osório, *Em Tempo de Guerra...*, 127.

⁶³ Thébaud, *Les femmes...*, 158-164.

Levar alimento, educação e felicidade à infância desvalida foi a maior preocupação da *Comissão de Auxílio aos Filhos dos Mobilizados*. As obras sociais e educativas criadas para proteger e educar os filhos dos combatentes e alargadas a outras vítimas da guerra e da pneumónica assentavam em três pilares: creches, orfanatos e escolas primárias e profissionais. A *Obra Maternal*, criada por iniciativa de Maria Veleda (1871-1955), em 1909, para acolher e educar as crianças maltratadas, pedintes e abandonadas, foi transferida para a CMP e transformada em orfanato, dirigido por Etelvina Pereira D'Eça. As crianças integradas na família foram acompanhadas e auxiliadas nos estudos, desde a educação infantil até à formação profissional. A CMP, até finais de 1918, subsidiou mais de 500 crianças, e até 1922, acolheu e educou 270 órfãos de ambos os sexos. Todos os protegidos tinham uma caderneta com os depósitos dos subsídios, pensões de sangue e doações, que lhes era entregue quando saíam da alçada da CMP.⁶⁴ As creches, situadas em Xabregas e Alcântara, pretendiam auxiliar as trabalhadoras no cuidado e educação das crianças. Em finais de 1917, a CMP tomou posse de mais uma creche, na Rua do Jardim, à Estrela, fundada por Sofia Burnay de Melo Breyner e que estava prestes a encerrar por falta de meios. Palmira Maldonado de Araújo Pádua negociou a transferência, em nome da CMP, e assumiu a direcção da mesma. Esta aproximação de republicanas e monárquicas das duas organizações, em nome de um bem maior, mostrou que, se elas quisessem, poderia haver entendimentos para realizar acções comuns.⁶⁵

As feministas há muito que defendiam o alargamento do ensino liceal, mas também das escolas profissionais, industriais, domésticas e artísticas, para o sexo feminino, com a aprendizagem das artes tradicionais, do desenho, da costura, das rendas e bordados, e elementos de economia doméstica, de culinária, do valor e conservação dos alimentos, preceitos da higiene, puericultura e cuidados com a casa. Numa acção a favor do renascimento económico e artístico de Portugal, foram muitas as iniciativas promovidas para implementar o aproveitamento dos recursos naturais do país e valorizar o *saber fazer* de cada região, a fim de incrementar a produção com vista

⁶⁴ *Cruzada das Mulheres Portuguesas. Relatório Geral: 1917-1918* (Lisboa: Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1919).

⁶⁵ «As mulheres de Lisboa e a guerra», *República*, 1 de Dezembro de 1917: 1.

à exportação. A instalação da Escola Profissional n.º 1, no Largo da Graça, em Lisboa, fazia parte deste plano de abrangência nacional. Foi a primeira de uma rede de escolas que a *Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho* pretendia implementar para profissionalizar as raparigas dos meios urbanos, a fim de entrarem no mercado de trabalho como profissionais, diminuindo o risco de serem exploradas. Inaugurada em Novembro de 1917, a Escola Profissional era dirigida por Elisa Freitas Rodrigues, e articulava a instrução primária, elementar e complementar, a formação cívica e as visitas de estudo, com o ensino do francês, do curso geral de comércio, da costura, dos bordados e rendas de bilros.⁶⁶ As alunas beneficiavam também de aulas de ginástica respiratória e, após os exames, gozavam férias na praia.

Outra das componentes deste projecto educativo profissionalizante eram as escolas agrícolas. Ana de Castro Osório foi a maior defensora de um ensino agrícola moderno, cuja inovação técnica deveria abranger também a pecuária e as indústrias artesanais dos lacticínios, da transformação da fruta, do linho e da sericicultura, tornando-as mais produtivas para benefício familiar e colectivo.⁶⁷ A criação das escolas agrícolas seria descentralizada para profissionalizar as filhas e filhos da terra para a terra. A implementação das mesmas contava com a colaboração das subcomissões e das professoras primárias, as novas missionárias do ideal educativo do amor pelo trabalho, capazes de transmitir ao povo as noções de progresso e de civismo.

Ana de Castro Osório e o etnólogo e empresário Manuel Vieira da Natividade (1860-1918) apresentaram o projecto de uma escola agrícola feminina para que as jovens do mundo rural pudessem substituir com proveito os homens mobilizados para a guerra.⁶⁸ O governo foi sensível à campanha de propaganda que se vinha fazendo neste sentido e fundou a Colónia Agrícola Feminina de Alcobaça pelo

⁶⁶ «Cruzada das Mulheres Portuguesas. As suas escolas profissionais», *A Opinião*, 26 de Novembro de 1917: 1.

⁶⁷ Ana de Castro Osório, *A Mulher na Agricultura, nas Indústrias Regionais e na Administração Municipal. Tese Apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915* (Lisboa: Editora Para as Crianças, 1915).

⁶⁸ «Colónia Agrícola Feminina de Alcobaça», *A Semeadora*, n.º 26, 15 de Agosto de 1917: 3.

Decreto-Lei n.º 3 525-A de 6 de Novembro de 1917, destinada a ministrar ao sexo feminino a aprendizagem dos serviços rurais, segundo as modernas práticas agrícolas. A localização justificava-se pela existência do Asilo da Infância Desvalida, que forneceria as primeiras alunas, às quais se juntariam as filhas dos combatentes, e do Posto Agrário, que dispunha das técnicas e dos meios humanos para o ensino da moderna agricultura. O dinamismo das empresas agrícolas e de transformação das frutas locais, era o que mais convinha ao ensino profissional agrícola feminino. A escola e o internato, construídos segundo o traço do arquitecto Raúl Lino (1879-1974), e a qualidade do corpo docente, reuniam as melhores condições para o sucesso.

Com a morte prematura de Manuel Vieira da Natividade, em Abril de 1918, e os condicionalismos impostos à Cruzada por Sidónio Pais, este projecto ganhou outros contornos.⁶⁹ O novo governo retirou à Cruzada qualquer poder de interferência na escola quando, pelo Decreto-Lei n.º 4105 de 18 de Abril de 1918, lhe mudou o nome para Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade e a colocou na dependência do Ministério da Agricultura. Marcada pela instabilidade das mudanças sucessivas na sua organização e funcionamento, acabou por ser extinta em 1930, dando lugar à Escola Prática de Agricultura.⁷⁰ A vida breve da Escola Agrícola Feminina não retira o mérito aos seus promotores, visto que, nos doze anos em que funcionou, deu formação profissional a muitas jovens oriundas de famílias desfavorecidas. A assistência aos combatentes e às suas famílias tomou várias formas, indo ao encontro das necessidades mais prementes, não se esgotando com a deposição das armas. Muitos afilhados de guerra e familiares em dificuldades continuaram a encontrar na CMP a mão amiga sempre pronta a auxiliá-los ou a intervir a seu favor. Em 1919, o mérito dos serviços prestados foi reconhecido pelo governo que lhe atribuiu a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada e a Elzira Dantas Machado a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

⁶⁹ «Vieira Natividade», *A Semeadora*, n.º 31, 28 de Abril de 1918: 3.

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 19909 de 15 de Junho de 1930.

Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte

Declarado o estado de guerra, um grupo de ilustres cidadãos do Porto, com o apoio de vários organismos académicos, artísticos, cívicos, empresariais e jornalísticos, lançou as bases da *Junta Patriótica do Norte* (JPN), uma colectividade de carácter cívico que pretendia unir os portugueses sob a mesma bandeira, com o objectivo de fazer propaganda patriótica, apoiar moralmente os combatentes, defendendo os seus direitos e exaltando a memória dos que tombassem em defesa da pátria, e proteger os seus órfãos e órfãs.⁷¹ Nascido na Câmara Municipal do Porto, este movimento patriótico não podia deixar de fora as mulheres portuenses. Em Agosto de 1916, o Professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Alberto de Aguiar (1868-1948), na qualidade de presidente, fez um apelo às senhoras para que se juntassem à JPN, a fim de colaborarem nas obras de assistência às vítimas da guerra. Assim nasceu o *Núcleo Feminino de Assistência Infantil* (NFAI), constituído por 21 mulheres republicanas, sob a presidência de Filomena Nogueira de Oliveira, casada com Henrique de Oliveira, presidente do Senado da Câmara Municipal.

O compromisso da JPN em proteger os órfãos e órfãs de guerra ganhou outros contornos quando o NFAI se ofereceu para organizar e dirigir um orfanato que viria a designar-se *Casa dos Filhos dos Soldados* (CFS). Pouco se sabe sobre as mulheres do NFAI. As fontes consultadas mencionam os nomes, acompanhados de algumas fotografias, mas não fazem luz sobre os seus perfis, percursos ou classe social, lacunas que constituem um entrave à investigação.⁷² No que

⁷¹ AAVV, *Junta Patriótica do Norte: Adenda ao Memorial Artístico Comemorativo do 15.º Aniversário da J.P.N. e 14.º Aniversário da sua C.F.S.* (Porto: JPN, 1932). Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica do Norte: Sinopse da Sua Obra Desde 20 de Março de 1916 (Data da Sua Inauguração) Até 30 de Setembro de 1918* (Porto: Tipografia Sequeira, 1918).

⁷² O NFAI era constituído por Adelina Lamas Mariani, Aida Noya, Augusta Barata Rocha, Áurea Cardoso Sampaio Lima, Carolina Leal Magalhães, Emília dos Santos Silva Verdial, Ernestina dos Santos Silva, Etelvina dos Santos Silva Dubernet, Filomena Nogueira de Oliveira, Isabel Barreto Couto, Isménia Mesquita e Silva, Laura Alves da Veiga de Oliveira, Lucília Barata da Rocha, Maria Beatriz Marçal Brandão, Maria Clara Nogueira de Oliveira, Maria Bonneville de Oliveira, Marie Louise Brondel, Narcisa Mariani Romariz, Ofélia Nogueira de Oliveira, Rosette Bonneville de Oliveira e Sofia Agrebom.

toca ao passado, as fontes documentais, produzidas sobretudo pelos homens, apagam a presença e silenciam as vozes das mulheres nas vivências em comum. No caso em análise, apenas a presidente do NFAI tem, pontualmente, direito à palavra. Num discurso comemorativo da fundação da JPN e da CFS, Filomena Nogueira de Oliveira refere-se às companheiras, como «senhoras de maior destaque na democracia portuense», que «num gesto intensamente belo e expressivo do dulcíssimo sentir da alma da mulher», ofereceram o seu curso altruísta à JPN, para se fundar uma casa destinada a recolher e educar os filhos dos soldados que partissem para a guerra, tomando também o compromisso de serem madrinhas de guerra desses mesmos soldados.⁷³

A CFS foi instalada num edifício com três pisos na Rua da Cedofeita, com quinta anexa, parque e jardim, espaços ideais para o recreio das crianças. Foi inaugurada em Julho de 1917 com 42 órfãos de ambos os sexos, dos zero aos sete anos, aos quais se foram juntando outros, cujos pais faleceram de doenças contraídas na guerra, de tifo ou pneumónica ou tombaram na revoluções e golpes militares. As mulheres encarregaram-se de todo o trabalho relativo à organização da CFS, desde os equipamentos à confecção das roupas de cama e de mesa e dos enxovais das crianças acolhidas. Em grupos de duas ou três, compareciam diariamente na CFS para dirigirem os trabalhos e os cuidados a prestar aos internados. As fotografias que ilustram a obra publicada pela JPN, entre 1917 e 1932, mostram uma casa modelar e primorosamente cuidada, como um lar aconchegante nos diferentes espaços de habitação e de ensino, consoante as idades dos internados, como a sala dos lactentes, o jardim de infância, com o sistema «Froebel-Montessori», a escola primária e o ensino técnico preparatório, em regime de internato e de externato para as crianças mais velhas. O ensino formal era complementado com as aulas de música, teatro, educação física e trabalhos manuais e artísticos. As férias de

⁷³ Filomena Nogueira de Oliveira, «Relatório do Núcleo Feminino de Assistência Infantil e da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses», *Junta Patriótica do Norte: 15 Anos de Benemerência. 20-III-MCMXVI – 31-XII-MCMXXXI* (Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Limitada, 1932), 203. Natividade Monteiro, «Filomena Nogueira de Oliveira», em *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013), 303.

Verão eram passadas em colónias sanatoriais marítimas, cedidas por instituições oficiais e particulares de solidariedade social.

A educação foi orientada pelos princípios modernos da higiene, da disciplina e da moral, do amor pelo trabalho, da solidariedade e da responsabilidade social. A participação nas homenagens e rituais de culto prestados à memória dos pais, junto do monumento aos mortos da Grande Guerra, e a solenização das festas, aniversários e datas de consagração nacional, faziam parte da educação cívica e patriótica. Desenvolveu-se-lhes o corpo e a mente para uma vida saudável e satisfação do espírito com «aquele quantum de distrações, divertimentos ou bem estar higiénico», indispensável à alegria de viver. Para todos se constituiu um dote de previdência à maioridade, em cadernetas privadas da Caixa Económica e do Crédito Predial, em que se depositavam as pensões atribuídas pelo Estado, a quota parte do rendimento dos seus trabalhos e dos donativos angariados, os prémios escolares e as doações das madrinhas e padrinhos protectores.⁷⁴ Mulheres e homens não se pouparam a esforços para dar aos órfãos e órfãs que lhes foram confiados, a educação, a saúde, o bem-estar e a promessa de um futuro independente e socialmente útil, dentro dos valores republicanos e democráticos.

A assistência contínua das mulheres aos cuidados e educação das crianças tornou-se muito exigente, sobretudo nas vigílias nocturnas durante as epidemias do tifo e da pneumónica, em que também serviram de enfermeiras. O grupo acusava sinais de cansaço quando, em Outubro de 1918, decidiu contratar a regente Maria da Conceição Gonçalves para dirigir o internato, uma mulher de qualidades profissionais e afectivas apreciáveis, elogiada por todos e considerada a mãe adoptiva das crianças e jovens ali acolhidos.⁷⁵ Digna de toda a confiança, educou as crianças com amor e disciplina e velou pela casa e pela quinta, onde fomentou a produção de quase tudo o que era necessário ao sustento dos internados. Com a colaboração da sua irmã Mécia Gonçalves, organizou também uma escola de rendas e bordados e deu às raparigas uma instrução elementar de culinária e economia doméstica. No fim do ano lectivo e em datas comemorativas, promoviam-se festas, saraus musicais, teatro, exposições

⁷⁴ Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica...*, (1932), 214-215.

⁷⁵ Monteiro, «Maria da Conceição Gonçalves», em *Feminae...*, 552-553.

e venda dos trabalhos das/os alunas/os que atraíam muito público, além dos contribuintes, subscritores e doadores que regularmente auxiliavam a CFS.⁷⁶

Para angariação de fundos, promoveram-se subscrições públicas e privativas, feiras de artesanato, festivais, quermesses, vendas de caridade, *quêtes*, saraus musicais e teatrais e exposições de arte, com programas criteriosamente elaborados. Salientam-se o «Grande Certame de Arte Nacional», com o projecto artístico do arquitecto José Teixeira Lopes (1872-1919), realizado no Palácio de Cristal, as Festas Infantis da Assistência, a Feira da Leoa e as *Garden-Party*, realizadas, respectivamente, no Palácio da Bolsa, nos Jardins da Cordoaria e da Trindade e no parque da CFS.⁷⁷ Os manifestos e os cartazes que publicitavam estes eventos, assim como os selos patrióticos, os manifestos e as publicações da JPN, eram objecto de um cuidado recorte literário e artístico. Os espectáculos musicais e teatrais eram, geralmente, oferecidos pelas entidades promotoras ou partiam da iniciativa de artistas, sobretudo mulheres, que abrilhantaram concertos, *matinéés*, saraus e sessões de canto e piano, violoncelo, violino ou harpa, a favor deste projecto de solidariedade. A JPN e o NFAI procuraram que todos os que auxiliavam o orfanato sentissem que o seu óbolo era um dever patriótico que os enobrecia e dignificava, porque a CFS era da cidade do Porto e não de quem a fundou ou dirigia.

A CFS esteve até 1938 sob a direcção do NFAI, anos marcantes e dignos de registo pela acção social e educativa prestada aos órfãos e órfãs de guerra e pelo exemplo de solidariedade e humanismo que, através dela, fundadoras/es e benfeitoras/es deram à sociedade e ao país. O livro de honra em que ilustres visitantes registaram as suas impressões são a prova maior do quanto a obra patriótica da JPN e, sobretudo, a acção beneficente das mulheres do NFAI foram apreciadas e louvadas. O mérito da JPN e do NFAI foi também reconhecido pelo governo em Portaria de 4 de Julho de 1919 e pela *Cruz Vermelha Portuguesa* que lhes atribuiu as medalhas de benemerência de «Justo Louvor». Em 1921, o governo conferiu o grau de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito à JPN, e condecorou

⁷⁶ Ver os nomes de subscritoras/es e doadoras/es da CFS em Monteiro, «Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte», em *Feminae...*, 771-779.

⁷⁷ Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica...*, (1932), 40, 44, 53, 55, 56, 58, 95.

o Professor Alberto de Aguiar, com as insígnias do grau de Comendador, e Filomena Nogueira de Oliveira, com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo. A CFS foi a obra de guerra mais duradoura sob a direcção das mulheres. Decorridos 21 anos sobre a sua fundação, foi transferida, bem como todo o património da JPN, para a posse da *Liga dos Combatentes da Grande Guerra*, que a manteve até aos nossos dias com a mesma vocação social e educativa.

Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra

As mulheres monárquicas e católicas, apesar de vencidas e politicamente ostracizadas com o advento da República, não se aquietaram no lar quando a Alemanha declarou a guerra a Portugal. Tidas por conspiradoras e germanófilas, surpreenderam quando afirmaram publicamente a intenção de colaborar na assistência aos soldados e famílias desfavorecidas e na organização de cursos de enfermeiras para auxiliar os serviços da *Cruz Vermelha*.⁷⁸ A iniciativa da fundação de uma associação patriótica e de caridade, de âmbito nacional, aberta a todas as portuguesas sem distinção de classe e de crenças, partiu da Condessa de Ficalho, Maria Josefa de Melo (1863-1941) e da viscondessa de Santo Tirso, Gabriela Filipa Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto (1869-?), com o apoio do médico Tomás de Melo Breyner (1866-1933).⁷⁹ Por deferência das fundadoras, a presidência da *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra* (APVG) foi atribuída à condessa de Burnay, Maria Amélia de Carvalho Burnay (1847-1924), que prometeu fazer quanto pudesse pela colectividade. Todavia, esta senhora não teve intervenção directa na vida da associação, vindo a demitir-se pouco depois. A condessa de Ficalho e a viscondessa de Santo Tirso assumiram a presidência e a vice-presidência da APVG, tendo como secretária fiel e dedicada Maria de Lencastre Van Zeller, filha dos condes de Alcáçovas, e o apoio de centenas de senhoras

⁷⁸ «As senhoras portuguesas e a guerra», *Diário de Notícias*, 20 de Março de 1916: 1.

⁷⁹ «As 'Interviews' da 'Opinião'. Ouvindo a sr.^a Condessa de Ficalho. A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra. Uma instituição patriótica e de caridade», *A Opinião*, 25 de Março de 1916: 2.

da alta sociedade. Um ano após a fundação, estas três senhoras foram reconduzidas nos respectivos cargos, elegendo-se mais duas vice-presidentes, Maria da Piedade Saldanha de Oliveira e Sousa, marquesa do Lavradio, e Maria José de Sousa Holstein e Ornelas. Elegeram-se ainda Maria Emília Teles da Silva, vice-secretária, Rita Ferrão de Mascarenhas, tesoureira, Maria da Piedade Correia de Sá, viscondessa dos Olivais, Maria Domingas de Sousa Coutinho e Maria Genoveva de Lima Mayer Ulrich, como vogais. A Assembleia Geral foi constituída por Maria das Dores de Melo, condessa de Sabugosa, pela condessa da Ponte e Maria Germana de Castro Pereira, condessa de Seisal. A duquesa de Palmela, Helena Maria de Sousa Holstein, foi eleita presidente honorária.

Nas primeiras reuniões, realizadas no Palácio Ficalho, estiveram presentes muitas mulheres e homens da nobreza titular e da alta burguesia, com destaque para um grupo de oito médicos dos Hospitais Civis de Lisboa, que foram ouvidos sobre a organização dos cursos de enfermagem. Estes eram uma prioridade, visto ser do conhecimento geral o elevado número de feridos resultante dos dois anos de guerra já decorridos. A apreensão e o receio pela vida e a saúde dos portugueses que, brevemente, iriam combater nas trincheiras da Flandres, exigiram que se iniciasse a formação de enfermeiras para os socorrer e tratar. Ficou acordado que os cursos de enfermagem teriam o apoio científico e técnico dos médicos presentes, que as aulas teóricas funcionariam no Palácio Ficalho e as aulas práticas num dos Hospitais Civis de Lisboa.

Os cursos foram abertos a todas as classes sociais, mediante a inscrição de 2\$50, ficando dispensadas as candidatas que provassem não poder pagar. A APVG pretendia ver nos hospitais a aristocrata e a mulher do povo, «animadas pela mesma fé, no cumprimento do nobilíssimo dever».⁸⁰ Em menos de um mês, a APVG conseguiu preparar a abertura de dois cursos de enfermagem, cujas aulas teóricas eram ministradas pelo clínico Melo Breyner, e o início das aulas práticas estava programado para 12 de Abril de 1916, no Hospital de S. José e no Dispensário Popular de Alcântara, anexo dos Hospitais Civis desde 1914. A imprensa louvava a admirável rapidez com que

⁸⁰ «A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Dia*, 23 de Abril de 1916: 1.

as ilustres senhoras portuguesas, naquele grave e aflitivo momento, puseram em prática tão generosa ideia.⁸¹

Contudo, o governo da União Sagrada não via com bons olhos as diligências de uma organização monárquica que agia de forma independente num campo que competia ao Estado. O apelo às portuguesas para aderirem aos cursos de enfermagem da APVG representava uma oportunidade de convivência interclassista e uma via de promoção social que podia atrair diferentes estratos da população feminina. Além da desconfiança sobre as verdadeiras intenções das monárquicas, o governo receava que a sua influência sobre as populações que viessem a beneficiar dos seus serviços reforçasse antigos laços de dependência e de reconhecimento e aumentasse os focos do descontentamento em relação à guerra. O ministro do Interior, António Pereira Reis, fez saber que os cursos da APVG não poderiam funcionar sem autorização governamental e que as senhoras que quisessem ser enfermeiras teriam de se inscrever nos cursos da *Cruz Vermelha Portuguesa*.⁸² A atitude do ministro foi um duro golpe nas ambições das monárquicas, por afastar a hipótese de virem a participar autonomamente na assistência aos feridos da guerra. No entanto, muitas inscreveram-se nos cursos da *Cruz Vermelha*, iniciados em 17 de Abril de 1916. Em Maio, já funcionavam cinco cursos de enfermagem, com uma média de vinte e cinco alunas cada um. O 5.º curso incluía alguns dos nomes mais sonantes da APVG, nomeadamente, os das condessas de Ficalho, Castelo Mendo, Calhariz, Olivais e Santo Tirso, das filhas e netas dos marqueses de Tancos e condes de Atalaia, Alcáçovas e Ribeira Grande e outras meninas e senhoras, entre as quais se contava Maria Antónia Jervis de Atouguia Ferreira Pinto, que viria a ser a chefe das damas-enfermeiras no Hospital da *Cruz Vermelha Portuguesa*, em França.⁸³

Também o ministro da Guerra, Norton de Matos, mandou investigar a APVG para apurar os fins da organização e os processos de trabalho. A condessa de Ficalho e Maria de Lencastre Van Zeller informaram

⁸¹ «Uma obra simpática», *O Século*, 25 de Março de 1916: 2.

⁸² «Os cursos de enfermeiras que deviam abrir ontem não puderam ser inaugurados», *A Luta*, 13 de Abril de 1916: 1.

⁸³ Natividade Monteiro, «Maria Antónia Ferreira Pinto. Aristocrata e tenente do exército português na I Guerra Mundial», em *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 38 (2017): 189-194.

os inquiridores que a Assistência não tinha «política nem religião», atendia toda a gente e aceitava todas as senhoras que quisessem colaborar para cobrir Portugal com uma rede de acção beneficente.⁸⁴ Dividiram o país em duas partes, cada uma com autonomia e recursos próprios, com sedes em Lisboa e no Porto e secções em cada capital de distrito. Em Lisboa, havia uma representante por freguesia, responsável pelas visitadoras das famílias que pediam auxílio e que informava sobre as suas carências, a fim de evitar abonos indevidos. Cabia à direcção da APVG decidir qual o subsídio a conceder, sendo este registado num cartão com a data em que, mensalmente, podia ser levantado. Nos finais de 1917, a APVG apoiava mensalmente 722 famílias e, sempre que necessário, pagava também rendas de casa, resgatava bens penhorados e legalizava casamentos e adopções de crianças para obterem as pensões de sangue. Pressionadas pelo anticlericalismo militante que as acusava de utilizarem o dinheiro angariado em objectos religiosos e catecismos, como o *Livro de Orações do Soldado Português*, para doutrinar os soldados, as dirigentes da APVG publicavam periodicamente os relatórios dos donativos e subsídios concedidos.⁸⁵

A direcção da APVG no Porto era constituída por treze mulheres, presidida pela fotógrafa Maria da Conceição Lemos de Magalhães (1863-1949) e secretariada por Ana José Guedes da Costa (1860-1947), chefe das damas-enfermeiras do Hospital da Cruz Vermelha naquela cidade e, mais tarde, vereadora da Câmara Municipal com o pelouro da Assistência.⁸⁶ Esta organização era responsável pelas secções do Norte, tinha autonomia e recursos próprios, angariados em actividades recreativas e culturais, como festivais, bailes e *matinées* de caridade e as festas da flor, que envolveram centenas de colaboradoras e recolheram fundos avultados. O lançamento da «Obreia Patriótica», um selo de dez réis que se colocava na correspondência como um carimbo, símbolo da bondade feminina a favor dos combatentes, foi a fonte de rendimento mais permanente.⁸⁷

⁸⁴ Ministério da Guerra Serviço de Informação, 4 de Maio de 1917, PT/AHM/1/35/1299/2.

⁸⁵ *Livro de Orações do Soldado Português* (Lisboa: Tipografia Anuário Comercial, 1917).

⁸⁶ Marília Viterbo de Freitas, e Natividade Monteiro, «Ana José Guedes da Costa», em *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 33 (2015): 171-177.

⁸⁷ «A Obreia Patriótica», *Diário Nacional*, 2 de Maio de 1917: 1.

A *Sociedade da Cruz Branca* (SCB), uma associação similar à APVG, com idêntica estrutura interna e os mesmos objectivos, surgiu em Coimbra, fundada por uma comissão de quinze senhoras, sob a presidência de Maria Isabel Pinto da França (1861-1949). A nomeação do seu marido, o general Fernando Tamagnini de Abreu, para comandante do CEP terá sido a razão pela qual abandonou o cargo pouco depois, sendo substituída por Maria Benedita Barbosa Falcão de Azevedo Bourbon, condessa do Ameal (1879-1957).⁸⁸ A SCB dinamizou a criação de delegações na região, a fim de apoiar localmente os mobilizados e as suas famílias. Organizou também um serviço de madrinhas de guerra e acordou com o médico Vicente da Rocha a criação de um curso de enfermeiras para as associadas poderem assistir os feridos de guerra.⁸⁹ De todas as áreas em que as mulheres exerceram a sua acção, a formação de enfermeiras foi a mais acarinhada, não só pela premência do momento em preservar vidas em risco, mas também por abrir caminho a uma profissão digna e útil em tempo de paz.

A intervenção social das comissões da *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*

O trabalho social e beneficente da APVG exerceu-se em várias frentes, directamente ou através de comissões criadas para missões específicas. Além do apaziguamento da miséria de muitas famílias com a concessão de subsídios mensais, as mulheres, as crianças e os soldados, mereceram particular atenção. A Comissão da Protecção do Trabalho fundou o Atelier de Costura e Bordados para fomentar o trabalho remunerado das mulheres. O Atelier funcionava no Pátio do Pimenta, com a supervisão de Maria de Jesus de Sousa Holstein e Ornelas, Maria José Burnay de Gusmão, Maria de Assunção de Melo, condessa de Sabugosa, e Josefa Santos de Oliveira Belo. A maioria

⁸⁸ «Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 1 de Abril de 1916: 1; 8 de Abril de 1916: 1; 7 de Março de 1917: 1.

⁸⁹ «Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 28 de Abril de 1917: 3; 2 de Junho de 1917: 1.

do trabalho era executado em casa. A APVG recebia as encomendas, distribuía as peças a executar, promovia a venda e entregava o valor da obra feita. No Atelier também se ensinava corte e costura, malhas, rendas e bordados artísticos, porque havia trabalhos que requeriam habilidade, perfeição e bom gosto. Ali se confeccionava roupa branca, vestuário modesto e agasalhos para os soldados e prisioneiros de guerra, mas também vestidos elegantes, bolsas de senhora bordadas, *abat-jours* e enxovais de noiva, tanto modestos como luxuosos. A imprensa elogiava a beleza, perfeição e delicadeza dos labores elaborados por mãos calejadas, graças à orientação artística de outras mãos esguias e aristocráticas.⁹⁰ As fontes consultadas são omissas quanto ao número de mulheres envolvidas nesta experiência, sendo certo que o Atelier de Costura permitiu auxiliá-las, sem o carácter humilhante da esmola. O trabalho remunerado foi o amparo durante a guerra e as novas aprendizagens o incentivo para o labor independente e autonomia económica.

A condessa de Ficalho há muito que tinha instalado no seu palácio um Dispensário para apoiar as crianças das famílias carenciadas. Estas aumentaram exponencialmente com as dificuldades económicas provocadas pela guerra. Em 1917, a APVG decidiu ampliar as suas valências com um consultório de pediatria que funcionava três dias por semana, sob a direcção do médico Castelo Branco Saraiva, e que fornecia, gratuitamente, medicamentos, leite, farinhas, arroz e bolachas. Tinha uma equipa de senhoras que visitava e tratava as crianças nas suas residências, da qual faziam parte as enfermeiras Ana Morgadinho, Berta Pocariça, Júlia Calvet Ribeiro Nunes e Maria Luísa Poitier.⁹¹ A condessa de Ficalho assegurava que as senhoras da APVG se revezavam para todo o serviço, pois ali não havia criadas, sendo elas as servidoras das crianças.⁹² Esta e outras dirigentes, sabendo que a sua classe social era o alvo predilecto dos republicanos radicais, faziam questão de mostrar a modéstia do seu proceder, como se o seu estatuto de nobreza não as distinguisse do povo, fazendo crer

⁹⁰ António Santos, «O ‘Atelier’ do Pátio do Pimenta», *O Liberal*, 19 de Maio de 1918: 2; «Iniciativas que marcam. O ‘Atelier’ do Pátio do Pimenta. Uma Cruzada de Caridade e de Patriotismo», *Diário Nacional*, 5 de Setembro de 1918: 1.

⁹¹ «Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Dia*, 9 de Abril de 1918: 2.

⁹² «Em face dos documentos. A obra da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *A Capital*, 19 de Dezembro de 1917: 2.

que com ele partilhavam as angústias da guerra e que a sua acção procurava corrigir as iniquidades sociais.

Uma comissão dirigida por Sofia Burnay de Melo Breyner organizou a Casa Maternal, uma creche para crianças, com idades entre os 12 meses e os cinco anos, filhos dos mobilizados pobres, cujas mães trabalhavam fora de casa. Situada na Rua do Jardim, à Estrela, funcionava das oito da manhã às oito da noite, e fornecia-lhes as quatro refeições do dia, os bibes e o calçado.⁹³ Criada com a verba angariada na Festa da Flor, levada a efeito pelo jornal *O Século* no Jardim da Estrela, cinco meses depois da fundação, correu na imprensa a notícia de que Sofia de Melo Breyner, alegando falta de meios, pretendia ceder a creche a quem a pudesse sustentar. A CMP, por intermédio de Palmira Pádua, negociou a transferência e assumiu a responsabilidade da creche, para regozijo dos jornais que apelavam à união e concórdia entre as mulheres que se sacrificavam pelo bem comum.⁹⁴

Após a partida dos primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português para a Flandres, no início de 1917, Sofia de Melo Breyner, Jane Bensaúde e Maria de Jesus de Sousa Holstein e Ornelas fundaram a *Obra das Madrinhas de Guerra*, à semelhança do movimento que existia em França. Tratava-se de levar aos soldados palavras de conforto, coragem, ânimo patriótico e notícias da família. A publicidade à *Obra das Madrinhas de Guerra* foi feita pela imprensa e logo os soldados acorriam em massa à residência de Sofia de Melo Breyner, a solicitar uma madrinha. Com o apoio de Eugénia Henriqueta Alves Valdez, condessa de Penalva d'Alva, Helena Maria Vasconcelos e Sousa Ximenes, marquesa de Castelo Melhor, Luísa de Vasconcelos Cabral, Maria Adelaide Coelho da Cunha e Teresa Lobo de Almeida de Melo e Castro Vilhena, atribuíram-se mais de cinco mil madrinhas, não só das classes sociais mais elevadas, mas também atrizes e mulheres católicas de origem modesta.⁹⁵

Entrevistada pelos jornais, Sofia informava sobre os deveres das madrinhas: escrever regularmente ao afilhado, palavras de consoladora esperança, de fé na vitória e notícias dos seus, e proteger a sua

⁹³ «As consequências da guerra. O auxílio devido aos órfãos. A 'Casa Maternal' como obra de assistência aos filhos dos mobilizados», *O Século*, 5 de Agosto de 1917: 1.

⁹⁴ «As mulheres de Lisboa e a guerra», *O Primeiro de Janeiro*, 30 de Novembro de 1917: 1.

⁹⁵ «Madrinhas de guerra», *Diário Nacional*, 20 de Março de 1917: 1.

família.⁹⁶ Se a madrinha não pudesse auxiliar materialmente o afilhado e a família, bastava avisar a Comissão e esta se encarregaria de o fazer. Exortava também as madrinhas a cumprir conscienciosamente estes deveres, para que os seus afilhados sentissem que, apesar de estarem longe da pátria, não eram esquecidos. Os jornais monárquicos apelavam às senhoras para que considerassem o apoio moral aos soldados como serviço obrigatório, porque a missão das madrinhas era sagrada e nenhuma mulher devia recusá-la.⁹⁷ O êxito da iniciativa foi objecto de louvores, mas também de críticas violentas. O radicalismo republicano temia a influência que as madrinhas, sendo monárquicas e católicas, podiam exercer sobre os sentimentos patrióticos e republicanos que se pretendiam impor aos combatentes. Corriam boatos de que os soldados que se deslocavam a casa do médico Melo Breyner, a pretexto de solicitarem uma madrinha, eram catequizados com doutrinas contrárias ao sentimento patriótico e o ministro da Guerra mandou averiguar.⁹⁸

O facto de Tomás de Melo Breyner pertencer à Comissão de Assistência Religiosa em Campanha e de Sofia, sua esposa, apoiar os capelães militares na sua missão, engrossavam as suspeitas de endoutrinação dos soldados. A reacção da imprensa monárquica à tentativa de descredibilização da *Obra das Madrinhas de Guerra* assinalou mais um momento de tensão entre monárquicos e republicanos e que atingiu duramente as mulheres. Sofia de Melo Breyner respondeu aos ataques reafirmando a neutralidade política e ideológica da APVG e realçando a preocupação das madrinhas com a missão patriótica a que se propuseram, porque elas eram superiores aos confrontos das diferentes facções políticas.⁹⁹ A serenidade com que as dirigentes da APVG enfrentavam os ataques políticos e se afastavam das contendas masculinas, é digna de registo. Quando, em pleno regime sidonista, a imprensa monárquica atacava o ex-governo do Partido Democrático por ter beneficiado a CMP e hostilizado a APVG, esta fez publicar

⁹⁶ «Madrinhas de guerra», *O Século*, 18 de Abril de 1917: 1.

⁹⁷ Pépe, «Coisas do Mundo. Madrinhas de Guerra», *Diário Nacional*, 21 de Maio de 1917: 1.

⁹⁸ Secretaria da Guerra. Repartição do Gabinete, manuscrito assinado por Norton de Matos, 30 de Abril de 1917, PT/AHM/1/35/1299/2.

⁹⁹ Mário Martins, «Madrinhas de guerra. Uma breve conversa com a Exm.^a Sr.^a D. Sofia de Melo Breyner», *A Ordem*, 10 de Maio de 1917: 1.

uma carta em que afirmava não ter sentido, da parte das entidades oficiais, quaisquer limites à sua acção. O articulista em causa agastou-se e prometeu fazer silêncio sobre elas e as suas actividades beneficentes.¹⁰⁰ A independência da acção destas mulheres irritou alguns dos seus correligionários, chegando estes a temer a sua conversão aos ideais humanistas e feministas por pensarem que ser feminista e sufragista era incompatível com o ser monárquica e católica.

A subida de Sidónio Pais ao poder teve o aplauso das monárquicas e católicas. O aprumo militar, a elegância de modos e a simpatia pessoal, bem como o aparato e a encenação do poder e da autoridade do Estado, centrados na sua pessoa, eram apreciados e admirados pelas elites femininas. A imagem difundida pela imprensa do homem preocupado com os pobres, as crianças e os enfermos, o restabelecimento da ordem pública, mais aparente do que real, da liberdade religiosa e das relações do Estado com a Santa Sé, eram os principais motivos do reconhecimento e dedicação das mulheres a Sidónio Pais. Ele, sabendo dos seus projectos beneficentes, aproximou-se delas, através da condessa de Ficalho, e pediu-lhes a colaboração para as obras de caridade que pretendia implementar. Elas agradeceram a oportunidade que lhes deu de praticar o bem, sem serem criticadas e olhadas com desconfiança. Colaboraram na implementação da *Obra da Assistência 5 de Dezembro*, ou *Sopa dos Pobres*, na organização das festas para milhares de crianças pobres, nos Jardins do Palácio da Pena e no Jardim Zoológico, na homenagem aos mutilados de guerra, e na assistência aos doentes da pneumónica.

Sidónio Pais aproveitou o beneplácito feminino para conferir à caridade-espectáculo a suavidade e a delicadeza que amenizavam o regime militarista e ditatorial que impôs ao país. A presença das senhoras nos convívios, cerimónias e actos caritativos realçava o brilho da sua generosidade. A pedido de uma comissão de senhoras, organizada por Genoveva de Lima Mayer Ulrich, Sidónio Pais legislou a criação do *Instituto Nun'Álvares*, um hospital para acolher e tratar as vítimas de traumas psicológicos da guerra, dos gases tóxicos e da malária.¹⁰¹ O Regulamento previa a participação feminina na administração do

¹⁰⁰ «Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *Diário Nacional*, 22 de Dezembro de 1917: 1.

¹⁰¹ Criação do Hospício Nun'Álvares como Depósito de Convalescentes e Externados da Guerra. Decreto-Lei n.º 4 269 de 27 de Abril de 1918.

hospital, indo ao encontro dos desejos da APVG de intervir directamente num serviço de saúde militar. Contudo, o assassinato do presidente da República e os acontecimentos políticos que se lhe seguiram não foram favoráveis à concretização da ideia pioneira e generosa de cuidar dos homens psicologicamente afectados pelas neuroses da guerra. Estes foram abandonados à sua sorte, num tempo em que o stress pós-traumático ainda não constava do rol de doenças de guerra.

As estratégias de angariação de fundos eram comuns a todas as associações femininas, predominando as exposições e vendas de trabalhos artísticos, as quermesses, os saraus, as sessões de teatro e animatógrafo, as *Garden-Parties* e as festas da flor que, iniciadas pelo jornal *O Século* no Jardim da Estrela, em 1916, se multiplicaram por todo o país, em diferentes modalidades. As companhias de teatro ofereciam as receitas de algumas sessões às organizações femininas de apoio aos soldados e cediam-lhes os palcos para produção própria. As republicanas optavam por programas mistos com conferências, hinos patrióticos, representação de quadros históricos, declamação de poesia e repertórios musicais variados, em que pontuavam as orquestras, os orfeões e as bandas militares, enquanto as monárquicas preferiam os saraus literários e musicais, os concertos, as operetas, as zarzuelas e as récitas, algumas escritas por mulheres e representadas por amadores de ambos os sexos. A APVG também promovia conferências, festas, chás, bailes e vendas de caridade e aproveitava as touradas e os concursos hípicas e de ténis para apelar à generosidade dos participantes e espectadores.

A Comissão das Madrinhas de Guerra da APVG promoveu espectáculos de grande qualidade, sob o patrocínio das elites sociais, para angariação de fundos a favor dos soldados. Entre os eventos mais relevantes, citam-se os recitais de música clássica em São Carlos, as récitas e os bailados em que participaram jovens amadores e artistas dos movimentos de vanguarda.¹⁰² Sofia de Melo Breyner, aproveitando a passagem dos *Ballets Russes* de Diaghilev por Lisboa, enviou esforços para que actuassem no Teatro Nacional de São Carlos, a favor das madrinhas de guerra, em 2 e 3 de Janeiro de 1918.¹⁰³

¹⁰² «Elegâncias. Recital no S. Carlos», *Diário Nacional*, 9 de Maio de 1917: 2.

¹⁰³ «Bailes Russos», *Diário Nacional*, 3 de Janeiro de 1918: 1; «Teatro S. Carlos. Bailes Russos», *A Capital*, 3 de Janeiro de 1918: 3.

A jovem Helena de Vasconcelos e Sousa, filha dos marqueses de Castelo Melhor, inspirada pelos *Ballets Russes*, decidiu patrocinar os bailados portugueses, como o *Sonho da Princesa na Rosa*, o *Jardim de Pierrette*, o *Bailado do Encantamento* e *A Princesa de Sapatos de Ferro*. Os dois últimos bailados, com música do compositor Ruy Coelho, cenários dos arquitectos José Pacheko e Raúl Lino, figurinos e coreografia de Almada Negreiros, foram interpretados por 70 jovens das elites sociais e exibidos no Teatro Nacional de São Carlos, em 16, 19 e 21 de Abril de 1918, em benefício das madrinhas de guerra.¹⁰⁴ Estes espectáculos, que aliavam o talento artístico de vanguarda com a beleza e a fantasia, só eram acessíveis a um público selecto, culto e com recursos financeiros. Estas festas elegantes representavam o esplendor da aristocracia que, a pretexto da acção caritativa, se divertia e reafirmava o seu estatuto social. Com a morte de Sidónio Pais e o fracasso da última aventura política da Monarquia do Norte, as monárquicas, em luto, remeteram-se ao silêncio e a APVG deu por finda a sua missão com o apoio das madrinhas de guerra aos soldados que regressaram de França e de África. Os governos republicanos que se seguiram ao sidonismo não reconheceram o mérito do trabalho social levado a cabo por estas mulheres e os arquivos oficiais apagaram a sua memória.

Conclusão

A fundação de associações com o objectivo de suavizar o sofrimento físico e moral das vítimas da guerra permitiu às mulheres inovar nos papéis tradicionais que lhes eram atribuídos, assumir novas funções e responsabilidades, experimentar novos caminhos de autonomia e criar espaços de partilha e de liberdade para pensar e agir. Tomaram consciência de que associadas representavam uma força colectiva de interacção social, capaz de reivindicar reformas sociais e políticas, corrigir desigualdades, sanar males sociais e valorizar a imagem que projectavam de si e da sua identidade, como seres pensantes com dignidade própria, cuja voz devia ser ouvida na construção da

¹⁰⁴ «Bailados» *Diário Nacional*, 2 de Abril de 1918: 3; «Uma festa elegante», *Ilustração Portuguesa*, n.º 528, 3 de Abril de 1916: 244.

sociedade democrática e nos projectos colectivos do país. Elas ensaiaram diferentes vias de intervenção social e de participação política, ganharam competências e afirmaram-se como mediadoras e agregadoras de vontades. A participação social, cultural e política de republicanas e monárquicas provou que podiam ser úteis ao país, tanto na guerra como na paz. O trabalho benévolo, embora representasse a extensão do cuidado com os outros, prestado no espaço doméstico, permitiu-lhes conquistar um outro lugar no espaço público e o reconhecimento social e político. As divergências quanto à natureza do regime político que as levou a agir separadamente não retiraram o mérito à sua acção a favor de uma causa comum que, por ser nacional, ganhou uma vertente política de cidadania.

Fontes

- AAVV. *Junta Patriótica do Norte. Adenda ao Memorial Artístico Comemorativo do 15.º aniversário da J.P.N. e 14.º aniversário da sua C.F.S.* Porto: JPN, 1932.
- Acta da Reunião da Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.* 7 de Julho de 1916, Livro de Actas, Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa (AHCVP).
- Aguiar, Alberto de. *Junta Patriótica do Norte: Sinopse da Sua Obra Desde 20 de Março de 1916 (Data da Sua Inauguração) até 30 de Setembro de 1918.* Porto: Tipografia Sequeira, 1918.
- Aguiar, Alberto de. *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência. 20-III-MCMXXVI – 31-XII-MCMXXXI.* Porto: Emp. Ind. Gráfica do Porto, Ld.^a, 1932.
- Cruzada das Mulheres Portuguesas: Relatório da Comissão de Enfermagem aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de Março de 1917.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.
- Cruzada das Mulheres Portuguesas: Relatório e Contas da Comissão de Enfermagem, Julho de 1917-Março de 1918.* Lisboa: CMP, 1919.
- Cruzada das Mulheres Portuguesas: Relatório Geral: 1917-1918.* Lisboa: CMP, 1919.
- Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1916.
- Livro de Orações do Soldado Português.* Lisboa: Tipografia Anuário Comercial, 1917.
- Oliveira, Filomena Nogueira de. «Relatório do Núcleo Feminino de Assistência Infantil e da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses». In *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência. 20-III-MCMXXVI – 31-XII-MCMXXXI.* Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Limitada, 1932.
- Osório, Ana de Castro. *A Influência da Mãe na Raça Portuguesa.* Lisboa: Tipografia Liberty, 1915.
- Osório, Ana de Castro. *A Mulher na Agricultura, nas Indústrias Regionais e na Administração Municipal. Tese Apresentada ao Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28, 29 e 30 de Outubro de 1915.* Lisboa: Editora Para as Crianças, 1915.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

Osório, Ana de Castro, *Em Tempo de Guerra*. Lisboa: Ventura & C.ª, 1918.

Tovar de Lemos, Alfredo. *A Reeducação dos Nossos Mutilados de Guerra*. Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1918.

Arquivo Histórico Militar – Corpo Expedicionário Português (1914-1919)

Carta de Alzira Costa para Henri Martinet, 22 de Julho de 1917. PT/AHM/1/35/1270/9.

Carta de Elzira Dantas Machado para Ministro da Guerra, 24 de Junho de 1916, PT/AHM DIV/1/35/1298.

Carta de Henri Martinet para Afonso Costa, 30 de Maio de 1917, PT/AHM/1/35/1270/5.

Hospital Militar de Hendaia, *Livro de Registo de Doentes de Cirurgia e Medicina e Planta do Hospital*, PT/AHM/1/35/0671/4.

Ministério da Guerra Serviço de Informação, 4 de Maio de 1917, PT/AHM/1/35/1299/2.

Secretaria da Guerra. Repartição do Gabinete, manuscrito assinado por Norton de Matos, 30 de Abril de 1917, PT/AHM/1/35/1299/2.

Espólio do Museu Português da Grande Guerra – Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Carta da Legação Belga, 29-04-1915. BNP Espólio N12/289/1.

Carta de Marguerite Carnot para Ana de Castro Osório, 20 de Outubro de 1915, BNP Espólio N12/289/1.

Carta do Comité Anglo-Franco-Belga, 29 de Abril de 1915, BNP Espólio N12/289/1.

Carta do presidente da SFSBM, 19 de Março de 1915, BNP Espólio N12/289/1.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. Boletim de Inscrição, BNP-ACL-MG caixa 02-01/24.

Cruzada das Mulheres Portuguesas: Inscrição Patriótica-Boletim de Adesão: De que Maneira Pode Prestar à Pátria o seu Auxílio?, BNP-ACL-MG caixa.02-01/14.

Fita/Emblema da Comissão Feminina pela Pátria, BNP ACL-MG caixa 02-07/10.

Manifesto enviado às Câmaras Municipais pela Comissão Feminina «Pela Pátria», 8 de Fevereiro de 1915. BNP-ACL-MG/caixa 02-07/9.

Legislação

Decreto-Lei n.º 2493 de 3 de Julho de 1916.

Decreto-Lei n.º 3732 de 2 de Janeiro de 1918.

Decreto-Lei n.º 3751 de 15 de Janeiro de 1918.

Decreto-Lei n.º 4269 de 27 de Abril de 1918.

Decreto-lei n.º 4756 de 28 de Agosto de 1918.

Decreto-Lei n.º 1516 de 18 de Dezembro de 1923.

Decreto-Lei n.º 19909 de 15 de Junho de 1930.

Portaria n.º 1023 de 21 de Julho de 1916.

Portaria n.º 1113 de 11 de Outubro de 1917.

Portaria n.º 1141 de 13 de Novembro de 1917.

Portaria n.º 1398 de 24 de Maio de 1918.

Decreto n.º 1516 de 18 de Dezembro de 1923.

Periódicos

«A acção benemérita da Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Mundo*, 5 de Junho de 1916: 1.

«Angola perante a guerra. O grande movimento de solidariedade nesta província. Assistência aos mobilizados», *Jornal de Angola*, 26 de Agosto de 1916: 1.

«Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *Diário Nacional*, 22 de Dezembro de 1917: 1.

«Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Dia*, 9 de Abril de 1918: 2.

«A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Dia*, 23 de Abril de 1916: 1.

«A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra», *O Século*, 23 de Março de 1916: 1.

«Bailados», *Diário Nacional*, 2 de Abril de 1918: 3.

«Bailes Russos», *Diário Nacional*, 3 de Janeiro de 1918: 1.

Carta de Henriette Hulot, 17/12/1915, *A Semeadora*, n.º 7, 15 de Janeiro de 1916: 1.

«Colónia Agrícola Feminina de Alcobaça», *A Semeadora*, n.º 26, 15 de Agosto de 1917: 3.

Comissão Feminina «Pela Pátria», «A questão atual. A mulher e a guerra», *A Semeadora*, n.º 1, 15 de Julho de 1915: 1-2.

«As consequências da guerra. O auxílio devido aos órfãos. A ‘Casa Maternal’ como obra de assistência aos filhos dos mobilizados», *O Século*, 5 de Agosto de 1917: 1.

«Crónica», *Jornal das Senhoras*, n.º 1, 18 de Janeiro de 1896: 2.

«Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 1 de Abril de 1916: 1.

«Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 8 de Abril de 1916: 1.

«Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 7 de Março de 1917: 1.

«Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 28 de Abril de 1917: 3.

«Cruz Branca», *Gazeta de Coimbra*, 2 de Junho de 1917: 1.

«Cruzada das Mulheres Portuguesas. As suas escolas profissionais», *A Opinião*, 26 de Novembro de 1917: 1.

«Cruzada das Mulheres Portuguesas. O Instituto Clínico de Campolide», *República*, 22 de Julho de 1917: 1.

«Cruzada Mulheres Portuguesas. A primeira Casa do Trabalho», *República*, 7 de Maio de 1917: 1.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. Relatório Geral: 1917-1918. Lisboa: Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1919.

«Os cursos de enfermeiras que deviam abrir ontem não puderam ser inaugurados», *A Luta*, 13 de Abril de 1916: 1.

«Depois da catástrofe. Ciência e ternura. Eis o que acima de tudo é preciso para aproveitar os mutilados da guerra», *A Capital*, 30 de Novembro de 1917: 1.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- «Elegâncias. Recital no S. Carlos», *Diário Nacional*, 9 de Maio de 1917: 2.
- «Em face dos documentos. A obra da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra», *A Capital*, 19 de Dezembro de 1917: 2.
- «Foi ontem inaugurada a primeira Casa do Trabalho para as mulheres dos mobilizados. Cruzada das Mulheres Portuguesas», *A Manhã*, 07 de Maio de 1917: 1.
- Fragoso, Manuel «Pela Pátria», *O Mundo*, 26 de Março de 1916: 2.
- «A Grande Guerra. Bendita Cruzada. A atitude das mulheres portuguesas. Os trabalhos da grande comissão presidida pela esposa do chefe de Estado», *A Capital*, 3 de Abril de 1916: 1
- «Ideias patrióticas. A esposa do sr. Presidente da República diz à *Opinião* o que tem feito em favor dos aliados e dos nossos soldados em África. ‘Estou ao lado de todas as instituições patrióticas. Uma iniciativa generosa e humanitária’», *A Opinião*, 23 de Março de 1916: 1.
- «A iniciativa da esposa do chefe de Estado». *República*, 26 de Março de 1916: 1.
- «Iniciativas que marcam. O ‘Atelier’ do Pátio do Pimenta. Uma Cruzada de Caridade e de Patriotismo», *Diário Nacional*, 5 de Setembro de 1918: 1.
- «As interviews da ‘Opinião’. As senhoras portuguesas e os soldados que vão para a guerra. É uma instituição patriótica e humanitária, em que todos podem colaborar. Afirma-o o sr. Dr. Mello Breyner», *A Opinião*, 22 de Março de 1916: 2.
- «As ‘Interviews’ da ‘Opinião’. Ouvindo a sr.^a condessa de Ficalho. A Assistência das Senhoras Portuguesas às Vítimas da Guerra. Uma instituição patriótica e de caridade», *A Opinião*, 25 de Março de 1916: 2.
- M. S., «Portugal na guerra. Uma Cruzada Bendita. Está sendo construído um grande hospital para feridos – O dever dos que ficam perante os que partem», *Atlântida*, Suplemento ao n.º 21, 15 de Julho de 1917: I-IV.
- «Madrinhas de guerra», *Diário Nacional*, 20 de Março de 1917: 1.
- «Madrinhas de guerra», *O Século*, 18 de Abril de 1917: 1.
- Martins, Mário. «Madrinhas de guerra. Uma breve conversa com a Exm.^a Sr.^a D. Sofia de Melo Breyner», *A Ordem*, 10 de Maio de 1917: 1.
- «A mulher e a guerra», *O Século*, 25 de Março de 1916: 1.
- «A mulher e a guerra. A assistência, pelo trabalho, às famílias dos mobilizados. Madame António José de Almeida fala-nos da obra benemérita que amanhã se inaugura em Xabregas», *O Século*, 5 de Maio de 1917: 1.
- «As mulheres de Lisboa e a guerra», *O Primeiro de Janeiro*, 30 de Novembro de 1917: 1.
- «As mulheres de Lisboa e a guerra», *República*, 1 de Dezembro de 1917: 1.
- «Os mutilados da Guerra. Conferências Interaliados», *A Capital*, 14 de Julho de 1917: 1.
- «Os mutilados de guerra vão ter a sua escola profissional a expensas da benemérita Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, 12 de Abril de 1917: 1.
- «A nossa missão», *A Semeadora*, n.º 1, 15 de Julho de 1915: 1.
- «As nossas ‘interviews’. A Cruzada das Mulheres Portuguesas. Qual é o seu objectivo? Di-lo à *Opinião* a sr.^a D. Ana de Castro Osório: levantar o espírito nacional e chamar a mulher portuguesa ao desempenho do lugar que nesta hora lhe compete», *A Opinião*, 2 de Maio de 1916: 1.
- «A Obreia Patriótica», *Diário Nacional*, 2 de Maio de 1917:1.

- Osório, Ana de Castro. «Palestras às senhoras enfermeiras», *A Semeadora*, n.º 29, 15 de Novembro de 1917: 2-3.
- Osório, Ana de Castro. «O que será a acção da mulher», *Boletim Patriótico da Universidade Livre*, n.º 2, Outubro de 1917: 5.
- «Pela Cruzada. A Comissão de Enfermagem demite-se», *A Manhã*, 29 de Julho de 1917: 2.
- «Pelos nossos soldados. Cruzada das Mulheres de Portugal. O que será a grande comissão central presidida pela esposa do chefe de Estado», *O Século*, 23 de Março de 1916: 1.
- Pêpe. «Coisas do Mundo. Madrinhas de Guerra», *Diário Nacional*, 21 de Maio de 1917: 1.
- «O Policlínico da Cruzada das Mulheres Portuguesas. A visita da imprensa», *A Capital*, 30 de Novembro de 1917: 2.
- Pontes, José, «A favor aos mutilados. Assistência, sim, esmola, nunca. Indicações para aqueles que devem amparar os bravos da guerra», *A Capital*, 4 de Dezembro de 1919: 1.
- «Portugal em guerra. Constituiu-se a Grande Comissão. Uma Circular Patriótica-Adesões», *O Século*, 31 de Março de 1916: 1.
- «Portugal na guerra. Cruzada das Mulheres Portuguesas», *O Século*, 8 de Maio de 1916: 2.
- «Relatório apresentado pela direcção dos trabalhos realizados desde 17 de Maio de 1914», *A Semeadora*, n.º 9, 15 de Março de 1916: 3.
- Santos, António. «O 'Atelier' do Pátio do Pimenta», *O Liberal*, 19 de Maio de 1918: 2.
- «As senhoras portuguesas e a guerra». *Diário de Notícias*, 20 de Março de 1916: 1.
- «Teatro S. Carlos. Bailes Russos», *A Capital*, 3 de Janeiro de 1918: 3.
- «Uma bandeira para os soldados portugueses», *A Madrugada*, n.º 36, 31 de Outubro de 1914: 3.
- «Uma festa elegante», *Ilustração Portuguesa*, n.º 528, 3 de Abril de 1916: 244.
- «Uma iniciativa patriótica. Enfermeiras para os feridos de guerra», *O Século*, 25 de Março de 1917: 1.
- «Uma instituição modelar. O Policlínico da Cruzada. Fica não só o maior, como o mais perfeito de todos os hospitais portugueses», *A Capital*, 3 de Dezembro de 1917: 1.
- «Uma obra simpática», *O Século*, 25 de Março de 1916: 2.
- «Uma obra simpática. A Cruzada das Mulheres Portuguesas. O que até hoje tem feito a benemérita instituição, diz-no-lo numa entrevista a sua ilustre presidente», *A Capital*, 21 de Abril de 1917: 1.
- Vieira, Afonso Lopes, «Exortação da Guerra. Os tambores de Gil Vicente. Às senhoras portuguesas», *A Capital*, 22 de Março de 1916: 1.
- «Vieira Natividade», *A Semeadora*, n.º 31, 28 de Abril de 1918: 3.

Bibliografia

- Arendt, Hanna. *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d'Água, 2001.
- Caine, Barbara, e Glenda Sluga. *Gendering European History 1780-1920*. Londres e Nova Iorque: Leicester University Press, 2000.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Esteves, João. *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- Fell, Alison S., e Ingrid Sharp, dir. *The Women's Movement in Wartime: International Perspectives, 1914-1919*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- Freitas, Marília Viterbo, e Natividade Monteiro. «Ana José Guedes da Costa». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 33 (2015): 171-177.
- Monteiro, Natividade. «Associativismo feminista, um laboratório de cidadania». In *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos*, dir. AAVV, 133-148. Coimbra: Escrytos, Almedina.net, 2015.
- Monteiro, Natividade. «A Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Assistência aos feridos e mutilados de guerra (1916-1918)». In *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, coord. Luís Sá, e Manuela Rego, 25-44. Lisboa: BNP, 2016.
- Monteiro, Natividade. «Falar de paz em tempo de Guerra: Feminismo, pacifismo e nacionalismo (1914-1918)». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 41 (2019): 67-85.
- Monteiro, Natividade. «Filomena Nogueira de Oliveira». In *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 303. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Monteiro, Natividade. «Maria Antónia Ferreira Pinto. Aristocrata e tenente do exército português na I Guerra Mundial». *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 38 (2017): 189-194.
- Monteiro, Natividade. «Maria da Conceição Gonçalves». In *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 552-553. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Monteiro, Natividade. «Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte». In *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 771-779. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Monteiro, Natividade. «'Pela Pátria e pela República'. As mulheres republicanas e a I Guerra Mundial». In *Mulheres na 1.ª República: Percursos, Conquistas e Derrotas*, coord. Zília Osório de Castro, João Esteves, e Natividade Monteiro, 179-215. Lisboa: Colibri, 2011.
- Schiavon, Emma. *Interventiste nella Grande guerra: Assistenza, propaganda, lotta per i diritti a Milano e in Italia (1911-1919)*. Firenze: Le Monnier, 2015.
- Thébaud, Françoise. *Les femmes au temps de la guerre de 14*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2013.
- Viana, Maria Adelaide Couto, et al., ed. *Gil Vicente: Gigantes da Literatura Universal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

Ana Costa Lopes

Capítulo 5

A Associação das Antigas Alunas do *Instituto de Odivelas* desde 1919

Introdução

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmónico e conjugado das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a sua plenitude. E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade fazendo com que a acção contínua, incessante e persistente da educação atinja o ser humano sob o tríplice aspecto: físico, intelectual e moral. Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria-prima de todas as pátrias.¹

A história do *Instituto de Odivelas* (IO) denominação actual com que é habitualmente conhecido, é longa e diversificada em múltiplos aspectos, tendo também para tal contribuído a sua transição por

¹ Direcção Geral da Instrução Primária, Decreto-Lei de 29 de Março de 1911, 3.º Parágrafo (Preâmbulo do Decreto de 29 de Março de 1911). Agradeço muito a Joaquina Cadete Philimore e Maria Antonieta Cabanas, Presidentes da *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIIO), todo o apoio dado para esta investigação, assim como à bibliotecária do *Colégio Militar*, Maria Helena Araújo.

diversos regimes políticos: Monarquia, República e Estado Novo.² Salientamos o singular papel de diversas figuras como o infante Dom Afonso, na fundação do IO, denominado primeiramente de *Instituto Infante Dom Afonso* (IIDA, 1898-1899) e, posteriormente, em 1911, *Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (IFET).³ Mas, com o novo director, o coronel Frederico Ferreira de Simas empossado, em 1919, já na República, começaria outro percurso no IFET. Graças a este pedagogo e à sua equipa, as meninas de Odivelas teriam uma invulgar e privilegiada educação que lhes permitiu ser protagonistas de um inusitado acto, logo nos inícios de Novecentos, a fundação da sua própria Associação das Antigas Alunas. Ao nos depararmos com estes inabituais projectos educativos, por iniciativa de militares, ocorreram-nos diversas questões: o que moveu os militares, num país tão conservador, a fundar um internato escolar, o IIDA, para a educação «gratuita das órfãs de oficiais do exército activo e da armada e dos quadros ultramarinos»?⁴ A concepção de um colégio semelhante ao dos rapazes, o *Colégio Militar*, já existente desde o início de Oitocentos, partiu do capitão Alfredo António Alves, que fazia parte do grupo de oficiais do Regimento n.º1 de Infantaria da rainha Dona Maria Pia de Saboia. Na verdade, as instituições educativas militares estavam vocacionadas, desde 1803, para rapazes, vide o *Colégio da Feitoria/(Real)Colégio Militar* e posteriormente o *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército*, 1911, também com Associações de Antigos Alunos, o primeiro com estatutos desde 1903 e o segundo desde 1932. Motivaram-se os militares naquele exemplo ou seguiram o modelo francês da *Maison d'éducation de la légion d'honneur* (1805) destinado às filhas (*petites-filles et arrière-petites-filles des décorés français et étrangers*) dos oficiais franceses mortos em combate ou por doença? Ou ficou-se a dever à grave situação económica e política que Portugal atravessava salvando, assim, da ignorância e da indigência as órfãs de

² A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990.

³ Nasceu a ideia do IIDA, em 1898, (Decreto-Lei de 9 Março de 1899) com o apoio da rainha Dona Maria de Saboia e seu filho, o infante Dom Afonso.

⁴ Excerto do Artigo 2.º dos *Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso* (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto-Lei de 9 de Março de 1899; Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral. 3ª Repartição (1904). Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto-Lei de 11 de Maio de 1904. Lisboa: Imprensa Nacional, 5.

famílias muito carenciadas do exército activo e da armada, viúvas sem quaisquer recursos que as não poderiam educar? O seu recolhimento tornou-se uma imperiosa necessidade, suprimindo mais uma ineptidão dos governos; provavelmente, outro motivo para a sua fundação. Ou foi tudo, em conjunto, determinante? E essa improficiência dos governos patente igualmente a nível da educação foi, no IIDA, exemplarmente compensada, com uma educação de excelência durante toda a sua vida. Contribuiu também para isso, o facto de terem enveredado pela *Educação Nova*, a mais moderna da altura. O trajecto do IIDA, dos diversos directores e equipas, ao longo de mais um século, respondem a estas perguntas. Para entendermos a especificidade da história da Associação das Antigas Alunas do IO, denominada *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIIO) a partir de 1942, utilizaremos como referência as supracitadas instituições. Analisaremos a ideologia vigente na gestão do IO, fruto de uma nova e determinante direcção pedagógica e política; descortinaremos o que esteve subjacente a esta iniciativa e aos seus dirigentes; quem por ela foi responsável e suas consequências até ao 25 de Abril de 1974.

Génese da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas: o Instituto Infante Dom Afonso e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho

Decorridos 96 anos da fundação do *Colégio Militar*, os oficiais, com o beneplácito e apoio da família real, entre 1898-1910, repetiram o procedimento no IIDA, mudada, com a Primeira República, a designação para *Instituto Torre e Espada* (ITE), em 1910, e IFET em 1911; e posteriormente, em 1942, para IO até à actualidade.⁵ Ao educar

⁵ «Sob a protecção de Suas Majestades e Altezas [Dona Maria Pia de Saboia e o Infante Dom Afonso] é criado um colégio para instrução e educação de filhas [...] de oficiais combatentes e não combatentes da armada e dos exércitos do reino e do ultramar, com a finalidade, [...] de dar às alunas a necessária educação moral e religiosa, uma instrução geral e, além disso, a instrução profissional que possa, de futuro, criar-lhes os precisos meios de subsistência.», Excerto do Artigo 2.º dos *Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso*, (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto-Lei de 9 de Março de 1899.

gratuitamente ou com propinas simbólicas as órfãs de militares, quase na maioria de famílias humildes incluindo as da guerra de 1914-1918, deram-lhes oportunidades únicas de se instruírem.⁶

O IIDA era «um estabelecimento destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino», algo que não acontecia à maioria das crianças das classes menos abastadas e também da classe média.⁷ Num país paupérrimo, deram-lhes vestuário, constante apoio médico, cuidada alimentação, garantas de um bom desenvolvimento físico e intelectual, aspectos de não somenos importância para o crescimento das crianças.⁸ E frequentar uma escola, quando as havia, era um luxo, uma fantasia, ou uma inutilidade, para muitos. Os quadros apresentados por Luís Alberto Marques Alves são disso testemunho ao concluir que em 1890 «76% da população portuguesa maior de 7 anos não sabia ler e escrever».⁹ Outra informação relevante de 1911 indica que «só 43,5 por cento das crianças recenseadas frequenta[ra]m a escola primária oficial, percentagem que desce em 1918-1919 para uns incríveis 25,7 por cento».¹⁰ Acrescenta ainda António Candeias na sua tese de doutoramento em Ciências da Educação que, neste período, «só um em cada três rapazes com idades entre os 7 e os 14 anos frequenta[vam] a escola oficial, sendo que só uma em cada cinco raparigas se encontrariam nos bancos desta mesma escola».¹¹ Ao analfabetismo endémico juntavam-se os desvios sociais; a degenerescência física, moral e cultural de muitos jovens

⁶ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, 1920-1921 (Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921), 17.

⁷ Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete (1915). *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Decreto-Lei n.º 1 868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4/9/1915 (Lisboa: Imprensa Nacional), 5.

⁸ Frederico Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, 1920-1921 (Lisboa: Féris, 1925), 12.

⁹ Luís Alberto Marques Alves, *História da Educação: Uma introdução* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 94.

¹⁰ António Candeias, «Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930» (tese de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de História da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1992, 2 vols., vol. 1), 331, <https://hdl.handle.net/10216/53624>. Esta tese foi publicada em livro: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930* (Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1994).

¹¹ António Candeias, «Educar de outra forma...», 331.

pobres, alguns/mas órfãos/ãs. Não faltaram pedagogos/as, professores/as ou jornalistas como Alice Pestana (1860-1929), Maria Antónia Pusich (1805-1883), Dom António da Costa (1824-1892), António Faria de Vasconcelos (1880-1930), Francisca Wood (1802-1900), João de Deus (1830-1898), João de Deus Ramos (1878-1953), a chamarem a atenção para isto, lutando desde Oitocentos nos periódicos e fora deles para elidir estas dificuldades e apontar soluções. Não escasseou legislação a este respeito como as de Dom António da Costa (1870), Costa Cabral (1844), Mouzinho de Albuquerque (1823), Rodrigues Sampaio (1878), Silva Passos (1836); nem interessados em providenciar a educação e o progresso da população de ambos os sexos.

O que fracassou neste processo e o que se fez no IIDA/IFET, em Odívelas, para que nada falhasse? Os políticos Oitocentistas, embora defendessem e propagassem a bandeira da educação adiaram este grande projecto. Para além de não terem feito reformas substanciais: «É hoje um ponto assente, que as condições económicas e sociais do século XIX português, a que se acrescentam, na nossa opinião, a mediocridade dos homens de Estado portugueses da época, não foram de modo algum propícias à massificação do ensino básico no País».¹² Foi no período da Primeira República que os republicanos aceleraram as metas educativas para a população. Em Odívelas sempre se privilegiou uma exigente e actualizada educação continuada na República até 2015, altura em que o IO, antigo IFET, foi fechado e as alunas integradas no *Colégio Militar*.

Os militares intervieram para o êxito deste internato, a começar com o coronel Frederico Ferreira de Simas (1872-1945). Duas vezes ministro da Instrução Pública, figura incontornável desta área, foi empossado, em 1919, como director do IFET, mas já antes estava ligado a esta escola. Começou o seu mandato com uma importante iniciativa; a criação de uma associação de alunas. Não é ocasião para desenvolver aqui o estudo prosopográfico realizado sobre o director e a sua equipa, os seus currículos, funções e cargos relevantes, as actividades na escola do IFET, responsáveis pela excelência desta e que nos fazem entender parte da história do Instituto e da Associação. Está tudo interligado aos objectivos pedagógicos e políticos destes republicanos/as, maçons e maçónicas. Eles/as formavam, no

¹² Candeias, «Educar de outra forma...», 152-153.

Instituto, uma espécie de «família restrita» e «alargada» fora dele. Multiplicavam o seu trabalho e actividades políticas por outras instituições e com pessoas igualmente empenhadas, algumas com responsabilidades em diversas organizações educativas, maçónicas ou outras, mas com os mesmos objectivos, numa grande cumplicidade. Combatendo intensamente o analfabetismo, inimigo do progresso da população, cumpriam «aceleradamente» o programa republicano e maçónico, segundo eles/as, responsável pela mudança de mentalidades. Para tal, optaram por novas metodologias e novas práticas de ensino para esta instituição.

Escola Nova: actividades dos/as docentes e projectos curriculares

Na verdade, para melhor formar estas cidadãs do IFET, 300 em 1920, Frederico Ferreira de Simas seguiu, como outros, a metodologia da *Escola Nova*, não propriamente nova, com raízes nos princípios de Friedrich Fröebel (1782-1852) e de Maria Montessori (1870-1952), já aplicada por João de Deus nos seus jardins escolas.¹³ E Casimiro Freire (1843-1918), em 1882, fundou a *Associação de Escolas Móveis* pelo método de João de Deus.¹⁴ Com António Nóvoa resumimos as ideias da *Escola Nova*:

Aqui estão, com toda a simplicidade, quatro pontos nucleares da nova educação: a relação com a natureza e com uma vida saudável; a criança, a sua experiência e o seu interesse como elementos centrais do trabalho pedagógico; a defesa de uma educação integral, se possível em internatos que recriem o ambiente familiar; o princípio do auto-governo, o famoso *self-government*.¹⁵

¹³ Simas, «Relatório da direcção», ..., 3. Outras escolas a seguiram: Em Lisboa a *Casa Pia* e o *Instituto dos Pupilos do Exército*; No Porto, a *Escola Comercial Raul Dória* e o *Instituto Moderno*; Em Coimbra, o *Colégio Moderno* e a *Escola Agrícola*, de entre tantas outras, que enveredaram por este modelo pedagógico.

¹⁴ O 1.º Jardim Infantil de Fröebel, Jardim da Estrela, data de 1882.

¹⁵ António Nóvoa, *A Educação Portuguesa Corpus Documental (Séculos XIX-XX)* (Vila Nova de Gaia: Edições Asa, 2005), 57.

Segundo Frederico Ferreira de Simas «ou da *City-school* [...] experimentado por toda a gente com o melhor resultado»: e de uma educação longe dos castigos, mas com admoestações.¹⁶ Uma experiência pedagógica defendida por todos/as e antecipada no estrangeiro por António de Sena Faria de Vasconcelos Azevedo (1880-1939) que fundou a escola de Bierges-les-Wavre na Bélgica (1912) explorando o novo método. Este foi seguido em muitos países, inclusive na Suíça, onde António de Sena Faria de Vasconcelos viveu e colaborou com Adolphe Ferrière (1879-1960), «o rosto vivo do Movimento da *Escola Nova* à escala mundial – Director do *Bureau International des Écoles Nouvelles*».¹⁷ Desse trabalho resultou a publicação de um livro intitulado *Une école nouvelle en Belgique*.¹⁸ A obra teve muito sucesso sendo traduzida para diversas línguas – para a portuguesa apenas, em 2015, aquando do seu centenário – havendo intercâmbios entre este autor e os seus seguidores. O pedagogo suíço Adolphe Ferrière prefaciou-lhe o livro, elucidando aí as características desta escola tais como: «[devia] estar situada no *campo*, o ensino partir da experiência e ser enriquecido pelo *trabalho manual*, haver um regime de *autonomia* dos alunos e cumprirem-se pelo menos metade dos princípios que caracterizam a Escola Nova».¹⁹ Muitas destas características podem ser atribuídas ao internato do IFET. Adolphe Ferrière, a convite de Frederico Ferreira de Simas, visitaria o IFET no âmbito de um permanente intercâmbio de ideias e de pessoas. Mais sabemos da actividade intelectual e profissional de Frederico Ferreira de Simas através de Virgínia Paccetti, uma antiga aluna, relatando ter o coronel procedido «no estrangeiro, ao estudo de organização de Escolas (Inglaterra, Holanda, Dinamarca) e desempenhou, em Portugal, funções de organização, inspecção e elaboração de programas do ensino liceal,

¹⁶ Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», *Anuário do Instituto Feminino...*, 1920-1921..., 8 e 9.

¹⁷ Manuel Ferreira-Patricio, em António de Sena Faria de Vasconcelos, *Uma Escola Nova na Bélgica...*

¹⁸ Adolphe Ferrière (Prefácio), em António de Sena Faria de Vasconcelos, *Une école nouvelle en Belgique*, (Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915), 7-20; ed., António de Sena Faria de Vasconcelos, e trad. Carlos Meireles-Coelho, Ana Cotovia, e Lúcia Ferreira, *Uma Escola Nova na Bélgica* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015).

¹⁹ António de Sena Faria de Vasconcelos, ed., *Uma Escola Nova na Bélgica...*, 8.

técnico e superior».²⁰ Essa experiência fê-lo apostar, por certo, na formação contínua dos/as docentes aqui e no estrangeiro, através de bolsas na Alemanha, na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda e na Suíça, algo assaz profícuo.²¹ Na consulta de alguns poucos relatórios das missões, por estarem ainda indisponíveis, a matéria dessas missões, aqui não desenvolvida, relata pormenorizadamente a observação do funcionamento da escola, o estudo dos programas, dos cursos, etc., descrevendo-os, criticando e comparando-os com os do IFET entre outros. Estas visitas pedagógicas foram deveras úteis; fulcrais para o entendimento do funcionamento desta escola, sua internacionalização e, também, por salientarem a excelência da educação constatada pelos docentes do IFET aquando bolseiros/as no estrangeiro.²² Do mesmo modo se referiu a esta excelência em congressos internacionais, a ilustre médica escolar deste Instituto, a republicana, feminista e maçónica Adelaide Cabete (1867-1935).²³ Esta foi, também, no IFET, formadora, conferencista e docente «de Higiene e Puericultura, Anatomia e Fisiologia, dando ainda alguma educação sexual às alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho».²⁴

O *Anuário de 1920-1921* dá igualmente conta da evolução da escola ao comparar as duas fases (1900-1910, 1910-1921): «Radicalmente transformado pela República o antigo IIDA, [tornou-se n]uma escola verdadeiramente profissional».²⁵ Mais elucida a opção do director: «O ensino é feito pelos mais modernos processos pedagógicos» seguindo principalmente o material da pedagoga Maria Montessori

²⁰ Virgínia Paccetti, *A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (Odivelas: 1987, policopiado), 119.

²¹ Consultados os relatórios de J. Santos Correia, *Missão de Estudo à Suíça em 1925* (Lisboa: Férin, 1927); Alberto David Branquinho, *Relatório da Missão de Estudo à Alemanha realizada em Maio e Junho de 1922*; Alberto David Branquinho, Arquivo Histórico Militar, Fundo 3, Série 5.20, Caixa n.º 76.

²² Apenas tivemos acesso aos relatórios das docentes Maria do Carmo Magalhães e de Guilhermina Trindade através da obra de Cesaltina do Nascimento Silva e Maria Noémia de Melo Leitão, *Instituto de Odivelas: 90 Anos ao Serviço da Educação*, (Lisboa: CEGRAF/Ex., 1990).

²³ Ver os capítulos 1, 2 e 3 deste livro. Isabel Lousada, «A batalha de Adelaide Cabete em *A Batalha* –higienismo no feminino» (2009) <http://hdl.handle.net/10362/2570>

²⁴ «História 1910-1942», em *A História Não se Apaga*. <https://meninasdeodivelas.wordpress.com/historia-1910-1942/>

²⁵ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 4.

recorrendo também a professoras das Escolas Móveis.²⁶ Puderam as alunas frequentar os cursos do Primário Superior; os Preparatórios para a Escola de Correios e Telégrafos e de Educação Integral (com a valorização da educação física, da educação artística e dos trabalhos manuais), os de preceptoras e os do magistério; cursos de costura, bordados, de tapetes de Arraiolos, possibilitando-lhes um meio de subsistência como nos informa Alberto David Branquinho no relatório anual do *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*.²⁷

A este respeito, o historiador Joaquim Pintassilgo conclui que o director pretendeu

actualizar as concepções relativas à educação da mulher e introduzir um conjunto de inovações pedagógicas derivadas da influência da chamada Educação Nova. Para além do ensino primário e do curso geral dos liceus, vão funcionar [...] entre outros, cursos de empregadas de escritório e do comércio [...] auxiliares de química, de artes e ofícios.²⁸

Para além disto, o director manteve e criou diversos cursos profissionais actualizando-os através dos institutos profissionais, fundados na altura.²⁹ O IFET foi o primeiro a criar um «curso comercial feminino no nosso país, tal como outros cursos técnicos» dos mais frequentados pelas alunas na década de 20.³⁰ A Mutualidade Escolar *Futuro* (uma Associação de Socorros Mútuos, 1920,³¹ a *Cooperativa Escolar* (Sociedade Anónima, 1926),³² a *Caixa Económica Escolar* (1904) «contribui[ram] poderosamente para a educação social das

²⁶ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 16 e 17.

²⁷ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector, de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 17 e 20.

²⁸ Joaquim Pintassilgo, «O coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal», <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8350>, (7-7-2021).

²⁹ Ney Matta, «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 51.

³⁰ Matta, «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 52. Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 19.

³¹ Alvará do antigo Ministério das Finanças, 12 de Março 1920 e com alterações do Despacho do Ministério das Finanças, 21 de Abril de 1922.

³² Aprovado 10-5-1926 e 28-3-1926. Integradas, em 1944, no Centro Escolar da Mocidade Portuguesa, sendo a directora Aida da Conceição.

alunas»,³³ para o culto das «virtudes cívicas»; e também para praticarem o «seu desenvolvimento na parte de contabilidade e escrituração [...] [entregando-lhes o director] a escritura da Mutualidade Escolar, da Caixa Económica, da Cooperativa Escolar, [e da Associação das Antigas Alunas] que revestem ainda um alto valor educativo».³⁴ O coronel atribuiu às associadas da Associação das Antigas Alunas funções habitualmente destinadas a adultos do sexo masculino. Para completar estas tarefas as alunas vendiam os trabalhos dos cursos de Artes e Ofícios e recebiam «salários que [...] engrossa[vam] os seus depósitos na Caixa Económica Escolar ou garant[iam] os seus dotes na Mutualidade [...] Pode [...] dizer-se que, em média, as oficinas contribuíram com 72\$00 mensais para a garantia do futuro das alunas».³⁵ E, assim, beneficiavam a Associação das Antigas Alunas, outras associações e elas próprias.

Estas associações foram «fundadas num [...] propósito de previdência e tão vantajosas pelos benefícios que trazem de futuro às suas associadas como o demonstram os respectivos estatutos».³⁶ Está patente em todas as circunstâncias uma preocupação com uma educação completa aproveitando tudo para iniciar as alunas em outras funções dentro e fora da escola. Estivessem mais anuários e relatórios das missões dos professores disponíveis para consulta, imprescindíveis para este estudo, mais conclusões apresentaríamos.

Regressamos sempre às perguntas iniciais deste trabalho: o que moveu estes militares a criar uma Associação das Antigas Alunas, algo tão progressista e incomum num país tão conservador? Foram, por certo, ainda outras circunstâncias como a ideologia republicana para «fazer cidadã[s], essa matéria-prima de todas as pátrias»³⁷; para as educar e formar com tudo o que isso implicava; os aspectos pedagógicos, já aludidos, fomentadores do incremento da responsabilidade,

³³ Ferreira de Simas, «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 12.

³⁴ Alberto David Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 19.

³⁵ Branquinho, «Relatório...», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 21.

³⁶ Eduardo Andermatt da Silva, «Vida escolar», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1921, 49.

³⁷ Direcção Geral da Instrução Primária, (Preâmbulo do Decreto-Lei de 29 de Março de 1911, 3.º Parágrafo).

solidariedade e da autonomia; a protecção do futuro das alunas; o exercício da democracia e da igualdade, afinal, tudo, também preparações para os cargos na associação. O mutualismo, já existente, em Oitocentos, serviu ao director e à sua equipa para as educar correctamente.

O mutualismo e as associações no *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*

Por contraste, e para entender o alcance da iniciativa de Frederico Ferreira de Simas tivemos em conta certos aspectos particulares da história do mutualismo português, evidentemente, de forma muito sintética, destacando apenas alguns pontos como o papel das associações, seus direitos e competências, a possibilidade de exercer o voto. O contraste com as associações anteriores às do IFET elucidará o avanço da Associação das Antigas Alunas, logo, em 1919.

Na verdade, havia todos os motivos para implementar o mutualismo no IFET, pois, os governos liberais e, também, os republicanos já apoiavam o direito de associação «enfatizando o seu carácter providencialista dada a utilidade para a sociedade portuguesa».³⁸ Esta deparava-se com «problemas sociais suscitados pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e pelas inevitáveis consequências negativas no que se refere às deficientes condições de vida de largas camadas da população trabalhadora».³⁹

Logo em 1840, e baseado em Saint-Simon, Fourier e Owen, defende Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) o *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriosas*, destinado ao auxílio social e económico dos/as mais carenciados/as. Incluía a instrução profissional dos dois sexos dessas classes, e dos/das órfãos/ãs e expostos/as, provendo-lhes educação para exercerem um trabalho, também para o sexo feminino, através das artes e ofícios, correspondentes

³⁸ Ana Paula Rocha da Costa Saraiva, «Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX», (tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Lisboa, Iscte/IUL, 2011), 85.

³⁹ José Luís Cardoso, e Maria Manuela Rocha, «O Seguro Social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente», *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192 (2009): 442.

a bordados, rendas, fabrico de tapetes: projecto duplamente progressista e ambicioso, na época em questão, pela inclusão das raparigas.⁴⁰

Lembramos existirem, em Oitocentos, associações mutualistas, algumas encarregadas de ministrar a educação: a *Associação das Escolas Móveis* de Casimiro Freire (1882), a *Associação Sociedade Promotora de Educação Popular* (Voz do Operário, 1883), e também associações de professores. A defesa do mutualismo de Silvestre Pinheiro Ferreira floresceu e contou com Antero de Quental, Herculano, Costa Goodolfim, Domingos da Cruz, Jaime Magalhães Lima, Lopes de Mendonça, Oliveira Martins, entre outros, mas sem grandes preocupações das mulheres como nos elucidava Virgínia Baptista. Da sua tese de doutoramento publicada em livro sob o título *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal* (1880-1943) interessou-nos, acima de tudo, a parte relativa às diferenças de regulamentos para cada um dos sexos.⁴¹ Explica Virgínia Baptista que os estatutos de associações mistas permitiram socorrer as mulheres «na doença, na incapacidade, ares de campo e mar, funerais», mas excluíram, durante um certo tempo, os partos: «Socorros tiveram sem dúvida, mas não igualaram os dos associados masculinos».⁴² Até à República, a situação da quase maioria das casadas nas associações era a seguinte: sem direitos estavam impedidas de participar activamente nas associações, de «exercer cargos sociais, ser eleitor[as] e elegíveis».⁴³ Dependiam ainda da autorização dos cônjuges para participar nos corpos gerentes e do usufruto de benefícios, alguns essenciais como os referentes à maternidade.⁴⁴ O Código Civil (1867-1965) advogando a desigualdade, a discriminação, excluía, evidentemente, os direitos das associadas. Sem capacidade jurídica nas associações mutualistas cabia ao sexo masculino representá-las. Se o Censo de 1898 nos indica haver poucas sócias, por outro lado, o Gráfico 2.3, baseado em Guilherme de Santa-Rita (1901) aponta as grandes restrições impostas

⁴⁰ Silvestre Pinheiro Ferreira, *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriais*, (Paris: Rey & Gravier, 1840): X, XIII, e 77.

⁴¹ Virgínia Baptista, *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal (1880-1943)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016).

⁴² Virgínia Baptista, «Participação feminina no movimento mutualista. Do final da Monarquia ao Estado Novo», *Ler História*, 62, 2012, <http://journals.openedition.org/lerhistoria/553>.

⁴³ Baptista, «Participação feminina...».

⁴⁴ Baptista, «Participação feminina...».

às mulheres na fruição dos recursos das associações, fruto da legislação e da mentalidade da época.⁴⁵ Salvo raras exceções, o século XIX assistiu à participação feminina nas associações quando os estatutos o permitiram. É o caso dos Estatutos do *Montepio de Nossa Senhora do Socorro* (Lisboa, 1883), assinados aqueles pela presidente viscondessa de Carvalho (cargo provisório) coadjuvada por Joana Oliveira, eleita secretária. E, em 1902, apesar das exceções, como a *Associação de Socorros Mútuos dos Professores Primários Oficiais* (Lisboa, 1902), com uma população de uma classe e profissão completamente diferentes da das operárias, das 38% de associadas, só Rosa Aurélia Ferreira pertenceu à direcção. Até ao final da Primeira Guerra Mundial «na esmagadora maioria das associações mistas ficou-lhes vedada a participação nas assembleias gerais», legislação alterada em 1919.⁴⁶ Mas Virgínia Baptista refere, ainda, que

As mulheres tinham contra si a legislação civil que se refletia nas leis estatutárias das associações mistas que, na maioria, não eram livres nem democráticas para elas. Socorros tiveram sem dúvida, mas não igualaram os dos associados masculinos e só algumas associações particularizaram a sua condição de trabalhadoras e mães.⁴⁷

E isto estava relacionado com outros aspectos, como esta investigadora bem sublinha:

Também o mutualismo fazia eco da subalternização da mulher na família e no mercado de trabalho; em grande parte a conceção da protecção e dos direitos das mutualistas eram fruto das visões da época que ligava as suas necessidades à situação de elementos dependentes do agregado familiar, sendo em regra o elemento masculino o ganha-pão da família.⁴⁸

Apesar disto, certas mulheres filiaram-se e trabalharam em algumas associações como é o caso de Angelina Vidal. Esta foi sócia

⁴⁵ Saraiva, «Associativismo...», 69. Guilherme Augusto de Santa-Rita, *O Socorro Mútuo em Lisboa: Relatório-Estudo* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1901), citado em Saraiva, «Associativismo...», 85.

⁴⁶ Baptista, *Protecção...*, 324.

⁴⁷ Baptista, «Participação...».

⁴⁸ Baptista, «Participação...».

efectiva da Oitocentista *Associação de Socorros Mútuos Autonomia das Senhoras*, juntando-se a ela Maria da Conceição Mota e Sousa, Elisa Maria das Dores Mota, Amélia de Sousa, entre outras; Maria Veleda (1871-1955), pertencente à *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), delegada, em 1916, da *Associação Fraternidade das Senhoras* (1888) representando a sua associação no *Segundo Congresso Nacional da Mutualidade*. Na mesma vertente, Sara Beirão, presidente do CNMP (1936-1941) discursou, em 1933, na sede desta associação durante a *Semana Mutualista*.⁴⁹

A colaboração das associadas Novecentistas, antes da República, independentemente da sua intervenção, prenunciava uma rápida mudança do que se avizinhava, por uns tempos... e ela aconteceu com aquelas feministas e republicanas praticando o reverso das anteriores. Começou com Alice Pestana fundadora da *Liga para a Paz* (1899), seguindo-se muitas associações como a LRMP (1908). Todas se bateriam «pelo sufrágio universal, pelos direitos civis das mulheres no casamento, por direitos laborais (salários iguais entre homens e mulheres) ou condições especiais para as [...] grávidas [...], pela alfabetização e formação profissional das raparigas, e por direitos sexuais».⁵⁰

O surgimento de associações e agremiações femininas concretizou-se em força contando também com docentes do IFET. Não é de estranhar, dada a cumplicidade e objectivos comuns destes republicanos/as, inseridos em todos os lugares, que a AAAIO e a *Associação de Professores de Odivelas* se agremiassem ao CNMP, com Domicília Xavier e Deolinda Santos como delegadas da *Associação de Professores de Odivelas*; e Alice Brito e Branca Nunes como delegadas da Associação das Antigas Alunas. Isto concretizou-se durante a direcção de Frederico Ferreira de Simas (1919-1941) do IFET, por certo, com influência de Adelaide Cabete, também na presidência do CNMP e docente do referido Instituto, juntamente com sua irmã, Maria Brazão, estomatologista, ambas aqui médicas desde 1913.⁵¹ Adelaide Cabete foi

⁴⁹ Baptista, *Proteção...*, 325.

⁵⁰ Anne Cova, Vanda Gorjão, e Isabel Freire, «Cem anos de lutas femininas e feministas em Portugal: o exemplo das pioneiras», *Série Ciências Sociais em Público* (XXVI) – Análise, *Público*, 27 de Setembro de 2020.

⁵¹ Maria Brasão e Adelaide Cabete fizeram parte dos quadros de pessoal do Instituto de Odivelas. Cf. «Pessoal do Instituto», em *Anuário do Instituto Feminino...*, 1925: 105 (Por Decreto-Lei de 11 de Dezembro de 1915).

também fundadora responsável pelas *Ligas de Bondade* (1923) e contou com dois docentes do IFET, Alberto David Branquinho e Melo Vieira, como vogais. Estas *Ligas de Bondade* e a *Liga Portuguesa Abolicionista* (1926) queriam educar, instruir e proteger a população jovem «fortalece[ndo] a [sua] educação moral» para serem excelentes cidadãos/ãs e patriotas.⁵²

Seria importante destacar muitas mais associações femininas desta altura, mas não cabe aqui fazê-lo. Lembramos as associações estudantis já existentes como a *Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar* (1903); a dos *Pupilos do Exército* (1932); e *A Solidária* (1909-1920) da afamada *Escola Oficina n.º 1* (Lisboa, 1905) fundada por maçons e republicanos. Formava esta marceneiros/carpinteiros, passando a mista, em 1913. Na *Escola Oficina* praticava-se o *self-government*, gerindo os alunos parte da escola e das suas actividades. Esta era a metodologia da *Escola Nova*, adoptada, na Casa Pia, no IFET, e outras. Muitos/as docentes do IFET eram assíduos/as das associações de Adelaide Cabete ora como sócios/as ora como colaboradores/as ora com cargos como já visto.

Já se percebeu que, muitas das respostas para o surgimento da Associação das Antigas Alunas e das actividades do IO estão interligadas aos ideais políticos e maçónicos, à educação ministrada nesta escola, à contínua formação e actualização de conhecimentos do director e restantes professores/as; à capacidade de encontrar as melhores soluções para o futuro social e económico das jovens do IFET que incluía a prática nas associações; à criação de um lar para as alunas; à sua formação moral. Falta acrescentar que, como todos os republicanos, Frederico Ferreira de Simas, adepto do mutualismo, fundou outras associações no seu Instituto como a mutualidade escolar *Futuro* (1920), vocacionada para entregar dotes às jovens, dinheiro para roupas, diplomas, propinas, livros e outras despesas, aqui não

⁵² Adelaide Cabete, «Seleção humana», *Alma Feminina*, n.º 3-4, Março-Abril (1931): 1; n.º 5-6, Maio-Junho (1931): 20-22; n.º 6-7 Julho-Agosto (1931): 27-28 em Isabel Lousada, «Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da Res publica» (2009) com a transcrição integral em Apêndice do texto da Seleção humana. <https://run.unl.pt/handle/10362/2598>. s.p.; «Ligas de Bondade», *Alma Feminina*, n.º 9-10, Setembro-Outubro (1923): 46-48 ; A *Alma Feminina*, órgão do CNMP, dedicou um número especial às Teses, n.º 3 (1926) e outro ao «Relatório do Congresso Abolicionista Português», com as intervenções de todas as sessões, n.º 4 (1926). Sobre as *Ligas de Bondade* e a *Liga Portuguesa Abolicionista* ver o capítulo 1 deste livro.

referidas.⁵³ Focámo-nos na fundação da Associação das Antigas Alunas do IO seguindo a história desta associação acompanhando alguns aspectos até à actualidade.

A fundação de uma nova associação em Portugal: a Associação das Antigas Alunas do *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*

Mal começou a dirigir o Instituto, em 1919, o director incumbiu, de Inglaterra, a aluna Maria João de Lemos Luna a «pôr em prática a sua ideia de criar a nossa Associação» auxiliada pelo Eduardo Andermatt da Silva.⁵⁴ Este elaborou o projecto dos estatutos e entregou-os, posteriormente, a Maria João de Lemos Luna e ao grupo de alunas do «Curso X» para a sua criação, em conjunto, com o director que os sancionou após aprovação do texto.⁵⁵ Aceite a fundação da associação pelo próprio governo «de que faziam parte professores do Instituto» e respeitando todas as exigências legais foi depositado no Governo Civil de Lisboa.⁵⁶ O manuscrito encontra-se na casa da AAAIO/Lar. Não é por acaso que a história desta associação do IFET se iniciou com uma aluna que, paradigmática e simbolicamente, representa aquilo que o director e o seu grupo desejavam para estas órfãs de acordo com os seus ideais republicanos e maçónicos, coadjuvados também pela metodologia da *Escola Nova*.⁵⁷

Consultámos as 13 páginas, 10 capítulos e diversos artigos dos primeiros *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET* (1919). Está, também, incluída uma cópia para emissão de cartões de admissão de sócias. Deste conjunto apenas referiremos alguns dos seus artigos por muitos serem comuns aos de outras associações e não merecerem

⁵³ Virgínia Paccetti, «Ser amiga é ser irmã», em *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Virgínia Paccetti, Rosete Milheiro, e Maria Noémia Leitão (Lisboa: AAAIO, 2014): 11.

⁵⁴ Virgínia Paccetti, *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (Lisboa: 1987): 69, (policopiado).

⁵⁵ Paccetti, «Ser amiga...», 7.

⁵⁶ Paccetti, *Associação das Antigas Alunas...*, 69.

⁵⁷ Paccetti, «Ser amiga...», 7.

destaque. A comparação com os resultados do trabalho de Virgínia Baptista mostra-nos, ao contrário das outras associadas, as oportunidades dadas a estas jovens, assim como os seus direitos e deveres. Tratam os *Estatutos* «Dos fins da associação», «Dos fundos», «Dos sócios», «Da assembleia geral», «Da direcção», «Do conselho fiscal», «Das eleições», «Da dissolução», «Disposições diversas», «Disposições transitórias». ⁵⁸ Ressaltamos o emprego do feminino na atribuição de cargos, competências, direitos e deveres na associação, uma vitória relativamente a um passado, bem próximo nos artigos dos *Estatutos*.

O primeiro capítulo, «Dos fins da Associação», é um dos mais importantes por se manter até hoje, na afirmação dos objectivos filantrópicos da associação: art. 1.º «é uma instituição humanitária, com sede, em Odivelas, [hoje, Lisboa], tendo por fim realizar a assistência às antigas alunas» e, sendo assim, compete-lhe: protegê-las moralmente e materialmente «socorrendo-as sempre que se encontrem impossibilitadas de angariar meios para a sua própria subsistência»; art.º 1.2º arranjar-lhes uma colocação; art.º 3.º «Socorrer os órfãos das antigas alunas que fiquem ao abandono ou quando estejam privados de meios de subsistência»; art.º 1.º.4º «Subsidiar as antigas alunas nos seus estudos, quando os não possam concluir no Instituto ou tenham revelado excepcionais aptidões para carreiras a que ali se não professem». ⁵⁹

Um outro aspecto interessante, no capítulo 3, é o referente às categorias das sócias, com semelhanças às de outras associações de adultos/as: *ordinários*, as antigas alunas; *auxiliares*, as que frequentam qualquer dos cursos do Instituto e o pessoal que presta ou tenha prestado assistência em Odivelas; «sócios *protectores* os indivíduos que contribuam com cota superior às fixadas [...] ou não inferior a 100\$00». ⁶⁰ Há ainda a categoria de sócios *beneméritos* para os doadores de quantia mais avultada ou prestadores de relevantes serviços à associação como as ex-alunas Maria Amélia Dias e Maria Raquel Ribeiro, as primeiras

⁵⁸ *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET* (Lisboa: Tipografia da Escola Militar, 1919): 1-13.

⁵⁹ «Dos fins da associação», art.º 1, 1.º, Cap. I, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 3. «Dos fins da associação», art.º 1.º, 2.º, 4.º, Cap. I, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 3.

⁶⁰ «Dos sócios», art.º 9, § 3º, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 5.

sócias beneméritas.⁶¹ No capítulo, art.º 15, se informa que «Aos sócios ordinários, [ou seja, as antigas alunas internas ou externas do Instituto], além dos direitos gerais acima consignados assiste mais o de votar e ser votados para cargos de direcção, assembleia geral e conselho fiscal» e, para estas, só as de maior idade poderão ser votadas.⁶² As mais novas executariam outras funções.

As sócias, em benefício da sua associação, pagavam 10\$ (centavos) depositado o total na Caixa Geral de Depósitos. Para além disto, procuraram outras receitas como a venda dos seus próprios trabalhos confeccionados nas Oficinas Escolares – bordados, rendas, tapetes de Arraiolos – considerado um exemplo «de instrução cuidada e uma apreciável educação artística».⁶³ Estes rendimentos eram partilhados pela associação e pela mutualidade. Para angariar fundos organizaram igualmente festas como durante a Monarquia.

O art.º 17 do Cap. IV informa ser a Assembleia Geral constituída pelos sócios ordinários, auxiliares, protectores e beneméritos e o art.º 23 do Capítulo V ser a Direcção composta «por cinco membros: uma presidente, uma secretária, uma tesoureira, e duas vogais, das quais uma servirá de vice-presidente» todas com competências e tarefas bem definidas, por vezes, actuando em conjunto, como acontece em qualquer associação.⁶⁴ Assumiram importantes cargos, outrora masculinos, como a direcção da Associação, distribuição de tarefas, por várias como pagamentos e levantamentos, transacções, escrituração, relatórios e contas; recolha de receitas, assinaturas de cheques; e ainda diversas funções, responsabilidades e actos. O Conselho Fiscal, «compõe-se de 3 membros efectivos; presidente, secretária e relatora» definidos todas as competências e deveres.⁶⁵ As eleições,

⁶¹ «Dos sócios», art.º 10, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 5.

⁶² «Dos sócios», art.º 15, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 6. «Dos Sócios», art.º 15º, § único, Cap. III, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 6.

⁶³ Branquinho, «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho...*, 1921, 16.

⁶⁴ «Da assembleia geral», art.º 17, Cap. IV, in *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET ...*,7. «Da direcção», art.º 23, Cap. V, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 8

⁶⁵ «Do conselho fiscal», art.º 32, Cap.VI, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 10.

renováveis, faziam-se, democraticamente, por voto secreto, sendo o cargo exercido por dois anos.⁶⁶

A história da associação não foi linear. Sem grande actividade na sua primeira fase (1919-1941), nunca as associadas descuraram a cobrança de quotas e o depósito na Caixa Geral de Depósitos. Em 1920, Maria João Lemos foi nomeada primeira presidente da associação. Houve eleições, em 1933, para os corpos gerentes da associação e, em Outubro de 1940, a ex-aluna, Laura Canelhas, à data regente da segunda secção foi, posteriormente, segunda presidente. Laura Canelhas, discordando do rumo da associação por estar a desviar-se dos Estatutos, consulta o director e envia-lhe uma cópia da Acta 7 (1940). Estas discordâncias, debates ou acertos por coisas diferentes mostram como as alunas cresceram e tentaram solucionar os problemas. Nesse mesmo ano, propõe Laura Canelhas, um lar para as antigas alunas, antigo projecto do director.⁶⁷

Em 1941, Frederico Ferreira de Simas é exonerado por Salazar, interrompendo-se por trinta anos a Associação das Antigas Alunas do IFET, as suas actividades, o recrutamento de novas sócias, a cobrança de quotas, a angariação de outros fundos e respectivas receitas. Assim findou esta primeira fase da Associação das Antigas Alunas do IFET mudando a designação em 1942 para *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas* (AAAIO). A mutualidade escolar *Futuro*, uma associação de socorros mútuos, é integrada na *Mocidade Portuguesa* (1943), assim como as alunas.⁶⁸

Em 1969, comemoraram-se as «Bodas de Ouro» da associação e, em 1970, iniciou-se nova angariação de associadas e cobrança de quotas. Em 1971 arrendou-se uma casa para o lar na Rua Dr. Alexandra Braga, n.ºs 6-6ªA e 6B, Odivelas, primeira sede da associação e do lar. A logística foi assaz complexa, demorada, incluindo o auxílio

⁶⁶ «Das eleições», art.º 34, art.º 36, Cap. VII, *Estatutos da Associação das Antigas Alunas do IFET...*, 11.

⁶⁷ Virgínia Paccetti, «Ser amiga...», 9.

⁶⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 32 234 de 31 de Agosto de 1942, as alunas do *Instituto de Odivelas* foram integradas nos Centros Escolares da *Mocidade Portuguesa Feminina*. O Centro Escolar da *Mocidade Portuguesa* tomou posse dos fundos das associações existentes, *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Issuu, 27 de Janeiro de 2014, https://issuu.com/140127_liv_antigas_alunas_baixa_res. Por Decreto-Lei n.º 32 615 de 31 de Dezembro de 1942 foram aprovados os actuais Estatutos e a nova designação de Instituto de Odivelas.

de diversas entidades, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Ministério da Defesa Nacional, entre outras instituições.⁶⁹

Actualizaram-se os Estatutos, em 1972, entregaram-se os cartões às sócias, ficando dependentes, depois, em 1974, da aceitação do Ministério da Defesa Nacional. Após o 25 de Abril, graças à liberdade associativa, puderam-se equacionar a associação e o lar. O ressurgimento deste deve-se à iniciativa de Maria Amélia Dias apoiada por Virgínia Paccetti e Aida Vaz, fundadoras da «Comissão Reorganizadora», ao voluntariado e à solidariedade de todas. As sócias elegeram os corpos gerentes ficando Virgínia Paccetti na direcção.⁷⁰

Conclusão

O factor mais determinante para a abertura de uma escola feminina para órfãs de oficiais numa instituição militar, garante de uma boa educação, terá sido a grave situação económico-social do país, a falta de uma política educativa governamental e o receio de exclusão social destas jovens como aconteceu e ainda sucedia com muitas crianças daquela época e do século anterior. Contrariando isto, as jovens do IFET usufruíram, logo a partir de 1900, de uma esmerada e actualizada educação e formação moral. Esta escola distinguiu-se no passado e, ao longo dos tempos, pelo sucesso escolar das alunas. Durante a Primeira República, isso aconteceu de forma notável, graças às iniciativas inovadoras de Frederico Ferreira de Simas e da sua equipa (1919-1941). Empenharam-se numa mais actualizada política educativa implementando mais vias profissionais, propiciadoras de mais e melhores oportunidades de trabalho e condições de vida para as discentes, contrariando a inicial pobreza delas, mas não só. Aquela educação foi responsável pelos actos e funções destas alunas dentro e fora desta instituição, a começar pela Associação das Antigas Alunas fundada por este director, posteriormente denominada AAAIO no período salazarista, a partir de 1942. A atribuição a jovens de tão importantes responsabilidades, a elaboração de Estatutos, a gestão, e assunção de papéis tão fulcrais como os de presidente, de tesoureira,

⁶⁹ Paccetti, «Ser amiga ...», 21.

⁷⁰ Paccetti, «Ser amiga ...», 15.

entre todos os outros, tão incomuns, em Portugal e nas escolas, promoveu nas alunas o desenvolvimento de competências que implementaram o exercício da igualdade atingindo, uns anos mais tarde, o seu amadurecimento. Estas práticas, no IFET, foram já um exercício da democracia.

Por oposição, a situação de algumas associadas Oitocentistas e de Novecentos a quem o Código de 1867 retirava direitos civis e patrimoniais e as inabilitava jurídica e politicamente. Por isso, foram impedidas de participar activamente nas associações e de ter os mesmos direitos dos associados, ao contrário das jovens da Associação das Antigas Alunas que tudo puderam fazer e assumir. No final de Oitocentos, a partir de 1899 e, mais consistentemente, a partir de 1904-1906, assistimos à fundação de associações pelas feministas, também elas, assumindo livremente funções e cargos. Inverteram a história das antigas associadas, mudaram, naquela altura, a história das mulheres.

Conjugaram-se no IFET diversos objectivos dos/as republicanos/as, maçons e maçónicas, ligados à educação das alunas. Entre o conservadorismo e o progresso, entre a tradição e a inovação, as discentes e as docentes foram fazendo exercícios de autonomia, de igualdade; de responsabilidade, de aprendizagem da solidariedade nos diversos papéis atribuídos às sócias da Associação das Antigas Alunas do IO e posteriormente a AAAIO. E eles completaram-se pela inclusão da *Educação Nova*, integral, do *self-government*, de entre muitas outras coisas. De facto, tudo se conseguiu e se movimentou graças aos conhecimentos e empenho de Frederico Ferreira de Simas e da sua diligente equipa. A Primeira República incentivou este tipo de escolas. Graças ao espírito revolucionário da época, à iniciativa, empenho e esforço dos seus intervenientes em mudar o país, o IFET, tornou-se modelo, em muitas vertentes, cumprindo os ideais do seu director e do seu grupo de trabalho.

Fontes

Alma Feminina, n.º 3 (1926).

Alma Feminina, n.º 4 (1926).

Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921. Lisboa:

Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1920-1921.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921.* Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921-1925.
- Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, 27 de Janeiro de 2014, https://issuu.com/140127_liv_antigas_alunas_baixa_res.
- Branquinho, Alberto David. *Relatório da Missão de Estudo à Alemanha Realizada em Maio e Junho de 1922*, Fundo 3, Série 5.20, Caixa n.º 76.
- Branquinho, Alberto David. «Relatório do inspector de instrução», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Correia, J. Santos. *Missão de Estudo à Suíça em 1925*. Lisboa: Féris, 1927.
- Decreto-Lei n.º 32 234, de 31 de Agosto de 1942.
- Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro de 1989.
- Direcção Geral da Instrução Primária, Decreto de 29 de Março de 1911.
- Dossiers de Frederico Ferreira de Simas e de Alberto David Branquinho no Arquivo de História militar.
- Estatutos da Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Lisboa: Tipografia da Escola Militar, 1919.
- Estatutos do Instituto Infante Dom Afonso* (Ordem do Exército n.º 2, 9 de Março de 1899). Decreto de Lei de 9 de Março de 1899.
- Ferreira, Silvestre Pinheiro. *Projecto d'Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriosas*. Paris: Rey & Gravier, 1840.
- Laços*, s. l.: s/ed., 1988.
- «Ligas de Bondade», *Alma Feminina*, n.º 9-10, Setembro-Outubro (1923), 46-48.
- Matta, Ney. «O ensino comercial», em *Anuário do Instituto Feminino Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Secretaria da Guerra – Repartição do Gabinete (1915). *Regulamento do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*. Decreto n.º 1 868, de 12 de Junho de 1915, publicado em 4 de Setembro de 1915, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Direcção Geral. 3.ª Repartição (1904). *Estatuto do Instituto Infante D. Afonso. Decreto de 11 de Maio de 1904*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- Silva, Eduardo Andermatt da. «Vida escolar», em *Anuário do Instituto Feminino Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Simas, Frederico Ferreira de. «Relatório da direcção», em *Anuário do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Ano Lectivo de 1920-1921*. Lisboa: Tipografia do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- Vasconcelos, Sena Faria de. *Une école nouvelle en Belgique*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915 (traduzido para português em 2015: *Uma Escola Nova na Bélgica*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015).

Bibliografia

- Alves, Luís Alberto Marques. *História da Educação: Uma Introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- Baptista, Virgínia. «Participação feminina no movimento mutualista: Do final da Monarquia ao Estado Novo», *Ler História*, n.º 62 (2012): 31-51. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.553>
- Baptista, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal (1880-1943)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- Candeias, António. «Educar de outra forma. A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930». Tese de doutoramento em Ciências da Educação na especialidade de História da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1992, 2 vols, <https://hdl.handle.net/10216/53624>. Publicada em livro: *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 1994.
- Cardoso, José Luís, e Maria Manuela Rocha. «O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado previdente». *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192 (2009): 439-470.
- Cova, Anne, Vanda Gorjão, e Isabel Freire. «Cem anos de lutas femininas e feministas em Portugal: o exemplo das pioneiras», *Série Ciências Sociais em Público (XXVI) – Análise, Público*, 27 de Setembro de 2020.
- «História 1910-1942», *Instituto de Odivelas. A História Não se Apaga*, <https://meninas-deodivelas.wordpress.com/historia-1910-1942/>
- Lousada, Isabel. «Adelaide Cabete: entre a eugénica e a eugenética na defesa da República» (2009) <http://hdl.handle.net/10362/2598>.
- Lousada, Isabel. «A batalha de Adelaide Cabete em A Batalha – higienismo no feminino» (2009). <http://hdl.handle.net/10362/2570>.
- Nóvoa, António. *A Educação Portuguesa Corpus Documental (Séculos XIX-XX)*. Vila Nova de Gaia: Edições Asa, 2005.
- Paccetti, Virgínia. *A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*. Odivelas, 1987, policopiado.
- Paccetti, Virgínia. «Ser amiga é ser irmã». In *Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas*, Virgínia Paccetti, Rosete Milheiro, e Maria Noémia Leitão. Lisboa: AAAIO, 2014.
- Pintassilgo, Joaquim. «O Coronel Frederico Ferreira de Simas e a Educação Nova em Portugal». In *Militares e Educação em Portugal e no Brasil*, 17-43. Rio de Janeiro: FAPERJ/Quartet, 2010. <http://hdl.handle.net/10451/8350>
- Saraiva, Ana Paula Rocha da Costa. «Associativismo Mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX». Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialidade Cidades e Património, Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
- Silva, Cesaltina do Nascimento, e Maria Noémia de Melo Leitão. *Instituto de Odivelas: 90 Anos ao Serviço da Educação*. Lisboa: CEGRAF/Ex., 1990.

PARTE II
ASSOCIAÇÕES DE
OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO
CRIADAS ENTRE 1935 E 1973

João Esteves

Capítulo 6

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz: da luta pela paz e da «dignificação da condição feminina» ao combate antifascista (1935-1952)

Introdução

Pretende-se, com este texto, perceber a correlação histórica entre pacifismo e feminismo e demonstrar como a *Associação Feminina Portuguesa para a Paz* (AFPP), criada em torno da defesa da «Paz Universal», evoluiu, entre 1935 e 1952, para uma agremiação essencialmente antifascista. Assim, procurou-se explicitar a evolução do pacifismo feminino, feminista e republicano para o pacifismo antifascista, evidenciar os diferentes eixos de intervenção da AFPP no espaço público, recensear centenas de ativistas das delegações de Lisboa, de Coimbra e do Porto, e detetar algumas das respetivas redes de sociabilidade, quase todas entrecruzando-se na oposição ao Estado Novo.

Funcionando com objetivos e princípios autónomos, a AFPP terá sido o primeiro movimento organizado de mulheres antifascistas e, ao

conseguir mobilizá-las durante dezassete anos, recolocou-as no combate político coevo, deixando um legado que perdurou no tempo, indo para além do fim da ditadura em Abril de 1974.

O pacifismo feminista e republicano nas primeiras três décadas do século XX

Ao contrário do que é comumente aceite, a progressiva interferência das mulheres no espaço público reivindicativo não terá sido reforçada através da militância republicana ou maçónica, mas mediante a adesão ao pacifismo, antecedendo a embrionária vaga do feminismo português. Depois do surgimento de diversas associações de classe constituídas por mulheres trabalhadoras a partir da década de 70 do século XIX, o primeiro associativismo feminino e/ou feminista a impor-se e a sobressair foi o pacifista, fazendo com que pacifismo e feminismo sejam, desde finais daquele século, indissociáveis e tenham proporcionado às mulheres, entre 1899 e 1952, visibilidade e notoriedade, granjeando-lhes apoios e abrindo caminhos para a sua afirmação social e política na demanda da plena cidadania.

Precursor na mobilização de uma restrita elite feminina, assumiu diferentes matizes consoante a época, podendo considerar-se como marco fundador a concretização, em 18 de maio de 1899, da *Liga Portuguesa da Paz*, presidida pela pedagoga Alice Pestana (1860-1929), tendo por vice-presidente o republicano e jornalista Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928).¹ Com Estatutos aprovados em sessão de 15 de novembro, pugnava pela defesa da paz mundial, a redução dos exércitos e a prevalência do direito internacional sobre o belicismo, sendo que algumas das mulheres que a incorporaram tiveram, posteriormente, destaque na militância feminista e republicana.

Exatamente sete anos depois, em 18 de maio de 1906, teve lugar a apresentação da sua *Secção Feminista* numa reunião presidida por Olga de Morais Sarmiento da Silveira (1881-1948), escritora monárquica, secretariada pelas médicas Emília Patacho (1870-1914) e Domitila de

¹ Sobre Sebastião de Magalhães Lima: Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima* (Lisboa: Livros Horizonte, 2004).

Carvalho (1871-1966).² Para além daquela, discursaram a médica Maria do Carmo Lopes (1875-?) e Teófilo Braga (1843-1924), tratando-se, segundo Virgínia Quaresma (1882-1973), secretária da direção, do primeiro episódio público declaradamente feminista, passando-se, finalmente, das palavras aos atos e da intervenção individual e dispersa à coletiva. Diplomada pelo curso de Letras e jornalista, a primeira a ter carteira profissional,³ no discurso proferido no Banquete da Paz, ocorrido em 22 de fevereiro de 1907, reafirmou o vínculo entre feminismo e pacifismo: «O feminismo tem encontrado na propaganda pacifista a sua maior força, os seus mais fervorosos adeptos. E não é estranho que estes dois ideais se compreendam, se confundam, se mergulhem no mesmo sonho de luz e de amor.»⁴ Mobilizando médicas, escritoras ou professoras, nenhuma das futuras dirigentes feministas mais conhecidas, como Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo ou Maria Velede, a integraram.

Em finais desse ano, surgiu a secção portuguesa da agremiação *La paix et le désarmement par les femmes*, fundada em França, entre 1897-1899, por Sylvie Marie Henriette Petiaux-Hugo Camille Flammarion (1836-1919), que se propunha solucionar os conflitos pela arbitragem, implantando *comités* constituídos por mulheres em diversos países e tendo, cada um, a sua responsável nacional subordinada à dirigente francesa. Após reunião realizada em Paris, em novembro de 1906, Madeleine Frondoni Lacombe (1857-1936) foi indigitada para organizar um núcleo em Portugal, datando a sessão inicial de 6 de dezembro.

Separadas por seis meses, as duas organizações pacifistas, de características muito idênticas, acolheram responsáveis e associadas comuns, envolveram nomes da primeira vaga do feminismo português e reuniram, temporariamente, sob o mesmo desígnio, monárquicas, republicanas e maçónicas, proporcionando contactos institucionais

² Sobre Domitila de Carvalho: Margarida Mota da Cunha Rego de Carvalho, «Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004).

³ Maria Augusta Anselmo Seixas, «Virgínia Quaresma (1882-1973): a primeira jornalista portuguesa» (dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004).

⁴ «*Jornal da Mulher* – Crónica pacifista. O pacifismo em Portugal», *O Mundo*, 26 de fevereiro de 1907, col. 3: 4.

com organizações internacionais: primeiro, via *Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz*, assistindo Gabrielle Alphen-Salvador (1856-1920), presidente da secção educação e da secção higiene do *Conseil National des Femmes Françaises* e fundadora, em 1902, da *École professionnelle française des infirmières à domicile*, à sessão de 18 de maio de 1906; depois, mediante o vínculo à sede da associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*. Estas ligações além-fronteiras foram suficientemente importantes para que se tivesse equacionado fundar um *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP) em 1906, aquando da passagem pelo país da canadiana Mrs. Sanford, aconselhando Carolina Michaëlis de Vasconcelos a que aquela recorresse às mulheres pacifistas.⁵

No entanto, a vertente pacifista seria secundarizada à medida que se acentuava o fortalecimento do feminismo republicano associado à implantação da República. Com o espoletar da Guerra 1914-1918, as feministas confluíram no apoio à intervenção de Portugal no conflito militar: refutaram as posições tomadas por dirigentes da *International Woman Suffrage Alliance*, empenhadas numa solução pacifista, e recusaram participar, em 1915, na reunião de Haia, em parte devido às posições nacionalistas de Ana de Castro Osório, que criou a *Comissão Feminina «Pela Pátria»* (1914) e envolveu-se na *Cruzada das Mulheres Portuguesas* (1916).⁶

O pacifismo não se esfumou e, ainda que com outras protagonistas, o CNMP manteve entre as suas secções uma dedicada à paz e/ou paz e arbitragem, que funcionou ininterruptamente entre 1922 e 1945, dirigida por Vitória Pais Madeira (1922), Adelaide Ferreira de Carvalho (1923-1924, 1931-1934), Fábila Ochôa Arez (1925), Adelaide Cabete (1927)⁷, Branca de Gonta Colaço (1928-1929, 1931-1934), Sara Beirão (1931), Beatriz Arnut (1932, 1937), Sara Correia (1933-1934), Isabel Cohen von Bonhorst (1936, 1938), Maria Alice Lami (1936-1937), Alda Maia Henriques (1938), Maria Isabel Guerra

⁵ Sobre o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, ver os capítulos 1, 2 e 3 neste livro.

⁶ Sobre a *Comissão Feminina «Pela Pátria»* e a *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, ver o capítulo 4 neste livro.

⁷ Adelaide Cabete já tinha integrado a seção portuguesa da agremiação francesa *La Paix et le Désarmement par les Femmes* e da qual se demitiu, juntamente com Carolina Beatriz Ângelo, em julho de 1909.

Junqueiro (1939), Zamira Homem de Melo (1939-1942), Filomena Vieira da Rocha (1939-1944), Maria Filipa Rodrigues (1940-1942), Cândida Madeira Pinto (1943-1945), Fernanda Tasso de Figueiredo (1943-1945), Maria da Luz Albuquerque (1943), Fernanda Pimentel (1945), Flávia Marinho Alves (1945) e Margarida de Oliveira (1945). Ou seja, o CNMP recuperou uma vertente pacifista, mais intervencionista e progressista, dinamizada por nomes com passado feminista, republicano ou maçónico, ainda que só em 18 de maio de 1927 promovesse uma primeira sessão, sob a presidência de Madeleine Lacombe. Entre as iniciativas, constaram conferências e a propaganda do *esperanto* enquanto língua transversal à união dos povos.

Nas duas décadas seguintes, o pacifismo passou a compreender, apenas, a AFPP, entretanto fundada.

O pacifismo antifascista: a *Associação Feminina Portuguesa para a Paz*

Em 1935, durante o Estado Novo, já noutra contexto político, enquadrada pela luta antifascista e sem ascendência republicana ou maçónica, emergiu a AFPP, tendo por logótipo um triângulo reto em cujo interior constavam as suas iniciais e a palavra «PAX», de onde irradiava, em semicírculo, raios de sol. Os Estatutos, datados de 10 de novembro, véspera da celebração anual do Armistício, foram homologados pelo Governo Civil de Lisboa em 8 de fevereiro de 1936, vindo a revelar-se a organização mais politizada de mulheres até à sua proibição, em 1952, indo, na mobilização associativa, muito para além das questões da paz.

Sem «cor política nem religiosa», formalmente criada em nome da paz mundial como contraponto às ameaças bélicas «que pairam sobre o mundo e põem em sobressalto o coração de todas as mulheres – esposas, mães, filhas, irmãs e noivas», num período em que se presentia outra guerra e ainda antes do golpe militar contra a República espanhola, a AFPP começou por mobilizar, em Lisboa, um vasto conjunto de mulheres conotadas com a oposição ao regime que havia resultado do 28 de maio de 1926.⁸ Os primeiros esforços centraram-se

⁸ *Estatutos da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, Lisboa, s. a.

em ações de solidariedade com presos e refugiados, nacionais e além-fronteiras, nomeadamente mediante a recolha e envio de alimentos e vestuário para os que se encontravam em campos de concentração devido ao êxodo de republicanos espanhóis para França e à expansão da Alemanha nazi, em colaboração com a *Cruz Vermelha Internacional*, que servia de mediadora; depois, empenhar-se-ia na defesa da paz ameaçada pela Guerra Fria resultante do pós-guerra. Subjacente às duas vertentes, a universal e a nacional, procurando «manter uma colaboração de boas vontades destinadas ao mesmo tempo, à Pátria e ao conjunto da comunidade humana», estava a assunção de um caminho autónomo pela «dignificação» das mulheres na sociedade e o reconhecimento dos seus direitos, pondo o enfoque na instrução, educação, formação cultural e, implicitamente, política.⁹ A remessa de encomendas para os prisioneiros teve de cessar em 1942, ganhando, então, preponderância a realização de conferências, sendo de destacar as de Maria Lamas (1893-1983) e de Teixeira de Pascoais (1877-1952), editadas numa brochura intitulada *Dois Conferências em Defesa da Paz* (1950), a promoção de exposições, espetáculos de cinema, festas e atividades musicais, bem como a dinamização de bibliotecas.¹⁰ Os públicos infantil e juvenil foram, também, mercedores de atenção, com atividades específicas consoante as idades a que se destinavam.

Centrada na capital, espalhou-se, na década de 1940, pelo eixo Coimbra – Figueira da Foz (1942, 1950-1952), com várias dezenas de sócias, e pelo Porto (1942-1952), cuja delegação, minuciosamente estudada por Lúcia Serralheiro, totalizou mais de cinco centenas de sócias, envolvendo complexas sociabilidades familiares, académicas e políticas, em que os homens, quase todos reconhecidos pela intervenção cultural e antifascista, deram contributo.¹¹ Como «orientador da sua conduta» e elo entre as associadas e o público feminino, a AFPP dispôs de um *Boletim* de edição muito irregular e limitado a uma dezena de números.¹² Com o encerramento coercivo do CNMP em

⁹ § único do art. 1.º dos *Estatutos*.

¹⁰ Sobre Maria Lamas: Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas: Biografia* (Lisboa: Quetzal, 2003).

¹¹ Lúcia Serralheiro, *Mulheres em Grupo Contra a Corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)* (Rio Tinto: Evoluta Edições, 2011).

¹² O primeiro número consultável é o n.º 3 e data de fevereiro de 1945; o último, o n.º 10, saiu em fevereiro de 1952.

1947, a AFPP tentou, até 1952, quando também foi interdita, aglutinar algumas daquelas sócias, dando continuidade às aspirações emancipadoras das mulheres. Cada uma das delegações teve, sobretudo, impacto na região onde atuava, embora as sócias, independentemente de onde estavam inseridas, comunicassem entre si, predominando, no entanto, as orientações de Lisboa, o que provocou, em determinados momentos, contestação das nortenhas e acusações de falta de apoio.

O fim da guerra foi efusivamente saudado e festejado pelas sócias a nível nacional, incluindo as que frequentavam o ensino liceal, e as questões relacionadas com a defesa da paz internacional nunca deixaram de estar subjacentes às ações da AFPP, dirigindo-as às crianças, cuja educação deveria ser antibelicista, e às mulheres («esposas, mães, filhas, irmãs e noivas»). Com a entrada na era atômica, a agremiação engrossou o movimento mundial pela paz, o que lhe traria a acusação de ter um cariz comunista, e em 1950, na sequência das comemorações, em Lisboa e no Porto, do 15.º aniversário da AFPP, realizadas no contexto do agudizar da Guerra Fria, propôs que fosse criado um *Conselho Nacional de Defesa da Paz* que aglutinasse homens e mulheres de prestígio científico e cultural, o que só se materializou em 1973, com a legalização do *Conselho Português para a Paz e Cooperação*.

A situação das mulheres no país, desde as domésticas às trabalhadoras, independentemente das profissões, exigiu divulgação, reflexão, debates e iniciativas que contribuíssem para a alteração do ancestral *statu quo* e que a ditadura agravara, desempenhando as sessões de leitura, as palestras e as bibliotecas associativas, devidamente apetrechadas de livros que circulavam de mão em mão, mediante requisição, um importante contributo para a (in)formação cultural das associadas e sua consciencialização. No âmbito das temáticas abrangidas pela intervenção associativa, também se falava das mulheres pelos seus feitos, da maternidade e noções de puericultura, das creches, da situação das crianças, da educação, da formação profissional específica, em simultâneo com a promoção da leitura, da arte, da música e do cinema, convidando-se, sobretudo em Lisboa e no Porto, nomes reconhecidos que captavam audiências. Em determinados momentos, verificou-se o auxílio a estudantes pobres e filhas de presos políticos.¹³

¹³ Serralheiro, *Mulheres...*, 175.

Mesmo que as iniciativas não fossem muitas ou, sequer, onerosas, o pagamento de quotas era fundamental para a sobrevivência, já que havia que custear as sedes, o expediente do quotidiano, a edição e distribuição de circulares, a manutenção de bibliotecas, o aluguer de salas para realização de eventos, saraus, festas, conferências, cursos práticos visando a formação profissional feminina, exposições e projeções, a que se acrescentava a publicação do *Boletim* que, segundo a alínea c) do art.º 2 dos Estatutos, era o «orientador da sua conduta».

Associadas às preocupações com a paz, à situação das mulheres e das crianças, à intervenção cultural e humanitária, estavam mulheres, e também homens, inequivocamente envolvidos na oposição e no antifascismo, constituindo complexas redes, nem sempre identificáveis e/ou visíveis. A dissolução da AFPP deveu-se a motivos políticos e não, como os Estatutos estipulavam no seu último artigo, o 25.º, «em Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, e pela maioria de três quartos dos membros presentes». Depois de encerrada em Lisboa, em março de 1952, «na sequência de uma sessão pública de comemoração do 8 de Março, celebrado em todo o mundo como Dia Internacional da Mulher», e em que discursaram Maria Isabel Aboim Inglês e Margarida Tengarrinha, as delegações de Coimbra e Porto foram extintas no mesmo mês, nos dias 26 e 27, acusadas de atividades comunistas, tendo a PIDE apreendido os respetivos acervos: subjacente à proibição estava o Decreto-Lei 37:447, de 13 de junho de 1949, cujo art.º 26.º permitia ao ministro do Interior a dissolução das associações que exercessem atividades consideradas ilegais, nomeadamente as de carácter comunista (art.º 20).¹⁴ Os protestos e diligências para a reabertura da AFPP, refutando as acusações infundadas de que era alvo, revelaram-se infrutíferos, fazendo com que esta fosse caindo no esquecimento, ao contrário do que sucedeu com o CNMP.¹⁵

A dimensão política da AFPP só é, verdadeiramente, perceptível através do levantamento exaustivo das sócias que a integraram e como se relacionavam entre si, sendo comum aos três principais núcleos o ativismo na oposição ao Estado Novo.

¹⁴ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 168.

¹⁵ Sobre o CNMP, ver os capítulos 1, 2 e 3 deste livro.

As ativistas

Ao contrário de outras agremiações femininas e/ou feministas, a AFPP apresentava, segundo o art.º 4 dos Estatutos, três categorias de sócios/as: efetivos, auxiliares e honorários. Os efetivos eram «apenas os indivíduos do sexo feminino», tendo todos os direitos e deveres; os auxiliares eram os do sexo masculino ou «coletividades legalmente constituídas», cuja contribuição passava pelo pagamento de uma quota superior, mas sem direito a voto ou outras regalias; enquanto os honorários eram «todos os indivíduos de ambos os sexos, que, por terem prestado grandes serviços à causa da Associação, sejam eleitos, por maioria, em reunião da Assembleia Geral». Neste último caso, só se conhece o caso de Egas Moniz (1874-1955), considerado, em homenagem pública de fevereiro de 1950, sócio honorário, na sequência da atribuição, no ano anterior, do Nobel da Medicina.¹⁶

Se em Lisboa não se conhecem sócios auxiliares, o mesmo não aconteceu em Coimbra e no Porto. Nesta última delegação, a numeração dos associados era comum e contínua, não havendo uma para as mulheres e outra para os homens, o que facilitaria a cobrança das quotas e o estabelecimento de afinidades. Segue-se a análise, possível, de cada uma das delegações, com especial enfoque nas ativistas já identificadas.

A delegação de Lisboa

Estruturada a partir de Lisboa, foi na capital que a AFPP teve, inicialmente, o principal dinamismo, advindo o apoio de jovens estudantes universitárias, muitas já politizadas, habitando quatro sedes.¹⁷ Segundo Vanda Gorjão, é de considerar a existência de dois períodos: «o grupo inicial que esteve na sua origem formou-se ainda em 1935», talvez constituído por «cerca de 20 sócias»; enquanto no segundo, «formado na década de 40, com outro dinamismo – após um período pouco ativo,

¹⁶ «A Associação Feminina Portuguesa para a Paz prestou homenagem ao Professor Egas Moniz», *Os Nossos Filhos*, março de 1950: 21.

¹⁷ Segundo Lúcia Serralheiro, as sedes localizaram-se na Rua Dom Pedro V, 122, 2.º (1935-1946); na Avenida Barbosa du Bocage, 86, 4.º (1947); na Rua Rodrigo da Fonseca, 141, R/C – Dto (1948); e, por último, na Rua Latino Coelho, 25, 2.º (1950-1952).

que durou cerca de dois anos, atingia-se as 200 sócias», sendo poucas as que transitaram de um para o outro. De acordo com a mesma autora, a «reorganização da AFPP, na segunda fase, ficou a dever-se a Bento de Jesus Caraça, figura central na secção portuguesa da Liga Portuguesa contra a Guerra e o Fascismo, criada em 1934 (em grande medida sob o impulso do Partido Comunista), e simpatizante confesso do movimento internacional de defesa da paz e do Conselho Mundial da Paz, surgido em 1932 [...]». ¹⁸ Por outro lado, o *Relatório de Atividades, Contas e Parecer do Conselho Fiscal*, referente aos anos 1941-1942, esclarece que, «apesar da desistência de algumas sócias em cargos diretivos», registou-se «um aumento de 156, perfazendo um total de 300 sócias». ¹⁹

Durante os dezassete anos de funcionamento, envolveram-se, entre outras iniciativas, na promoção de cursos (francês, alfabetização, socorros de urgência, dactilografia, estenografia, enfermagem, puericultura), na formação de um coro infantil, dirigido por Francine Benoît, ²⁰ na realização de conferências e na celebração do dia do Armistício e evocação dos mortos na batalha de La Lys, sendo possível elencar, a partir dos corpos gerentes, das responsáveis pelo *Boletim* e de informações avulsas, setenta e sete sócias, numa listagem sempre inacabada (Quadro 6.1).

Apesar de corresponder a uma parte, estes setenta e sete nomes são facilmente identificáveis pelos percursos de vida, seja profissionalmente e/ou enquanto cidadãs, integrando, durante décadas, as causas feminina e feminista num contexto mais abrangente da luta política. Envolvendo artistas plásticas, enfermeiras, escritoras, estudantes universitárias, radialistas, jornalistas, médicas, nomes da música, publicistas e professoras, para além das que não trabalhavam, a maioria tinha formação cultural e académica bem acima da média das portuguesas e integravam uma elite antifascista, cujas marcas seriam duradouras.

Sob o ponto de vista associativo e político, a delegação de Coimbra não foi menos importante quanto aos nomes abrangidos e, sobretudo, às redes que o constituíam.

¹⁸ Gorjão, *Mulheres...*, 152-153.

¹⁹ Serralheiro, *Mulheres...*, 71.

²⁰ Sobre Francine Benoît: Helena Lopes Braga, «Francine Benoît (1894–1990): gender and politics in the shaping of a professional music career and its legacy» (tese de doutoramento em Comparative Gender Studies, Vienna, Central European University, 2022).

Quadro 6.1 – Sócias da delegação de Lisboa da AFPP

Albertina Ferreira	Lília da Fonseca	Maria do Carmo Anta
Alda Nogueira	Manuela Conceição Silva	Maria do Carmo Martinho
Alice Maia Magalhães	Manuela Delgado de Oliveira	Maria do Carmo Rosendo Dias
Arminda Pais	Manuela Porto	Maria do Carmo Sousa
Benvinda Martins	Margarida Silva Lopes	Maria dos Santos Machado
Berta do Carmo	Margarida Tengarrinha	Maria Emília Cordeiro Ferreira
Branca Rosa de Mendonça Braga de Macedo	Maria Alice Jorge	Maria Helena Batista Lucas
Cândida de Sousa Madeira Pinto	Maria Amália Dias	Maria Helena Correia Guedes
Cândida Ribeiro Gaspar	Maria Amália Medeiros	Maria Helena Furtado Correia
Cecília Moura G.	Maria Amália Neves	Maria Isabel Aboim Inglês
Cecília Simões	Maria Amélia Santos Costa	Maria Isabel Carlos Soares
Cesarina da Silva Marques	Maria Ângela Montenegro Miguel	Maria Keil
Claudina de Almeida Henriques Gaudêncio	Maria Antónia Pulido Valente	Maria Lamas
Clarisse de Oliveira	Maria Arminda Barroso Antunes	Maria Leticia Clemente da Silva
Denise Silva Araújo	Maria Augusta da Silva Dias	Maria Lucília Estanco Louro
Deolinda Pinheiro	Maria Barreira	Maria Luísa Silva Bastos
Elina Guimarães	Maria Barroso	Maria Manuela Campos
Etelvina Lopes de Almeida	Maria Clementina Carneiro de Moura	Maria Palmira Tito de Morais
Fernanda Tasso de Figueiredo	Maria Clementina Ventura	Maria Teresa Arriaga
Francine Benoît	Maria da Conceição Malva do Vale	Maria Valentina Trigo de Sousa
Glafira Vieira de Lemos	Maria da Graça Amado da Cunha	Matilde Rosa Araújo
Irene Lisboa	Maria da Graça Cochofel	Olívia Trigo de Sousa Lencastre
Irene Pinto Abrantes	Maria da Luz Espírito Santo	Palmira Bruno
Ivone de Carvalho Peres	Maria da Purificação Araújo	Raquel M. Bettencourt de Sousa
Josefina Simões	Maria de Lurdes Ferreira	Stella Piteira Santos
Laura Lopes	Maria de Lurdes Matos Pires	

A delegação de Coimbra/Figueira da Foz

Em 1942, muito por influência de Armando Bacelar (1919-1998), deu-se a primeira tentativa de constituir em Coimbra um núcleo da AFPP, sendo dois dos nomes mais relevantes Elisa Amado (Bacelar), que estará na fundação do núcleo do Porto, e Madalena Coelho Marques de Almeida, professora do liceu que, em 1946, dinamizou a criação do núcleo local do CNMP e participou nas campanhas

presidenciais de Norton de Matos (1949) e de Humberto Delgado (1958).²¹

Em meados daquele ano, haveria duas dezenas e meia de associadas, mas só com a sua reativação, em 14 de julho de 1950, abrangendo algumas da Figueira da Foz, é que o número aumentaria significativamente,²² entre as quais pontificavam Armanda Fernandes Ferreira da Costa, casada com o médico Ferreira da Costa, ex-deportado no Tarrafal e que denunciara, em manifesto, as condições infligidas aos presos políticos; Carolina Tavares de Lemos, filha de Laura Celeste Tavares Mendes e do libertário e pedagogo conimbricense Álvaro Viana Lemos; Cesaltina Bengala Carrapiço Vasco, professora, casada com o médico comunista Gilberto Vasco, tendo sido da sua autoria a proposta da subcomissão da Figueira organizar Cursos de Puericultura; Guilhermina Adelaide de Araújo Carrajola Namorado, diplomada com o curso da Escola Normal e esposa de Joaquim Namorado, poeta, matemático e militante comunista desde os anos 30; Laura Celeste Tavares Mendes, sendo em sua casa, na Rua Infante Dom Henrique, que funcionou, entre 1950 e 1952, a sede local da agremiação, tendo a PIDE anotado os inúmeros convívios que se registavam na residência, independentemente da sua natureza; Lucinda Mendes [Saboga], que aderiu com a irmã Maria José Mendes e viria a ser companheira do operário vidreiro Agostinho da Conceição Saboga (1909-1971), funcionário do PCP ligado à imprensa clandestina, sendo com ele presa em 4 de junho de 1947, quando tinha 28 anos, e voltou a ser presa em 5 de dezembro de 1958, numa casa onde estava instalada a tipografia do jornal *Têxti*²³; Maria Celinda Dias Carvalheiro, comerciante; Maria Hermínia Miranda Macário; Maria Joana Duarte Rosendo Dias; Maria Judite Pinto Mendes de Abreu, licenciada em Direito e em Germânicas e que interveio, entre 1949 e 1973, em todas as campanhas eleitorais da oposição; Maria Lúcia

²¹ Alberto Vilaça, *Para a História Remota do PCP em Coimbra. 1921-1946* (Lisboa: Edições Avante!, 1997), 255-260. João Esteves, «Madalena Coelho Marques de Almeida», em *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013), 477. Ver o capítulo 7 neste livro.

²² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo PIDE/DGS, Del. C PI, 5791.

²³ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Presos Políticos no Regime Fascista IV – 1946-1948*, (Mem Martins: 1985), 226-227.

Ramos Frutuoso, esposa de Egídio Namorado que tinha, tal como o irmão, o poeta Joaquim Namorado, militância clandestina; Maria Regina Dias Carvalheiro, notária e advogada que participou em todos os movimentos oposicionistas desde a campanha do general José Norton de Matos e cujo pai já tinha estado preso, ainda que por escassos dias, pela PVDE (1937), tendo a sua ação se estendido a Lisboa, já que foi por seu intermédio que a médica Maria da Purificação Araújo aderiu à agremiação de Lisboa; e Olinda Rodrigues (Olinda Lopes Rodrigues Fernandes), costureira que foi, entre 1950 e 1952, apoiante do MUD Juvenil e, neste mesmo ano, em 19 de novembro, presa, juntamente com Virgínia Moura e Palmira da Silva Roque, na sequência de protestos levados a cabo pelos familiares dos presos políticos da Fortaleza de Peniche, onde o marido estava encarcerado. Para além das irmãs Celinda e Regina Carvalheiro, que asseguravam a ligação entre Coimbra e Figueira da Foz, é de referir a militância, decisiva, das três irmãs Amado: Elisa, Eva e Maria de Lurdes.

Este núcleo tinha a particularidade de conter, em simultâneo, ativistas do CNMP e da AFPP, além de ter alargado a influência a profissões mais modestas. A partir de um ficheiro dactilografado apreendido pela PIDE a Albano Cunha, em 7 de maio de 1952, bem como de outros documentos extraídos da AFPP e confiscados por aquela polícia, contendo a filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, profissão, residência e morada onde cobrar a quota, valor desta e proponente, tornou-se possível reconstituir quem foram as apoiantes (Quadro 6.2).

Quadro 6.2 – Sócias da delegação de Coimbra/Figueira da Foz da AFPP

Adelaide Rosales de Almeida (doméstica)	Gabriela Monjardino Gomes Nemésio (doméstica)	Maria Eugénia de Sousa Lopes (cabeleireira)
Adélia Rosales Marques de Almeida (doméstica)	Júlia Andrade Homem de Figueiredo (funcionária pública, FF)	Maria Fernanda Dinis Carvalho (empregada)
Aida Alves de Matos (doméstica, Figueira da Foz/FF)	Júlia Moreira Simões (doméstica)	Maria Fernanda Pires Correia Mourão (farmacêutica)
Aida Gomes (doméstica, FF)	Laura Celeste Tavares Mendes Lemos (professora)	Maria Guilhermina Caeiro (doméstica)
Alice Damasceno Albuquerque (empregada do comércio)	Leonor Maria Monteiro Gonçalves (empregada de cabeleireiro)	Maria Isabel Gírio de Oliveira (empregada de balcão)
Ângela do Carmo Martinho (costureira)	Lídia Orestes Lasbarrères da Silva Camelo (estudante)	Maria Isabel Salgado (doméstica, FF)
Angelina Castanheira Barbosa (empregada de escritório)	Lucinda Mendes (doméstica, FF)	Maria Isabel Sola Pereira (doméstica)

(continua)

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

(continuação)

Armanda dos Santos Neiva (doméstica)	Madalena Coelho Marques de Almeida (professora)	Maria Joana Duarte Rosendo Dias (professora)
Armanda Fernandes Ferreira da Costa (doméstica)	Maria Adélia Beza Vasco (estudante)	Maria José de Sousa Lopes (costureira)
Arminda da Conceição (doméstica)	Maria Albertina Kopke Mimoso (doméstica)	Maria José Gomes (doméstica, FF)
Aurélia da Silva Tavares (doméstica)	Maria Antónia Maldonado Freitas (doméstica, Caldas da Rainha)	, Maria José Mendes (doméstica, FF)
Belarmina de Oliveira Leitão (doméstica)	Maria Augusta de Barros Mimoso	Maria José Silvestre Lança (indústria hoteleira)
Branca da Costa (costureira)	Maria Augusta Marques Dias Ferreira (costureira, FF)	Maria Judite Pinto Mendes de Abreu (professora)
Branca Quintãs de Lima Braga de Almeida (doméstica)	Maria Aurélia Ferreira de Carvalho Antunes (doméstica)	Maria Juvelina da Silva Rodrigues (empregada de laboratório)
Cesaltina Bengala Carrapiço Vasco (mestra das Escolas Industriais, FF)	Maria Celinda Dias Carvalheiro (comerciante, FF)	Maria Lúcia Ramos Frutuoso (estudante)
Clarice Quintãs de Lima Braga Lemos (doméstica)	Maria Cristina Damas Esteves (FF)	Maria Manuel António Santos Pinto (telefonista)
Clementina Martins Leite (doméstica)	Maria da Conceição Alves de Matos (doméstica, FF)	Maria Otília Rodrigues de Castro (estudante)
Ermelinda de Almeida Ferreira (doméstica)	Maria Delfina de Cunha Borges (professora)	Maria Regina Dias Carvalheiro (candidata a advocacia)
Ermelinda Félix Garrido (doméstica)	Maria de Lurdes Amado	Maria Teresa de Oliveira Ferreira (estudante)
Esmeralda Gomes Vasco (doméstica)	Maria de Lurdes Amaral (dactilógrafa)	Maria Virginia dos Santos Vaz (analista química)
Eva Amado	Maria do Carmo Amaral Melo Freitas (doméstica)	Mariana Natércia Duarte da Costa Freire (professora)
Felismina dos Santos Correia Azevedo (doméstica)	Maria do Espírito Santo Amaral (doméstica)	Olinda Rodrigues (costureira)
Graciete da Silva M. Adelino (doméstica, FF)	Maria dos Anjos Delgado Miranda (doméstica)	Rosalina Rosa Pinho Lopes (empregada de balcão)
Isabel da Conceição (empregada de escritório)		

É de acrescentar a estes nomes, vinte meninas e um menino; quatro doutoras (Clara, Maria Fernanda Couceiro, Maria Fernanda Machado, Maria Teresa) e uma Dona (Maria de Fátima dos Santos).

Como sócios auxiliares, constavam Álvaro Viana de Lemos (professor aposentado), Aníbal Miguel Soares (estudante), António Joaquim Rodrigues de Paula (empregado comercial), Fernando dos S. Fonseca (empregado de escritório), Gentil José Batista Gomes (empregado de escritório), Henrique Pereira da Silva Santos (empregado de escritório),

Horácio Leitão (gerente comercial), Joaquim de Sousa Castro (estudante) e Rui Simões de Almeida (empregado do comércio).

Daquelas setenta nomes femininos, a maioria residia em Coimbra (56), treze na Figueira da Foz e uma, Maria Antónia Maldonado Freitas, nas Caldas da Rainha; 36 eram solteiras, 32 casadas e 2 viúvas. Sendo 32 domésticas, a distribuição por profissões abrange: 7 ligadas ao ensino, incluindo o particular; 7 estudantes; 5 costureiras; 3 empregadas de balcão; 2 cabeleireiras; 2 empregadas de escritório; 1 analista química; 1 candidata a advocacia; 1 datilógrafa; 1 empregada de comércio; 1 empregada de hotelaria; 1 empregada de laboratório; 1 farmacêutica; 1 funcionária pública; e 1 telefonista. A sócia mais idosa nasceu em 1883, sendo que mais 5 provinham do século XIX (1885, 1894, 1898, 1900, 1900), e a mais nova é de 1937; a maioria nasceu nas décadas de vinte (27) e de dez (18), repartindo-se as restantes 18, de forma igual, pela primeira década do século XX e pelos anos 30; no caso de uma, desconhece-se o ano.

A identificação das proponentes de sócias ou dos sócios auxiliares clarifica os principais focos organizativos e redes de contacto, encontrando-se entre parêntesis o total sugerido por cada uma: Maria Joana Rosendo Dias (20); Eva Amado (10); Madalena Coelho Marques de Almeida (9); Isabel da Conceição (7); Laura Celeste Tavares Mendes Lemos (7); Olinda Rodrigues (6); Alice Damasceno Albuquerque (4); Maria Regina Dias Carvalheiro (3); Branca da Costa (2); Lucinda Mendes (2); Maria Juvelina da Silva Rodrigues (2); Ângela do Carmo Martinho (1); Gabriela Monjardino Gomes Nemésio (1); Ivone Maria Teles (1); e Maria Manuel Pinto (1).

Embora a presidente eleita em 1950-1951 e 1951-1952 fosse Laura Celeste Tavares Mendes, foi Gabriela Nemésio (1900-1980) que, em 26 de março de 1952, foi intimada do encerramento da delegação, tendo de indicar o nome e morada dos restantes membros dos corpos gerentes, talvez por ser a presidente provisória em 1949-1950, nomeada por indicação de Lisboa.

Mas foi a delegação do Porto que maior impacto teve quanto à capacidade de mobilização, abarcando republicanas, socialistas, comunistas, para além de jovens que aspiravam a viver em democracia, ganhando notoriedade local entre os apoiantes masculinos e os setores antifascistas portuenses.

A delegação do Porto

Em 28 de novembro de 1942, formou-se a delegação do Porto da AFPP, datando de 24 de maio de 1943 a autorização do Governo Civil. O cruzamento de diversas fontes, entre as quais avulta o inédito caderno manuscrito de Irene Castro, sua última presidente e cuja consulta foi devidamente autorizada por Maria Eduarda Campos de Moraes e Castro (filha da sócia Maria Carolina Campos e que assistiu a atividades dedicadas aos mais pequenos), e o recurso às investigações de Lúcia Serralheiro, contribuíram para o elencar de nomes e suas moradas, permitindo estabelecer ligações familiares através dos apelidos e, simultaneamente, sociabilidades, mediante habitações comuns ou de proximidade. Embora tenha havido muitas outras ativistas da AFPP correspondendo ao período anterior à presidência de Irene Castro, Lúcia Serralheiro, no excelente e exaustivo trabalho sobre a agremiação, refere que na «agenda pertencente à última presidente estão escritas por sua mão e por ordem alfabética 245 nomes de sócias efetivas e alguns sócios auxiliares, com a indicação de 7 desistências, 15 saídas para Lisboa, África e outros destinos, e 3 falecidas».²⁴

Não só a delegação do Porto ganhou notoriedade pelas centenas de mulheres e homens de diversas profissões que agregou, mantendo uma ligação efetiva e afetiva com a sociedade portuense e gaiense, como as suas redes tiveram impacto na mobilização dos candidatos presidenciais Norton de Matos (1949), Ruy Luís Gomes (1951) e Humberto Delgado (1958).

Para além da identificação de 244 nomes femininos, procurou-se, sempre que possível sem incorrer em erro, identificar o número de associada (Quadro 6.3).

Quadro 6.3 – Sócias da delegação do Porto da AFPP

Adélia Alves Machado Ferreira (sócia n.º 83)	Lina Magalhães (427)	Maria Filomena Guedes Lopes (432)
Adelina Celeste Pereira (425)	Lúcia Terlô (378)	Maria Helena Alves Costa (290)
Adelina Correia (415)	Lucília Soares de Almeida (382)	Maria Helena Barbosa (403)
Aida da Costa Miguel (420)	Lucinda Pereira Pinto (314)	Maria Helena dos Santos Delgado

²⁴ Serralheiro, *Mulheres...*, 173.

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz

Aida Gouveia	Luísa Herculana Alves de Carvalho (7)	Maria Hermengarda Luís Gomes (322)
Albertina Pereira	Luísa Pereira da Silva Martins (321)	Maria Irene Cortesão Abreu (124)
Alcina de Sousa Bastos (211)	Mafalda Sousa Ferreira	Maria Isabel Figueiredo (119)
Alcinda da Conceição Ferreira de Moura e Sousa Delgado (42)	Margarida Carmona Juncal (281)	Maria Isaura Campos (397)
Alda Emília Torres Marinho (54)	Margarida Ferreira Ribeiro (226)	Maria Isilda Ribeiro (45)
Alda Tavares Nunes (353)	Margarida Rosa (466)	Maria Ivone de Morais Sacramento (34)
Amália Joana de Matos (360)	Maria Adelaide Baía da Silva	Maria José Aires Torres (319)
Amélia Almeida Brandão de Cal (305)	Maria Adelaide Barbedo Vaz	Maria José Cardoso (196)
Amélia Almeida Teixeira (450)	Maria Adelaide Ribeiro de Castro	Maria José Costa
Amélia Filipe Pinto Leite (120)	Maria Adelaide Sousa (358)	Maria José Moreira Soveral (292)
Ana Adelaide Nunes Ferreira (455)	Maria Aida Alves de Lima (448)	Maria José Romão
Ana Araújo Resende (312)	Maria Alba Baptista Martins	Maria José Salvaterra
Ana Cândida Magalhães (439)	Maria Albertina Teixeira Braga	Maria Júlia Azevedo Barros Guimarães Martins
Ana Fernanda Leite (444)	Maria Albertina Teixeira da Costa (401)	Maria Júlia de Sousa
Ângela Tomás de Lima (342)	Maria Albina Henriques (422)	Maria Júlia Gaspar Teixeira (176)
Antónia Girão Azuaga Santos (228)	Maria Alcina Meira (368)	Maria Júlia Veiga Pires (209)
Armanda da Conceição Silva Martins Forjaz de Lacerda (301)	Maria Alice Azevedo	Maria Laura Brito (80)
Arlete Sousa Castro (370)	Maria Alice da Graça Teixeira (419)	Maria Laura Féria Macedo (272)
Aurora Costa	Maria Alice Ribeiro dos Santos	Maria Laura Silva Sousa (355)
Beatriz Magalhães Almeida Pinheiro [Beatriz Cal Brandão]	Maria Alice Rodrigues	Maria Lemos (37)
Beatriz Magalhães Monteiro Almeida (67)	Maria Alzira (373)	Maria Lucília Martins (39)
Beatriz Ribeiro (441)	Maria Alzira Soares Guimarães (395)	Maria Luísa Cortesão Abreu (442)
Berenice Pereira Gomes (329)	Maria Amélia Moniz	Maria Luísa Costa (437)
Brígida Martins	Maria Amélia Viegas (429)	Maria Luísa Lopes de Freitas (288)
Cacilda Reis Chaves (203)	Maria Amélia Vieira da Silva	Maria Luísa Neves (113)
Carlota Augusta Soares (431)	Maria Ângela Almeida	Maria Luísa Raposo de Moura
Carmen Coutinho Conde	Maria Ângela Vidal e Campos	Maria Luísa Ribeiro de Lemos Santos Silva (36)
Clara Augusta Pires S. Juncal (303)	Maria Antónia Pinto Cochofel (421)	Maria Luísa Rocha
Clarinda Mendes da Silva	Maria Antonieta Quintas Maia (387)	Maria Lurdes Albergaria (449)
Clotilde Neiva da Silva Gonçalves (385)	Maria Armanda (398)	Maria Lurdes Deus Real Machado (356)
Clotilde Teles Meneses e Silva (393)	Maria Armanda Gonçalves Teles	Maria Lurdes Nunes Chaves (86)

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

Delfina Pereira da Silva (407)	Maria Armanda Vieira (402)	Maria Manuela da Conceição Santos
Délia Ramirez Santos (454)	Maria Arminda Augusta Soares (392)	Maria Manuela Delgado Oliveira (137)
Diana Dias Ferreira (383)	Maria Arminda Pinto Linhares	Maria Manuela Ferreira Cunha (350)
Dora Machado	Maria Arminda Vieira dos Anjos (402)	Maria Manuela Lima Vieira Soares David
Dulcília Barros (260)	Maria Augusta Belo Alcoforado (343)	Maria Manuela Sousa Ferreira (232)
Elisa Amado Bacelar (102)	Maria Berta Gonçalves Gomes [Berta Pomar]	Maria Natália Maia (250)
Elisa Mendes Machado (367)	Maria Berta Taborda Duarte	Maria Odete Matias Correia (359)
Elisa Teixeira Aguilar (443)	Maria Braga (366)	Maria Olga (397)
Elvira Celeste Costa Vasconcelos	Maria Branca Ribeiro de Lemos	Maria Ondina Castro Vasconcelos (325)
Elvira de Vasconcelos Ferreirinha	Maria Brígida David	Maria Ondina Gonçalves Teles (278)
Ema Carrelhas [Huet de Bacelar Canossa Moreira] (311)	Maria Cândida Sousa	Maria Orquídea Teixeira Maia
Ermelinda Ferreira Sousa Teixeira	Maria Carmo Guedes Vaz Santana	Maria Otilia Bonito (436)
Fernanda Pereira	Maria Carolina Campos Castro	Maria Palmira Freitas Coelho (331)
Fernanda Sousa	Maria Cecília Deus Real Machado (376)	Maria Regina Silva
Flora da Cunha	Maria Celeste Araújo	Maria Sofia Monteiro (128)
Florinda da Costa [Bastos]	Maria Celeste Corte Real	Maria Stela Guedes Vaz Santana (58)
Georgina Rosa Teixeira (433)	Maria Clementina Branco	Maria Teresa Baptista Correia (77)
Gracinda Costa Vilaça (464)	Maria Conceição Rodrigues Cunha (349)	Maria Teresa Ruela (296)
Gracinda Teixeira Monteiro (323)	Maria Conceição Silva Santos (93)	Maria Virgínia Castro (178)
Helena Alves Ferreira (204)	Maria da Graça Miranda	Maria Virgínia Pinto (154)
Helena Maria Martins (172)	Maria da Luz Espírito Santo	Maria Vitória Temudo Polónia Gil (334)
Helena Silva (394)	Maria da Nazaré Ferreira Patacão (242)	Mariana Palma (379)
Henriqueta Alves Ferreira (81)	Maria de Lurdes Botelho	Natália Soares David (336)
Herculana de Jesus da Costa Dias Carvalho (6)	Maria de Oliveira Ferreira da Silva (456)	Natalina Bastos (24)
Hermínia Meireles (140)	Maria do Céu Gonçalves da Cunha (396)	Natércia Babo [Natércia Isolina Azevedo Alves Caramalho] (182)
Higina de Morais Barros	Maria do Céu Fernandes Ribeiro (400)	Natércia Freitas Guimarães da Silva [Medina] (193)
Idalina Martins Pimenta (371)	Maria Elina Braga Barbosa (403)	Olívia Valente Vasconcelos (313)
Idalina Ramos de Almeida (184)	Maria Elisabete Mendonça Silva (405)	Palmira Godinho de Oliveira (404)
Idalina Silva	Maria Elvira Cortesão (33)	Patrocínio Faria Torres (380)
Ilda Alice Pereira Ferreira Valente	Maria Emília Ferreira	Perpétua Pinheiro Oliveira (389)

Ilda Martins Pimenta	Maria Emília Leite (446)	Rosa Maria Quintas Ferreira (386)
Ilse Lieblich Losa (243)	Maria Emília Matos Lobão	Sofia Veiga Leitão
Irene Castro (221)	Maria Emília Mourão	Soledade Castro Fernandes
Irene Fernandes Castro (235)	Maria Emília Pinheiro Monteiro (214)	Susana Ribeiro Pinheiro Rodrigues (341)
Irene Martins Teixeira (171)	Maria Emília Torres Teixeira Sousa (332)	Teodora Polónia (111)
Irene Verdial (399)	Maria Ermelinda Azuaga Santos (330)	Teresa Brandão Cerqueira (284)
Isaura Gonçalves Araújo (326)	Maria Ermelinda Brandão (5)	Teresa Gonçalves Amorim (384)
Isaura Pereira Almeida (412)	Maria Eulália Ferreira (149)	Tomásia Josefina Henriques Perdigão [Nina Perdigão] (273)
Joana Malvar (142)	Maria Fátima Pinto da Cruz (369)	Túlia Ribeiro Azevedo Moura (374)
Joana Marques (269)	Maria Felismina Monteiro (189)	Venância Moreira Ferreira (408)
Júlia Aguiar (74)	Maria Fernanda Araújo (465)	Virgínia Moura (95)
Júlia Borrego	Maria Fernanda Castro	Zélia Alice Martins Valença (304)
Laura Alves de Lima (447)	Maria Fernanda David (245)	Zélia Juncal (116)
Laurinda Abreu (270)	Maria Fernanda Gomes (26)	Zulmira Carvalho Mendes (354)
Leonor Castilho	Maria Fernanda Matos (84)	Zulmira Mota e Castro (15)
Leonor Ribeiro P. Guedes (348)	Maria Fernanda Sousa (21)	Zulmira Penaforte de Campos (199)
Leisle Kiefe (435)		

Só é possível interpretar a especificidade da delegação do Porto a partir da prosopografia das suas aderentes e daí este registo, intencionalmente exaustivo, procurando-se facilitar investigações posteriores. Do grupo inicial de 20 sócias, passou, ao fim de seis meses para 120, em 1945 seriam 189, chegando a totalizar, posteriormente, cerca de meio milhar. Pertencendo, sobretudo à pequena e média burguesia, as sócias do Porto refletiam, até devido à sua dimensão, maior diversidade de profissões e de origens sociais e políticas, não correspondendo apenas a uma elite antifascista.²⁵ Eram, seguramente, oposicionistas, mas com percursos diversos: se havia casos de filiadas mais velhas, de matriz republicana, muitas outras eram jovens no início da sua vida académica ou profissional que lutavam pela emancipação enquanto mulheres com direito às suas opções, incluindo a política.

Tal como no caso de Coimbra, a delegação do Porto abriu-se à participação masculina, o que permitiu diversificar apoios e consolidar a intervenção pública. Do sexo masculino, detetaram-se 74 nomes (Quadro 6.4).

²⁵ Serralheiro, *Mulheres...*, 57.

Quadro 6.4 – Sócios masculinos da delegação do Porto da AFPP

Alberto Cruz (388)	Domingos Moreira Júnior (413)	Leopoldo Fernandes
Alexandre Babo	Eduardo Ralha	Lino Lima
Alfredo Ângelo Magalhães	Ermelindo Lopes (302)	Luís Alves de Carvalho (327)
Amândio Silva	Eurico Lopes da Silva	Luís César de Lemos (121)
Américo Guedes (339)	Felisberto Tomás Ferreira	Luís dos Santos Pinto (211)
Américo Sousa Tavares (361)	Felisberto dos Santos Monteiro	Luís Neves Real
Amílcar Fernandes de Moraes e Castro (249)	Fernando Hermínio V. Castro Alves	Luís Vieira Pinto (223)
António Augusto Zuzarte Cortesão (135)	Fernando Marques	Manuel de Azevedo
António Cândido Penaforte Campos (147)	Flávio Martins	Manuel Joaquim Paiva Pereira Peres (462)
António Joaquim Gonçalves (445)	Guilherme Augusto Campos Júnior (198)	Mário Augusto Duarte Alves (236)
António José Raposo	Henrique Rogério Rente Brito (363)	Mário Corino Andrade (337)
António Macedo	Hermínio Maurício de Almeida Marvão (453)	Mário Leão (457)
António Machado	Hernâni Alfredo Ramalho e Silva (248)	Mário Sacramento
António Ramos de Almeida	Ilídio Gomes (364)	Noémio Lago de Oliveira
António Rica Gonçalves (210)	Ilídio Henrique Correia (347)	Orlando Juncal da Silva
António Soares	João Arnaldo Fonseca Maia (467)	Osvaldo Santos Silva
Armando de Castro	João Sousa Pereira Brandão (335)	Raul de Castro
Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar	Joaquim Ivo da Silva (390)	Renato Figueiredo (338)
Artur de Andrade	Jorge Anselmo Ribeiro Vieira (55)	Rodolfo de Abreu
Artur Carvalho Lima (357)	Jorge Campos	Rogério Luís Cunha Praça (253)
Augusto Manuel Braga (410)	Jorge Delgado de Oliveira	Rui Alberto Gradim (333)
Carlos Cal Brandão	José Afonso de Castro Moreira	Ruy Luís Gomes
Carlos Costa	José Borrego	Viterbo Moutinho da Silva (459)
Carlos Pinto Leite	José Tiago de Oliveira (298)	Vitorino Sousa Alão (362)
Celso Jorge (224)	Justino da Silva (289)	

Devido ao levantamento de parte substancial das ativistas e apoiantes, é possível estabelecer algumas ligações familiares, envolvendo mães/filhas/irmãs/cunhadas ou casais – neste caso, o vínculo é feito mediante um traço – (Quadro 6.5).

Quadro 6.5 – Ligações familiares entre sócias/os da delegação do Porto da AFPP

Adélia Alves Ferreira/Henriqueta Alves Ferreira/Helena Alves Ferreira
Adelina Alice Carneiro Ferreira Bonito/Maria Otilia Bonito
Alcinda da Conceição Ferreira de Moura e Sousa Delgado (de Oliveira) – Jorge Alberto Delgado de Oliveira/Maria Manuela Pires Delgado de Oliveira
Amélia Almeida Brandão de Cal [ou Cal Brandão]/Beatriz Cal Brandão/Beatriz Monteiro Magalhães Almeida/Carlos Cal Brandão/Ermelinda Brandão – José Tiago da Fonseca de Oliveira
Amélia Filipe Pinto Leite/Carlos Pinto Leite
Antónia Girão de Azuaga Santos/Maria Ermelinda Azuaga Marques dos Santos Monteiro
Armanda da Conceição Silva Martins Forjaz de Lacerda/Irene Fernandes Morais Castro/Irene Morais e Castro/Maria Carolina Campos [Castro] – Raul Fernandes de Morais e Castro/Maria Virgínia Castro – Armando Fernandes de Morais e Castro/Maria Adelaide Lima Oliveira Ribeiro [de Castro] – Amílcar Fernandes de Morais e Castro/Helena Maria da Silva Martins/Maria Lucília da Silva Martins
Clara Augusta Pires da Silva Juncal/Margarida de Menezes Carmona e Silva Juncal – Orlando Juncal da Silva/Zélia Juncal
Clotilde Teles Meneses e Silva/Helena Silva
Elisa Amado Bacelar – Armando Bacelar
Herculana de Jesus da Costa Dias Carvalho – Luís Alves de Carvalho/Luísa Herculana Alves de Carvalho
Júlia Aguiar – Lino de Carvalho Lima/Artur Carvalho Lima
Júlia Borrego – José Borrego
Laura Alves de Lima/Maria Aida Alves de Lima
Mafalda Sousa Ferreira/Maria Manuela Sousa Ferreira
Maria Ângela Vidal e Campos/Maria Manuela Lima Vieira Soares David/Natália Henriques Soares David Campos
Maria Armanda Gonçalves Teles – Hernâni Alfredo Ramalho e Silva/Maria Ondina Gonçalves Teles
Maria Branca de Lemos/Luís Lemos/Maria Luísa de Lemos – Osvaldo Santos Silva
Maria do Carmo Guedes Vaz Santana/Maria Stela Guedes Vaz Santana
Maria Elvira Coelho Cortesão Abreu – Luís Santos Pinto/Maria Irene Coelho Cortesão Abreu – António Augusto Zuzarte Cortesão (seu primo, filho de Jaime Cortesão)/Maria Luísa Coelho Zuzarte Cortesão Abreu
Maria Hermengarda Luís Gomes/Ruy Luís Gomes
Maria Ivone de Morais Sacramento/Mário Emílio de Morais Sacramento
Maria Natália Maia – Manuel de Azevedo/Maria Orquídea Taveira Maia – João Arnaldo Fonseca Maia
Natércia Babo [Natércia Isolina Azevedo Alves Caramalho]/Alexandre Babo
Nazaré Patacão – António Soares

Por vezes, os vínculos familiares concretizaram-se posteriormente, mediante a intensificação do convívio no seio da AFPP e afinidades políticas, embora na maioria dos casos tenham sido os laços já existentes que levaram à sua adesão.

A manutenção de uma sede local revelou-se ainda mais difícil do que em Lisboa: primeiro, as reuniões foram acontecendo nas casas das sócias Maria da Luz Espírito Santo e das irmãs Maria Branca de Lemos e Maria Luísa de Lemos (1942-1943); depois, estabeleceram-se, sucessivamente, na Rua de Santa Catarina, 734, 2.º (1943), Rua do Paraíso, 217, 2.º, sala 7 (1945), Rua Passos Manuel, n.º 249 (1949), no Clube Fenianos Portuenses, a funcionar na Rua Clube Fenianos, n.º 29, 3.º, sala 4 (1949) e, quando foi proibida, na Rua Fernandes Tomás, n.º 415, 1.º Dto (1951-1952).²⁶

Embora a maioria residisse no Porto, havia associadas/os provenientes de diversas localidades, num total já apurado de cerca de cinquenta nomes, revelador da capacidade de progressão das redes da AFPP para fora dos três principais centros urbanos: Alcácer do Sal (1); Areosa (1); Arouca (1); Arrancada do Vouga (1); Bragança (1); Espinho (3); Fafe (5); Famalicão (10), onde marcava presença Armando Bacelar e Lino Lima; Gondomar (1); Ílhavo (1); Lamego (1); Lisboa (3); Lordelo (1); Maia (1); Matosinhos (6); Oliveira de Azeméis (1); Pinheiro de Bemposta (1), terra de origem das irmãs Silva Martins; Rio Tinto (1); Tondela (1); Viana do Castelo (1); Vila do Conde (1); Vila Nova de Gaia (9). É, ainda, de salientar a existência de mulheres que se tornaram associadas por correspondência, como foi o caso de Sofia Veiga Leitão que, a residir em Lamego, se filiou dessa forma em 1942, quando tinha dezoito anos.²⁷

O conjunto de nomes referenciados permite confirmar o carácter político e antifascista da agremiação, sendo que os masculinos confirmam, de forma mais evidente, essa vertente. Se no caso de Lisboa, se invocou a eventual ligação da AFPP ao Movimento Mundial da Paz para a sua proibição, já no caso do Porto o motivo era ainda, se possível fosse, mais explicitamente político, já que antes de um concerto de Fernando Lopes Graça, que a delegação tinha organizado no Teatro de São João, «um estudante da assistência [...] subiu ao palco e começou a discursar contra o regime, sendo imediatamente afastado por Maria Branca Lemos e Elisa Bacelar».²⁸ Nas duas delegações, são cidadãos e cidadãos invariavelmente envolvidos em iniciativas antifascistas

²⁶ Serralheiro, *Mulheres...*, 76.

²⁷ Serralheiro, *Mulheres...*, 70.

²⁸ Gorjão, *Mulheres...*, 168.

e de oposição, continuando ativos no período subseqüente ao 25 de Abril de 1974.

As redes ilegais da *Associação Feminina Portuguesa para a Paz* na militância feminina antifascista

A eficácia das lutas e da resistência antifascistas também dependeram da participação e/ou colaboração, mesmo que invisível de mulheres, das mulheres, mesmo que estas continuem a não ter destaque nas histórias das oposições, constituindo a AFPP um desses exemplos. A luta pelos direitos das mulheres está associada a uma consciencialização e intervenção políticas, sendo que uma análise exaustiva das centenas de nomes femininos que a integraram desvendam sociabilidades antifascistas, com muitos deles envolvidos em redes legais e outros em circuitos semiclandestinos, havendo, nalguns casos, mulheres que enveredaram pela clandestinidade e/ou conheceram a prisão. Redes construídas a partir de famílias originariamente republicanas que, em vários casos, se transmutam em antifascistas; baseadas no convívio estudantil liceal e universitário; estabelecidas nos locais de trabalho; ou, ainda, a partir de relações de vizinhança, destacando-se algumas ruas e prédios, como é notório no caso da delegação do Porto da AFPP. Estruturas que não foram detetadas pelas malhas da polícia política e, por isso, ainda passam despercebidas a historiadores.

No caso da delegação do Porto da AFPP, multiplicam-se as relações familiares, por vezes de alguma complexidade. Para além de Irene Castro, que tinha militância clandestina no *Partido Comunista Português* (PCP) sem que o marido ou algum dos filhos soubesse (a única condição era ser sempre contactada por outra mulher e nunca por um homem para não levantar suspeitas familiares), integravam-na as suas três noras, casadas com Armando, Raúl e Amílcar de Castro, e a filha mais nova. Por sua vez, a família de Armanda da Conceição Silva Martins Forjaz de Lacerda, que foi sócia e militou clandestinamente no PCP, conhecendo a prisão em 1945, dez anos antes do seu falecimento precoce, estava particularmente representada através das

irmãs Helena Maria e Maria Lucília da Silva Martins, respetivamente as sócias número 172 e 39.

É de acrescentar o caso de Nina Perdigão, presa em 1936 e 1937 por ligações ao *Socorro Vermelho Internacional* (SVI) e que, em 1944, aderiu, formalmente, ao PCP, tendo a sua insuspeitada casa na Rua do Breyner n.º 213 funcionado como ponto de apoio às atividades dos dirigentes, nomeadamente os do Secretariado. Passaram por lá, entre outros, Cândida Ventura, Joaquim Pires Jorge, Júlio Fogaça, Octávio Pato, Sérgio Vilarigues e, no verão de 1949, Soeiro Pereira Gomes, este na fase terminal da doença que o vitimou, levado por Pires Jorge. Na década de 50, Nina Perdigão, os dois filhos e a nora, Fernanda Maria Baía da Silva, casada com Rui Perdigão, montaram um «aparelho» de apoio técnico e logístico «altamente importante» de apoio ao seu Secretariado, «no qual se integram automóveis para deslocações dos seus membros pelo País, casas de refúgio, apartamentos ‘legais’ para reuniões, etc.», envolvendo, ainda, o serviço clandestino de fronteiras que permitia a saída do país de militantes na clandestinidade.²⁹ O investigador José Pacheco Pereira considera que foram duas as famílias do Porto que mais ajudaram o PCP na clandestinidade, a saber, a família de Guilherme da Costa Carvalho, cujos pais e irmã também pertenciam à AFPP, e a de Nina Perdigão.³⁰

Por fim, é de referir a família Cal Brandão, envolvendo Amélia Almeida Brandão de Cal [ou Cal Brandão], Beatriz Monteiro Magalhães Almeida e a filha, Beatriz Magalhães Almeida Pinheiro, mais conhecida por Beatriz Cal Brandão, casada com Mário Cal Brandão e cunhada de Carlos Cal Brandão, figuras indissociáveis da militância posterior no âmbito do Partido Socialista.

No caso de Coimbra, sobressaem Madalena Coelho Marques de Almeida, importante militante local do PCP, e Regina Carvalheiro, casada com Albano Rodrigues da Cunha (1915-1968), também advogado e militante comunista muito considerado, várias vezes preso e torturado pela PIDE.

²⁹ Rui Perdigão, *O PCP Visto por Dentro e por Fora* (Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988), 15.

³⁰ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política*, Volume 2: *Duarte, o Dirigente Clandestino (1941-1949)* (Lisboa: Temas e Debates, 2001), 143.

Em Lisboa, não se pode ignorar o papel fundador de Maria dos Santos Machado,³¹ outro quadro clandestino do PCP, ou o dinamismo, já em meados da década de quarenta, da jovem Cecília Simões [Areosa Feio] (1921-1980), que conciliou o ativismo no CNMP (1945-1947) com o da AFPP, constando nos processos da PIDE, como refere Vanda Gorjão, o respetivo boletim de inscrição, destacando-se na defesa dos direitos das mulheres e no apoio aos presos políticos e seus familiares, para além de continuada militância comunista clandestina.³²

Conclusão: *Associação Feminina Portuguesa para a Paz*: uma organização feminina antifascista

Em suma, a AFPP revelou-se, claramente, uma organização feminina antifascista durante a década de 40 e inícios da de 50: pelas mulheres que soube mobilizar, pelo percurso das suas ativistas e, ainda, pela relevante rede de sociabilidades políticas e familiares que lhe estava associada. A proibição, em 1952, pelas autoridades do Estado Novo tornara-se uma inevitabilidade, até porque há já algum tempo que a PIDE intensificara o interesse pelas suas iniciativas e movimentações, estando bem informada. Perdurando quase duas décadas, muitas das filiadas, independentemente da delegação que integraram, foram vigiadas, perseguidas, impedidas de seguir as suas carreiras na função pública, forçadas ao desemprego e ao exílio, quando não eram detidas e presas, sobretudo aquelas que se evidenciavam no âmbito do SVI, do *Movimento de Unidade Democrática* (MUD) ou do MUD Juvenil, para além do envolvimento em candidaturas presidenciais oposicionistas.³³ De certa forma, ao conter homens no seu seio, enquanto apoiantes devidamente registados, soube antecipar o MUD Juvenil que, pela primeira vez, poria a par ativistas dos dois sexos.

³¹ Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres Portuguesas na Resistência* (Lisboa: Seara Nova, 1975), 24-26.

³² Gorjão, *Mulheres...*, 175.

³³ Sobre as ligações ao MUD, MUD Juvenil e candidaturas presidenciais da oposição: Vanda Gorjão, *Mulheres...*, 185-211. Ver também o capítulo 7 neste livro.

Se a AFPP aparentava ser uma agremiação discreta, já as sócias e apoiantes não o eram e, por isso,urgia silenciá-la, tanto mais que se anunciava a possibilidade de abrir outras delegações, nomeadamente em Almada, Barreiro, Marinha Grande e, talvez, na Madeira. Aliás, ter-se sido sua associada constituiu um obstáculo para as vivências profissionais de muitas delas, a que se acrescentavam outras implicações pessoais, como o desemprego e sobressaltos policiais, estando muitas delas identificadas pela PIDE: a médica Maria da Purificação Araújo, que aderira por intermédio de Regina Carvalheiro, foi impedida de ingressar na função pública devido à apreensão da respetiva ficha de inscrição.

Não é um acaso que tenha havido quem conhecesse a prisão, antes, durante e depois da constituição da AFPP, sem que tal tivesse a ver diretamente com esta. Os motivos eram outros, ou seja, atividades contra a ditadura (Quadro 6.6). Além disso, três ativistas estiveram no grupo fundador, em 1970, da *Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos* (CNSPP): Cecília Simões Areosa Feio, Ilse Losa, alemã exilada em Portugal desde 1934, e Maria Keil; Laura Lopes seria, neste mesmo período, advogada de presos políticos.

Quadro 6.6 – Ativistas da AFPP que estiveram presas por motivos políticos

Alda Nogueira (1959)	Maria Armanda Gonçalves Teles (1950)
Armanda da Conceição Silva Martins Forjaz de Lacerda (1945)	Maria da Nazaré Ferreira Patação (1947)
Beatriz Monteiro Magalhães Almeida (1937)	Maria Manuela Pires Delgado de Oliveira (1952)
Cândida Margarida Ventura (1960)	Maria Regina Carvalheiro (1962)
Cecília Simões [Areosa Feio] (1949)	Natália Henriques Soares David Campos (1955, 1961)
Eva Amado (1962)	Natalina Mora Pereira Bastos (1935, 1937)
Gracinda de Jesus Teixeira Monteiro (1950)	Natércia Isolina Azevedo Alves Caramalho [Natércia Babo] (1949)
Madalena Coelho Marques de Almeida (1962)	Tomázia Josefina Henriques Perdigão (1937)
Maria Adelaide Baía da Silva (1951)	Virgínia Faria de Moura (1949, 1950, 1952, 1953, 1954, 1956, 1962..., num total de 16 prisões)
Maria Ângela Vidal e Campos	

Para além das 19 mulheres identificadas, houve também homem com ligações à AFPP que estiveram presos.³⁴

Embora o pacifismo feminino sofra transmutações em quatro décadas de ideário, constituiu um espaço privilegiado de intervenção autónoma da elite feminina e contribuiu, na sua especificidade, para a construção e reconhecimento da cidadania das mulheres no contexto nacional e internacional. Fosse na Monarquia, na República ou na oposição ao salazarismo, com a AFPP, o pacifismo, mesmo quando, aparentemente, mais incipiente e inócuo, constituiu um importante esteio da entrada das mulheres na esfera pública e foi, simultaneamente, uma importante escola de cidadania e de formação política, bem visível no papel que desempenharam após Abril de 1974.

Ainda que lentamente, a contaminação do espaço oposicionista por mulheres revelava-se irreversível, embora continue excessivamente invisível e secundarizado, urgindo olhá-las como intervenientes crescentemente ativas e plenas de significado e não como meras colaboradoras pontuais na longa luta contra 48 anos de ditadura: conseguiram deixar, de forma explícita ou mais dissimulada, a sua indelével marca. Enquadrada na oposição e pela oposição ao regime, é a prática política de cerca de duas décadas, sob a capa de um aparente apoliticismo formalmente declarado e, por isso mesmo, orientando-se por atitudes defensivas que a salvaguardassem, que faz com que a AFPP se torne distinta de todas as congéneres pacifistas anteriores e do CNMP.

Se é uma agremiação que rompe com a matriz feminista, republicana e maçónica, para assumir, mesmo que de forma velada, opções políticas, a sua intervenção também continua, de forma inequívoca, a recusa da subalternização das mulheres na sociedade portuguesa, conservadora, que tentava mantê-las na esfera privada e remetidas às funções tradicionais no seio do lar e da família. A emancipação feminina passava, obrigatoriamente, pelo combate político a que a AFPP soube dar guarida, podendo a militância ser pontual, legal, semilegal ou, simultaneamente, ilegal/clandestina, como tão bem evidencia a prosopografia de muitas das que a integraram: há, simultaneamente,

³⁴ A título de exemplo, alguns nomes de presos por motivos políticos e que, de algum modo, passaram pela agremiação: Amílcar Fernandes de Moraes e Castro; António Rica Gonçalves (1945); Carlos Cal Brandão; Fernando Hermínio Vieira de Castro Alves (1965); Hermínio Maurício de Almeida Marvão (1955-1959); Hernâni Alfredo Ramalho e Silva (1950, 1953, 1955-1959); Manuel Joaquim de Paiva Pereira Pires.

uma face visível e legal de militância, a par de outra, não menos significativa, enquadrada por redes clandestinas, sendo de evidenciar o papel – pontual, circunstancial ou sistemático – destas mulheres nos diferentes círculos oposicionistas, respetiva dispersão geográfica e suporte temporal.

Nomes, centenas deles, com tanto para dizer e muito mais por redescobrir, percursos e redes que têm de ser integrados no que foram as diferentes estratégias de combate ao fascismo português, correspondendo ao espaço temporal das décadas de trinta e de quarenta, em que a AFPP se moveu. Num processo moroso e inacabado, expuseram-se 394 mulheres e 83 homens, totalizando 477 nomes diretamente envolvidos naquela e que são essenciais para a compreensão da posterior intervenção feminina e feminista,³⁵ desde as campanhas presidenciais de Norton de Matos (1949), Ruy Luís Gomes (1951) e Humberto Delgado (1958), aos novos movimentos em finais da década de 60 e à visibilidade que muitas mulheres obtiveram no período revolucionário na sequência do 25 de Abril de 1974 e na construção do Portugal democrático. Partilhavam todas a mesma orientação partidária e ideológica? Claro que não, mas aspiravam, seguramente, a uma sociedade diferente onde as mulheres adquirem a plena cidadania.

Fontes

Agenda, manuscrita, de Irene Castro.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Processo PIDE/DGS, Del. C PI, 5791.

«A Associação Feminina Portuguesa para a Paz prestou homenagem ao Professor Egas Moniz», *Os Nossos Filhos*, março de 1950: 21.

Estatutos da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, Lisboa, s/d.

«*Jornal da Mulher* – Crónica pacifista. O pacifismo em Portugal», *O Mundo*, 26 de fevereiro de 1907, col. 3: 4.

³⁵ Tal como é explicitado na introdução deste livro, a distinção entre associações femininas e feministas relaciona-se com o facto de que nem todas as associações estudadas reivindicavam o rótulo de feminista.

Bibliografia

- Braga, Helena Lopes. «Francine Benoît (1894–1990): gender and politics in the shaping of a professional music career and its legacy». Tese de doutoramento em Comparative Gender Studies, Vienna, Central European University, 2022.
- Carvalho, Margarida Mota da Cunha Rego de. «Domitila de Carvalho. Biografia de um percurso singular». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. *Presos Políticos no Regime Fascista IV: 1946-1948*. Mem Martins, 1985.
- Esteves, João. «Madalena Coelho Marques de Almeida». In *Feminae: Dicionário Contemporâneo*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 477. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.
- Garnel, Maria Rita Lino. *A República de Sebastião de Magalhães Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Lamas, Rosmarie Wank-Nolasko. *Mulheres para Além do Seu Tempo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- Melo, Rose Nery Nobre de. *Mulheres Portuguesas na Resistência*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- Perdigão, Rui. *O PCP Visto por Dentro e por Fora*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988.
- Pereira, José Pacheco. *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política – Volume 2: Duarte, o Dirigente Clandestino (1941-1949)*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- Seixas, Maria Augusta Anselmo. «Virgínia Quaresma (1882-1973): a primeira jornalista portuguesa». Dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2004.
- Serralheiro, Lúcia. *Mulheres em Grupo Contra a Corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*. Rio Tinto: Evoluta Edições, 2011.
- Ventura, Cândida. *O «Socialismo» que Eu Vivi; Testemunho de uma Ex-Dirigente do PCP*. Lisboa: O Jornal, 1984.
- Vilaça, Alberto. *Para a História Remota do PCP em Coimbra. 1921-1946*. Lisboa: Edições Avante!, 1997.

Vanda Gorjão

Capítulo 7

As organizações de mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo (1945-1973)

Introdução: ciclos políticos na oposição ao Estado Novo e o estudo da oposição feminina

Este texto é um contributo para a compreensão da oposição política levada a cabo pelas organizações femininas no seio dos movimentos de oposição ao Estado Novo.¹ São consideradas todas as organizações de mulheres criadas entre 1945 e 1973: Comissão Feminina do *Movimento de Unidade Democrática* – MUD, 1945-1947; Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos* (1948-1949); Movimento Nacional Democrático Feminino do *Movimento Nacional Democrático* – MND, 1949-1957; Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Arlindo Vicente* (1958); Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Humberto Delgado* (1958); Comissão de Mulheres da *Comissão Democrática Eleitoral* – CDE, 1969; Núcleo Feminino da *Comissão Eleitoral de Unidade*

¹ A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990.

Democrática – CEUD, 1969; e a Comissão de Mulheres Democratas da *Comissão Democrática Eleitoral* – CDE 1973.

A primeira especificidade destas organizações reside na sua génese. Tendo feito parte dos movimentos unitários legais ou semilegais e das campanhas das candidaturas de oposição ao regime autoritário, não foram autónomas do ponto de vista estatutário e associativo. Enquanto colectivos integrados nos movimentos de oposição, os seus programas visavam derrubar o regime autoritário e instituir a democracia parlamentar. Saber se a sua fundação resultou de propostas de mulheres que os constituíram ou emanou das comissões centrais desses movimentos é muito improvável, senão mesmo impossível. É certo, no entanto, que por detrás da sua criação esteve uma estratégia política de reforço da mobilização da população feminina.

Tal como outros regimes autoritários, antidemocráticos e antiliberais, o Estado Novo circunscreveu a intervenção pública das cidadãs e dos cidadãos, cerceando as liberdades de expressão e de associação, eliminando a concorrência política institucionalizada, dissolvendo os partidos e impondo o monopartidarismo com a União Nacional, em suma, criando um vasto arsenal de restrições legais e mecanismos de vigilância nas esferas política, social e cultural que visaram e promoveram a desarticulação e despolitização do espaço público. A opção constitucional de manter uma fachada de legalidade democrática foi uma expressiva singularidade política do regime português. Em meados da década de 1940, no fim da Segunda Guerra Mundial, aquando da nova configuração internacional desenhada com a vitória das democracias sobre o regime fascista italiano e o nazismo na Alemanha, o Estado Novo viu-se compelido a introduzir uma certa abertura política. As novas circunstâncias de «pluralismo limitado» viabilizaram a organização da oposição através de movimentos legais e semilegais que congregavam diversas forças ideológicas e políticas.²

² No binómio conceptual fascismo/totalitarismo que até aos anos 70 do século xx dominou a discussão teórica sobre a natureza política das experiências ditatoriais europeias de entre as duas guerras, o salazarismo acomodava-se dificilmente. A perspectiva desenvolvida pelo politólogo Juan Linz, que definiu o «regime autoritário», a partir da análise do franquismo, como um tipo particular de sistema político, permitiu ultrapassar muitos dos impasses na caracterização do regime português. Cf. Juan Linz, «An authoritarian regime: Spain», em *Mass Politics. Studies in Political Sociology*, dir. Erik Allardt, e Stein Rokkan. Nova Iorque: The Free Press, 1970, 251-283, citado em António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de Interpretação*

Mantinhm-se o condicionamento legal e a vigilância, as perseguições e prisões políticas, mas os movimentos de oposição que se sucederam a partir de então, com intensidade variável, foram agentes efectivos de contestação política que puseram pressão sobre o regime.

De modo a consolidarem a sua disseminação e a sua representatividade social, os movimentos e as formações eleitorais de oposição, que congregavam diversas forças ideológicas, adoptaram uma lógica de «especialização» política, o que se traduziu na criação no seu seio não apenas de grupos socioprofissionais, mas também de organizações femininas. No que diz respeito a esses últimos grupos e colectivos, a necessidade de um trabalho específico de consciencialização e mobilização das mulheres era ditada pela percepção de que a população feminina, tradicionalmente arredada do espaço público e mais conservadora, tinha fraca predisposição para a luta política.

Distinguiram-se orientações e dinâmicas diversas na oposição das mulheres ao Estado Novo, desde manifestações de contestação e protestos mais espontâneos e informais protagonizados pelas classes trabalhadoras, até à presença persistente na clandestinidade comunista, passando pelo envolvimento em organizações autónomas como o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP, 1914-1947), assumidamente feminista, ou a *Associação Feminina Portuguesa para a Paz* (AFPP, 1935-1952), posteriormente dissolvidos, cuja defesa da igualdade entre os géneros (pense-se na reivindicação do direito de voto feminino) ou da paz colidiram com a ideologia e as políticas do regime salazarista quanto ao estatuto e ao papel das mulheres na «ordem social».³

A oposição desenvolvida pelas organizações femininas analisadas neste estudo revela características distintivas. Em termos políticos, ideológicos e sociais, essas organizações consubstanciaram um novo paradigma de oposicionismo das mulheres.

Uma perspectiva consolidada na literatura nacional e internacional salienta em que medida os movimentos de mulheres apresentam idiosincrasias organizativas diferentes de outros movimentos sociais,

nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992: 26. As quatro dimensões consideradas na tipologia de Juan Linz características dos regimes autoritários são «pluralismo limitado», «ideologia», «mobilização política» e «liderança carismática».

³ Ver capítulos 1, 2, 3 e 6 neste livro.

nomeadamente quanto às dinâmicas de estruturação e actuação, tendencialmente menos hierarquizadas e formatadas. Sem que tal signifique pressupostos e objectivos pouco enraizados ou explícitos, observam-se muitas vezes tendências organizacionais mais informais e fluídas, núcleos dirigentes menos cristalizados, proximidades e cruzamentos sectoriais, uma distribuição mais horizontal de acções e tarefas, familiaridade entre as militantes. O reconhecimento de que as pesquisas sobre os movimentos de mulheres induzem a «repensar as categorias fundamentais de análise das mobilizações colectivas» é crucial nestes estudos.⁴ A abordagem dos movimentos de mulheres implicou novas interrogações sobre as dicotomias clássicas que alicerçavam as análises sociológicas dos movimentos sociais desde a década de 1970: a oposição entre «política expressiva e política instrumental, activismo identitário e estratégico, mudança cultural e estrutural, acção emocional e racional».⁵ Ao mesmo tempo, essas pesquisas fizeram repensar a pertinência conceptual das divisões categóricas entre espaço privado e público, militantismo e não-militantismo, e movimentos e instituições.⁶ Como Laure Bereni e Anne Revillard frisam, a própria identidade política que as mulheres adquiriram nos movimentos sociais dependeu com frequência de uma condição individual de pertença de género, isto é, uma identidade sexual que tem no espaço privado uma das dimensões fulcrais da sua construção social em todas as esferas da sociedade. Segundo estas autoras, a reflexão acerca das dimensões e das dinâmicas constitutivas do envolvimento militante a partir de identidades «privadas», à primeira vista excluídas do político, deve ser empreendida à luz de novas análises e teorias. A actuação das mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo constitui um exemplo paradigmático da passagem vivencial do «espaço privado» para o «espaço político». Nos percursos de politização de muitas mulheres opositoras estão patentes várias sobreposições da vida pessoal com as esferas pública e política onde a oposição actuava, observadas nas suas famílias de origem, nas suas

⁴ Laure Bereni, e Anne Revillard, «Un mouvement social paradigmatique? Ce que le mouvement des femmes fait à la sociologie des mouvements sociaux», *Sociétés contemporaines*, vol. 1, n.º 85 (2012): 17-41.

⁵ Verta Taylor, e Nancy Whittier, org., Special Issue on Gender and Social Movements: Part 2, *Gender & Society*, vol. 13, n.º1, 1999: 5.

⁶ Bereni e Revillard, «Un mouvement social...».

conjugalidades e famílias constituídas ou nos seus percursos profissionais e redes de sociabilidade, proximidade e amizade.⁷

De acordo com Nancy F. Cott, nas linhas de conceptualização dos movimentos de mulheres deve ser considerada a ligação estreita entre o que ela designa como «feminismo social» – o envolvimento em contestações e reformas sociais globais decorrentes da condição social específica das mulheres – e o que designa como «núcleo duro do feminismo» – o envolvimento fundado numa agenda explícita de combate à discriminação das mulheres e defesa de igualdade de direitos entre os géneros.⁸ Os movimentos femininos de oposição abrem, a esse respeito, um amplo quadro de reflexão, dada a ténue linha divisória que existia entre as reivindicações de melhoria da condição de vida das mulheres e as reivindicações que podem ser entendidas como marcadamente feministas. Não por acaso, várias mulheres pertenceram simultaneamente ao CNMP e a movimentos unitários, ou transitaram daquele para estes.

Comissão Feminina do *Movimento de Unidade Democrática* (1945-1947)

Primeira expressão legal da oposição ao regime, o MUD, organização legal fundada em 1945 na esteira do clandestino *Movimento de Unidade Nacional Antifascista* (MUNAF, 1943), corporizou uma viragem na oposição ao salazarismo, tendo sido o primeiro movimento democrático unitário a formalizar-se após um período mais ou menos silencioso dos oposicionistas, que se seguiu à constituição de grupos de oposição durante os anos trinta. O MUD representou um novo tipo de organização ao congregar abertamente as diferentes facções ideológicas e políticas da oposição. Foi ainda o primeiro a ponderar de forma expressa a mobilização das mulheres, e a proceder, subsequentemente, à organização de um ramo feminino, a Comissão Feminina do *Movimento de Unidade Democrática* (conhecida por MUD

⁷ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002).

⁸ Nancy. F. Cott. «What's in a name? The limits of 'Social Feminism': or, expanding the vocabulary of women's History», *The Journal of American History*, vol. 76, n.º 3, (Dezembro 1989): 809-829.

Feminino), referência incontornável para todos os movimentos de oposição posteriores, que nunca prescindiram de criar a sua própria organizações de mulheres. De todos os movimentos unitários de oposição à ditadura, o MUD foi também aquele que conquistou apoio mais massivo junto de amplos sectores da população.

Grande parte das activistas que participaram nos movimentos oposicionistas pertenciam a uma elite social: provinham de meios privilegiados ou das classes médias urbanas, enquadravam-se em círculos sociais e culturais restritos, casavam com homens da oposição, exerciam profissões liberais e intelectuais. Entre elas contavam-se as primeiras licenciadas e doutoradas nas suas áreas, e haviam adquirido notoriedade por via profissional. Abraçavam o vasto leque de culturas e tradições liberais, republicanas, socialistas e anarco-sindicalistas, ou tinham ligações ocultas ao *Partido Comunista Português* (PCP). Havia adquirido experiências de intervenção e projecção públicas por via profissional ou na participação no CNMP e na AFPP.⁹

O MUD e o MUD Feminino prefiguraram os moldes em que a oposição feminina nos movimentos unitários se configurou até ao fim do Estado Novo. Possibilitaram o nascimento daquela que deve ser considerada a primeira geração de mulheres politizadas e «públicas», com acção recorrente na oposição até ao fim da década de 1950 e início da década de 1960. Para muitas delas, como Maria Lamas (1893-1983), a assinatura das listas para a constituição do MUD foi o primeiro acto político publicamente assumido.¹⁰ Algu-

⁹ Ver os capítulos 1, 2, 3 e 6 deste livro.

¹⁰ Sobre Maria Lamas, ver Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas: Biografia*, Lisboa, Quetzal, 2003. Entre as mulheres que assinaram as listas de constituição do MUD, encontram-se: Irene Lisboa, Maria Lamas, Cesina Bermudes, Isabel Aboim Inglez, Irene de Castro, Manuela Porto, Ilse Losa, Beatriz Almeida Cal Brandão, Elina Guimarães, Virgínia Moura, Maria Leticia Clemente da Silva, Stella Piteira Santos, Maria Helena Correia Guedes, Maria Elvira Cortesão, Maria Branca Lemos, Alda Nogueira, Maria das Dores Cabrita, Irene Cortesão, Maria Barroso, Maria da Graça Amado da Cunha, Maria Keil do Amaral, Josefina Simões, Francine Benoît, Guida Lamy, Maria Estanco Louro, Maria Luísa Costa Dias, Maria Palmira Tito Morais, Maria da Luz Espírito Santo, Laura Borge, Maria Lúcia Vassalo Namorado e Silva, Alice Maia Magalhães, Maria Valentina Trigo Sousa, Cândida Ribeiro Gaspar, Maria Fernanda Silva, Maria Manuela David, Maria Helena Lucas, Hortênsia Neves, Gamboa Abranches, Maria Clementina Carneiro de Moura, Elisa Bacelar, Etefvina Lopes de Almeida, Virgínia Castro, Maria Amélia Cal Brandão, Nazaré Patacão, Natércia Babo, Cecília Areosa Feio. Cf. Gorjão, *Mulheres...*, 188.

mas tornaram-se face ao regime salazarista «inimigas políticas», tendo sido em consequência perseguidas, demitidas de empregos, em muitos casos presas.

As mulheres foram sempre residuais nas estruturas directivas dos movimentos de oposição. Eleita para a última formação da Comissão Central do MUD, em 1946, presidida por Mário de Azevedo Gomes (1885-1965), Isabel Aboim Inglez era a única mulher entre 11 homens. Virgínia Moura (1915-1998), por seu turno, fora a única mulher a ser eleita para a Comissão Executiva da Assembleia de Delegados do MUD do Porto. A cooptação de uma e outra deve ser entendida como figuração simbólica do contributo das mulheres, mesmo se a sua eleição não tinha como objectivo a representação das mulheres nas comissões, justificando-se por elas serem figuras destacadas na oposição. Se, por um lado, essa situação decorre da menor preparação política das mulheres e da sua reduzida presença no espaço público, não pode, por outro lado, ser dissociada da persistência da desigualdade de género e dos estereótipos patriarcais, também enraizados nos meios da oposição.

A especificidade dessas organizações e a especificidade do perfil político das mulheres que nelas militaram são indissociáveis desta circunstância de disparidade no acesso aos níveis superiores do poder político, sendo o protagonismo político feminino muito limitado em cargos directivos. Foi, portanto, nas organizações femininas dos referidos movimentos que elas se puderam destacar.

Em grande medida, a intervenção do MUD Feminino foi determinada pelo propósito que presidiu à criação do MUD – apresentar candidaturas independentes nas eleições para a Assembleia Nacional –, orientando-se expressamente para a luta contra a ditadura e a mudança do regime político:

Há 20 anos vivemos em ditadura. Há 20 anos foi imposto à Nação um governo que não representa a vontade dos portugueses. E durante estes 20 anos sofremos a supressão das liberdades fundamentais e o sistemático terrorismo policial, a par duma angustiante degradação económica e cultural que nem mesmo a imprensa censurada e a propaganda oficial são capazes de iludir. Apesar de todas as perseguições policiais os democratas portugueses insistem na realização de eleições livres, única

forma viável de se constituir um governo que verdadeiramente represente a vontade nacional.¹¹

Persuadir as mulheres a recensearem-se e a votarem na oposição democrática consistiu na sua tarefa primordial: «que se recenseiem todas as mulheres que o possam desde já fazer, para que, em futuras eleições, escolham um governo capaz de apreciar a sua colaboração e de mostrar desassombadamente, que as não teme no domínio político». ¹² Foi nesse plano que as organizações femininas vinculadas aos movimentos de oposição definiram as suas identidades colectivas. Contudo, a dimensão mais importante da oposição esteve associada a outra mobilização irrefutável, constituída em torno da condição de género. Com efeito, as mulheres ligadas a essas organizações exprimiram-se e agiram enquanto *mulheres*, conscientes das discriminações a que as mulheres estavam sujeitas e dos obstáculos que tinham de enfrentar. Essa condição de género conferiu uma especificidade clara à sua actividade política. No estudo dos movimentos sociais, segundo Myra Marx Ferree e Carol McClurg Mueller ser mulher constitui «uma categoria distinta a representar no espaço, no interior ou contra outras alianças ou identidades potencialmente concorrentes». ¹³

O documento que estabeleceu o programa de base do MUD Feminino, apresentado à Comissão Central do MUD e publicado no jornal *Diário de Lisboa* em Outubro de 1945 com o título «As mulheres e o movimento de oposição», teve como responsáveis Alice Maia Magalhães, Carminda Xavier Nunes, Cesina Bermudes, Elina Guimarães, Guida Lamy, Hermínia Augusta Grijó, Irene Lisboa, Jerónima Vinagre, Maria Augusta Veiga de Oliveira, Isabel Aboim Inglez, Maria Lamas, Maria de Lourdes de Oliveira, Maria Palmira Tito de Morais e Maria Valadares. ¹⁴ Nele era reclamado um

¹¹ Circular n.º 5 da Comissão Distrital Feminina do Porto do MUD, s/d., Fundação Mário Soares, Pasta 02969. 054, imagem 2.

¹² Movimento de Unidade Democrática, Comissão Distrital Feminina do Porto, Dezembro de 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 2969.054, imagem 3-4.

¹³ Myra Marx Ferree, e Carol McClurg Mueller, «Feminism and the women's movement: a global perspective», em *The Blackwell Companion to Social Movements*, dir. David A. Snow, Sarah A. Soule e Hanspeter Kriesi, (Oxford: Blackwell, 2004), 576-607.

¹⁴ «As mulheres e o movimento de oposição», *Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1945.

novo estatuto social para as mulheres, ainda que no apelo à sua consciência e à sua intervenção políticas fosse invocado o argumento, em que grande parte da população feminina se revia, da sua responsabilidade materna. O recurso a esse argumento é revelador da coexistência e ambivalência, no seio dessas organizações, entre novas aspirações de igualdade e concepções tradicionais do papel das mulheres na família:

a mulher portuguesa está, por consequência, repetimos, profundamente interessada na democracia portuguesa, porque, a todas as razões que os homens podem invocar em favor dela, têm de somar esta que especialmente lhe diz respeito, por ser a mãe o principal educador dos seus filhos.¹⁵

Sabe-se como é comum, sobretudo em determinados contextos históricos e sociais, a existência de uma certa dualidade nos actores sociais quanto às questões de género, que passa pela simultânea defesa de valores de emancipação das mulheres e, por outro lado, a aceitação de valores tradicionalistas a seu respeito. Essa dualidade é compreensível na medida em que «há múltiplas maneiras de pensar as mulheres e repensar os seus interesses que coexistem no seio dos movimentos, por vezes de maneira conflitual».¹⁶ Daí a importância, em termos conceptuais, de entender as fronteiras entre movimentos feministas e não feministas como sendo permeáveis, e não estanques, pois «o espaço das causas das mulheres inclui um *continuum* de posições entre militantismo ‘feminista’ e ‘feminino’».¹⁷

Tal como todas as organizações de mulheres ligadas aos movimentos unitários que surgiram mais tarde, o MUD Feminino constituiu-se como uma plataforma de contestação dos modelos femininos do regime salazarista, denunciando as dificuldades do quotidiano das mulheres na família, no trabalho, na assistência social e na política.

¹⁵ «As mulheres e o movimento de oposição», *Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1945.

¹⁶ Laure Bereni, «Penser la transversalité des mobilisations féministes: l’espace de la cause des femmes», em *Les féministes de la 2ème vague*, dir. Christine Bard (Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012), 27.

¹⁷ Bereni, «Penser la transversalité...», ..., 35.

A dissidência face à vinculação primordial das mulheres ao espaço privado, a par da reivindicação de direitos políticos e sociais, suscitou várias publicações do MUD Feminino:

o dever de colaboração política no seu país também pertence à mulher. [...] A mulher é, ainda que pese a alguns, uma força política poderosa. Há, no entanto, quem diga que a mulher é para a casa, exclusivamente para a casa. Nem sequer os direitos de uma profissão fora de casa lhe querem conceder; muito menos o seu direito, e ao mesmo tempo dever, de interferir na política.¹⁸

Uma das críticas mais recorrentes visou as restrições do direito de voto feminino: «[a] lei eleitoral é injusta especialmente para com as mulheres, porque lhes nega o direito de voto na maior parte dos casos [...], mesmo quando elas trabalham no campo, na fábrica e na oficina e têm a responsabilidade da casa, a educação das crianças e a orientação económica da vida familiar».¹⁹

Além da Comissão Distrital Feminina de Lisboa, a Comissão Distrital Feminina do Porto teve um número considerável de adesões e desenvolveu intensa actividade, publicando um Boletim regular e promovendo contactos alargados com mulheres. Amélia Cal Brandão, Beatriz Almeida Cal Brandão, Natércia Babo, Maria Manuela David, Maria Branca Lemos, Irene de Castro, Maria Elvira Cortesão e Irene Cortesão, que se destacaram nessa comissão, também pertenceram todas à delegação da AFPP daquela cidade.²⁰

Embora a maioria das dirigentes fizesse parte de uma elite social, não deixaram de procurar mobilizar mulheres de outros meios sociais, nomeadamente operárias, a quem dirigiram expressamente circulares e comunicados, canais privilegiados no apelo à participação feminina. Por exemplo, uma circular da Comissão Feminina do MUD a apelar à participação na homenagem aos combatentes do 31 de Janeiro, apresentada como «demonstração popular de fé democrática», era

¹⁸ *Boletim n.º 2*, Movimento de Unidade Democrática, Comissão Distrital Feminina do Porto, s/d., Fundação Mário Soares, Pasta 2969. 054, imagem 5-6.

¹⁹ «Recenseamento», Circular da Comissão Distrital Feminina do Porto do MUD, Dezembro 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 02969. 054, imagem 3.

²⁰ Ver o capítulo 6 neste livro.

dirigida «Às mulheres trabalhadoras!».²¹ Era frequente o incentivo à participação em manifestações e acontecimentos públicos: «que todas as Mulheres democráticas desfilem na Avenida», dizia-se noutra circular.²²

Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos* (1948-1949)

A candidatura unitária do General Norton de Matos às eleições para a presidência da República de 1949, conseguiu congregiar novamente as várias sensibilidades políticas dos meios da oposição e teve forte repercussão pública, contando com uma adesão popular sem precedentes. Contudo, divergências internas quanto à opção de manter ou retirar a candidatura iriam fracturar a unidade oposicionista. A Comissão Central acabou por decidir pela desistência, denunciando assim a ausência de liberdade eleitoral.

Fomentar a mobilização das mulheres voltou a ser um pressuposto assumido pela Comissão Central, que criou uma organização de mulheres nas suas estruturas: a Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos*, com delegações em Lisboa e no Porto. Diversas mulheres dessa comissão já eram conhecidas nos meios da oposição, dado o seu percurso anterior de intervenção política.

A presença feminina em lugares de responsabilidade directiva permanecia, no entanto, escassa: Isabel Aboim Inglez foi a única mulher a integrar a Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos*, ao lado de 14 homens; e Virgínia Moura foi a única mulher nomeada para uma comissão distrital, no caso a do Porto, ao lado de 5 delegados. Não obstante, as mulheres tiveram nessa campanha grande visibilidade, mais do que anteriormente, sucedendo-se discussões da sua situação social por todo o país, em sessões, palestras e encontros promovidos pelas representantes da Comissão Eleitoral Feminina e pela Comissão Central. O contributo

²¹ Circular da Comissão Feminina do MUD, cerca de 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 02968. 018.004, imagem 1.

²² Circular n.º 5 da Comissão Distrital Feminina do Porto do MUD, s/d., Fundação Mário Soares, Pasta 02969. 054, imagem 2.

político das mulheres para a campanha do general José Norton de Matos seria elogiado por Mário Azevedo Gomes, numa sessão da Comissão Eleitoral Feminina: «sentimos nesta colaboração que nos é dada, a nós, homens, democratas e liberais, pela Mulher, uma das mais consoladoras inovações do presente para com o passado, tão raros eram, dantes, os casos de colaboração feminina qualificada nos nossos arraiais».²³

Mostraram-se particularmente empenhadas no trabalho desta campanha Cesina Bermudes, à frente da direcção da Comissão Feminina de Lisboa, Maria Lamas, Irene Lisboa, Ema Quinta Alves, Manuela Porto, Maria Emília Tito de Morais, Alda Nogueira, Maria das Dores Cabrita, Ermelinda Cortesão, Maria Luíza Almeida, Irene de Castro, Maria Elvira Cortesão, Maria Branca Lemos e Irene Cortesão.

É notória a radicalização do conteúdo político dos discursos proferidos e publicados pelas mulheres, em que são abundantemente tratados temas como a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias constitucionais (liberdade de imprensa, de reunião, de pensamento), a revisão da lei eleitoral para garantir eleições livres, a defesa da democracia parlamentar, as linhas directrizes do movimento de oposição, a luta contra o regime salazarista. Cesina Bermudes diria, categórica: «Desejamos, eu e os que me rodeiam, acabar para sempre com o fascismo em Portugal».²⁴ Antes da retirada da candidatura, Bermudes já tinha reflectido sobre as indesejáveis repercussões que a participação nas eleições comportava:

Não podemos aceitar a situação de ser vencidos por uma burla eleitoral; de legitimar com a nossa respeitabilidade uma votação fraudulenta. Perante o estrangeiro iríamos consagrar uma fantochada, porque lá fora se desconhecem os processos tortuosos da ditadura. A opinião pública dos países democráticos aceitará como bons os resultados de umas eleições às quais nós sempre afirmámos que só concorreríamos se fossem livres, julgará que fomos vencidos por sermos uma minoria em vez de compreender que fomos impedidos de exprimir nas urnas a

²³ Discurso proferido por Azevedo Gomes, em *As Mulheres de Portugal*, Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos (*Colectânea de Discursos Pronunciados para Propaganda da Candidatura*), Lisboa, 1949, 6.

²⁴ Comissão Feminina dos Serviços de Candidatura do General Norton de Matos, s. l., s/d.

legítima vontade nacional. Por isso afirmo que, se não nos forem concedidos novo recenseamento e fiscalização inofismável das urnas, o caminho que os democratas devem seguir é a abstenção.²⁵

Durante a sua actuação, a Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos* apresentou reivindicações específicas como a abolição da regulamentação da prostituição, a protecção à família e à infância, a reforma da instrução pública, a melhoria das condições de vida das trabalhadoras, salário igual para trabalho igual, a equiparação jurídica entre ambos os sexos, a assistência social e a garantia do sufrágio feminino universal. O lugar subordinado que o Estado Novo reservava às mulheres no espaço público e político era recorrentemente denunciado nas sessões de esclarecimento.

Num dos mais importantes encontros promovidos pela Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos*, que decorreu na Voz do Operário, em Lisboa, em Janeiro de 1949, além de uma mensagem de Isabel Aboim Inglez lida por Ema Quintas Alves, houve discursos proferidos por Maria Lamas e Manuela Porto, bem como intervenções de Irene Bártolo Russel em representação das camponesas, Lídia França Pereira em representação das operárias e Maria Helena Novais em representação da «Juventude Feminina Progressiva».

Nesse encontro, Manuela Porto declarava o compromisso com a luta democrática de todas as mulheres, mais precisamente, a intenção de continuar a

falar, argumentar, protestar até que, livremente, e sem qualquer espécie de subterfúgios nos seja consentido que, por meio do nosso voto, apoiemos a candidatura de [...] Norton de Matos, símbolo, para nós, da libertação, empregando em tão nobre acto cívico aquela convicção e vigor que nos são dadas por nos vermos forçadas a expressar assim não só a nossa própria vontade, mas a vontade daquelas a quem, apesar do inhumano esforço que lhes é exigido, não foi sequer dada voz...²⁶

²⁵ Discurso proferido por Cesina Bermudes, em *As Mulheres de Portugal...*, 97-98.

²⁶ Discurso proferido por Manuela Porto, em *As Mulheres de Portugal...*, 44.

Era também referido o «desprezo face às mulheres» nas orientações políticas, económicas e culturais do governo, sendo enumerados os problemas com que se defrontavam na vida quotidiana. Maria Lamas, que fora a última presidente do CNMP, até à dissolução deste em 1947, adopta um tom marcadamente feminista, assumindo os princípios feministas e democráticos na defesa da igualdade entre os sexos, mas também na crítica do modelo feminino preconizado pelo salazarismo, que excluía qualquer ideia de emancipação. Nas suas palavras: «Será que a mulher, preparada para colaborar eficazmente na vida pública da nação, ofende a moralidade do Estado Novo?»²⁷ Ao criticar as políticas salazaristas de enquadramento das mulheres, Maria Emília Tito de Moraes estabelece uma analogia com as políticas de enquadramento das mulheres instituídas pelo regime nazi. Segundo ela, o Estado Novo elegia como «marco orientador a célebre fórmula hitleriana ‘*kinder, küche, kirche*’ (ter filhos, cozinhar e ir à igreja)» – uma fórmula que, como a historiadora alemã Gisela Bock clarificou, foi erroneamente atribuído a Hitler, não tendo na realidade sido criado, nem sequer propagado, pelo regime nazi.²⁸

Movimento Nacional Democrático Feminino do *Movimento Nacional Democrático* (1949-1957)

O Movimento Nacional Democrático Feminino, ramo do *Movimento Nacional Democrático* (MND), foi a única organização de mulheres a ser acusada pelo regime de ilegalidade. Formado em 1949, o MND estava empenhado, sobretudo, em retomar e reorganizar a estratégia unitária da oposição, procurando assumir-se como continuador do MUD. Porém, a influência preponderante que nele tinha o sector comunista inviabilizou a atracção dos sectores republicanos e liberais da oposição, impedindo também que beneficiasse de idêntico

²⁷ Discurso proferido por de Maria Lamas, em *As Mulheres de Portugal...*, 22-23.

²⁸ Gisela Bock, «Antinatalism, maternity and paternity in national socialist racism», em *Maternity and Gender Policies: Women and the Rise of the European Welfare States, 1880s-1950s*, org. Gisela Bock, e Pat Thane (Nova Iorque: Routledge, 1991), 240.

estatuto de legalidade. Logo no primeiro ano, foram presos todos os elementos da Comissão Central, a que pertenciam Maria Lamas e Virgínia Moura, em representação, respectivamente, de Lisboa e do Porto. Essa seria, para ambas, a primeira de uma série de prisões enquanto «inimigas políticas» do regime. Eles foram libertados pouco tempo depois, na sequência de uma onda de protestos públicos contra a sua detenção. Mas em 1952, os membros da direcção do MND voltariam a ser presos; e em 1954, deu-se a prisão de alguns dirigentes, entre os quais Virgínia Moura.

A premissa específica da mobilização feminina manteve-se, tendo sido criado o Movimento Nacional Democrático Feminino, que congregou várias mulheres que haviam participado na anterior Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Norton de Matos*: Isabel Aboim Inglez, Virgínia Moura, Cesina Bermudes, Manuela Porto, Ema Quintas Alves, Ermelinda Cortesão, Eugénia Fernandes, Vitalina Machado, Antónia Farracha e Maria das Dores Cabrita, foram algumas das mulheres que pertenceram à Comissão Central do Movimento Nacional Democrático Feminino. Além de Lisboa, seriam organizados núcleos de delegadas em Sacavém, no Barreiro, em Cascais e no Algarve.

Reconhecendo a crescente mobilização feminina dos últimos anos, a primeira circular publicada pela Comissão Central provisória do Movimento Nacional Democrático Feminino, em Maio de 1949, expõe os seus objectivos:

Considerando o interesse sempre manifestado pelas mulheres portuguesas na luta pela conquista da Democracia, comprovado entusiasticamente durante o passado período de campanha eleitoral, em que a sua colaboração tanto se fez sentir, quer participando em sessões públicas, quer colaborando em comissões eleitorais, um grupo de mulheres democratas portuguesas, de vários pontos do País, reunidas em Assembleia, deliberou: 1. Prosseguir o movimento reivindicativo iniciado em 1945 para a conquista das liberdades fundamentais; 2. Ampliar esse movimento dedicando particular atenção aos aspectos económicos, social e moral da vida da mulher, tendo em vista a resolução dos seus problemas, para os quais mais do que ninguém, elas têm o dever de dar a sua colaboração; 3. Fomentar e auxiliar todas as iniciativas de carácter progressivo levadas a cabo por mulheres quaisquer que sejam os seus credos

políticos ou religiosos, quaisquer que sejam as suas condições sociais;
4. Eleger uma Comissão Central Feminina integrada no Movimento Nacional Democrático e em estreita colaboração com este.²⁹

Proseguiu-se a tática de envolver mulheres de todos os meios sociais, recorrendo-se para isso, em particular, ao associativismo local e profissional. Na circular atrás citada era afirmado que,

a fim de que o Movimento Democrático Feminino se amplie e se estenda a todos os sectores da actividade feminina, a Comissão Central Provisória do Movimento Nacional Democrático Feminino apela para que todas as mulheres democratas se organizem em comissões locais e profissionais, lutem pela resolução dos seus problemas básicos: habitação, salários, higiene, protecção à mulher e à criança, etc.³⁰

Em Setembro de 1949, a polícia política instaurou um processo de acusação a Cesina Bermudes e Maria das Dores Cabrita, delegadas de Lisboa, e a Antónia Farracha, delegada do Algarve, por se «confessarem aderentes de uma organização política ilegal, contrária ao governo da Nação» e porque «procediam à distribuição de propaganda política clandestina na cidade de Lisboa e nalgumas partes da Província».³¹

Face ao cenário expectável de ser classificado de «organização política ilegal», o Movimento Nacional Democrático Feminino passou a agir com grande prudência nas acções públicas de propaganda e mobilização. A nível central e nas comissões especializadas revela-se o propósito de omitir os fins políticos fulcrais. Cite-se uma circular interna de «instruções confidenciais», distribuída às aderentes do Movimento Nacional Democrático Feminino, que clarifica as orientações que deveriam nortear uma recolha de assinaturas:

²⁹ Movimento Nacional Democrático Feminino. Comissão Central Provisória. Circular n.º 1: Às Mulheres Democratas Portuguesas, Lisboa, Maio 1949. Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028.

³⁰ Movimento Nacional Democrático Feminino....

³¹ «Continuação do auto de perguntas a Cesina Adães Bermudes e Maria das Dores Cabrita, Lisboa, 14 de Dezembro de 1949». Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028, fl. 116.

Enviamos um exemplar para mandar tirar numerosas fotocópias e promover uma colheita de assinaturas, sem insistir com as pessoas que manifestem receio, porque o que interessa é que o documento *seja lido* por centenas de mulheres, principalmente não democratas. [...] O que interessa é dar a maior publicidade ao caso e não o número de assinaturas. [...]. Através dele poderemos classificar as mulheres conforme a reacção que tiverem à leitura e ficar sabendo quais aquelas com que poderemos contar. Propomos que as democratas que recolham assinaturas organizem para o Movimento Nacional Democrático Feminino listas de nomes baseadas nessa reacção, para sabermos a quem convém mandar o boletim e outra literatura. Pode uma mulher não assinar e mostrar tanto interesse e indignação que fique colocada na lista de bons elementos [...] Quando essas pessoas sejam politicamente de confiança deveremos mandar um exemplar destas instruções, que são reservadas aos democratas, pois que o aspecto com que pretendemos apresentar a questão para os indiferentes e situacionistas é um aspecto não político.³²

As actividades que o Movimento Nacional Democrático Feminino conseguiu dinamizar foram em muito condicionadas devido à inferência por parte do regime do predomínio comunista no movimento, o que explica a inflexibilidade na sua vigilância e perseguição. Querendo assumir uma estratégia unitária alargada que fosse ao encontro do maior número de mulheres, o MNDF teve uma capacidade de intervenção pública bastante limitada. Em 1951, Maria das Dores Cabrita seria chamada a discursar, enquanto representante do movimento na campanha da candidatura de Ruy Luís Gomes a presidente da República, lançada pelo MND, abordando, em particular, as restrições ao direito de voto das mulheres. O MND seria definitivamente proibido em 1957.

³² Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028.

Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Arlindo Vicente* (1958)

Depois de o governo considerar Ruy Luís Gomes inelegível e suspender a sua candidatura à Presidência em 1951, a oposição unitária esmoreceu, devido à intensa repressão do regime. No entanto, uma nova conjuntura de forte contestação política seria inaugurada em 1958 com o anúncio das candidaturas presidenciais de Arlindo Vicente e de Humberto Delegado. Inicia-se então um novo ciclo de mobilização contra a ditadura, apesar do confronto inicial entre as duas candidaturas, que veio pôr a nu a cisão entre posições políticas e ideológicas no campo da oposição.

Embora contasse com o apoio dos socialistas, Arlindo Vicente seria identificado como o candidato do partido comunista, o que impediu a constituição de uma frente comum e comprometeu o impacto da sua campanha. Esta conseguiu, não obstante, imprimir alguma dinâmica de mobilização através de comícios realizados pelo país que tiveram uma certa expressão política.

Assistiu-se a um envolvimento inequívoco das mulheres nas estruturas e nas actividades da candidatura, com a cooptação de Maria Isabel Aboim Inglês e Lília da Fonseca para a Comissão Central, e a escolha de várias mulheres para discursar em encontros e comícios. Como em anteriores movimentos de oposição, foi criada uma Comissão de Mulheres de apoio à candidatura, focada na contestação da legitimidade do regime, e mais uma vez incumbida de atrair o eleitorado feminino. Apesar de essa comissão não ter chegado a ser formalizada, Cesina Bermudes assumiu a sua direcção, por acordo tácito entre as aderentes. Várias figuras femininas de reconhecido prestígio nos círculos da oposição associaram-se à campanha. Pertenceram à delegação de Lisboa Ermelinda Cortesão, Alice Santos, Maria Elsa Faria, Maria José Rodrigues, Maria Luísa dos Santos Lucas, Maria Teresa Vicente, Lília da Fonseca, Hortensa de Almeida, Maria Amélia Alçada Padez. A do Porto foi composta por Virgínia Moura, Irene Castro, Virgínia Castro, Maria Alcina Cunha, Aurora Araújo Lima, Emília Verdial, Olívia Vasconcelos, Natália David Campos e Maria Silva.

Conotada com os comunistas, e perante o enorme entusiasmo popular gerado por Humberto Delgado, a candidatura de

Arlindo Vicente acabaria por ser retirada e por ser celebrado um pacto de união com a do rival. Nessas circunstâncias, a actividade pública daquela comissão terá sido pouco expressiva. Não se conseguiu localizar documentação que permita reconstituir tal actividade, mas é possível supor que as reivindicações e críticas às políticas do Estado Novo relativamente às mulheres estariam alinhadas com as que as anteriores organizações congéneres haviam formulado. Vários elementos da Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Arlindo Vicente* iriam juntar-se à Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Humberto Delgado*.

Comissão Feminina Eleitoral da *Candidatura Presidencial de Humberto Delgado* (1958)

Depois de Arlindo Vicente abdicar como candidato às eleições presidenciais de 1958, e com a oposição unida numa frente comum, a candidatura de Humberto Delgado tornou-se o catalisador de uma nova ofensiva contra o salazarismo. Apresentada como representante da «Oposição Independente», a sua campanha teve uma repercussão inesperada junto de vastos sectores da população, frequentemente silenciosos, que compareceram em massa nas manifestações de apoio ao candidato em Lisboa e no Porto. Ao mesmo tempo, a contestação ao regime alargou-se a sectores católicos progressistas e monárquicos, outrora ausentes do campo da oposição. Beneficiando de um apoio sem precedentes, dando expressão ao descontentamento com o Estado Novo numa escala inédita, e ao assumir, por força das circunstâncias, uma contundência sem qualquer paralelo em eleições anteriores, a campanha de Humberto Delgado abriu uma grave crise de legitimidade do regime, provocando, inclusive, algumas cisões no seu interior. Tornava-se então credível a hipótese de derrube do regime por via eleitoral.

Durante a campanha, os problemas que atingiam a população feminina foram abordados em vários discursos e intervenções, reflectindo a predisposição consolidada nos meios oposicionistas para integrar esses problemas na sua agenda política. Num artigo escrito em 1943, Humberto Delgado já se debruçara sobre a situação da população feminina, defendendo o imperativo da sua promoção social e

política, e apontando a importância de os povos latinos, que considerava mais atrasados, seguirem o exemplo das políticas de promoção das mulheres no Reino Unido.³³ Ao longo da campanha, o protagonismo das mulheres adquiriu um vigor assinalável, ora agindo de modo informal, ora organizadas em torno da Comissão Feminina de apoio a essa candidatura. No âmbito da Comissão Feminina surgiram delegações em Lisboa e no Porto às quais pertenceram, entre outras, Maria Barroso, Vera Lagoa, Natália Correia, Maria Elvira Cortesão, que «organizavam reuniões de discussão de problemas, actividades em vários pontos do país, espectáculos, recitais de poesia».³⁴ Também Isabel Aboim Inglês, Virgínia Moura e Cesina Bermudes estiveram entre as mulheres que apoiaram e intervieram activamente na campanha.

Novamente, a estratégia de actuação da Comissão Feminina Eleitoral direccionou-se para o eleitorado feminino, com o objectivo maior de substituir a Presidência pelo candidato democrático, pondo fim ao salazarismo. A natureza desse quadro alargado da intervenção feminina é explicitada por Maria Varela Gomes, uma activista muito envolvida na campanha, e a quem viria a ser instaurado um processo disciplinar na sequência da repressão pós-eleitoral: «o problema das mulheres também interessava, mas o problema do povo em geral era mais importante, e aí as mulheres estavam também incluídas, porque também não havia liberdade para as mulheres enquanto não houvesse para toda a gente».³⁵

No período da campanha, o regime proibira comícios de Humberto Delgado, accionara medidas intimidatórias, apreendera boletins de voto da lista da oposição. Após a eleição do candidato da União Nacional, Américo Tomás, o governo salazarista reviu a lei eleitoral, substituindo a possibilidade do sufrágio directo para a eleição do presidente da República pelo processo colegial.

³³ Humberto Delgado, «Mulheres de armas», *Diário de Notícias*, 23 de Novembro de 1943, citado em Linda Dawn Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)* (Lisboa: Salamandra, 1988), 182.

³⁴ Entrevista a Maria Barroso, em Gorjão, *Mulheres...*, 211.

³⁵ Entrevista a Maria Eugénia Varela Gomes, em Gorjão, *Mulheres...*, 210.

Comissão de Mulheres da *Comissão Democrática Eleitoral* e Núcleo Feminino da *Comissão Eleitoral de Unidade Democrática* (1969)

Durante os anos de 1960, a expressão do protagonismo organizado das mulheres diminuiu consideravelmente, acompanhando o refluxo dos movimentos de oposição. Muitas daquelas que haviam sido protagonistas da oposição retiraram-se da esfera política por circunstâncias pessoais. Essa geração de mulheres, que chegara à vida adulta nas décadas de 1940 e 1950, foi substituída pela geração que iniciou a vida activa na década seguinte – eram mulheres provenientes de meios sociais e culturais igualmente privilegiados, mas presumivelmente mais preparadas do ponto de vista ideológico e político.

Brechas importantes nas antigas alianças do Estado com a Igreja e com os militares, a contestação à guerra colonial, as greves estudantis em 1962 e 1969, uma agitação social generalizada – todas estas circunstâncias fragilizaram o regime no período de governação de Marcelo Caetano. Num contexto de abrandamento da repressão, o governo autorizou a realização do II Congresso Republicano de Aveiro em 1969, onde foram reafirmadas as estratégias unitárias da oposição e lançadas as bases para a elaboração da «Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática», ratificada por todas as comissões da oposição que em Janeiro haviam formado a Comissão Promotora de Voto.³⁶ Aí foram ainda sublinhadas algumas importantes alterações legislativas respeitantes ao enquadramento social e político das mulheres.³⁷

³⁶ Raby, *A Resistência...* De entre os quarenta prestigiados oposicionistas que compunham a Comissão Promotora de Voto, havia duas mulheres: Maria Keil do Amaral e Maria Joana de Meneses Lopes. Cf. «Ex.^{mo} Senhor Presidente do Conselho de Ministros. A Comissão Promotora de Voto», Fundação Mário Soares, Pasta 2587. 022, imagem 11-12.

³⁷ A obrigatoriedade de autorização do marido para a saída das mulheres do país foi retirada na revisão do Código Civil em 1969; a discrepância formal na igualdade entre mulheres e homens foi, revista com a supressão do princípio «a bem da família», vinculado às mulheres na Constituição; a promulgação da nova Lei Eleitoral n.º 2 317, em Dezembro de 1968, que decretou serem eleitores todos os cidadãos que soubessem ler e escrever, alargou o direito de voto feminino.

A intensidade da contestação ao regime recrudescu atingindo sem precedentes a legitimidade oficial. No fim dessa década, a oposição recuperou a capacidade organizativa e concorreu com listas independentes às eleições legislativas de Outubro de 1969, optando dessa vez pela participação no acto eleitoral até às urnas. Todavia, a base das exigências políticas comuns revelou-se insuficiente para contornar as incompatibilidades entre diferentes tendências e sensibilidades da oposição relativamente à organização e ao funcionamento das plataformas eleitorais, assim como à política colonial e aos caminhos necessários ao processo democrático.

Fracturada a unidade eleitoral, foram formalizadas duas comissões de candidatura, a CDE, constituída sobretudo por comunistas e socialistas independentes, e a CEUD, apoiada pelos socialistas da Acção Socialista Portuguesa e alguns sectores católicos e monárquicos. Nos círculos em que as duas comissões apresentaram candidatos, seguiu-se a mesma lógica programática: canalizar e capitalizar a vaga de descontentamento social instalada, «promover eficazmente a formação e o desenvolvimento de uma verdadeira consciência democrática [...] e elaborar as coordenadas em que a luta vai decorrer».³⁸ Além da revisão da lei eleitoral para garantir a igualdade entre as candidaturas às eleições, exigência que fundamentou a proposta de extinção da União Nacional, surgiram os grandes temas da constituição de partidos políticos legais, do fim da guerra colonial, do encerramento das prisões políticas, da transformação do sistema económico corporativo, dos caminhos de instauração de um regime democrático por via da evolução ou da substituição do sistema autoritário.

Numa primeira observação dos documentos centrais da campanha da CDE e da CEUD, é significativo constatar a omissão de qualquer referência à questão dos problemas das mulheres, em contraste com a atenção dada à «Juventude Democrática». Nas declarações dos alicerces programáticos e organizativos da CDE, alinhavadas no *Boletim n.º 2*, de Agosto de 1969, que explicita a orientação e os pontos de actuação da Plataforma comum da Acção democrática, e no «Documento nº1 Ao Povo do Distrito de Lisboa», de Setembro, quase

³⁸ «Informação», comunicado da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa, 26 de Agosto de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.122, imagem 4.

nenhuma linha se refere às mulheres.³⁹ Também no comunicado principal de apresentação dos objectivos dos candidatos da CEUD, em que se declara que as eleições não iriam ser «aquelas genuínas e livres que o Povo tanto anseia», a condição social das mulheres é elidida tanto da reflexão sobre a situação política do país como da identificação dos problemas considerados prioritários a nível nacional e distrital.⁴⁰

Noutras publicações simultâneas, mantêm-se formulações tradicionais do «papel» social das mulheres. Um tal tradicionalismo pode ser compreendido como integrando uma estratégia consciente de mobilização alargada da população feminina, todavia não deixa de reflectir os preconceitos reflectem os preconceitos e a discriminação que subsistiam nos meios da oposição. Em dois panfletos que apelam ao voto das mulheres, a CEUD declara:

Mãe! O futuro já nasceu ou vai nascer de ti. Nos teus filhos estão os homens que construirão o mundo de amanhã. Não debes por isso ficar à margem dos debates sobre os problemas do presente, a educação, a saúde, as reformas, a velhice. A CEUD defenderá nas próximas eleições o teu futuro e o futuro dos teus filhos.⁴¹

Dona de Casa! Não penses que o assunto das eleições só diz respeito aos homens. As despesas das tuas casas somam-se todos os dias. A vida torna-se cada vez mais dura. Vem ajudar-nos a expor os teus e os nossos problemas. A CEUD pensa em ti e no futuro dos teus filhos.⁴²

Na totalidade, são mínimas as alusões às mulheres. O Resumo do Programa Político da CEUD de Lisboa afirma que «também tem de rever-se a legislação sobre o trabalho das mulheres a fim de conseguir-se salário igual para trabalho igual e acesso a todas

³⁹ «Documento n.º 1 ao povo do distrito de Lisboa», 2 de Setembro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.122.

⁴⁰ «Ao povo do distrito de Lisboa», 29 de Setembro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta: 05790.007.

⁴¹ «Mãe! Vota na lista da CEUD», Panfleto apelando às mães para o voto na lista da CEUD, Outubro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.034.

⁴² «Dona de casa! Vota na lista da CEUD», Panfleto apelando às mulheres domésticas para o voto na lista da CEUD, Outubro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.035.

as categorias profissionais».⁴³ Um comunicado em que a CDE se apresenta como representante dos interesses da classe trabalhadora – no qual surgem os nomes de duas candidatas, Glória Marreiros e Rosalina Pinho – é dirigido aos homens trabalhadores, exigindo o salário mínimo obrigatório, a liberdade sindical e o direito à greve.⁴⁴ Também a CEUD, na mensagem eleitoral publicada na edição «Documentos de uma Campanha», ignora qualquer alusão à «condição feminina».⁴⁵ Na «Proclamação da CEUD», surge apenas uma breve referência:

Para todos aqueles que agora saudamos e dirigimos o nosso chamamento: povo sofredor da cidade e do distrito do Porto, povo da terra e das fábricas, pescadores e estudantes, comerciantes e empregados, mulheres e homens. É por vós todos e só por vós, pelo vosso futuro e pelos vossos filhos, que vos pedimos o voto.⁴⁶

Contudo, o compromisso de garantir o trabalho político das mulheres estava claramente interiorizado pela oposição, em coerência com a proposta de traduzir a «realidade social e popular» em grupos socioprofissionais, femininos e estudantis. Ainda assim, por comparação com os movimentos de oposição precedentes, é notória uma mudança na presença e no protagonismo das mulheres, podendo concluir-se que emergiu um novo ciclo na sua actuação.

Um primeiro aspecto a salientar é a sua maior presença nas diversas estruturas da campanha, embora ainda muito desigual face à presença masculina. O número de delegadas concelhias na CDE foi expressivo: Irene Portela (Lisboa), Isabel Soares (Lisboa), Maria de Lurdes Abreu Graça (Cascais), Maria Lucília Miranda Santos (Torres Vedras) e Rosalina Pinho (Vila Franca de Xira). Ao nível dos sectores socioprofissionais, Maria Isabel César Anjo e Natália Chaves

⁴³ Resumo do Programa Político da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, CEUD de Lisboa, Outubro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.120, imagem 4.

⁴⁴ «Os salários e o custo de vida», comunicado da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa (CDE), cerca de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta: 05790.114.

⁴⁵ «Documentos de uma Campanha. A CEUD do Porto e as Eleições de Outubro de 1969», Edição da Comissão Eleitoral da Unidade Democrática (CEUD), s/d., Porto, 24.

⁴⁶ «Proclamação da CEUD. Ao Povo do Distrito do Porto», 8 de Outubro de 1969.

representaram as professoras primárias. Luísa Amorim foi delegada na Comissão de Estudantes.⁴⁷ Da Comissão de Mulheres faziam parte 11 delegadas. Rosalina Pinho era a única mulher com assento na Comissão Coordenadora, ao lado de 11 delegados. Eugénia Moura e Isabel do Carmo integraram a Comissão Política, composta por 17 elementos.

Um segundo aspecto relevante diz respeito ao número de candidatas apresentadas pela CDE e pela CEUD. Nas eleições legislativas ao longo de todo o Estado Novo, as candidaturas de mulheres representaram uns diminutos 5,1%.⁴⁸ Foi nas eleições de 1969 que elas tiveram maior presença nas listas da oposição. A CDE apresentou seis candidatas: Maria Margarida Braga Malvar (Braga), Silvina Augusta de Almeida (Guarda), Rosalina Rodrigues Caetano Pinho e Glória Maria Marreiros da Cunha (Lisboa), Virgínia Moura (Porto), Maria Barroso (Santarém). E concorreram pela CEUD três mulheres: Etelvina Lopes de Almeida e Joana Morais Sarmento de Barros Baptista (Lisboa), Sophia de Mello Breyner Andresen (Porto). «Deu-se ainda um caso inédito: uma mulher, Maria de Jesus Barroso, é, entre todos os seus companheiros na lista de Santarém, quem maior número de votos recebe».⁴⁹

Finalmente, é necessário determo-nos na génese da Comissão de Mulheres da CDE. Se é difícil esclarecer as modalidades precisas de criação das anteriores organizações femininas filiadas nos movimentos de oposição, neste caso, é possível restituir os contornos exactos da sua origem.⁵⁰

Em 1967, e no decurso do ano seguinte, um grupo de mulheres oposicionistas realizara encontros clandestinos em que discutiam a

⁴⁷ Ver o capítulo 9 neste livro.

⁴⁸ Mário Matos e Lemos, *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): Um Dicionário* (Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, 2009).

⁴⁹ Lemos, *Candidatos...*, 43.

⁵⁰ Agradeço a Helena Pato a elucidativa conversa sobre a Comissão de Mulheres da CDE e a Comissão Democrática de Mulheres que teve um papel decisivo na existência da primeira, tal como a ampla documentação que me facultou. O artigo que escreveu na *Seara Nova* fornece uma base imprescindível para a compreensão das circunstâncias do surgimento destas organizações de mulheres: Helena Pato, «Testemunhos da História – mulheres na oposição: o caminho foi-se fazendo», *Seara Nova*, n.º 1754, Primavera de 2021.

urgência de criar um movimento feminino democrático, com uma intervenção continuada no tempo, independentemente de movimentos de oposição e campanhas eleitorais oposicionistas. De entre as primeiras que então contribuíram para consolidar essa ideia, assumindo o princípio de convergência entre sectores ideológicos e políticos distintos, encontravam-se Isabel do Carmo, Conceição Abrantes, Lígia Veloso, Aida Magro, Manuela Bernardino, Helena Pato, Amélia Valdez, Dulce Rebelo, Laura Lopes e Sophia de Mello Breyner Andresen. Por outro lado, em 1968, seriam criadas as Comissões Eleitorais de Mulheres do Distrito de Lisboa, por iniciativa de mais mulheres, comissões que eram autónomas de outras estruturas da oposição, e que se antecipam, numa lógica de trabalho político continuado, à própria constituição das Comissões Promotoras do Voto, que em Janeiro de 1969 deram início à campanha pré-eleitoral.

Em Maio, assim que as eleições foram anunciadas, essas mulheres formalizaram uma Comissão Democrática de Mulheres, subscrita por 10 aderentes, que iria apresentar-se à imprensa sob a forma de uma «Proclamação». Desejavam marcar maior presença feminina no espaço da oposição e dar voz a problemas e reivindicações específicos das mulheres. Desde a sua origem, a Comissão Democrática de Mulheres teve explícita autonomia organizativa e programática, algo sem precedentes na oposição. A primeira direcção do Comissão Democrática de Mulheres foi assumida por Dulce Rebelo, Eugénia Pereira de Moura, Helena Pato e Luísa Amorim.

A decisão de participar na campanha da oposição oposicionista foi imediata, associando-se à Comissão Distrital de Lisboa da CDE, na qual, a designada Comissão de Mulheres de Lisboa, contava com 11 delegadas: Francisca Velez, Leonor Abecassis, Lília Fonseca, Luísa Veríssimo, Manuela Bernardino, Maria Benedita Monteiro, Maia Celestina Estudante da Silva, Maria da Conceição Borges Coutinho, Maria Luísa Areosa Feio, Helena Pato e Vitória Diogo Alves.

Como se constata, houve uma confluência de actividades e de pessoas entre a Comissão Democrática de Mulheres e a Comissão de Mulheres da CDE. Por pressão do Comissão Democrática de Mulheres junto da comissão Política e da Assembleia Distrital de Lisboa, Eugénia Pereira de Moura foi integrada na Comissão Política de Lisboa e Glória Marreiros foi escolhida como candidata para representar as reivindicações específicas das mulheres.

Com o título «A participação da mulher no acto eleitoral», surge no Boletim n.º 1 da CDE de Lisboa um texto da Comissão de Mulheres da CDE que, após uma dura crítica à «aparência de democratização do voto» e de «outras medidas demagógicas», em particular à suposta igualdade de voto das mulheres que o governo decretara recentemente, expõe de modo assertivo a especificidade da contestação política das mulheres e a exigência de serem elas próprias a assumirem a resolução dos seus problemas:

Cabe a todas as mulheres tornarem efectiva a sua participação nas eleições. Para além de um direito é um dever que as mulheres cumpram com convicção, sem esperarem que seja o marido, o pai ou o irmão a fazer por si. Homens e mulheres têm problemas que são comuns, mas há, nesta sociedade, problemas que só as mulheres vivem. É necessário e urgente que [...] a mulher procure determinar soluções para as suas exigências.⁵¹

Apelando à integração de todas na Comissão de Mulheres da CDE, fosse em comissões de freguesia ou em comissões socioprofissionais, e subscrevendo as reivindicações democráticas de conquista das liberdades fundamentais e de mudança do regime, a Comissão Feminina da CDE, com delegações em Lisboa e noutros distritos, defendia especificamente:

o fim da exploração a que está sujeito o trabalho feminino; efectivo cumprimento da lei que proíbe o trabalho infantil antes dos 14 anos; salário igual para trabalho igual; creches e dispensários gratuitos nos locais de trabalho ou nos bairros; ensino pré-primário oficial e gratuito; assistência materno-infantil e durante a gravidez e o parto; igualdade da mulher casada perante a lei em relação ao marido; diminuição do custo de vida e fim dos monopólios; fim da guerra colonial e regresso dos soldados.⁵²

⁵¹ «A participação da mulher no acto eleitoral», Boletim da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Lisboa, 9 de Outubro de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 0579.084, imagem 2.

⁵² «Às mulheres do distrito de Lisboa», Comissão de Mulheres da CDE do Distrito de Lisboa, s/d.

Quanto à Comissão de Mulheres da CEUD, não há documentação disponível que permita esclarecer a natureza das actividades desempenhadas. Além da convergência com as linhas directrizes da oposição, da crítica aos problemas gerais que atingiam a sociedade em resultado das políticas sociais e económicas do regime, da contestação da falta de liberdades e da perseguição política, ou da denúncia da guerra colonial, é de admitir que ela terá dado eco às preocupações com a situação particular das mulheres e com a defesa dos seus direitos.

Mesmo se timidamente, a formulação explícita da «discriminação» das mulheres começou a integrar de forma mais visível o discurso das opositoras. Não terá sido, a esse respeito, irrelevante a influência da Comissão Democrática de Mulheres, que continuou a sua intervenção após as eleições, já sem o enquadramento da CDE. Sem ser reconhecida pelo regime, a Comissão Democrática de Mulheres, conseguiu dar continuidade à sua actividade, decidindo, nesse processo, transformar-se num movimento exclusivamente feminino, como divulgou num texto intitulado «Porquê um Movimento Democrático Eleitoral de Mulheres?», que foi distribuído em Lisboa. Essa decisão seria concretizada com a fundação, em 1968, do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), ao qual se juntaram, ou em redor do qual orbitaram, diversas simpatizantes.⁵³

As expectativas de democratização induzidas pela inicial abertura do governo marcelista foram rapidamente frustradas com a perseguição aos opositores, a proibição de encontros das comissões eleitorais, as irregularidades eleitorais, os fracos resultados da oposição, que não elegeu nenhum candidato, e uma nova vaga de intensa repressão por parte do regime, que vincaram a opção do regime pela evolução na continuidade.

Comissão de Mulheres Democratas da Comissão Democrática Eleitoral (1973)

As últimas eleições legislativas antes da queda do Estado Novo tiveram lugar em Outubro de 1973. Dessa vez, a oposição conseguiu congregiar as várias sensibilidades democráticas e apresentar uma candidatura unitária. A necessidade de concretizar a unidade oposicionista

⁵³ Ver o capítulo 9 neste livro.

fora definida como objectivo fundamental no III Congresso da Oposição Democrática, que se realizou em Aveiro, em Abril desse ano. Uma das questões que dominaram esse congresso terá sido mesmo a da necessidade de as várias frentes oposicionistas criarem pontes de entendimento para conseguirem derrubar o regime. Do congresso resultou a formação de uma Comissão Democrática de Recenseamento, na qual estavam representadas as diferentes tendências da oposição.

Participaram diversas mulheres no congresso, algumas apresentando teses e comunicações. O MDM fez-se representar por delegadas que participaram na redacção do documento «Necessidade e importância de um Movimento Democrático de Mulheres». As «reivindicações para a modificação profunda da condição da mulher» apresentadas nesse documento incluíam:

salário igual a trabalho igual; igualdade de promoção para a mulher trabalhadora; igualdade de acesso a todas as profissões; absoluta igualdade no plano jurídico em relação ao marido; substituição da pequena economia doméstica, opressiva e humilhante [...] através de: cantinas colectivas, lavandarias a preços acessíveis, electrodomésticos acessíveis, rede ampla de creches e jardins de infância por todo o país.⁵⁴

Convidada a presidir a sessão de encerramento do Congresso, Virgínia Moura iria reforçar no seu discurso o compromisso da oposição com o movimento das mulheres reafirmando o cruzamento entre o movimento de emancipação feminina e o movimento democrático:

As mulheres sempre participaram em movimentos específicos pelas suas reivindicações próprias. Hoje, a mulher portuguesa tomou consciência dos seus direitos. Deixou de ser um ser arremetido como as forças da reacção pretendiam. [...] Todos os movimentos pró-emancipação da Mulher são apoiados pelos movimentos progressivos. As mulheres Portuguesas, organizadas no seu Movimento de Mulheres, têm todo o apoio dos democratas e do movimento Democrático.⁵⁵

⁵⁴ «Necessidade e importância de um movimento democrático de mulheres». III Congresso da Oposição Democrática – Aveiro – 4 a 8 de Abril 1973, Fundação Mário Soares, Pasta 4573. 000, imagem 4.

⁵⁵ «Discurso de Virgínia Moura na sessão de encerramento do III Congresso da Oposição Democrática». Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo SC CI (1) 378, fl. 9-10.

No seio da campanha da CDE, constituiu-se a Comissão de Mulheres Democratas da CDE, que se empenha em combater «as grandes discriminações impostas pela lei», «que [a mulher] vive na prática», não deixando de retomar, no quadro das suas exigências políticas, as reivindicações sucessivamente explicitadas pelas anteriores comissões femininas: o aumento dos salários, a revisão das condições de trabalho, o fim da discriminação salarial, o acesso a profissões vedadas, a protecção da mãe trabalhadora com a criação de creches e infantários, o direito à saúde, a resolução do analfabetismo feminino.

A Comissão de Mulheres Democratas da CDE estabelece com a Comissão Central da CDE o acordo de instituir um dia integralmente dedicado às mulheres. Assim, no dia 17 de Outubro, em que é decidido assinalar um «Dia da Mulher», tiveram lugar diversos encontros e colóquios em Lisboa, na Amadora e em Vila Franca de Xira. Tornava-se evidente um sentido cada vez mais reivindicativo nos discursos. A par da contestação frontal ao regime, as activistas adoptam posições com fortes proximidades ao pensamento feminista. Assim, no apelo à consciência e à participação políticas das mulheres, passam a ser frequentes as tomadas de posição relativamente à «emancipação feminina»: «a emancipação da mulher está intimamente ligada à emancipação do homem, é necessária a consciencialização do maior número de mulheres para uma participação activa na resolução dos problemas que afectam toda a população».⁵⁶

O escasso tempo da campanha da CDE limitou fortemente as possibilidades de intervenção da Comissão de Mulheres Democratas da CDE. Não é possível saber quem foram as mulheres que lideraram a actuação dessa organização durante a campanha. Em contrapartida, são conhecidos os nomes das candidatas, 11 no total, o maior número de mulheres alguma vez integradas em listas da oposição: Maria Regina Dias Carvalheiro (Coimbra), Ana Maria Sousa e Faro Alves (Évora), Maria Odete de Brito Silva (Leiria), Helena Neves (Lisboa), Luísa Amorim (Lisboa), Olga Sousa Lima (Ponta Delgada), Graça Forjaz Sampaio (Ponta Delgada), Berta Monteiro (Porto), Olívia Ferreira (Porto), Ercília Carreira Pimenta Talhadas (Setúbal),

⁵⁶ «Hoje. 'Dia da Mulher' na campanha da CDE», *Diário de Lisboa*, 17 de Outubro de 1973.

Apolónia Maria Alberto Pereira (Setúbal).⁵⁷ Destas, Helena Neves, Luísa Amorim e Berta Monteiro foram candidatas propostas pelo MDM, que pertencia à direcção desse movimento.

Embora a candidatura unitária tenha mobilizado milhares de pessoas durante a campanha, a CDE haveria de retirar as listas antes do acto eleitoral, como protesto contra as fraudes eleitorais que o regime insistia em perpetuar.

Conclusão

O estudo das organizações de mulheres nos movimentos da oposição enfrenta dificuldades assinaláveis, devido à escassez de fontes. Factores como a sua existência durante um regime autoritário que condicionava e perseguia os/as opositoristas, ou uma certa informalidade organizativa, que se traduz numa produção mais escassa de documentos escritos, ajudam a explicar os problemas que se colocam na reconstituição da sua actuação. No entanto, é possível chegar a conclusões evidentes quanto a características comuns e diferenciadas das organizações de mulheres referidas ao longo deste texto. Como porta-vozes das reivindicações gerais dos movimentos de oposição, as comissões de mulheres foram plataformas de contestação ao regime autoritário. Mas também assumiram posições específicas de contestação aos modelos femininos que o regime salazarista preconizava e difundia, denunciando as dificuldades quotidianamente sentidas pelas mulheres quer na esfera privada e familiar quer na esfera pública e política. A criação destas comissões traduz o reconhecimento, nos meios da oposição, da necessidade de debater as questões específicas relativas às mulheres e de pugnar pela melhoria do seu estatuto social – mesmo se (ou quando) a paridade não estava abertamente na sua agenda política. Com efeito, a solidez das representações tradicionais da ideologia do género ao longo deste período histórico, certamente nas políticas do regime salazarista, mas também no seio da própria oposição, permite-nos compreender a ausência ou presença residual das mulheres nos lugares de responsabilidade e poder político. O seu protagonismo político foi reduzido; em contrapartida, tiveram um

⁵⁷ Lemos, *Candidatos...*

papel mais significativo nos bastidores. A canalização da sua intervenção para organizações femininas põe em evidência uma contradição entre o seu reconhecimento enquanto políticas e a atribuição de um estatuto político inferior e subordinado relativamente ao dos seus companheiros na oposição.

Embora várias mulheres se tenham afirmado como figuras importantes no campo da oposição, elas continuaram a ser vistas maioritariamente como «representantes» do sexo feminino e só depois como individualidades. A discriminação das mulheres e o princípio da sua emancipação coexistiram no campo da oposição ao salazarismo, em função de múltiplos factores. Mas, mesmo se condicionada, a autonomia da participação política feminina começou a enraizar-se. Ao participarem nas comissões de oposição, as mulheres acederam a novas experiências no espaço público e político que anteciparam e contribuíram para consolidar identidades femininas mais independentes, construíram aspirações e expectativas mais igualitárias, fomentaram novas representações. Não circunscrevendo a sua intervenção ao objectivo cimeiro de derrube do regime autoritário, as oposicionistas constituíram, sem dúvida, uma geração de transição, a primeira geração de mulheres interessada na política, depois do círculo de feministas da Primeira República. As organizações femininas de oposição ao Estado Novo desde a década de 1940 criaram condições de possibilidade para a actividade política conjunta com os homens, para a aquisição de um capital de militância anteriormente incipiente e de uma cultura política mais desenvolvida e especificamente feminina, como se verifica no discurso igualitário, que pôs em paralelo a discriminação das mulheres no plano social e familiar e a sua discriminação no campo político. Em contrapartida, como esses grupos de mulheres tiveram frequentemente uma natureza informal e flutuante, em função das disponibilidades de actuação das próprias dirigentes e militantes, é difícil precisarmos a sua duração. As comissões de mulheres poderão ter durado tanto tempo quanto os movimentos de oposição aos quais estavam vinculadas. Mas também se pode dar o caso de a sua duração não ter coincidido com a dos movimentos que lhes deram origem. Por vezes, essas comissões dissolviam-se sem resolução formal prévia, num processo de desagregação gradual devido à falta de condições para prosseguir a sua actividade.

Impõe-se, contudo, uma ressalva. Como se viu ao longo deste texto, é recorrente, com efeito, encontrar uma estreita ligação contínua entre vários grupos através das suas dirigentes e participantes, constatando-se a existência de um conjunto de nomes que pertenceram aos sucessivos movimentos de oposição. Ainda que a uma escala reduzida, esboça-se uma tendência de continuidade da sua actividade política e, correlativamente, de continuidade do seu protagonismo político nos círculos da oposição.

Fontes

- Boletim n.º 2*, Movimento de Unidade Democrática, Comissão Distrital Feminina do Porto, s/d., Fundação Mário Soares, Pasta 2969.054, imagem 5-6.
- Circular da Comissão Feminina do MUD, cerca de 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 02968.018.004, imagem 1.
- Circular n.º 5 da Comissão Distrital Feminina do Porto do MUD, s/d., Fundação Mário Soares, Pasta 02969.054, imagem 2.
- Comissão Feminina dos Serviços de Candidatura do General Norton de Matos, s. l., s/d.
- «Continuação do auto de perguntas a Cesina Adães Bermudes e Maria das Dores Cabrita, Lisboa, 14 de Dezembro de 1949». Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028, fl. 116.
- «Discurso de Virgínia Moura na sessão de encerramento do III Congresso da Oposição Democrática». Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo SC CI (1) 378, fl. 9-10.
- «Documento n.º 1 ao povo do distrito de Lisboa», 2 de Setembro, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.122.
- «Documentos de uma campanha. A CEUD do Porto e as Eleições de Outubro de 1969», Edição da Comissão Eleitoral da Unidade Democrática (CEUD), s. d., Porto, 24.
- «Dona de casa! Vota na lista da CEUD», Panfleto apelando às mulheres domésticas para o voto na lista da CEUD, Outubro, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.035.
- «Ex.^{mo} senhor presidente do conselho de ministros. A Comissão Promotora de Voto», Fundação Mário Soares, Pasta 2587.022, imagem 11-12.
- «Hoje. 'Dia da Mulher' na campanha da CDE», *Diário de Lisboa*, 17 Outubro, 1973.
- «Informação», comunicado da Comissão Eleitoral de Lisboa, 26 de Agosto, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.122, imagem 4.
- «Mãe! Vota na lista da CEUD», Panfleto apelando às mães para o voto na lista da CEUD, Outubro, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.034.
- Movimento de Unidade Democrática, Comissão Distrital Feminina do Porto, Dezembro de 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 2969.054, imagem 3-4.

- Movimento Nacional Democrático Feminino. Comissão Central Provisória. Circular n.º 1: Às Mulheres Democratas Portuguesas, Lisboa, Maio 1949. Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028.
- «Às mulheres do distrito de Lisboa», Comissão de Mulheres da CDE do Distrito de Lisboa, s. d.
- «As mulheres e o movimento de oposição», *Diário de Lisboa*, 30 de Outubro de 1945.
- «Necessidade e importância de um movimento democrático de mulheres». III Congresso da Oposição Democrática – Aveiro – 4 a 8 de Abril 1973, Fundação Mário Soares, Pasta 4573.000, imagem 4.
- «A participação da mulher no acto eleitoral», Boletim da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Lisboa, 9 Outubro, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 0579.084, imagem 2.
- Pato, Helena. «Testemunhos da História – Mulheres na oposição: o caminho foi-se fazendo», *Seara Nova*, n.º 1754, Primavera 2021.
- «Ao povo do distrito de Lisboa», 29 de Setembro, 1969, Fundação Mário Soares, Pasta: 05790.007.
- «Proclamação da CEUD. Ao povo do distrito do Porto», 8 Outubro, 1969.
- «Recenseamento», Circular da Comissão Distrital Feminina do Porto do MUD, Dezembro 1947, Fundação Mário Soares, Pasta 02969. 054, imagem 3.
- Resumo do Programa Político da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, CEUD de Lisboa, Outubro 1969, Fundação Mário Soares, Pasta 05790.120, imagem 4.
- «Os salários e o custo de vida», comunicado da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa (CDE), cerca de 1969, Fundação Mário Soares, Pasta: 05790.114.
- Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos. *Às Mulheres de Portugal (Colectânea de Discursos Pronunciados para Propaganda da Candidatura)*, Lisboa, 1949.
- Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, Processo PC 1028/49, NT 5028.

Bibliografia

- Ballmer-Cao, Thanh-Huyen, *et al.* dir. *Genre et politique: débats et perspectives*. Paris: Gallimard, 2000.
- Bereni, Laure. «Penser la transversalité des mobilisations féministes: l'espace de la cause des femmes». In *Les féministes de la 2ème vague*, dir. Christine Bard, 27-41. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012.
- Bereni, Laure, e Anne Revillard. «Un mouvement social paradigmatique? Ce que le mouvement des femmes fait à la sociologie des mouvements sociaux». *Sociétés contemporaines*, 1, n.º 85 (2012): 17-41.
- Bock, Gisela. «Antinatalism, maternity and paternity in National Socialist Racism». In *Maternity and Gender Policies: Women and the Rise of the European Welfare States, 1880s-1950s*, orgs. Gisela Bock, e Pat Thane, 233-255. Nova Iorque: Routledge, 1991.

- Conway, Margaret M., Gertrude A. Steuernagel, e David W. Ahern, *Women and Political Participation. Cultural Change in the Political Arena*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1997.
- Cott, Nancy. F. «What's in a name? The limits of 'Social Feminism': or, expanding the vocabulary of women's History». *The Journal of American History*, vol. 76, n.º 3 (Dezembro 1989): 809-829.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «Le salazarisme». In *Encyclopédie politique et historique des femmes*, dir., Christine Fauré, 685-699. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.
- Cruz, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- Ferree, Myra Marx, e Carol McClurg Mueller. «Feminism and the women's movement: a global perspective». In *The Blackwell Companion to Social Movements*, dir. David A. Snow, Sarah A. Soule, e Hanspeter Kriesi, 576-607. Oxford: Blackwell, 2004.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*, Lisboa: Quetzal, 2003.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Lemos, Mário Matos e., coord. *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): Um Dicionário*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores, 2009.
- Nunes, João Arsénio. «Salazar e os fascismos: introdução», *Vértice*, n.º 13 (Abril de 1989): 9-19.
- Pinto, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.
- Raby, Linda Dawn. *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*. Lisboa: Salamandra, 1988.
- Re, Lucia. «Fascist theories of 'woman' and the construction of gender». In *Mothers of Invention: Women, Italian Fascism, and Culture*, dir. Robin Pickering-Iazzi, 76-99. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- Reger, Jo, e Verta Taylor. «Women's movement research and social movement theory: a symbiotic relationship», *Research in Political Sociology*, n.º 10 (2002): 85-121.
- Rowbotham, Sheila. *Women in Movement: Feminism and Social Action*. Nova Iorque: Routledge, 1992.
- Schmitter, Philippe C. «Portée et signification des élections dans le Portugal autoritaire (1933-1974)». *Revue française de science politique*, vol. 27, n.º 1, 1977: 92-122.
- Taylor, Verta, e Nancy Whittier org., Special Issue on Gender and Social Movements: Part 2, *Gender & Society*, vol. 13, n.º 1, 1999: 5-7.
- Wulff, Stephen, Mary Bernstein, e Verta Taylor. «New theoretical directions from the study of gender and sexuality movements: collective identity, multi-institutional politics, and emotions». In *The Oxford Handbook of Social Movements*, dir. Donatella Della Porta, e Mario Diani, 108-131. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

PARTE III
ASSOCIAÇÕES NASCIDAS
NA DÉCADA DE 1960
E EM ATIVIDADE NO
25 DE ABRIL DE 1974

Sílvia Espírito-Santo

Capítulo 8

***O Movimento Nacional Feminino:* milhares de mulheres na retaguarda da guerra colonial (1961-1974)**

Introdução

Em Portugal, como noutras antigas potências imperiais, a dificuldade em conviver com o passado colonial e de o integrar no património histórico não tem sido favorável à isenção e objectividade que a abordagem histórica impõe; isto porque, na senda do historiador Fernand Braudel, a «história ainda quente» é propícia à construção de memórias e visões deterministas que tendem a impor narrativas e influenciar agendas de que é preciso desconfiar.¹

A actuação do *Movimento Nacional Feminino* (MNF) durante a guerra colonial (1961-1974) – desde a sua fundação a 28 de Abril de 1961 até ao seu encerramento a 22 de Julho de 1974 – inscreve-se na história do tempo presente. As fontes para o seu estudo permanecem em arquivos institucionais públicos e privados, na imprensa nacional, regional e do próprio movimento, na fotografia, no documentário,

¹ A autora escolheu não seguir a grafia do novo acordo da língua portuguesa de 1990. Fernand Braudel, «Prefácio», *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol.1 (Lisboa: Dom Quixote, 1983), 25.

mas também na blogosfera, importante repositório de informação cuja componente testemunhal, depois de depurada da subjectividade que o tempo confere às memórias, contribui com outros olhares e para novas visões historiográficas.

Esta abordagem, na sequência de anteriores trabalhos e à luz de novas fontes,² tem em vista destacar aspectos do papel desempenhado pela última organização de mulheres do Estado Novo durante a guerra colonial; e desconstruir a sua representação como um grupo de «senhoras» que distraíam os «visons da menopausa distribuindo medalhas da senhora de Fátima e porta-chaves com a efigie de Salazar».³ Uma perspectiva marcadamente ideológica, ainda intencionalmente propagada, que tende a ignorar ou ocultar o trabalho desenvolvido por milhares de mulheres de todas as idades, estatutos sociais, económicos e amplitudes geográficas, literalmente, «do Minho a Timor» que actuaram durante a guerra sob o lema «por Deus e pela Pátria».

Neste plano, começamos por recuperar a conjuntura anticolonial vivida em Portugal no início da década de sessenta, da qual decorre, de forma indirecta, a criação do MNF, passando depois à análise da sua estrutura interna, modo de funcionamento e liderança.

Quando o país sentiu que «as suas mulheres não dormiam e se podia contar com elas»

Ao longo do ano de 1961, são vários os pronunciamentos anticolonialistas que ocorrem na «metrópole» e nas colónias; actos de sublevação contra a política colonial portuguesa que, não sendo da mesma natureza nem tendo conexão entre si, vão determinar, ainda nesse ano, a mobilização dos primeiros contingentes militares para

² Sílvia Espírito-Santo, *Adeus, Até ao Teu Regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003); Sílvia Espírito-Santo, *Cecília Supico Pinto: o Rosto do Movimento Nacional Feminino* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2008). Para esta investigação foi consultado no Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), o Fundo Cecília Supico Pinto (CSP) e o Subfundo *Movimento Nacional Feminino* (MNF): PT-AHS-ICS-CSP e PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

³ António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1984), 17 e 19.

Angola, em 1963, para a Guiné e, em 1964, para Moçambique. É, portanto, neste contexto, e devido à ausência, ou inoperacionalidade, de estruturas governamentais vocacionadas para o apoio humanitário na retaguarda da guerra, que o MNF vai desenvolver a sua acção junto de militares e famílias.

Para perceber a dimensão da conjuntura anticolonialista neste período bem como a resposta que lhe é dada pelo regime salazarista, importa elencar, embora de forma sucinta, os factos que lhe estão subjacentes. Assim, a 11 de Janeiro de 1961, ocorre na Baixa de Cassange, distrito de Malange, em Angola, uma sublevação de trabalhadores rurais nativos – que se recusaram ao trabalho – e que foi considerada a primeira rebelião de resistência ao poder colonial significativa. A 22 do mesmo mês, um grupo de oposicionistas liderados por Henrique Galvão assalta o paquete Santa Maria – designação, premonitoriamente, mudada para Santa Liberdade – com o intuito de provocar um golpe político-militar e chamar a atenção sobre o regime salazarista e o seu vasto império colonial. Feito que, e tendo presente os condicionalismos da censura, era noticiado pelo *Diário de Notícias*, como «proeza criminosa de um bando de aventureiros», cuja repercussão internacional iria ser muito negativa para a política colonial do regime.⁴ A 4 de Fevereiro, grupos de africanos armados assaltam a Casa de Reclusão, a Cadeia Administrativa de São Paulo e a Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Luanda. O *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA) reivindica a autoria do ataque e a data que passa a ser assinalada em Angola como o início da luta pela «libertação nacional». A 15 de Março, têm início os ataques da *União dos Povos de Angola* (UPA) a fazendas no noroeste daquela colónia dos quais resultaram mais de 800 mortos; actos de violência que levam à formação de uma milícia civil voluntária constituída por brancos e negros de ambos os sexos, milícia que, posteriormente, vai estar na origem da *Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola* (OPVDCA), organização legitimada pelo Decreto-Lei n.º 43 568 de 28 de Março de 1961 e que vai ser expressiva em Angola onde passa a colaborar com os contingentes militares que, a partir do dia 21 de Abril de 1961, começam a chegar da «metrópole». A 14 de Abril, o general Júlio Botelho Moniz (1900-1970), é exonerado do cargo de

⁴ *Diário de Notícias*, 25 de Janeiro de 1961: 1.

ministro da Defesa Nacional na sequência de um golpe de estado constitucional para afastar Salazar do governo; acumulando a pasta com o cargo de presidente do Conselho de Ministros, este justifica o facto perante as câmaras de televisão dizendo: «andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação».⁵ Palavras que referiam o envio de tropas para fazer frente aos ataques dos nacionalistas angolanos mas que também pronunciavam o início da longa guerra que Portugal iria travar nas colónias. A 17 de Dezembro do mesmo ano, o exército da União Indiana anexa Goa, Damão e Diu levando o governador do Estado da Índia Portuguesa, general Manuel António Vassalo e Silva (1899-1985), à capitulação. Este facto esteve na origem da chegada à «metrópole» de centenas de repatriados que, sem apoio governamental, vão ser auxiliados pela *Cruz Vermelha* e pelo MNF,⁶ organizações assistenciais com as quais vão colaborar o *Diário Popular*, o jornalista Bráz de Medeiros (1912-1994) e o almirante Henrique Tenreiro (1901-1994) a fim de diligenciarem o seu alojamento e integração.⁷

Desconhecedoras, ou quase, da contestação social que se fazia sentir à volta da política colonialista do regime bem como da rejeição internacional de que esta vinha sendo alvo desde os anos 50, é natural que estes acontecimentos tivessem apanhado de surpresa a maioria das portuguesas. A expressão desse desconhecimento manifesta-se, por exemplo, na constituição de uma Comissão Provincial do MNF, em Goa, no início de Dezembro de 1961, cuja presidente, Maria Helena Martins Leitão, mulher do comandante militar da região, brigadeiro António José Martins Leitão, realizou a primeira reunião seis dias antes da invasão do território pela União Indiana.⁸

Assim, e face a uma dinâmica anticolonialista cada vez maior e socialmente mais estruturada, não é de estranhar que, tomadas de um espírito de nacionalismo colonial, portuguesas de todas as idades, geografias e grupos sociais tivessem concordado e apoiado Salazar

⁵ Franco Nogueira, *Salazar*. Vol. V: *A Resistência (1958-1964)* (Porto: Livraria Civilização Editora, 1984), 244-245.

⁶ «Refugiados de Goa, chegam a Lisboa», *Diário de Lisboa*, 30 de Dezembro de 1961: 1.

⁷ Documentação cedida por Cecília Supico Pinto à autora, 2008 (fotocópias).

⁸ Sílvia Espírito-Santo, *Adeus...*, 40.

na decisão de enviar militares para Angola. Única forma, segundo a retórica do regime de «fazer frente a bandos armados, equipados, treinados e instruídos por agentes a soldo da ideologia comunista, com o ‘apoio hipócrita’ de algumas democracias ocidentais».⁹

A circunstância de, no início da década de sessenta, a maioria das mulheres portuguesas ver a defesa das colónias como um imperativo nacional, inscreve-se no convencimento generalizado de pertença a uma pátria multicultural e multirracial – herdeira de um passado heróico cujo legado devia ser preservado – que lhes foi inculcado pela escola e pela propaganda do regime até ao início da década de 70 do século xx; mitos sustentados politicamente e ideologicamente por aspectos como a constitucionalização do império – um todo orgânico «uno e indivisível» –, a evolução do edifício legislativo e administrativo facilitador de relações económicas e deslocações «metrópole»/colónias bem como pela propaganda do colonialismo português, em parte respaldada pela tese freyriana, orientada para uma visão da colonização portuguesa como distinta das demais.¹⁰

Entre os protestos anticolonialistas ocorridos em 1961, o desvio do navio Santa Maria, foi, seguramente, pelo efeito surpresa e pela promoção negativa de Portugal no mundo, o que causou maior tumulto patriótico na sociedade metropolitana.¹¹ Um «insulto feito à Nação» que, de acordo com a presidente do MNF, Cecília Supico Pinto (1921-2011), foi determinante para que «o país senti[sse] bem que as suas mulheres não dormiam e se podia contar com elas» ou seja, mulheres dispostas a marcar a sua presença na luta contra os que punham em risco «a unidade do império».¹² Palavras que evidenciam a ligação do núcleo inicial do MNF ao regime e a sua matriz patriótica, posicionamento político-ideológico marcada desde o início como é certificado pelo simbolismo das datas escolhidas pelas dirigentes para a sua apresentação pública: o dia 28 de Abril, dia do

⁹ Nuno Mira Vaz, *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África 1961/74* (Lisboa: Quetzal Editores, 1997), 9.

¹⁰ Sobre a tese freyriana: Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português Criou* (Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1951).

¹¹ Ver na imprensa da época as fotos da multidão que, meses mais tarde, aguardava no cais a chegada do Santa Maria, em *Diário de Notícias*, 25 de Janeiro de 1961: 1; *Ilustração Portuguesa*, 29 de Março de 1961: 1.

¹² Cecília Supico Pinto, «Pré-história do movimento», *Presença*, n.º 1 (1963): 4.

aniversário de Salazar para a comunicação televisiva da sua criação e o dia 10 de Junho, dia de Portugal, para a difusão do programa numa sessão pública realizada na *Sociedade de Geografia de Lisboa*. Já em actividade, o MNF viria a ser oficializado a 10 de Agosto de 1961 através da aprovação dos *Estatutos* que, paradoxalmente, o consignavam como «associação com personalidade jurídica, sem carácter político e independente do Estado que congregaria todas as mulheres portuguesas interessadas em prestar auxílio moral e material aos que luta[va]m pela integridade do território pátrio» (art.º 1).¹³ Ou, de acordo com as palavras de Cecília Supico Pinto, uma organização aberta «a todas as mulheres portuguesas, fosse qual fosse a sua idade e condição social, as suas aptidões ou quaisquer outras circunstâncias pessoais».¹⁴ Afirmações desta natureza incentivaram milhares de portuguesas a filiar-se ou a oferecer a sua colaboração ao MNF, residindo na sua diversidade sociocultural, política-ideológica e motivacional a importante e significativa dimensão dos apoios prestados a militares e famílias em toda a «metrópole» e «Ultramar» ao longo da guerra colonial.

A percepção da forma como a organização integrou milhares de portuguesas e foi adaptando a sua intervenção ao prolongamento da guerra, impõe o conhecimento da sua estrutura organizativa, do modo de actuação e das iniciativas que lhe permitiram acompanhar, durante 13 anos, os que combatiam e as suas famílias.

Organização interna do *Movimento Nacional Feminino*

Ao longo da sua existência, o MNF teve como presidente de honra Maria da Glória Barros e Castro (1905-1989) – personalidade que já tinha integrado o movimento homónimo criado, em 1949, para apoiar a candidatura presidencial de Óscar Carmona – e cuja influência nacional como presidente das Vicentinas permitia ao movimento chegar mais facilmente às mulheres católicas de «todas as regiões» do país.

¹³ Movimento Nacional Feminino, *Estatutos*, Artigo 1, s/d.

¹⁴ Cecília Supico Pinto, «Pré-história do movimento», 3.

Do ponto de vista organizativo o MNF obedecia à seguinte estrutura: uma Assembleia Geral, da qual faziam parte as 25 sócias fundadoras (art.º 9)¹⁵; uma Comissão Central, constituída por sete membros – uma presidente, uma ou duas vice-presidentes e as restantes vogais – eleitas em Assembleia Geral por um período de 3 anos (art.º 17); uma Comissão Executiva constituída pela presidente, que acumulava a presidência com a Comissão Central e era designada por presidente do MNF, e quatro vogais que podiam ou não ser sócias fundadoras (art.ºs 22 e 23); um Conselho Fiscal composto por três membros a eleger pela Assembleia Geral podendo ser ou não sócias fundadoras (art.ºs 35 e 36). Desde a fundação até à extinção do MNF, Cecília Supico Pinto assumiu a sua presidência e teve como vogais: Ana Arnaud, Ema Silva Tavares, Deolinda Santos, Maria Arminda Lacerda Cértima, Maria da Conceição Pinto Pereira, Ema Silva Tavares e Maria Luísa Bobone.

As Comissões e Subcomissões constituídas na «metrópole» e ilhas foram coordenadas por Maria Adelaide Soares de Albergaria e Sousa e que, dada a estabilidade de residência das integrantes mantiveram uma composição relativamente estável. Quanto às comissões fundadas no «Ultramár», e coordenadas por Maria de Lourdes da Câmara Fialho, a sua composição foi menos estável já que, em muitos casos, as filiadas ou colaboradoras eram casadas com militares e funcionários coloniais sendo a sua prestação no MNF condicionada pelo tempo de comissão dos maridos. Circunstância atravessada ainda por rivalidades internas, lutas pelo poder e visibilidade social dentro da organização, situação documentada em arquivos, bem como a partilha da assistência aos militares em Angola com a *Cruz Vermelha*; factores que fragilizavam a intervenção do MNF nas colónias e que poderão legitimar as críticas dos militares, que reportaremos mais à frente, sobre a ausência de contactos com o MNF durante a sua permanência na guerra.

¹⁵ São as seguintes as fundadoras do MNF: Maria da Glória Barros e Castro, Cecília Supico Pinto, Maria do Carmo Figueiredo, Clotilde Gomes de Araújo, Arlete Leite Pinto, Júlia de Almeida, Sara Valadão, Gineti Palmela, Maria Lacerda Cértima, Ana Arnaud, Maria da Conceição Pinto Ferreira, Helena Correia de Barros, Maria do Carmo Casal Ribeiro de Carvalho, Elisabeth Marques Tenreiro, Maria Castro Pereira Ulrich, Sara Correia Marques, Maria Adelaide Soares de Albergaria e Sousa, Madalena da Câmara Fialho, Maria de Lourdes da Câmara Fialho, Maria Antónia Torres Pereira, Deolinda Santos, Teresa Mónica, Ema Silva Tavares, Renata Cunha e Costa, Maria Luísa Bobone.

Com uma estrutura que replicava, tanto quando possível, o modelo organizativo da Comissão Central e uma divisão territorial semelhante à divisão administrativa do país, o número de comissões do MNF existentes na «Metrópole», Açores e Madeira em 1971, permanece quase inalterável relativamente ao ano de 1964;¹⁶ ou seja, vinte distritais, cento e sessenta e sete concelhias e seiscentas e quarenta de freguesias, não estando incluídos neste computo os distritos de Portalegre, Horta e Ponta Delgada, onde, apesar de terem sido tentadas «várias vias», não foi possível envolver mulheres no projecto.¹⁷

No «Ultramar», o MNF constituiu seis Comissões Provinciais – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Angola e Moçambique – sendo apenas mencionadas num *Relatório da Comissão Executiva do MNF*, trinta e quatro distritais e sessenta e uma concelhias em Angola e oito distritais e doze concelhias em Moçambique.¹⁸

No ano de 1971, as Comissões Provinciais eram presididas em Cabo Verde por Maria de Fátima Azevedo Lopes, figura destacada da sociedade cabo-verdiana, em Macau por Maria Manuela Pereira Sanches Pimenta de Castro Machado, professora de francês e casada com José Luís de Azevedo Ferreira Machado, oficial do exército; em São Tomé e Príncipe por Hortência M. Barradas da Silva Sebastião, casada com o Governador Provincial, coronel António Jorge da Silva Sebastião (1963-1971); em Moçambique por Telma Santos Gil Valente, natural de Moçambique e figura preponderante na sociedade moçambicana, casada com o engenheiro Aníbal da Ascensão Rodrigues Pessanha Valente, ligado à construção de estradas e caminhos de ferro; em Angola por Vera Guimarães e em Timor por Maria Ilda Valente Pires, mulher de José Nogueira Valente Pires, governador de Timor (1968-1972).¹⁹ A presidência do MNF nas «províncias ultramarinas» foi quase sempre assumida por mulheres casadas com altos quadros militares ou da administração colonial que, por essa via, se tornavam influentes junto de sectores da comunidade «provincial»;

¹⁶ «MNF», *Presença*, n.º 5 (1964): 31.

¹⁷ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

¹⁸ *Relatório da Comissão Executiva do MNF...*

¹⁹ «Comissões distritais», em *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

entre estas destacou-se Clotilde Mesquitela (1924-2006), líder carismática da Comissão Provincial de Moçambique entre 1962-1966, mulher do advogado Gonçalo Mesquitela, representante daquela «provincia» no Concelho Ultramarino, entre 1961 e 1965, e, posteriormente, autora de um livro crítico sobre os acordos de Lusaka que levaram à independência da colónia.²⁰

Para atender às necessidades de militares e famílias, entre 1961 e 1964 o MNF constituiu-se em quatro grandes áreas, subdividindo-se cada uma destas em várias secções de acordo com a natureza e volume do trabalho a realizar: Área Administrativa – Secretaria e Tesouraria; Área de Apoio Social – Secção de embarque, Secção de madrinhas de guerra, Secção de acolhimento a feridos e doentes, Secção de empregos, Secção de assistência a famílias, Secção de urgências; Área de Apoio Material – Secção de aerogramas, Secção de passagens, Secção de Bibliotecas, Secção de apoio a oficiais milicianos, Secção de auxílio a capelães militares e a missões, Secção de encomendas, Secção de lembranças, Secção de contencioso; Área de Informação – Secção de participação de baixas, Secção de notícias, Secção de informação e divulgação. Na impossibilidade de tratar o vasto campo de acção de cada uma destas secções, optámos por abordar apenas três tendo como critério a notoriedade e popularidade que alcançaram junto de militares, famílias e sociedade em geral.

Área de apoio material: secção de aerogramas

A secção de aerogramas foi a primeira iniciativa do MNF e foi das que alcançou maior notoriedade dado que os «bate-estradas», assim designados na gíria militar, constituíram sempre o principal elo de ligação entre militares e famílias.²¹ Uma secção cuja dimensão e complexidade, levaram, a partir dos últimos anos da década de 60, à colaboração do major Pinto Enes, um militar cujo trabalho

²⁰ Sobre a independência de Moçambique: Clotilde Mesquitela, *Moçambique: 7 de Setembro. Memórias da Revolução* (Lisboa: Edições A Rua, 1977).

²¹ Sobre aerogramas: Eduardo Barreiros, e Luís Barreiros, *História do Serviço Postal* (Lisboa: Edição dos autores, 2004).

e «dedicação» seriam reconhecidos pelo MNF como de grande importância para «um controlo perfeito deste serviço e uma administração equilibrada».²²

Com pouco mais de um mês de existência, o MNF já tinha percebido a importância que um serviço postal gratuito podia ter para os militares, pelo que solicita ao governo a isenção de franquia postal para a correspondência entre estes e seus familiares; a resposta seria dada pela Portaria n.º 18 545 de 23 de Junho de 1961 – e revista pela de 513/71 – que atribuía à comissão central do MNF a exclusividade na edição de impressos próprios para esse fim.

Surgem por esta via dois tipos de aerogramas: os amarelos, gratuitos para militares e os azuis vendidos a familiares e madrinhas de guerra pelo preço unitário de \$20 (vinte centavos); determinava ainda a Portaria que a entrega destes devia ser feita em mão nos CTT a fim de garantir a sua utilização apenas pelos autorizados.

Até 1971, o MNF editou 200 milhões de aerogramas (até 1974 o número ascenderia aos 376 milhões), sendo distribuídos, nesse ano, 26 058010 amarelos e vendidos apenas 15 900145 azuis – apesar da Portaria 513/71 ter feito cessar as restrições estabelecidas à aquisição apenas por familiares e madrinhas de guerra –, num total de 41 958155; números que decrescem em relação ao ano anterior, registando-se uma quebra de 170 0000 na venda dos azuis, embora a distribuição dos amarelos tivesse aumentado para 58 0000.²³ A circunstância é justificada com o uso dos amarelos «na correspondência da Metrópole para o Ultramar [...] enviados pelos militares às suas famílias [...] ou usados pelos próprios militares quando regressam [...] chegando mesmo a vendê-los» visto terem sido aumentadas as «dotações de todas as Províncias para os quantitativos usados para Angola (12 aerogramas/homem/mês)²⁴; mas também, como atestam as reclamações chegadas ao MNF e os protestos publicados na imprensa nacional e regional, pelo descontentamento da população com a obrigatoriedade da sua entrega

²² MNF, *Memorial 1971*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2726.2.

²³ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

²⁴ MNF, *Memorial 1971*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2495.2.

em mão nos postos dos CTT e não em marcos ou caixas de correio como era pretendido.²⁵

Embora a despesa de emissão dos aerogramas gratuitos fosse coberta pelo aumento do preço dos azuis para \$30, para tentar sanar os protestos que chegavam à organização e aos jornais, a presidente do MNF solicita ao ministro da Defesa Nacional, general Horácio Sá Viana Rebelo (1910-1995), e ao ministro das Comunicações, engenheiro Rui Sanches (1919-2009) a alteração desta disposição.²⁶ Solicitação que foi recusada já que, segundo o ministro Horácio Sá Viana Rebelo, continuava a prevalecer a necessidade de «fiscalização sobre essas correspondências, quer quanto à qualidade dos seus destinatários, quer quanto à inclusão nos aerogramas (única forma de correspondência adoptada) de papéis ou objectos, o que, na prática, não raras vezes se verifica[va]». ²⁷ Por outras palavras, se por um lado a disposição ministerial tentava evitar que os aerogramas fossem utilizados por quem não tinha direito a eles ou transportassem, o que não era raro, notas, medalhas e fios de ouro ou prata, por outro, e mais plausível dado o clima de crescente contestação à guerra, o seu aproveitamento como meio de transporte de «propaganda subversiva» para o «Ultramar».

Área de apoio social: secção de madrinhas de guerra

A secção de madrinhas de guerra, inspirada numa medida posta em prática pela *Cruzada das Mulheres Portuguesas* e pela *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*, durante a Primeira Guerra Mundial foi outra das mais populares iniciativas do MNF embora, por força da falta de operacionalidade da organização, cedo tivesse saído do seu controlo.²⁸ Isto porque, o carácter patriótico que o MNF queria

²⁵ MNF, *Parecer 1973*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2459.3.

²⁶ MNF, *Memorial 1971*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2495.2.

²⁷ MNF, *Memorial 1973*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, ofício 1275, processo 2.15.1, 2, caixa 2495.2.

²⁸ Sobre a *Cruzada das Mulheres Portuguesas* e a *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*, ver o capítulo 4 neste livro.

imprimir ao desempenho das madrinhas de guerra, levou esta secção a estabelecer normas de conduta que deviam ser cumpridas por todas as interessadas: troca de correspondência «regular e obrigatória» com o afilhado incutindo-lhe, entre outros aspectos, o orgulho pelo serviço prestado à pátria e transmitindo-lhe o reconhecimento do povo português, bem como «a obrigação de estabelecer contacto com a família do seu afilhado, amparando-a moralmente e, se fosse necessário, materialmente».²⁹ Sem esquecer a importância de levar até estes uma narrativa mais jovial, diferente da familiar, «em geral lamentosa», contribuindo assim para que se tornassem psicologicamente mais aptos «para bem cumprir – e cumprir com satisfação» o dever de servir a pátria.³⁰

Podiam exercer estas funções, como era preceituado, todas as raparigas, ou «senhoras», portuguesas, maiores de 21 anos, moralmente idóneas, com espírito patriótico, corajosas, com capacidade de sacrifício e, sobretudo, ter confiança na vitória e saber transmiti-la.³¹ Ou, de acordo com a interpretação de Teresa Ramos, uma madrinha de guerra do MNF no final da década de sessenta: «havia regras [...] era preciso ter idoneidade moral, ser da mesma região do soldado e conhecer a sua família, o Movimento não aceitava qualquer pessoa».³²

Ainda segundo as mesmas normas, as inscrições como madrinha de guerra deveriam ser enviadas para o «Serviço Nacional de Madrinhas» cabendo a este registá-las e distribuí-las pelos militares a fim de proporcionar uma repartição equitativa de madrinhas, dado que muitos militares tentavam, e conseguiam, ter mais do que uma. Como comprovam os números fornecidos por este serviço à revista *Presença*, verifica-se que o procedimento adoptado pelo MNF tornava o processo moroso, embora em Outubro de 1963 já tivessem sido atribuídas 10 000 madrinhas, número, apesar de tudo, manifestamente escasso para fazer face aos pedidos; situação que levou parte das inscritas a aceitar «dois, três e quatro afilhados» chegando as próprias

²⁹ Maria Eugénia Ferreira Alves de Pinho, «O movimento nacional feminino de São João da Madeira, 1963-1974» (dissertação de mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003), 17.

³⁰ «Madrinhas de Guerra», *Presença*, n.º 1 (1963): 36-37.

³¹ «Madrinhas de Guerra», *Presença*, n.º 1, ..., 18.

³² Sílvia Espírito-Santo, *Adeus...*, 90.

mulheres dos corpos dirigentes do movimento «a ter vinte e trinta afilhados, havendo mesmo quem tenha [tivesse] cinquenta e até cem afilhados».³³

Num contexto gerador da acumulação de pedidos de madrinhas de guerra e de inúmeras reclamações de militares, em 1971, esta secção, demonstrando não ter qualquer noção da complexidade do processo criado em torno das inscrições, lamentava o facto de «infelizmente, nem todas as mulheres portuguesas se aperceberam das características bem femininas desta actividade»³⁴; isto porque, entre 1961 e 1971 o número de madrinhas de guerra intermediadas pelo MNF foi de apenas 162186 sendo que no ano de 1971, dos 2398 pedidos de militares, a organização, em articulação com as comissões distritais da «metrópole», apenas conseguiu madrinhas para 1390.³⁵

A importância que as cartas das madrinhas de guerra tinham para os militares, está bem patente no texto de João Torres de Lima, ex-combatente em Angola entre 1971 e 1974:

O recurso a uma Madrinha era muito frequente entre os militares. [...] Do outro lado, esperavase uma pessoa com capacidade de nos compreender, com algum tempo disponível para nos dar um pouco da sua atenção e, sobretudo, carinho que, apesar da constante tensão existente, ajudasse a aliviar essa pressão, contribuindo para abreviar o tempo que muito custava a passar. Por vezes, uma curta e simples carta com palavras amigas era suficiente para nos trazer um pouco de ar fresco, que nos ajudava a aliviar o peso do isolamento a que estávamos sujeitos.³⁶

Assim, dada a escassez de madrinhas de guerra intermediadas pelo MNF, os militares utilizaram desde muito cedo estratégias alternativas para conseguir correspondentes; desde dirigirem aerogramas aos carteiros para que estes os entregassem a «meninas solteiras», a pedir a intermediação de parentes e amigos junto de raparigas conhecidas,

³³ «Madrinhas de Guerra», *Presença*, n.º 1, ..., 37.

³⁴ *Relatório 1961-1971, Por Deus e Pela Pátria*, Arquivo de História Social... PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

³⁵ *Relatório 1961-1971, Por Deus e Pela Pátria*, Arquivo de História Social... PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

³⁶ João Torres Lima, *De Leiria à Gabela: Memórias de Um Soldado da Guerra Colonial (1971-1974)* (Porto: Edições Afrontamento, 2018), 76.

a colocar anúncios nas revistas femininas de maior tiragem (*Crónica Feminina, Plateia e Flama*), nos jornais regionais ou, até mesmo, escrevendo directamente a alguma figura pública como revela este texto:

[...] nem todo o interesse na obtenção de uma madrinha era obrigatoriamente para fins amorosos. [...] Eu também procurei ter a minha madrinha de guerra. Para o efeito, enviei uma carta com meu pedido à Simone de Oliveira. Compreendi a impossibilidade e apreciei a forma muito gentil como se justificou, numa carta que me escreveu, enviandome uma foto sua.³⁷

De acordo com a historiadora Françoise Thébaud, as madrinhas representavam a «imagem invertida da guerra» uma vez que sugeriam aos militares pensamentos nas suas origens, nas suas famílias e, sobretudo, no futuro com a finalidade de os entusiasmar a lutar pela vida.³⁸

Se é certo que o controlo das madrinhas de guerra saiu rapidamente do âmbito do MNF evidenciando o insucesso desta secção, ainda que a designação seja indissociável dela, foi esse descontrolo que contribuiu para que milhares de mulheres tivessem aderido voluntariamente à iniciativa; mulheres de todas as idades e de todos os grupos socioeconómicos e culturais.

Área da comunicação: secção de informação e divulgação

Outra das áreas que deu grande projecção ao MNF foi a área da comunicação com destaque para a secção de informação e divulgação que, com uma linha editorial alinhada com a narrativa da propaganda colonial do regime, deu os primeiros passos publicando de forma avulsa textos de doutrinação patriótica dirigidos aos que «tão abnegadamente» lutavam pela «integridade da pátria»; textos da

³⁷ Lima, *De Leiria...*, 77.

³⁸ Françoise Thébaud, «A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual», em *História das Mulheres no Ocidente*, org. Georges Duby, e Michelle Perrot, vol. 5: *O século XX*, org. Françoise Thébaud (Porto: Edições Afrontamento, 1991), 49.

autoria de filiadas ou simpatizantes do MNF regularmente publicados na imprensa nacional, regional mas, sobretudo, no *Jornal do Exército*.³⁹

Um trabalho voluntário marcado pelo amadorismo que, em pouco tempo, iria evoluir para uma estrutura comunicacional profissionalizada e de grande envergadura contemplando meios de comunicação como a imprensa, a rádio e a televisão conhecendo esta especial sucesso com as transmissões das «Mensagens de Natal».

Em 1963, inicia-se a publicação da revista *Presença* dirigida pela escritora Luíza Manoel de Vilhena (1927-1998), cujo conteúdo passava por artigos de opinião, reportagens de visitas às frentes de batalha, relatórios das comissões, poemas e um ou outro conto; com uma tiragem de 5000 exemplares vendidos a 5\$00, o MNF publicou de forma irregular apenas cinco números acabando a revista por ser extinta, em 1965, devido a dificuldades de «colaboração técnica e um défice desmoralizante».⁴⁰

Em 1967, por decisão do primeiro congresso do MNF, realizado em 1966, é fundada a revista *Guerrilha*, publicação que teve como directora e editora Cecília Supico Pinto e como chefes de redacção, inicialmente o jornalista Martinho Simões e, posteriormente, Mário Matos Lemos. De periodicidade mensal, a *Guerrilha* era distribuída gratuitamente aos militares e vendida ao público a 5\$00, tendo publicado, até Agosto de 1973, cinquenta e cinco números. Privilegiando um «conteúdo pedagógico-recreativo», procurou acompanhar os tempos de mudança conforme demonstra a composição do corpo redaccional, o formato e o grafismo.

Apesar do financiamento vir de várias fontes – publicidade, receita dos aerogramas azuis, campanhas de angariação de fundos e donativos vários – a saúde financeira da *Guerrilha* foi sempre débil como sugere a atribuição do subsídio no montante de 330000\$00 escudos, por despacho do ministro da Defesa Nacional de 24 de Janeiro, a que se seguiu um outro anual de 180000\$00 a 27 de Fevereiro de 1974.⁴¹

³⁹ Sobre recortes da imprensa: *Dos Veteranos da guerra do Ultramar, Angola-Guiné-Moçambique (1957-1975)*, http://.terraweb.biz/MNF_Movimento_Nacional_Feminino_Recortes_na_Imprensa.htm.

⁴⁰ MNF, «última página», *Presença*, n.º 5, Lisboa, Orbis – Edições Ilustradas, 1965, 116.

⁴¹ *Correspondência, entre MNF e MD*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 6208.1.

Em Abril de 1974, sob a direcção do tenente-coronel Baptista Rosa e tendo como chefe de redacção o jornalista Nuno Vasco, foi ainda editada uma outra revista denominada *Movimento* e da qual, por razões óbvias, saiu um único número. Herdou da anterior o formato gráfico e o conteúdo propagandístico, tendo dado destaque ao desenvolvimento colonial, nomeadamente, a obras como a barragem de Cabora Bassa e de infra-estruturas rodoviárias ou ferroviárias das colónias.⁴²

Em 1970, o MNF criou nas traseiras da sua sede, na rua das Janelas Verdes, em Lisboa, um estúdio de gravação com aparelhagem oferecida ou «adquirida com facilidades [...] aumentando em 1600000\$00 o património do Movimento Nacional Feminino».⁴³ Neste estúdio foram gravados 83 números do programa «Espaço», um programa radiofónico de «formação-informação-diversão», com a duração de uma hora semanal, destinado «aos militares e populações civis do Ultramar e ainda aos portugueses residentes no Brasil, EUA e Inglaterra, numa rede total de 23 Estações Emissoras».⁴⁴ Em Julho de 1970, e patenteando o estreito relacionamento entre o governo e o MNF, Cecília Supico Pinto escrevia ao ministro da Defesa Nacional, general Horácio Sá Viana Rebelo, comunicando a intenção de enviar a gravação do primeiro programa para os militares até ao dia 30 desse mês e solicitando «o apoio necessário para que as embalagens contendo os programas sejam expedidas logo que cheguem ao aeroporto de destino» uma vez que, segundo refere, as ligações entre estes e Lisboa já estavam assegurados pela TAP.⁴⁵ Certa de que o pedido seria atendido, Cecília Supico Pinto passa a discriminar o número de embalagens destinadas a cada «província» bem como as rádios para onde as bobines devem ser enviadas. Assim, para:

Província de Angola

Em Luanda ficam três embalagens, 1ª Emissora Oficial de Angola, 2ª Rádio Clube de Angola, 3ª Rádio Eclésia. As restantes têm o seguinte destino: a) Silva Porto – Rádio Clube do Bié, b) Nova Lisboa – Rádio

⁴² Tenente-coronel Baptista Rosa, «Editorial», *Movimento*, n.º 1 (1974): 3.

⁴³ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁴⁴ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁴⁵ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

Clube do Huambo, c) Sá da Bandeira – Rádio Clube do Huíla, d) Sá da Bandeira – Rádio Comercial de Angola, e) Luso – Rádio Clube do Moxico, f) Lobito – Rádio Clube do Lobito, g) Nova Redondo – Rádio Clube Quanza Sul, h) Cabinda – Rádio Clube de Cabinda, i) Moçâmedes – Rádio clube de Moçâmedes, j) Malange – Rádio Clube de Malange, l) Carmona – Rádio Clube do Congo Português.

Província de Moçambique

Duas embalagens, 1ª para a Rádio Pax – Beira, 2ª Rádio Clube de Moçambique –

Lourenço Marques.

Província de Cabo Verde

Uma embalagem a ser enviada para: Rádio Clube de Cabo-Verde, Praia (Santiago)

Para as Províncias de Macau e Timor o problema não se põe na medida em que enviamos as bobines directamente às Estações Emissoras.⁴⁶

A popularidade e, como é notório, o alcance do programa, levaram a que numerosas personalidades do meio artístico e cultural, nacional e internacional nele quisessem colaborar, conforme patenteia a extensa lista de nomes apensa a um *Relatório da Comissão Executiva do MNF*.⁴⁷ Para assinalar o Natal de 1971, e no âmbito da *Operação Presença* – designação que visava, simultaneamente, estabelecer a analogia entre o combate da organização na retaguarda e as operações militares bem como assinalar simbolicamente a sua presença em teatro de guerra – foi gravado neste estúdio um *Long Playing* no qual participaram personalidades como Amália Rodrigues, Hermínia Silva, Eusébio, Joaquim Agostinho, Maria de Lurdes Modesto, Tomás Tembe, Florbela Queiróz, Cortez & Nicholson, Paulo Machado, Inspector Varatojo, Parodiantes de Lisboa, Elsa Gomes, Coro e Orquestra Típica do Rádio Clube de Moçambique, Cecília Supico Pinto e o ministro da Defesa Nacional. A iniciativa discográfica, teve subjacentes aos seguintes critérios: tornar menos onerosa a habitual oferta individual de Natal que quase sempre «endividava o MNF perante os fornecedores dos artigos», fugir «ao isqueiro, álbum e estojo da

⁴⁶ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁴⁷ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

barba, tão rotineiros» e, ainda, estando o MNF «a par das baladas perigosamente anti-portuguesas que vêm invadindo o mercado» usar o disco de Natal como «uma forma de as combater, ao menos junto das Forças Armadas». ⁴⁸

De referir que, embora a iniciativa tivesse merecido «aplausos e adesão das mais altas esferas», ⁴⁹ esta foi, porventura, das realizações mais polémicas levadas a cabo pelo MNF tendo a sua repercussão chegado aos nossos dias; isto porque, se muitos ex-combatentes guardam ainda com estima o *Long Playing* do Natal de 71, assim como os discos posteriores, outros, principalmente os que estavam deslocados no mato, evocam a sua inutilidade visto não terem «gira-discos» para os poder ouvir.

Acresce que, iniciativas desta envergadura, apesar das constantes campanhas de angariação de fundos que o MNF levava a efeito através de peditórios como a *Hora de Trabalho*, o *Natal do Soldado* ou *Hora da Saudade*, entre outras, contribuía para o endividamento crónico do MNF e para uma dependência cada vez maior dos apoios económicos dos Ministérios da Defesa e Ultramar como demonstra o subsídio de 990000\$00, atribuído a esta secção pelo despacho de 24 de Janeiro de 1974. ⁵⁰

Para além destas iniciativas, e com os mesmos objectivos de mitigar a dureza da guerra e aproximar a organização dos combatentes, reportam-se ainda as frequentes deslocações da Comissão Central do MNF às unidades militares em serviço no Ultramar, com destaque especial para a presença da sua presidente.

As visitas da presidente do *Movimento Nacional Feminino* ao «Ultramar Português»

Numa outra vertente da intervenção do MNF na guerra colonial, não pode deixar de ser destacada a importância do papel

⁴⁸ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁴⁹ *Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971*, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁵⁰ *Correspondência entre MNF e MD*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 6208.1.

desempenhado por Cecília Supico Pinto, enquanto presidente da organização, para a sua durabilidade e coesão. Uma mulher carismática que se movimentava com a mesma naturalidade tanto nos corretores do poder como junto de militares de todas as patentes ou das famílias mais humildes, protagonizando uma espécie de parente próxima a quem se podia recorrer nas mais diversas circunstâncias como atesta a abundante e diversificada correspondência que lhe é dirigida e que, por si só, merecia tratamento historiográfico.

Para esta proximidade, e para o respeito que ainda hoje lhe é votado por muitos ex-combatentes, como certificam os testemunhos deixados na blogosfera, contribuiu não só a sua intervenção directa na produção ou alteração de leis e normas favoráveis aos militares como por exemplo os subsídios de campanha, a revisão das pensões dos deficientes, a transladação dos mortos sem custos para as famílias ou a legislação de apoio a militares estudantes; mas também as inúmeras deslocações que, ao longo dos treze anos de guerra, fez ao «Ultramár» e, sobretudo, a forma como enfrentava o perigo viajando de helicóptero ou em chaimite integrando colunas militares, chegando mesmo a ser ferida numa emboscada na Guiné, ferimentos com os quais conviveu até ao fim da vida.⁵¹

As viagens que Cecília Supico Pinto fazia às colónias eram previamente autorizadas pelo ministro da Defesa Nacional e preparadas com as autoridades militares e comandos das unidades a visitar, mas que são recordadas pela relação informal que estabelecia com os militares no terreno quer falasse de futebol, cantasse o fado ou, simplesmente, ouvisse os problemas pessoais que muitos lhe expunham.

Tanto a visita de pessoas influentes no panorama nacional como o patrocínio de artistas aos teatros de guerra – a fadista Amália Rodrigues, por exemplo, deslocou-se três vezes a Angola para cantar para os militares⁵² – não eram uma estratégia de entretenimento original; utilizada com frequência pelas forças beligerantes durante as guerras que assolaram o mundo no século xx, a presença de figuras mediáticas, preferencialmente ligadas à música popular, tinha a missão de proporcionar aos combatentes momentos de distração/alienação que revertissem positivamente em «resultados sobre o moral das tropas»;

⁵¹ Ver *Luís Graça & Camaradas da Guiné*, <http://blogueforanada.blogspot.com>.

⁵² Site Oficial de Maconge, <https://reinodemaconge-com.webs.com/apps/photos/>

um efeito psicológico que, conforme referem os textos que transcrevemos, a presença de Cecília Supico Pinto, também produzia quando se deslocava aos teatros de guerra:

[Em 14 de Agosto de 1966] a unidade recebeu em NOVA FREIXO, MANDINBA e MECANHELAS a visita da Exma. Presidente do Movimento Nacional Feminino.

Obtiveram-se bons resultados sobre o moral das tropas. Fazendo uso de um grande à vontade, de uma irradiante simpatia, de uma grande comunicabilidade e de uma coragem invulgar numa senhora, exerceu uma A.P. sobre as N.T. com um elevado poder de aliciação, criou estados emocionais favoráveis, chegou por vezes a galvanizar os espíritos, até os habitualmente indiferentes e lutando denodadamente num ambiente que, normalmente, não adere a movimentos colectivos, conseguiu vencer todas as resistências e conquistar a adesão sicera [*sic*] de duas colaboradoras e a simpatia para uma organização que, infelizmente, não é ainda por todos completamente compreendida nos seus fins.⁵³

A visita da Cilinha (seu nome de guerra...) era sempre motivo para grande alvoroço nos nossos quartelamentos... antes de mais, pela curiosidade de ser uma das raríssimas mulheres brancas que se podia ver no mato, em plena guerra, em carne e osso... É só depois por ser a histórica e carismática líder do MNF [...] que para alguns nossos soldados [*sic*], tinha sobretudo a função de «Pai Natal»: com sorte, um pedido ao MNF, desde que não fosse exorbitante, era atendido: livros, instrumentos musicais, equipamentos de futebol, etc.⁵⁴

Em Porto Gole, [...] recebi a visita de Cecília Supico Pinto e sua assistente, trazida pelos fuzileiros devidamente acompanhada e protegida. Evidentemente que a visita, anunciada com antecedência trouxe aí nesse dia o comandante da Companhia, capelão e médico do batalhão de Bafatá a que pertencíamos. [...] e foi neste local que demos as boas vindas à Supico Pinto [sentada num banco/cibe]. Consciente do papel do Movimento cheguei mesmo a contactá-lo, pedindo suporte e apoio, na forma de presentes de Natal, letras e músicas populares para ajudar com os nossos momentos de lazer, pois conhecidas canções populares

⁵³ Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF, Relatório de Comando/ /B.Caç. Ev.6 n.º 5/66/26 Agosto 66: 29.

⁵⁴ António Murta, ex-alf. mil, inf. MA 2º CCAÇ/ BCAÇ 4513, Nhala, Guiné em 10.3.1974, em *Luís Graça & Camaradas da Guiné*, <http://blogueforanada.blogspot.com>.

eram um meio que eu achava eficiente e usei várias vezes para animar os meus soldados.⁵⁵

A Sr.^a Supico Pinto... Visitou Gadamael em Março de 1974. Fez-se acompanhar por um pelotão de destacamento de Fuzileiros de Cacine. Ao desembarcar imitou uma 'rajada'... perante o espanto do Zé Pagode, pediu um copo de tinto do bidão, que apenas provou, bebendo isso sim 'Old Parr'.

Ofereceu-me um disco e um maço de tabaco, mas recusei a oferta, porque não estava interessado no conteúdo do disco e não fumava. A bem da verdade detestava a Senhora, não por ela, mas pelo que representava.⁵⁶

À chegada ao cais de Alcântara em Lisboa deparámonos com elementos do Movimento Nacional Feminino, que [...] muito gentilmente nos ofereceram um isqueiro, um terço e um pequeno livro do Novo Testamento [...]. Em todo o tempo de comissão não voltei a ver esses elementos, a não ser indirectamente, através dos aerogramas [...], sempre achei estranha a sua ausência, [...] uma vez que a propaganda em relação à sua actuação junto dos militares era diariamente referida nos noticiários da Comunicação Social, RTP e EN.⁵⁷

Hoje, quase meio século depois do corte político-ideológico com o Estado Novo, a narrativa dos ex-combatentes da guerra colonial sobre o papel do MNF nas suas vidas passa por um natural exercício de memória crítica; porém, as «visitas» de Cilinha, como fazia questão de ser chamada e muitos ainda a referenciam, assumem um lugar preponderante entre as vivências da guerra que recordam e que estes excertos mostram.

Conclusão

Sem perder de vista o contexto político, ideológico e social da década de 60 do século xx, em que – à excepção de uma parte das elites instruídas, nomeadamente alguns estudantes universitários – a ideia

⁵⁵ João Crisóstomo, alferes miliciano a cumprir serviço militar na Guiné entre 1965 e 1967, <http://blogueforanada.blogspot.com>.

⁵⁶ C. Martins, Guiné, Março de 1974, <http://blogueforanada.blogspot.com>.

⁵⁷ Lima, *De Leiria...*, 54.

de preservação e defesa das colónias era quase unânime em Portugal, este capítulo recupera o trabalho assistencial do MNF durante a guerra colonial (1961-1974). Uma organização de cariz patriótico, nacionalista e concordante com a política colonialista do regime que, sendo fundada por uma pequena elite feminina para apoiar militares e famílias, foi crescendo com a adesão de milhares de portuguesas. Embora esta fosse, do ponto de vista estatutário, uma associação apolítica e independente do Estado, a inexistência de estruturas governamentais de assistência em tempo de guerra, fez com que o MNF chamasse a si áreas de apoio que, a partir de 1970, tiveram financiamento estatal. A proximidade político-ideológica com o regime e a relação de mútua dependência que se estabeleceu fez com que as «senhoras do MNF», dito assim de forma generalizada, tivessem estado sempre «debaixo de fogo» por parte de grupos oposicionistas e anticolonialistas. Nomeadamente com a propagação da ideia, difundida por sectores como a *Rádio Voz da Liberdade* transmitida das instalações da *Rádio Argel* – da ligação das suas cúpulas aos interesses coloniais. Críticas dirigidas sobretudo à presidente Cecília Supico Pinto cuja proximidade às principais figuras do regime, foi, simultaneamente, determinante para a mobilização de grande parte do país para a causa e motivo da falta de consenso sobre a presença do MNF na guerra colonial; razão pela qual, o trabalho de milhares de mulheres que, na «metrópole», para usar a terminologia da época, e nas colónias, cobriram a retaguarda da guerra de forma voluntária, anónima e sem qualquer compromisso ideológico, tende a permanecer invisível ou a ser deliberadamente omitido; mulheres que acreditaram na necessidade e utilidade do seu trabalho junto dos militares e das suas famílias, particularmente dos que ficavam fisicamente e psicologicamente marcados por uma guerra tão prolongada; este espírito de entrega fica bem patente na forma como a representante da Comissão Distrital do MNF de Castelo Branco, a 20 de Maio de 1974, se afirma perante o chefe do Estado Maior do Exército, «incondicionalmente ao Serviço das Forças Armadas» e se oferece para dar continuidade à angariação de fundos para reintegração dos mutilados da guerra do Ultramar, deste Distrito». ⁵⁸ A mesma disponibilidade foi manifestada pela presidente do MNF às

⁵⁸ «Ofício da Comissão de Castelo Branco do MNF», Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 3444-6.

autoridades militares chegando a sugerir que este fosse reconvertido numa organização de assistência e apoio a ex-combatentes, aproveitando os conhecimentos e a experiência adquirida por muitas mulheres no terreno.⁵⁹ Nesse sentido, a 1 de Maio de 1974, dirige uma carta ao general António de Spínola, com quem tinha estado em Jolmete, na Guiné, a 15 de Março de 1974, a pedir orientações sobre o futuro da organização e a reiterar a sua disponibilidade para «seguir a linha que a Junta de Salvação Nacional nos indicar».⁶⁰ Contudo, a falta de respostas acaba por levá-la a convocar uma Assembleia Geral extraordinária do MNF a 17 de Junho de 1974, na qual é deliberado propor às Forças Armadas a integração do MNF na Liga de Combatentes «por se acreditar que, na actual vivificação do seu verdadeiro espírito, esta desempenhe as funções que lhe competem».⁶¹

É neste âmbito que, a 22 de Julho de 1974, o MNF foi dissolvido por despacho do ministro da Defesa Nacional, coronel Mário Firmino Miguel, sendo a deliberação acompanhada por uma nota enviada à imprensa pelo ministro da Comunicação Social, major José Eduardo Sanches Osório, com o seguinte teor:

Na altura em que cessa a sua actividade, assinala-se o trabalho promovido pelo MNF, de apoio moral aos nossos soldados e famílias durante os treze anos da sua existência. Sublinhe-se, ao mesmo tempo, que tudo será feito para que a finalidade que esteve na base da criação do MNF seja mantida na Liga dos Combatentes, de forma a que sejam atingidos os objectivos que levaram à sua renovação.⁶²

Palavras que encerravam definitivamente o ciclo de 13 anos de existência da última organização de mulheres fundada no Estado Novo; organização que, coerentemente, chegava ao fim ao mesmo tempo que a guerra que a fez emergir e lhe deu sentido, que o regime com o qual partilhou ideias e ideais e que o império que acreditou «uno e indivisível».

⁵⁹ Sílvia Espírito-Santo, *Cecília Supico Pinto...*, 193.

⁶⁰ Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

⁶¹ Documentação cedida por Cecília Supico Pinto à autora....

⁶² *Diário Popular*, de 23 de Junho de 1974, 9.

Fontes

Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Fundo Cecília Supico Pinto (CSP) e Subfundo *Movimento Nacional Feminino* (MNF), PT-AHS-ICS-CSP e PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, documentação depositada no Forte de São Julião da Barra.

Arquivo RTP.

Correspondência, entre MNF e MD, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 6208.1

Documentação cedida por Cecília Supico Pinto à autora, 2008 (fotocópias).

Mesquita, Clotilde. *Moçambique: 7 de Setembro. Memórias da Revolução*. Lisboa: Edições A Rua, 1977.

Movimento Nacional Feminino, *Estatutos*, s/d.

MNF, *Memorial 1971*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2495.2.

MNF, *Memorial 1971*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2726.2.

MNF, *Memorial 1973*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2495.2, ofício 1275, processo 2.15.1, 2.

MNF, *Parecer 1973*, Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 2459.3.

«Ofício da Comissão de Castelo Branco do MNF», Arquivo do Ministério da Defesa Nacional, Forte de São Julião da Barra, caixa 3444-6.

Relatório 1961-1971, Por Deus e Pela Pátria, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

Relatório da Comissão Executiva do MNF período de 30-1 a 31-12 de 1971, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

Relatório de Comando/ B.Caç. Ev.6 n.º 5/66/26 Agosto 66: 29, Arquivo de História Social..., PT-AHS-ICS-CSP-MNF.

Periódicos

Cecília Supico Pinto, «Pré-história do Movimento», *Presença*, n.º 1 (1963): 4.

Diário de Notícias, 25 de Janeiro de 1961.

Diário Popular, 23 de Junho de 1974.

Ilustração Portuguesa de 29 de Março de 1961: 1.

«Madrinhas de Guerra», *Presença*, n.º 1 (1963): 36-37.

«MNF», *Presença*, n.º 5 (1964): 31.

MNF, «Última página», *Presença*, n.º 5 (1965): 116.

Pinto, Cecília Supico. «Pré-história do Movimento», *Presença*, n.º 1 (1963): 4.

«Refugiados de Goa, chegada a Lisboa», *Diário de Lisboa*, 30 de Dezembro de 1961: 1.

Revista *Movimento*, n.º 1, 1974.

Revista *Presença*, n.º 1, 1963.

Revista *Presença*, n.º 5, 1964.

Tenente-coronel Baptista Rosa, «Editorial», *Movimento*, n.º 1 (1974): 3.

Blogs

<http://blogueforanada.blogspot.com>

<https://reinodemaconge-com.webs.com/apps/photos/>

http://ultramar.terraweb.biz/MNF_Movimento_Nacional_Feminino_Recortes_na_Imprensa.htm

Bibliografia

Antunes, António Lobo. *Os Cus de Judas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984.

Barreiros, Eduardo, e Luís Barreiros. *História do Serviço Postal Militar*. Lisboa: Edição dos autores, 2004.

Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, vol. 1, Lisboa: Dom Quixote, 1983.

Espírito-Santo, Sílvia. *Adeus, Até ao Teu Regresso: O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

Espírito-Santo, Sílvia. *Cecília Supico Pinto: O Rosto do Movimento Nacional Feminino*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

Freyre, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1951.

Lima, João Torres. *De Leiria à Gabela: Memórias de Um Soldado da Guerra Colonial (1971-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2018.

Nogueira, Franco. *Salazar*. Vol. V: *A Resistência (1958-1964)*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984.

Pinho, Maria Eugénia Ferreira Alves de. «O Movimento Nacional Feminino de São João da Madeira, 1963-1974». Dissertação de mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.

Thébaud, Françoise. «A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual». In *História das Mulheres no Ocidente*, dir. Georges Duby, e Michelle Perrot, vol. 5: *O século XX*, dir. Françoise Thébaud, 31-93. Porto: Edições Afrontamento, 1991).

Vaz, Nuno Mira. *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África 1961/74*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

Manuela Tavares

Capítulo 9

A militância antifascista e a luta pelos direitos das mulheres na história do *Movimento Democrático de Mulheres*: retalhos de histórias de vida (1968-1974)

Quarenta e oito anos de Salazarismo significaram quarenta e oito anos de doutrinação das mulheres com o mito da auto-sacrificada maternidade, da esposa dedicada e virgem incorrupta, enquanto a censura nos impedia de conhecer toda a realidade das lutas das mulheres no mundo.¹

Introdução

Este capítulo, que incide sobre o *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM) desde a sua fundação em 1968 até ao 25 de Abril de 1974, procura responder às perguntas seguintes: até que ponto a necessidade

¹ Madalena Barbosa, *Balanço do MLM: Movimento de Libertação das Mulheres*, texto policopiado, arquivado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista da União de Mulheres Alternativa e Resposta, 1987.

de um movimento de mulheres era algo entendido pelos setores da oposição? Como eram encarados os feminismos por estes?² De que modo era feita a ligação da luta antifascista à luta pelos direitos das mulheres através das vozes de algumas das dirigentes do MDM? Qual o peso da luta contra o regime nas histórias de vida de Luísa Amorim, Helena Neves, Helena Pato e Maria José Ribeiro, quatro das principais dirigentes do MDM na época estudada? Estas interrogações deram origem a outras tantas, durante a recolha dos retalhos de histórias de vida através de conversas soltas e não dirigidas e com dez entrevistas mais orientadas para determinados aspetos que se procuravam esclarecer, efetuadas presencialmente e por *zoom*, entre março de 2019 e fevereiro de 2021, assim como fontes impressas.

Pretende-se com este trabalho entender o tecido social e político da época em que foi possível formar uma associação de mulheres em contexto de ditadura, o MDM, em 1968. Este estudo insere-se na perspetiva de que a memória histórica das mulheres é fundamental para a história dos feminismos da segunda metade do século XX. Segundo Anne Cova, trata-se mesmo de «um desafio político e historiográfico».³ Para Françoise Thébaud, a história oral e a história das mulheres constituem-se como acontecimentos paralelos nos finais da década de 1960 e durante a década de 1970.⁴ As histórias de vida fazem parte da história oral e permitem a emergência de saberes alternativos, em especial por parte das mulheres, nas suas respostas perante situações diversas dos seus quotidianos. Neste trabalho, foram apenas recolhidos retalhos de histórias de vida, mas que se mostram essenciais para entender o contexto político e social dos tempos de ditadura em Portugal.

Tal como afirma Françoise Collin, para além do momento de questionamento dos saberes dominantes, os estudos feministas, devem

² Manuela Tavares, *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)* (Lisboa: Texto, 2011).

³ Anne Cova, Comunicação na sessão de abertura do Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação de 1924, realizado em Maio de 2004 em Lisboa, na Universidade Nova de Lisboa.

⁴ Françoise Thébaud, «Genre et Histoire», em *Falar de Mulheres, História e Historiografia*, dir. Zília Osório de Castro (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 187-201. Ver também Françoise Thébaud, e Geneviève Dermenjian. Dir., *Quand les femmes témoignent: histoire orale, histoire des femmes, mémoire des femmes* (Paris: Publisud, 2009).

ter momentos constitutivos de saberes alternativos.⁵ O trabalho em histórias de vida exige uma grande ligação à narradora da história, afirma Maria José Magalhães que, da sua experiência metodológica e epistemológica nesta área, realça que o sujeito deixa de ser objeto de estudo para interagir com a própria investigação.⁶ Esta situação requer por parte de cada investigador/a a disponibilidade para poder redirecionar o percurso da pesquisa. Foi essa postura epistemológica que se procurou ter, na medida em que a maioria das protagonistas dessas histórias de vida tinham uma grande relação entre si e conheciam a autora do estudo.

Para Gisela Bock, as investigações sobre mulheres em História não se devem limitar à busca de um objeto negligenciado, mas alargar-se para as relações entre seres humanos.⁷ Estas relações sociais produzem-se em contextos culturais e sociais diferentes e são marcadas pelos quotidianos, pela linguagem e por saberes pessoais que nem sempre são valorizados pelas ciências sociais. Os saberes pessoais são privilegiados neste estudo, pois, sem eles, seria difícil entender muitas situações vividas.

Este capítulo é composto por três partes: depois de ter analisado o contexto da formação do MDM e as ideias feministas, serão evocadas as múltiplas frentes de luta e finalmente a rebeldia na adolescência e os quotidianos vividos pelas quatro mulheres entrevistadas.

A formação do Movimento Democrático de Mulheres e as ideias feministas

Num livro escrito por Helena Neves intitulado *Apontamentos para a História do MDM: O Retomar dos Gestos*, refere-se que «é no âmbito do movimento de oposição que algumas mulheres se irão unir»,

⁵ Françoise Collin, *Parcours Féministe [Entretiens par Irène Kaufer]* (Bruxelles: Éditions Labor, 2005).

⁶ Maria José Magalhães, Angélica Lima Cruz, e Rosa Soares Nunes, *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Cida* (Lisboa: Editora Ela por Ela, 2012).

⁷ Gisela Bock, «História, História das mulheres, História do Género», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 4 (novembro de 1989): 158-187.

o que veio a acontecer, pela primeira vez, em 1968.⁸ Adianta-se ainda, a criação de várias «comissões democráticas de mulheres» e que, num grande encontro da Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres do Porto realizado no Verão do mesmo ano, já se anunciava a transformação das comissões eleitorais em movimento.⁹

Contudo, no retalho da história de vida de Helena Pato, surge um outro registo que complementa o anterior e que está na génese do MDM. O testemunho de Helena Pato torna-se essencial neste processo, pois faz notar a influência de Maria Lamas (1893-1983) na criação de um movimento de mulheres, em 1966 e 1967.¹⁰ A visão de Maria Lamas era muito alargada, pois achava que esse movimento devia partir da base, abrangendo o interior do país. Seria uma iniciativa apartidária de um grupo diverso de mulheres. Para Helena Pato, essa estratégia tinha para si um enorme eco, porque apesar de não se rever em algumas perspetivas feministas da década de 1960, que considerava afastadas da análise marxista da situação das mulheres, discordava frontalmente da forma como era organizada pelo *Partido Comunista Português* (PCP) a participação em iniciativas mundiais de mulheres, onde só eram escolhidas, em geral, comunistas e simpatizantes:

Quando regresso de Paris e dos contactos com a Maria Lamas fiz algumas diligências para implementar esse movimento. A primeira reunião que faço no princípio de 67 foi numa casa da Avenida Estados Unidos da América com 4 mulheres, que não eram só do PCP, a Lígia Cabeçadas que era socialista, eu, a Isabel do Carmo e uma outra, pois eu achava que não deviam ser só mulheres do PCP a formar o MDM. Contudo, falei com o PCP para saber se o partido apoiava. Falei com uma funcionária do partido, que disse que lhe parecia bem. Entretanto, fui presa, por causa de um abaixo-assinado, de solidariedade com os presos políticos. Quando eu saio da prisão, em 1968, pensei logo retomar a minha atividade política. Já tinha havido reuniões em minha casa para avançar com o MDM: a Olga Quintanilha, a Amélia Maltez,

⁸ Helena Neves, *Apontamentos para a História do MDM: O Retomar dos Gestos* (Lisboa: MDM, 1988), 16.

⁹ Ver o capítulo 7 neste livro.

¹⁰ Sobre Maria Lamas, ver Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas: Biografia* (Lisboa: Quetzal, 2003).

a Lúcia Veloso. Decidiu-se lançar o movimento a 19 de maio, aniversário de Catarina Eufémia, na Padaria do Povo. Este era também o ano de eleições.¹¹

Segundo Helena Pato, a 19 de maio de 1968, na Cooperativa Padaria do Povo em Campo de Ourique, estiveram alguns jornalistas amigos e foi apresentado o manifesto da Comissão de Mulheres da *Comissão Democrática Eleitoral* (CDE) do distrito de Lisboa. Marcaram presença Maria de Jesus Barroso, Maria Helena Fonseca, Maria Rosa Colaço, Dulce Rebelo, Manuela Bernardino, Matilde Rosa Araújo. Maria de Jesus Barroso afastou-se depois, dizendo que estava tudo muito ligado ao PCP. No 8 de março de 1970 foi também organizado um piquenique de mulheres na serra da Sintra, acontecimento relatado por Helena Neves.¹² As mulheres presentes foram rodeadas pela *Guarda Nacional Republicana* (GNR) e por agentes da *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (PIDE), que deram voz de prisão para aquelas que tomaram a palavra, no meio da desorientação da investida policial.

Em 1968, Helena Neves pouco convencida da passagem do trabalho político com as coletividades para a intervenção junto das mulheres, aceitou a tarefa do PCP de ir a uma reunião de mulheres da oposição em casa da Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004), para se lançar a proposta de criação de um movimento de mulheres:

Nessa noite de vozes e aspirações entrecruzadas surgiu a minha ligação aos movimentos de mulheres, à sua história, ao seu pulsar. Nesse impulso, assino com Helena Pato e Lídia Pessoa Fernandes, o documento de fundação do *Movimento Democrático Eleitoral de Mulheres do distrito de Lisboa*, que depois do período eleitoral, se constituiu como *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), evidentemente semiclandestino.¹³

Luísa Amorim esteve também nessa reunião, sem ter uma especial inclinação para o trabalho numa organização de mulheres. É a própria Luísa Amorim que afirma ter a opinião inicial de que as

¹¹ Entrevista realizada a Helena Pato em 24 de junho de 2019.

¹² Neves, *Apontamentos...*, 20.

¹³ Entrevista realizada a Helena Neves em 7 de março de 2019.

discriminações seriam apenas combatidas pelo «movimento revolucionário». Contudo, refere uns anos mais tarde, em 2019, que o seu grande crescimento, do ponto de vista político e humano foi feito no movimento de mulheres. Luísa Amorim tem uma reflexão interessante numa entrevista que lhe foi feita em 2019:

Às vezes, era uma descoberta espantosa para mim tomar consciência de como o mundo era contraditório, mesmo entre homens que se diziam revolucionários. Foi uma escola de saber, de profundidade como pessoa, como ser humano. E foi uma escola onde aprendi a solidariedade. Uma solidariedade ainda mais vincada do que uma solidariedade de partido. Conheci muitas mulheres que foram torturadas, muitas mulheres que tinham histórias de vida que não eram conhecidas, que me falavam das suas histórias do quotidiano, de uma crueldade terrível, de como tinham tido de se separar dos filhos, porque eles só podiam ficar nas casas clandestinas até determinada idade... Havia ali todo um mundo que era de uma desumanidade imensa.¹⁴

Mulheres com quem começou a comunicar contavam-lhe que eram espancadas pelos maridos. Iniciou uma aprendizagem de que este lado da realidade só tinha uma possibilidade de ser alterada: «Se as mulheres agarrassem, nas suas próprias mãos, o seu próprio destino e a sua própria vida».¹⁵ Não havia dúvida de que tinham de ser as mulheres a fazer essa luta. Também Helena Neves refere no relato da sua história de vida: «É o encontro com as mulheres que mais me faz o que sou e vou sendo».¹⁶

Na recolha de retalhos da história de vida de Maria José Ribeiro, dirigente do MDM no Porto, existem testemunhos deste tipo: «Eu só me lembrava da minha mãe e dos meus três irmãos, pequeninos, nascidos após o regresso de meu Pai do Tarrafal. Logo eu e o meu pai a sermos presos juntos, como é que ela iria ficar!».¹⁷ A luta contra o regime fascista e contra a guerra colonial absorvia as energias de homens e mulheres que eram presos/as, torturados/as e ficavam com as suas vidas destruídas. Maria José Ribeiro e o pai foram presos na

¹⁴ Luísa Amorim, Entrevista a *Mulheres de Abril*, esquerda.net, 2 de maio de 2019.

¹⁵ Amorim. Entrevista....

¹⁶ Entrevista realizada a Helena Neves em 7 de março de 2019.

¹⁷ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 3 de fevereiro de 2021.

manifestação do 8 de março de 1962 no Porto. Mulheres da oposição ao regime tinham-se envolvido na convocação da manifestação. Começaram a preparar tudo: tarjetas a distribuir pela cidade, uma faixa em pano branco com letras pintadas a preto pelo «Fim da Guerra Colonial», pela «Emancipação das Mulheres» e pela «Libertação dos Presos Políticos». A polícia não se fez esperar e dispersou a manifestação. Maria José Ribeiro relata: «Levaram-nos para o Governo Civil, onde um tal Santos Júnior, comandante da PSP, insultava as pessoas que lá estavam por também terem sido presas. Ele insultava em especial as mulheres, dizendo que elas deviam estar em casa a assoar o ranho dos filhos. Um pida deu-me duas bofetadas tão fortes que os meus óculos foram pelo ar».¹⁸ Maria José Ribeiro, separada do pai que, noutra dependência, foi espancado, levou com pancadas de cavalo-marinho, instrumento utilizado nas torturas. É neste registo de luta contra o regime que existe um entrelaçamento entre a resistência e a luta das mulheres pelos seus direitos.

Helena Neves no já referido livro publicado em 1988 reconhece a tomada de consciência de que existem problemas que só as mulheres vivem. Contudo, mais adiante afirma: «É necessário e urgente, que todos os cidadãos tomem consciência dos seus direitos, debatam os seus problemas e que, lado a lado com o homem, a mulher procure determinar soluções para as suas exigências».¹⁹ Apesar do reconhecimento de que as mulheres têm problemas específicos, impera no pensamento da época a indissociabilidade com a luta de todos os trabalhadores. O contexto social e político conduzia a que as reivindicações das mulheres estivessem muito ligadas ao maior problema político do regime: a guerra colonial e também à luta pela libertação dos presos políticos.

Segundo Maria José Ribeiro, no Porto, o MDM desenvolveu muitas atividades entre 1968 e 1974. Participou nas campanhas de solidariedade e pela libertação dos presos políticos: «angariávamos roupas, dinheiro e até pacotinhos de açúcar que recolhíamos quando íamos tomar a bica».²⁰ Em 1969, foi criada a *Comissão Nacional de Apoio aos Presos Políticos* que tinha comissões regionais: «Aqui no Porto

¹⁸ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 10 de fevereiro de 2021.

¹⁹ Neves, *Apontamentos...*, 17.

²⁰ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 10 de fevereiro de 2021.

a comissão regional era alargada a outros polos, como Matosinhos, Vila Nova de Gaia e o MDM esteve sempre nessa comissão»; «ajudar as famílias era muito importante, pois passavam por situações muito complicadas». ²¹ O trabalho do MDM também estava muito ligado às ações pela paz e contra o aumento do custo de vida.

Helena Neves considera essencial a experiência de luta de muitas mulheres nesse período de vida do MDM: Cecília Areosa Feio, Chica Velez, Conceição Borges Coutinho, Elina Guimarães, Isabel da Nóbrega, Joaquina Silvério, Laura Lopes, Lígia Veloso, Lília da Fonseca, Luísa Tito de Morais, Maria Lamas, Maria Amélia Carvalho, Marília Vilaverde, Matilde Rosa Araújo, Vitória Galacho e tantas outras. Lembra-se da primeira sede do MDM, um espaço muito pequeno, na Travessa do Calado, junto à Paiva Couceiro, onde se faziam algumas reuniões, em especial nos períodos de liberdade mitigada, quando das eleições de 1969 e 1973. Era nessa sede que se programava a ação do MDM: abaixo-assinados contra a guerra colonial, pequenos cursos para mulheres sobre os seus direitos, ações em diversos locais como Barreiro, Almada, Cova da Piedade, onde existiam muitas mulheres operárias e também em Moscavide onde a já referida Chica Velez, uma associada do MDM, fazia uma grande mobilização.

A 25 de setembro de 1969, surge no âmbito da Comissão de Mulheres da CDE do distrito de Lisboa uma carta dirigida à CDE do distrito de Braga a solicitar a participação de três delegadas numa reunião nacional que se ia realizar em Coimbra, em que um dos objetivos seria criar um movimento de mulheres para além das eleições e aprovação de um caderno com reivindicações específicas das mulheres. ²² Esta carta era assinada por Eugénia Moura, Helena Neves e Helena Pato.

Em 1970, Helena Neves encontra Maria Lamas, chegada de um exílio de cerca de oito anos, em Paris. Conheceram-se numa capela, na Rua de Santa Marta, que um padre corajoso, abriu clandestinamente, na noite 8 do março de 1970. Este dia teria sido um dia histórico. Milhares de documentos foram distribuídos por militantes antifascistas contra a guerra colonial: «O não à guerra é sentido por

²¹ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 10 de fevereiro de 2021.

²² Comissão de Mulheres da CDE do distrito de Lisboa criada para concorrer às eleições de 1969. Ver o capítulo 7 neste livro.

milhares de portugueses, é particularmente sentido, pelas mulheres, mães e esposas dos soldados que fazem a guerra». ²³ Daí os apelos às mulheres: «Impedi os vossos filhos de partir para a guerra. Impedi os vossos filhos de matar os filhos de outras mulheres, que como os vossos não são criminosos; são homens que lutam pela independência das suas pátrias». ²⁴

De 4 a 8 de abril de 1973, realiza-se em Aveiro o III Congresso da Oposição Democrática, onde algumas mulheres surgem a participar e a apresentar comunicações. Contudo, afirma Helena Neves que as conclusões do congresso não refletiram a profundidade das intervenções do MDM: «O sexismo infiltra-se, mesmo nas estruturas democráticas e por muitas e variadas vezes o sentimos». ²⁵ Helena Neves fez parte da Comissão Nacional deste III Congresso da Oposição Democrática e afirma: «São dias de apaixonada esperança, de cansaço que quase não se sente». ²⁶

Em 1973, a 21 de outubro, no Primeiro Encontro Nacional do MDM, ainda em clandestinidade, 250 mulheres reúnem-se na Cova da Piedade, onde abordam a dupla exploração das mulheres no trabalho e fora dele. Fala-se da discriminação salarial, igualdade jurídica das mulheres, licença de parto de 14 semanas e cuidados gratuitos na saúde, na altura do parto, entre outras reivindicações. Insiste-se na necessidade de desmistificar a ideologia que molda as mulheres a uma dócil e submissa «natureza». ²⁷

As ideias feministas que grassavam em França nos finais da década de 1960, em especial no maio de 68, não tiveram grande eco em Portugal na formação de associações ou grupos feministas. ²⁸ A ditadura salazarista impedia a circulação destas ideias na comunicação social. A jornalista Maria Antónia Palla, que esteve em França nessa altura, escreveu sobre esses acontecimentos, no livro *Revolução meu Amor*, que foi apreendido pela polícia política. ²⁹

²³ Neves, *Apontamentos...*, 19.

²⁴ Neves, *Apontamentos...*, 19.

²⁵ Neves, *Apontamentos...*, 22.

²⁶ Entrevista realizada a Helena Neves em 7 de março de 2019.

²⁷ Neves, *Apontamentos...*, 24-25.

²⁸ Philippe Artières, e Michelle Zancarini-Fournel, dir., *68: une histoire collective (1962-1981)* (Paris: La Découverte, 2008).

²⁹ Maria Antónia Palla, *Revolução meu Amor* (Lisboa: Edições Prelo, 1969).

Como refere Helena Pato, as ideias feministas do maio de 68 eram consideradas não marxistas. Esta visão de um marxismo fechado e dogmático afastou o MDM das ideias feministas radicais que existiram em alguns grupos e coletivos feministas em França. Contudo, isso não acontecia com todas as suas dirigentes, como é o caso de Helena Neves que relata o seguinte:

No discurso teológico, no qual a minha bisavó Maria me iniciou, o facto de Eva ter comido a maçã e lançar o mal no mundo, sempre me levantou interrogações. Ao ler, aos 15 anos, o livro de filosofia de Will Durand, descobri que, segundo Leibniz, o acto de Adão comer a maçã constituía uma afirmação da liberdade humana. No meu trabalho final, do Curso de Filosofia da Faculdade de Letras, interrogava ‘Final, quem comeu a maçã?’ Como élan maior do meu envolvimento progressivo no feminismo destacam-se *As Mulheres do meu País* de Maria Lamas, *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, obras de muitas outras escritoras e militantes feministas francesas e americanas e esse fantástico, belíssimo manifesto *Novas Cartas Portuguesas*, obra das três Marias: Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa.³⁰

Foi no terreno das lutas das mulheres que muitas contradições foram surgindo como aconteceu na luta pela despenalização do aborto, onde anos mais tarde, já no quadro da democracia, Helena Neves salienta o apaixonante debate interno do PCP para avançar com uma proposta legislativa sobre a legalização do aborto: «Eu não assinara o apoio a Conceição Massano, julgada por ter abortado. O Partido não considerara tal oportuno, eu discutira, mas, na realidade, submeti-me, literalmente cobarde, dilacerada. Dilaceramento positivo, pois, através dele, fortaleci a exigência de coerência pessoal».³¹

Torna-se, também, importante, o seguinte testemunho de Luísa Amorim:

Na comissão de mulheres comunistas a minha principal dinâmica era levantar questões ou desbloquear problemas que eu tinha na luta das mulheres unitárias: tentar dissolver resistências em relação à

³⁰ Entrevista realizada a Helena Neves em 7 de março de 2019.

³¹ Entrevista realizada a Helena Neves em 11 de dezembro de 2020.

luta pelo aborto, à discussão sobre se éramos ou não feministas. Este era um espaço que, além do espaço exterior da conquista dos direitos das mulheres, era preciso conquistar dentro do próprio PCP, ou seja, levá-lo a aderir e conquistá-lo para a luta pelos direitos das mulheres. Não foi uma luta fácil. À distância, apercebo-me que tínhamos uma grande vantagem: o facto de sermos jovens, muito convictas, muito cheias de alegria de viver. Tínhamos um movimento que era o Movimento Democrático de Mulheres e depois tínhamos o MDG, esse clandestino, só conhecido de um grupo restrito do secretariado, que era aquilo que não éramos mas achávamos que devíamos subverter: o Movimento Democrático das Galdérias.³²

De todas estas contradições entre um conjunto de ideias mais ortodoxas do PCP sobre a luta das mulheres e as aspirações mais avançadas de jovens dirigentes do MDM, não se conseguem tirar grandes conclusões nesta época, na medida em que o percurso da associação após o 25 de Abril de 1974, que não se encontra nos objetivos deste estudo, irá determinar a sua maior ou menor ligação às ideias de uma corrente radical do feminismo, que surgiu nos finais da década de 1960 em alguns países e que, em Portugal, se concretizou em 1974/1975 pela formação de alguns grupos feministas.

As múltiplas frentes de luta

A existência de múltiplas frentes de luta era uma situação normal para as dirigentes do MDM: a luta antifascista, a solidariedade com os presos políticos, a luta anticolonial, a luta pela paz no mundo, entre outras. Na luta antifascista também se tinham implicado alguns dos ascendentes. Maria José Ribeiro refere com orgulho: «Sou filha de um marinheiro que participou na revolta de 1936 contra o fascismo e que o levou a ficar preso no Tarrafal 16 anos».³³ É grande a admiração que tem pelo pai e também pela mãe pelo facto de esta ter sido um exemplo de força e resistência: «Eu tinha nove meses quando o meu pai foi para o Tarrafal, mas cresci a ouvir contar a história do meu pai.

³² Luísa Amorim. Entrevista...

³³ Entrevista a Maria José Ribeiro realizada em 3 de fevereiro de 2021.

Ele foi preso aos 25 anos e saiu de lá com 41 anos. A minha mãe tinha 18 anos, 34 anos quando ele regressou». ³⁴ Apesar de tão prolongada ausência, Maria José Ribeiro refere que o pai não era um estranho para ela, pois foram mantendo correspondência e ele interessava-se muito por ela. Deste modo, a sua presença fez-se sempre sentir.

Helena Pato tem origem numa família de tradições democráticas republicanas, do lado do seu pai. O seu avô esteve ligado ao Revirvalho e chegou a estar preso. A mãe teve as suas raízes em pequenos proprietários da Bairrada, sem nenhuma consciência política. Era professora do ensino primário, católica e antifascista. O seu pai, regente agrícola, trabalhava na Estação Agronómica Nacional e apesar da sua pouca atividade política, era um convicto antifascista vigiado pela PIDE.

Luísa Amorim também admirava o pai, não por antecedentes políticos, mas por ter sido um homem muito simples, praticamente analfabeto que desempenhou um grande papel para que ela tirasse um curso e «ser alguém», e para que nunca se esquecesse de que a sua família era uma família que passou dificuldades. Contava-lhe que a avó paterna tinha morrido de tuberculose por trabalhar para sustentar os filhos, pois o pai dessas cinco crianças, um agricultor minhoto, nunca casou com ela devido ao seu estatuto social. Falava que após a morte da mãe teve de ir trabalhar para uma mercearia, na sua terra natal, Monção, onde tinha um banquinho para chegar ao balcão.

Na família de Helena Neves cruzavam-se raízes proletárias com a nostalgia materna de uma família burguesa arruinada. O avô paterno tinha sido anarquista. O seu pai era funcionário da *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* (FNAT) criada em 1935, de índole fascizante. A mãe, professora primária, acabou por ceder às pressões do marido para deixar a profissão e dedicar-se à casa e à família, como era defendido pela ideologia da ditadura.

Na luta antifascista todas elas se envolveram de forma intensa. Helena Pato participou nas lutas académicas de 1957/1958 contra o Decreto-Lei n.º 40900. Foi membro do *Movimento de Unidade Democrática Juvenil* (MUD Juvenil, 1956) e da direção da *Associação Académica da Faculdade de Ciências* (1962), altura em que entrou para o PCP, tendo saído em 1991. Quando chega à crise académica de 1962, já tinha passado pela colaboração com a *Associação Académica*

³⁴ Entrevista a Maria José Ribeiro realizada em 3 de fevereiro de 2021.

da Faculdade de Ciências, num grupo de apoio à propaganda. Nessa época, uma das experiências mais traumatizantes para Helena Pato foi relatada no seu livro *A Noite mais Longa de todas as Noites*:

Comigo entalada entre dois PIDES seguimos viagem num dos carros. Passávamos em frente à Igreja de S. João de Deus, quando um dos homens, que me ladeavam, o da direita, pôs a mão sobre a minha perna. Era Verão, a saia usava-se acima do joelho e eu não tinha meias. Dei-lhe prontamente um safanão, mas o meu coração começou a bater apressadamente. De raiva. Acreditei que o imbecil ficasse por ali, mas não. Insistiu no toque. Lembro-me do nojo e da gigantesca irritação perante aqueles energúmenos, da vontade de despir a minha pele nauseada. Só voltei a sentir-me gente, quando saí do carro no pátio interior da sede da PIDE.³⁵

Helena Neves participou nas lutas estudantis no Liceu Dom João de Castro e na Faculdade de Letras, onde constituiu com Teresa Bento e João Bernardo a *Comissão de Apoio às Lutas Estudantis* (1964, 1965, 1966). Entrou para o PCP com 17 anos e saiu com 46 anos, tendo estado presa várias vezes: 1969, 1973 e 1974.

No Liceu, aos 17 anos, entro para o PCP, cuja existência eu ignorava. Saio várias noites, para reuniões e distribuições, graças ao meu primo Zé Miguel, que me vai buscar e levar a casa, como se fôssemos a uma discoteca juvenil. Na Faculdade de Letras, faço parte do Secretariado do Partido, e estou na Comissão de Apoio, destinada a traçar a estratégia das greves e manifestações, trabalho pleno de inexperiência. Num fim de tarde, apareço ao meu pai, amparada por dois colegas, a sangrar da cabeça, golpeada com a coronha de uma pistola por um pide, numa manifestação de estudantes que descia as escadas de Santa Justa. Fomos violentamente agredidos. Sou literalmente salva por empregadas de uma sapataria e pela discrição dos enfermeiros bombeiros a que o meu pai, perplexo e amargurado, recorreu. Entretanto, sou suspensa da Faculdade, durante 40 dias e é-me anulada a Bolsa de Estudos. A repressão sobre os organismos estudantis deixa-me sem contactos partidários.

³⁵ Helena Pato, *A Noite mais Longa de Todas as Noites* (Lisboa: Edições Colibri, 2018), 130-131.

Vou, então, dar aulas a operários e outros trabalhadores na Academia de Santo Amaro. Vários estudantes e trabalhadores, desenvolvem uma intensa atividade cultural, nas coletividades de cultura e recreio, chegando a constituir-se um organismo inter-coletividades. Aqui conheci aquele que será o pai das minhas filhas, Joaquim Fernando Gorjão Duarte, com quem partilharei durante mais de vinte anos, amor, ternura, acordos e desacordos, cumplicidades, amuos e alegrias profundas.³⁶

Luísa Amorim envolveu-se nas lutas estudantis após um período de grande rebeldia em que saiu de casa aos 17 anos em rutura com as posições do pai. Segundo o seu testemunho no dossier *Mulheres de Abril*, tudo o que conseguiu conquistar, o seu estatuto de autonomia, foi no meio de grandes dificuldades e sofrimento.³⁷ Travou lutas complicadas que tiveram muita importância na construção do seu caráter. Numa fase de desencanto como adolescente com recusa em aceitar uma sociedade que considerava hipócrita, acabou por encontrar algumas referências revolucionárias junto de amigos/as universitários/as. Entrou para a Faculdade de Medicina, em 1964, onde se envolveu nas greves estudantis. Do namoro com um jovem, dirigente estudantil de Económicas, que foi expulso da universidade e seguiu o caminho da clandestinidade, fez a adesão ao PCP e ingressou também na vida clandestina aos 19 anos, o que constituiu um período de aprendizagens e de maior consciencialização política. Saltavam de casa em casa. Quando percebiam que o local já podia estar «queimado», ou seja, muito visto, passavam para outro sítio. Fez traduções de livros de Lenine, participou em algumas reuniões e encontros, distribuiu propaganda do PCP. Dois anos depois, regressou às lutas estudantis. Da sua experiência nas prisões ficou-lhe a marca de ter um casamento escoltado pela PIDE, pois o namorado tinha sido preso por ter desertado. Engravidou da sua filha na prisão da Trafaria.

Maria José Ribeiro tinha casado há 15 dias, em Lisboa, quando foi presa pela primeira vez. Levaram-na para a sede da PIDE na Rua António Maria Cardoso, depois para Caxias e no dia seguinte, para o Porto. Acusaram-na de «comunista»: «Fomos presos 26 jovens e eu era dos mais velhos. Estive presa nove meses, mas, após o julgamento

³⁶ Entrevista realizada a Helena Neves em 28 de maio de 2019.

³⁷ Amorim, Entrevista....

no Tribunal Plenário, fui absolvida».³⁸ A sua consciência como mulher que desejava ter autonomia manifestou-se, quando depois da prisão, o então companheiro, residente em Lisboa, não demonstrou nenhuma solidariedade. Queria que fosse para Lisboa, viver com ele e nem se dignou a ir vê-la ao Porto. Nessa altura, Maria José Ribeiro pensou «Casar é para ter um companheiro e não um dono».³⁹ Deste modo, cortou com aquela relação. Conheceu no Porto pessoas que a marcaram pela positiva, como Virgínia Moura, Maria Teresa Ruela e o marido que era médico, e muitas outras pessoas lutadoras contra o regime salazarista. Outra frente de luta em que se envolveu foi a da paz no mundo. Participou no Congresso Mundial das Forças da Paz realizado em Moscovo, em 1973 e em nome do MDM, fez parte de uma vasta delegação portuguesa composta por pessoas como Silas Sequeira (*Conselho Mundial da Paz*), Carlos Carvalhas (*Conselho Nacional da Paz*) e ainda por diversos católicos progressistas.

Das suas intensas vivências na esfera internacional houve algo que muito a marcou: o nascimento do MDM em 1968 e a sua participação em 1969, em Helsínquia, no Congresso Internacional da *Federação Democrática Internacional das Mulheres* (FDIM), numa delegação do MDM composta por Cecília Areosa Feio, Maria da Piedade Morgadinho, Sofia Ferreira, e Maria Luísa Costa Gomes, estas duas últimas vindas do exterior, pois não estavam em Portugal, na época. Sofia Ferreira fez uma comunicação muito aplaudida sobre a repressão em Portugal. A intervenção sobre a guerra colonial foi feita por Maria Luísa Costa Gomes, que também teve uma grande receção por parte da assistência, a ponto de delegadas das colónias portuguesas terem ido saudar a delegação portuguesa. «Foi muito comovente, ainda hoje me lembro», diz Maria José Ribeiro com os olhos humedecidos de lágrimas.⁴⁰ A sua intervenção foi de solidariedade com o povo e as mulheres do Vietnam, as quais, no final, vieram abraçá-la e entregar-lhe prendas, entre as quais um lenço, que ainda guarda consigo.

A luta pela libertação e apoio às famílias dos presos políticos era também uma frente de luta. Maria José Ribeiro participou nas campanhas de solidariedade e pela libertação dos presos políticos.

³⁸ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 3 de fevereiro de 2021.

³⁹ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 3 de fevereiro de 2021.

⁴⁰ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 10 de fevereiro de 2021.

Este envolvimento em múltiplas frentes de luta é visto da seguinte forma: «Tive uma vida intensa, nunca fiz nada pela metade».⁴¹

As quatro dirigentes do MDM tiveram vidas preenchidas e arrojadas. Será que a sua rebeldia na adolescência e os quotidianos vividos se refletiram na sua consciência feminista de que era necessária a luta pelos direitos das mulheres? Vários testemunhos recolhidos levam-nos a pensar que tal tenha acontecido. Mas de novo temos de integrar essa rebeldia num contexto de um regime de ditadura, de falta de liberdades e de repressão.

A rebeldia na adolescência e os quotidianos vividos

O Estado Novo formatou a consciência de várias gerações de raparigas e mulheres, utilizando instrumentos ideológicos poderosos: a educação, a censura e a repressão. Contudo, estas jovens conseguiram furar essas barreiras, através de episódios nas suas vidas, que tiveram repercussão nos percursos por elas seguidos. Luísa Amorim recorda episódios de rebeldia, desde muito jovem, como aquele em que foi expulsa de uma escola por ter recusado receber formação religiosa. Das suas vivências em bairros de Lisboa regista na sua memória os conflitos sociais onde as mulheres eram sempre as mais batidas:

Vivíamos em Lisboa, em duas zonas bastante interessantes: entre Alfama e a Graça. O primeiro bairro onde vivíamos, e onde o meu pai tinha uma mercearia, era mais perto de Alfama do que da Graça. O Largo de Santa Marinha foi o primeiro romance neorrealista de que tive experiência na vida. Havia as mulheres peixeiras, as prostitutas, um casal de lésbicas,... Havia todo um mundo que gravitava ali à volta em que tudo o que acontecia dentro de casa, acontecia de portas abertas, pelo que todos nós assistíamos. Quando existiam conflitos, as discussões acabavam na rua. Os maridos batiam nas mulheres, que vinham gritar para a rua. Tomava-se partido em relação à pancadaria, que nunca era muito favorável às mulheres.⁴²

⁴¹ Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 29 de janeiro de 2021.

⁴² Amorim, Entrevista....

É no confronto com as injustiças e com a realidade da pobreza que Helena Pato começou a ganhar consciência política, reforçada à medida que se ia envolvendo no MUD Juvenil e nas lutas académicas. Mas a rebeldia sempre existiu, como por exemplo na sua luta no liceu, contra a diretora da *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF), Virgínia Paraíso, ao desmobilizar a sua turma nas inscrições para a excursão de fim de curso ao Algarve, que a referida senhora costumava organizar. Segundo Helena Pato, não foi uma ação antirregime, foi uma simples reação juvenil de revolta, na medida em que Virgínia Paraíso, a tinha expulsado da festa de fim de ano, por levar um vestido sem mangas, impedindo-a de cantar uma canção «a solo», inserida no programa: «Tudo me revoltou: o vestido, decentíssimo, tinha sido feito pela minha mãe, a partir de um vestido de uma prima, por não haver dinheiro para gastar em roupa para a festa; e a canção havia sido entusiasticamente ensaiada, horas e horas, no Canto Coral».⁴³

Tal como Helena Pato, também Helena Neves mostra a sua rebeldia e toma consciência das desigualdades sociais, assim como da forma como o regime de ditadura arregimentava a juventude. No 2.º ano, no Liceu Filipa de Lencastre, a professora de Moral, preparando as alunas para a comunhão solene, descobre que Helena Neves não tinha feito a primeira comunhão. Afirmava que os seus pais eram «amancebados» por não serem casados pela Igreja, palavra desconhecida e assustadora, para ela. O seu recreio do almoço ficou reduzido à catequese na Igreja. O manual terrífico, como lhe chamava, tinha «desenhos do Senhor zangado e os pecadores, muito magrinhos, a arder».⁴⁴ Fez solenemente a comunhão acompanhada pelo pai, mas não conseguia entender qual a razão para existirem duas salas de lanche na Igreja, uma para os pobrezinhos, onde quase só havia pão, outra para as meninas do liceu onde abundavam bolos, rebuçados e sumos. Era a única da turma e, provavelmente do liceu, que não pertencia à MPF porque não gostava de fardas, de regras, o que lhe valerá a raiva das professoras chefes, particularmente da Virgínia Paraíso. Helena Neves fala das muitas vezes em que era levada em camionetas a manifestações, tendo ficado célebre aquela no Campo Santana, em

⁴³ Entrevista realizada a Helena Pato em 24 de junho de 2019.

⁴⁴ Entrevista a Helena Neves em 17 de janeiro de 2020.

que ela e umas poucas, não gritaram «Angola é nossa».⁴⁵ A ideologia do regime, na educação, envolvia professores/as, manuais escolares e as ações da *Mocidade Portuguesa* nas escolas, entre as quais a anteriormente relatada.

Conclusão

Os feminismos em Portugal, num país dominado por uma ideologia patriarcal e fascista de subordinação das mulheres, tinham conotações negativas. Como lidaram as forças de oposição com esta realidade? Após o encerramento do *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, em 1947, pelo Governador Civil de Lisboa a mando de Salazar, deixaram de existir espaços onde as mulheres pudessem debater os seus direitos.⁴⁶ No entanto nas campanhas presidenciais de Norton de Matos (1949) e de Humberto Delgado (1958) se formaram Comissões de Mulheres onde foram levantadas reivindicações específicas.⁴⁷ A década de 1950 é caracterizada por uma militância muito corajosa das mulheres, mas não foi questionada a sua subordinação fora do campo dos direitos políticos.⁴⁸

Os anos 1960 são marcados pela guerra colonial, com muitas mulheres a separarem-se de filhos e maridos, algumas delas para sempre. Só em 1968, surge a formação do MDM por sugestão de Maria Lamas que, exilada em Paris, falava da criação de um movimento amplo que abrangesse o interior do país, para além das operárias e outras trabalhadoras das zonas urbanas. Existiu apoio do PCP para a formação do MDM. A não conjugação das contradições de classe com as de género na luta pela democracia, assim como o dogmatismo em relação aos movimentos feministas acabaram por se refletir por uma menor ligação do MDM aos grupos feministas, que surgiram a seguir ao 25 de Abril de 1974 em Portugal, o que teve reflexo na luta pela despenalização do aborto. Os setores da oposição não colocaram como importante a formação de associações de mulheres durante o regime de ditadura, porque só com a construção de uma nova sociedade seria

⁴⁵ Entrevista a Helena Neves em 17 de janeiro de 2020.

⁴⁶ Ver os capítulos 1, 2 e 3 neste livro.

⁴⁷ Ver o capítulo 7 neste livro.

⁴⁸ Tavares, *Feminismos...*, 535.

possível a emancipação das mulheres. Podemos falar de uma secundarização da luta das mulheres pelos seus próprios direitos. Perdeu-se a memória histórica dos feminismos republicanos e estes ficaram obscurecidos pela luta antifascista, que absorveu partes muito significativas da vida das nossas entrevistadas. Todas elas passaram pelas prisões da PIDE, sujeitas a pesados interrogatórios e ao afastamento forçado das famílias. O centro de todas as lutas era contra o regime fascista, a guerra colonial e pela libertação dos presos políticos. Nas lutas estudantis da década de 1960 existiu falta de referências feministas no movimento estudantil, apesar da participação de muitas jovens como foi o caso de Luísa Amorim, Helena Neves, Helena Pato e Maria José Ribeiro.

Através dos testemunhos recolhidos, pode-se concluir que não existia inicialmente, por parte de Luísa Amorim e Helena Neves, uma especial inclinação para o trabalho numa organização de mulheres. É a própria Luísa Amorim, que afirma ter a opinião, quando foi chamada para este trabalho, de que as discriminações seriam apenas combatidas pelo movimento revolucionário. Helena Neves estava muito empenhada na intervenção junto de coletividades de cultura e recreio, como era o caso da Academia de Santo Amaro onde dava aulas e também não estava muito inclinada para mudar o seu trabalho partidário. A visão da emancipação das mulheres, dependente apenas da luta mais geral, tem origem nas conceções dogmáticas das esquerdas da época, que não entendiam as contradições de género, para além das de classe.⁴⁹ Contudo, Luísa Amorim e Helena Neves ao empenharem-se na formação do MDM, por indicação do PCP estabeleceram uma ligação muito forte à luta das mulheres, referindo que o seu crescimento humano e político foi feito fundamentalmente nesse movimento. Foi o relacionamento entre Helena Pato e Maria Lamas em Paris, que ocasionou conversas sobre a necessidade de formação em Portugal de um movimento de mulheres.

Torna-se evidente pelos retalhos de histórias de vida das quatro dirigentes do MDM expressos nesta investigação, que o seu envolvimento na luta antifascista foi determinante para o crescimento da sua consciência política, mas que esta só ganhou outra dimensão na ligação às reivindicações mais específicas das mulheres e através das experiências aí vividas.

⁴⁹ Tavares, *Feminismos...*, 245.

Breves notas biográficas

Luísa Amorim

Nasceu em Lisboa em março de 1946. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa. Estudou História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É médica (especialista em Medicina Geral e Familiar). Trabalhou como médica no Centro de Saúde da Penha de França (Lisboa) e como diretora no Centro de Saúde Luz Soriano (Lisboa). Foi uma das fundadoras do MDM em 1968 e sua dirigente durante vários anos de 1974 a 1979. Foi vice-presidente da FIDM. Foi deputada na AR pelo PCP. Em 1985, integrou a delegação internacional pela paz, contra todas as bases militares no mundo. Em 1988, dirigiu a delegação da FIDM, que participou na conferência internacional dedicada à importância da opinião pública mundial na solução dos conflitos regionais, em Cabul.

Helena Neves

Nasceu em Lisboa a 17 de junho de 1945. Licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Mestre em Sociologia e Doutoranda em Filosofia na especialidade de Pensamento Contemporâneo. Esteve envolvida nas lutas estudantis das décadas de 1950/1960. Encetou uma carreira jornalística no *Diário de Lisboa*, onde orientou o *Suplemento Feminino*. Foi diretora do Gabinete de Imprensa do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa e do Sul. Em 1972, ingressou na redação da revista *Modas e Bordados*. Coordenou o suplemento *Presença da Mulher*, criado pela jornalista Antónia de Sousa, do Jornal *República*. Depois do 25 de Abril fez parte da redação do jornal *Avante!*, sendo responsável pela problemática da luta das mulheres e pela Reforma Agrária. Em 1979 começou a trabalhar na Revista *Mulheres*, dirigida por Maria Lamas, cuja redação era chefiada por Maria Teresa Horta. Em 1984, assumiu a direção da revista. Foi uma das fundadoras do MDM em 1968, pertenceu ao seu secretariado e ao Conselho Nacional antes e após 25 de Abril de 1974 até 1991.

Helena Pato

Nasceu em Mamarrosa, Aveiro, em 1939, filha de uma professora primária e de um regente agrónomo. Ingressou na Faculdade de Ciências em Lisboa. Foi professora de matemática durante 36 anos e fundadora e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Helena Pato esteve envolvida nas lutas académicas de 1957/1958 contra o Decreto-Lei n.º 40900. Foi membro do MUD Juvenil (1956) e da direção da Associação Académica da Faculdade de Ciências (1962), altura em que entrou para o PCP. Foi uma das fundadoras do MDM. Foi dirigente do movimento cívico *Não Apaguem A Memória*, criado em 2006 como protesto contra a transformação da antiga sede da PIDE num condomínio de luxo.

Maria José Ribeiro

Nasceu em Lisboa, a 12 de janeiro de 1936. Filha de um marinheiro, que participou na revolta de 1936 contra o fascismo, tendo sido preso no Tarrafal, durante 16 anos, Maria José Ribeiro foi uma das fundadoras do MDM em 1968. Participou em 1969, em Helsínquia, no Congresso Internacional da FDIM, numa delegação do MDM. Fez parte do grupo de jovens de apoio à candidatura de Humberto Delgado, tendo sido presa nessa altura e em 1962, quando participou na manifestação do 8 de março no Porto.

Fontes

- Amorim, Luísa. Entrevista a *Mulheres de Abril*, esquerda.net, 2 de maio de 2019.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 7 de março de 2019.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 28 de maio de 2019.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 17 de janeiro de 2020.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 24 de junho de 2020.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 11 de dezembro de 2020.
- Entrevista realizada a Helena Neves em 26 de fevereiro de 2021.
- Entrevista realizada a Helena Pato em 24 de junho de 2019.
- Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 29 de janeiro de 2021.
- Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 3 de fevereiro de 2021.

Entrevista realizada a Maria José Ribeiro em 10 de fevereiro de 2021.

Neves, Helena. *Apontamentos para a História do MDM – O Retomar dos Gestos*. Lisboa: MDM, 1988.

Pato, Helena. *A Noite mais Longa de Todas as Noites*. Lisboa: Edições Colibri, 2018.

Bibliografia

Artières, Philippe, e Michelle Zancarini-Fournel. dir., *68: une histoire collective (1962-1981)*. Paris: La Découverte, 2008.

Barbosa, Madalena. *Balanço do MLM: Movimento de Libertação das Mulheres*, texto policopiado, arquivado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista da União de Mulheres Alternativa e Resposta, 1987.

Bock, Gisela, «História, História das mulheres, História do género», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 4 (novembro de 1989): 158-187.

Collin, Françoise. «Histoire et mémoire ou la marque et la trace». *Recherches Féministes*, vol. 6, n.º1, (1993): 13-24.

Collin, Françoise. *Parcours Féministe [Entretiens par Irène Kaufser]*. Bruxelles: Éditions Labor, 2005.

Cova, Anne, dir. *História Comparada das Mulheres: Novas Abordagens*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.

Magalhães, Maria José, Angélica Lima Cruz, e Rosa Soares Nunes. *Pelo Fio se Vai à Meada: Percursos de Investigação em Histórias de Vida*. Lisboa: Editora Ela por Ela, 2012.

Palla, Maria Antónia. *Revolução meu Amor*. Lisboa: Edições Prelo, 1969.

Pato, Helena. *A Noite mais Longa de Todas as Noites*, Lisboa: Edições Colibri, 2018.

Tavares, Manuela. *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto, 2011.

Thébaud, Françoise. «Genre et histoire». In *Falar de Mulheres, História e Historiografia*, dir. Zília Osório de Castro, 187-201. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

Thébaud, Françoise, e Geneviève Dermenjian. dir. *Quand les femmes témoignent: histoire orale, histoire des femmes, mémoire des femmes*. Paris: Publisud, 2009.

Françoise Thébaud

Nota final

É com prazer e convicção que escrevo esta curta nota final para o livro coletivo *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*. Esta obra encerra um belo projeto de investigação animado por Anne Cova, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, especialista em história dos feminismos, nomeadamente das diversas secções nacionais do *International Council of Women* (ICW), fundado em 1888, nos Estados Unidos da América. A etapa anterior a esta publicação foi a conferência realizada a 1 de outubro de 2021, que me foi pedido que abrisse enquanto consultora do projeto. Baseando-me no exemplo da francesa Marguerite Thibert (1886-1982), mulher empenhada numa pluripertença associativa, a quem dediquei recentemente uma biografia,¹ abordei nessa obra um conjunto de questões colocadas pela própria história do associativismo. Nomeadamente: as motivações e as formas de envolvimento individual que, no caso das mulheres, não podem negligenciar a necessária articulação entre vida privada e vida pública; a natureza das associações, filiadas ou não a entidades internacionais, com um objetivo único ou de âmbito mais alargado, mistas ou não, estruturadas ou não; o seu repertório de ações, cuja observação permite, evitando todavia o anacronismo, caracterizar o seu nível de radicalidade; a sua força, que não se mede apenas no número de aderentes; o seu grau de influência política num dado contexto no qual podem ser aferidos os

¹ Françoise Thébaud, *Une traversée du siècle: Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale* (Paris: Belin, 2017). Eu classifico de bom grado esta obra como «biografia ímpessoal e coletiva».

êxitos e os fracassos das ações levadas a cabo; as redes de pertença dos membros que são recrutados em tal ou tal meio e que praticam muitas vezes a pluripertença associativa. As correspondências, nos casos em que estas foram conservadas, são uma boa fonte para a análise destas redes. Elas também permitem escrever uma história não irénica do associativismo, dando a ver as querelas pela liderança ou as tensões internas relativas a estratégias, modos de ação e combates prioritários. Desta forma, Marguerite Thibert, femocrata que promoveu a partir da década de 1930 um feminismo de *expertise*, escarnece sem tibiezas dos discursos que considera pomposos de Germaine Malaterre-Sellier (1889-1967), que outros veem como mulher carismática e que foi a primeira francesa delegada à assembleia geral da Sociedade das Nações, em 1932.²

Estas e outras questões estão presentes no livro *Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974*, que, no meu entender, apresenta várias qualidades. Antes de mais, conjuga as abordagens e os métodos de duas disciplinas: por um lado, a história, sensível aos contextos e às mutações; por outro lado, a sociologia, mais preocupada em construir modelos ou com a análise quantitativa e gráfica das redes. Além disso, este livro inscreve o estudo do associativismo feminino numa história de longa duração que cobre seis décadas e dois regimes políticos: a República, na qual as elites são na sua maioria recrutadas nas fileiras maçónicas; e a ditadura do Estado Novo que utiliza a censura e a repressão dos/as opositores/as. Obra de história das mulheres sem esquecer as histórias de vida nem a abordagem biográfica, é também um contributo primordial para a história política de Portugal no século xx, focando aspetos como as relações entre a sociedade civil, as elites políticas e os regimes em vigor; a participação nas duas guerras mundiais; a política colonial; as formas de adesão ou de resistência à ditadura; o lugar das mulheres e das questões que lhes estão ligadas nas aspirações democráticas e na oposição ao Estado Novo. Para as mulheres que só tardiamente obtiveram direitos políticos – nomeadamente em Portugal –, a participação na vida pública passa pelo associativismo que lhes permite assumir responsabilidades e tomarem consciência

² Françoise Thébaud, «Marguerite Thibert ou la promotion d'un féminisme d'expertise», em *Les féministes de la 1^{ère} vague*, dir. Christine Bard (Rennes: PUR, 2015), 155-165.

delas próprias e das suas capacidades. Para estas mulheres, as associações são lugares de politização. Mesmo as instituições de beneficência fundadas durante a I Guerra Mundial, que é, no contexto de todos os beligerantes, um tempo forte da filantropia feminina, são escolas de autonomia, eventuais prelúdios a outras formas de envolvimento.

As associações estudadas – outro elemento notável – são numerosas e diversas, como o mostra a longa lista de siglas inserida no início do livro, uma importante publicação que completa o conhecimento da paisagem associativa feminina abordada em trabalhos precedentes sobre os meios católicos ou as organizações fundadas pelo Estado Novo.³ Associações de mulheres não quer necessariamente dizer associações feministas, tendo algumas aderido aos valores nacionalistas e colonialistas, outras dado prioridade ao combate antifascista, à luta social ou à luta anticolonial em relação à conquista de direitos para as mulheres. Os contornos móveis da articulação entre feminismo, pacifismo, antifascismo, socialismo e anticolonialismo são, aliás, uma das chaves de leitura da história de várias organizações de mulheres e são objeto de debates historiográficos, nomeadamente em torno da *Federação Democrática Internacional das Mulheres* (FDIM) e dos grupos que aderem neste ou naquele país.⁴ Por um lado, o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), encerrado pelo regime salazarista, em 1947, após 33 anos de existência, pode ser qualificado como feminista, mesmo se se trata de um feminismo reformista nas suas reivindicações e nos seus modos de ação. Três dos nove capítulos são dedicados a esta organização, tanto porque um conjunto de fontes bem conservadas permitiu analisá-la sob diferentes ângulos, como por ser uma federação que agrupava mais de vinte associações. Entre estas, algumas só foram fundadas na década de 1920, como foi o caso da *Liga Portuguesa Abolicionista* (LPA, 1926) e da *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* (AMUP, 1928), ambas membros de organizações internacionais mais antigas. Numa altura em que as raparigas acediam ainda mais dificilmente à educação e as mulheres a profissões qualificadas, a organização de mulheres universitárias desempenhou um papel importante de solidariedade entre as associadas e na

³ Ver a introdução do livro.

⁴ Este ponto em específico será tratado no número 57 da revista francesa *Clio: femmes, genre, histoire*: «Le genre de la Guerre froide», a publicar na primavera de 2023 sob a direção de Ioana Cîrstocea e Françoise Thébaud.

promoção das competências femininas. Tendo recusado o destino de uma jovem da pequena-burguesia da província e tendo seguido estudos até ao doutoramento, Marguerite Thibert manteve-se toda a vida fiel à *Association Française des Femmes Diplômées des Universités* (AFFDU, Associação Francesa de Mulheres Diplomadas nas Universidades), mesmo que tenha desejado que esta secção francesa e a correspondente Federação Internacional fossem mais ofensivas e defendessem mais firmemente os interesses das trabalhadoras intelectuais.⁵

Uma última nota que não será das menos importantes: na primavera de 2016 foi organizado na École française de Rome [Escola Francesa de Roma], em parceria com a Società italiana delle storiche [Sociedade Italiana das Historiadoras], um colóquio internacional por via dos 25 anos de publicação da *Histoire des femmes en Occident* [*História das Mulheres no Ocidente*] e dos 20 anos de *Storia delle donne in Italia* [*História das Mulheres em Itália*].⁶ Às diretoras de cada volume da primeira obra – no meu caso, o tomo 5, dedicado ao século xx –, era pedido que explicitassem o carácter inovador à época e que imaginassem a forma como esse volume seria escrito nos dias de hoje. Nessa ocasião, eu realcei especialmente que o nosso Ocidente de 1991-1992 era, por falta de estudos, limitado aos grandes países da Europa Ocidental e da América do Norte, mas que o livro a escrever atualmente seria alargado aos impérios coloniais e a vários pequenos Estados onde a investigação em história das mulheres e de género conheceu grandes desenvolvimentos a partir dos anos 1990. Entre estes estaria Portugal, onde a equipa constituída por Anne Cova, mais aquela que lançou a revista *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*,⁷ e também outras têm trabalhado para promover essa história das mulheres e

⁵ Françoise Thébaud, «Marguerite Thibert (1886-1982). Une fidèle de l’AFFDU, une femme engagée sur plusieurs fronts», *Diplômées*, n.º 272-273 (2020): 285-298. Destaque-se a tese de Marie-Elise Hunyadi, defendida na Universidade de Genebra a 22 de novembro de 2019: «Promouvoir l’accès des femmes aux études et aux titres universitaires: un défi transnational? L’engagement de la Fédération Internationale des Femmes Diplômées des Universités (1919-1970)».

⁶ As atas foram publicadas: Enrica Asquer *et al.*, dir., *Vingt-cinq ans après: les femmes au rendez-vous de l’histoire* (Roma: Publications de l’École française de Rome, 2019).

⁷ Cova, Anne, Françoise Thébaud, «L’histoire des femmes et du genre aujourd’hui: qu’en pensent deux protagonistes?», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 37 (2017): 135-141, <http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n37/n37a10.pdf>.

para a inscrever na investigação internacional. Este livro é um dos exemplos desse trabalho. Conheço a maior parte dos/as autores/as, pelo facto de os/as ter ouvido com muito interesse aquando de encontros académicos que se sucederam em Portugal ao longo das últimas duas décadas. Agradeço-lhes pelo seu trabalho e só posso subscrever a ideia de prosseguirem a investigação sobre o associativismo feminino através de estudos comparados e de abordagens transnacionais.

Bibliografia

- Asquer, Enrica, *et al.*, dir., *Vingt-cinq ans après: les femmes au rendez-vous de l'histoire*, Roma: Publications de l'École française de Rome, 2019.
- Cova, Anne, Thébaud, Françoise. «L'histoire des femmes et du genre aujourd'hui: qu'en pensent deux protagonistes?», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 37 (2017): 135-141.
- Hunyadi, Marie-Elise. «Promouvoir l'accès des femmes aux études et aux titres universitaires: un défi transnational? L'engagement de la Fédération Internationale des Femmes Diplômées des Universités (1919-1970)». Tese de doutoramento defendida na Universidade de Genebra a 22 de novembro de 2019.
- Thébaud, Françoise, *Une traversée du siècle: Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale*, Paris: Belin, 2017.
- Thébaud, Françoise. «Marguerite Thibert ou la promotion d'un féminisme d'expertise», em *Les féministes de la 1^{ère} vague*, dir. Christine Bard, Rennes: PUR, 2015.
- Thébaud, Françoise. «Marguerite Thibert (1886-1982). Une fidèle de l'AFFDU, une femme engagée sur plusieurs fronts», *Diplômées*, n.º 272-273, 2020.

Este livro inscreve o estudo do associativismo feminino numa história de longa duração que cobre seis décadas. Obra de história das mulheres, sem esquecer as histórias de vida nem a abordagem biográfica, é também um contributo primordial para a história política de Portugal no século xx, focando aspetos como as relações entre a sociedade civil, as elites políticas e os regimes em vigor, a participação nas duas guerras mundiais, a política colonial, as formas de adesão ou de resistência à ditadura, o lugar das mulheres e das questões que lhes estão ligadas nas aspirações democráticas e na oposição ao Estado Novo.

Para as mulheres que só tardiamente obtiveram direitos políticos, como aconteceu em Portugal, o associativismo desempenhou um papel relevante na sua politização, ao permitir-lhes participar na vida pública, na assunção de responsabilidades e na tomada de consciência delas próprias e das suas capacidades.

Os contornos móveis da articulação entre feminismo, pacifismo, antifascismo, socialismo e anticolonialismo são, aliás, uma das chaves de leitura da história de várias organizações de mulheres e são objeto de debate historiográfico neste livro, que conjuga as abordagens e os métodos de duas disciplinas: a história, sensível aos contextos e às mutações, e a sociologia, mais preocupada em construir modelos ou com a análise quantitativa e gráfica das redes.

Françoise Thébaud, Université d'Avignon

Capa: Ilustração de Patrícia Guimarães, 2021 ©

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

UIDB/50013/2020

LA/P/0051/2020

UIDP/50013/2020

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-712-6



9 789726 717126